

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

BRUNA ROHR REISDOERFER

**EXPLICANDO A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA:
ESTRUTURA INTERNACIONAL, PODER REGIONAL E CAPACIDADE ESTATAL**

Porto Alegre

2022

BRUNA ROHR REISDOERFER

**EXPLICANDO A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA:
ESTRUTURA INTERNACIONAL, PODER REGIONAL E CAPACIDADE ESTATAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Reisdoerfer, Bruna Rohr

Explicando a Cooperação em Defesa na Europa:
estrutura internacional, poder regional e capacidade
estatal / Bruna Rohr Reisdoerfer. -- 2022.
279 f.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Cooperação em Defesa. 2. Europa Ocidental. 3.
OTAN. I. Cepik, Marco Aurélio Chaves, orient. II.
Título.

BRUNA ROHR REISDOERFER

**EXPLICANDO A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA:
ESTRUTURA INTERNACIONAL, PODER REGIONAL E CAPACIDADE ESTATAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais.

Defesa de tese aprovada em: Porto Alegre, 27 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – orientador
UFRGS

Prof. Dra. Andrea Ribeiro Hoffmann – IRI/PUCRJ

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende – PPGRI/UFSC

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – PPGEEI/UFRGS

Para Waldir e Lisete

AGRADECIMENTOS

A escolha pelo caminho da ciência em uma área predominantemente masculina, em um país desigual, no qual há constantemente questionamento e negligência ao fazer científico, é desencorajador e em alguns momentos desesperador. Por isso, resiliência e coragem são as palavras que definem os esforços despendidos - durante uma década - para chegar ao resultado deste trabalho.

Aliado a isso, agradeço fortemente o incentivo de meu pai, Waldir Reisdorfer, e a força de minha mãe, Lisete Elisabeth Rohr. Juntos, vocês me deram o trampolim e a força para alcançar voos nunca antes alcançados e abrir caminhos fechados. Um ‘muito obrigada’ não é suficiente, vou deixar os resultados falarem por mim.

Agradeço à minha rede de apoio Amanda de Rossi Fontanelli, Caroline Chagas de Assis, Eliane Reisdorfer, Gabriela Pedrassani Zwirter e Josiane Simão Sarti que acompanharam as diferentes fases desse caminho, segurando a minha mão, me incentivando e me motivando. Vocês foram essenciais, sorte a minha!

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik que não só durante o doutorado, mas durante esses 10 anos de pesquisa me acolheu, me orientou de forma exemplar, me incentivou e me auxiliou a avançar. Obrigada professor.

Agradeço também aos colegas da Equipe Cepik que proporcionaram um ambiente construtivo e agradável para o fortalecimento das pesquisas e para as trocas pessoais.

Agradeço à Prof^a Dr^a Sílvia Regina Feraboli pela confiança, pelo espaço que me foi dado e pelas trocas feitas durante o período conjunto na Comissão de Pós-Graduação do programa. Ter uma figura feminina forte e empoderada como exemplo, foi e é essencial.

Por fim, agradeço à UFRGS pela resiliência em períodos difíceis. Agradeço também à República Federal da Alemanha (através do DAAD e do CDEA) pelas bolsas de estudo e de estadia de pesquisa no país. Agradeço à República Federativa do Brasil (através da CAPES) pela bolsa parcial. Que eu possa continuar retribuindo com responsabilidade social todo esse privilégio.

RESUMO

O **objetivo** da pesquisa é desenvolver um modelo de análise para: i) explicar as diferentes formas de cooperação em defesa na Europa ocidental desde a Segunda Guerra Mundial; a sua relação com a NATO e as oportunidades que elas trouxeram para Alemanha, França e Reino Unido; ii) prospectar os seus futuros desdobramentos no pós-Brexit. Parte-se da **pergunta de pesquisa**: por que Alemanha, França e Reino Unido cooperam em defesa no âmbito europeu desde o pós-Segunda Guerra Mundial? Trabalha-se com a **hipótese** de que os países cooperam em defesa por três motivos principais: a) melhorar a sua capacidade estatal para responder às ameaças; b) melhorar as suas respectivas posições na NATO; c) são atores regionais com ameaças e capacidades materiais similares. **Argumenta-se** que as instituições de cooperação em defesa na Europa ocidental foram criadas porque, desde a Segunda Guerra Mundial, os países europeus não têm conseguido lidar sozinhos com as suas ameaças e a extensão de poder das Grandes Potências. A função das instituições de defesa é servir de plataforma para reforçar a capacidade de resposta dos Estados às ameaças e é complementar à NATO. Assim, a cooperação em defesa é uma estratégia inovativa do Estado Nação na Europa para lidar com as pressões internacionais, a fim de otimizar e fortalecer capital financeiro e político. O trabalho visa demonstrar que a cooperação em defesa é um processo que se iniciou antes mesmo da criação da NATO e da cooperação econômica. Por isso, pode continuar mesmo com o Brexit. Como **método** observacional de pesquisa, utiliza-se a construção de um modelo analítico para desenvolver o estudo de caso através do rastreamento de processo, pesquisa de campo, análise de documentos primários e de literatura especializada. O **modelo de análise** proposto é uma adaptação do realismo neoclássico de Tom Dyson (2010). Defende-se a **tese** de que a estrutura internacional, a distribuição de poder regional e a capacidade estatal de Alemanha, França e Reino Unido atuam complementarmente - através de suas variáveis e mecanismos causais - gerando os principais constrangimentos, estímulos e variações que determinam a forma e a temporalidade da cooperação em defesa na Europa ocidental. A pesquisa contribui para o entendimento da cooperação em defesa como estratégia escolhida pelos principais países europeus tendo em vista às dinâmicas internacionais e regionais e os recursos nacionais em cada período histórico. Visa-se compreender as especificidades que levaram a região a desenvolver estruturas institucionais de cooperação em defesa. Contribui-se, pois, para os debates teóricos sobre as variáveis necessárias para a análise da cooperação em defesa na Europa ocidental. Espera-se fornecer base sólida para o estudo da cooperação em defesa no pós-Brexit e da sua relação com a NATO. Ao analisar os padrões de ação desses países e como eles se relacionam com os polos de poder mundial, pode-se verificar possíveis espaços de barganha internacional para o Brasil. Ainda no que tange à tomada de decisão brasileira, o conhecimento é relevante dada a presença europeia no entorno estratégico brasileiro e às parcerias militares com França, Alemanha e Suécia.

Palavras-Chave: Cooperação em Defesa. Europa Ocidental. OTAN. Alemanha. França. Reino Unido.

ABSTRACT

The aim of the research is to develop an analytical model to: i) explain the different forms of defense cooperation in Western Europe since World War II; their relationship with NATO and the opportunities they have brought to Germany, France and the UK; ii) prospect their future developments in the post-Brexit period. It starts from the research question: why have Germany, France and the United Kingdom cooperated in defense in the European arena since the post-World War II era? The hypothesis are that the three countries cooperate in defense with each other for three main reasons: a) they seek to improve their state capacity to respond to threats; b) they seek to improve their respective positions in NATO; c) they are regional actors with similar threats and material capabilities. It is argued that the defense institutions in Western Europe were created because, since World War II, European countries have been unable to deal with their threats and with the extent of the Great Powers on their own. The function of defense institutions is therefore to serve as a platform to strengthen the states' ability to respond to threats and is complementary to NATO. Thus, defense cooperation is an innovative nation-state strategy in Europe to cope with international pressures in order to optimize and strengthen financial and political capital. In this way, this paper aims to demonstrate that defense cooperation is a process that started even before the creation of NATO and economic cooperation; therefore, it can continue even with Brexit. As an observational research method, the construction of an analytical model (Jackson, 2011) is used to develop the case study through process tracing, field research, analysis of primary documents and specialized literature. The proposed analytical model is an adaptation of Tom Dyson's (2010) neoclassical realism. The thesis is that the international structure, regional power distribution and state capacity of Germany, France, and the UK act complementarily - through their causal variables and mechanisms - generating the main constraints, stimuli and variations that determine the shape and temporality of defense cooperation in Western Europe. The research contributes to the understanding of defense cooperation as a strategy chosen by major European countries in consideration of international and regional dynamics and national resources in each historical period. It aims to understand the specificities that led the continent to develop institutional structures for defense cooperation; thus, contributing to theoretical debates on the variables necessary for the analysis of defense cooperation in Western Europe. It is expected, then, to provide a solid basis for the study of European defense cooperation in a post-Brexit environment and its relationship with NATO. By analyzing the patterns of action of these countries and how they are connected to world power poles; possible bargaining spaces for Brazil in the International System can be verified. Moreover, about Brazilian decision making, the knowledge is relevant given the European presence in Brazil's strategic environment and the country's military partnerships with France, Germany, and Sweden.

Keywords: Defense Cooperation; Western Europe; NATO; Germany; France; United Kingdom.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia.....	45
Figura 2 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 1945-1955.	65
Figura 3 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 1956-1979.	89
Figura 4 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 1980- 1991	108
Figura 5 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 1992 – 2000	132
Figura 6 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 2001-2015	166
Figura 7 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 2016-	203

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tropas Estadunidenses na Europa 1946-1955	54
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Internacionais (Geary-Khamis) 1945-1955	55
Gráfico 4 - Orçamento de Defesa em Milhares de Dólares Americanos do Ano Corrente 1945-1955	57
Gráfico 3 - Combatentes Militares em Milhares 1945-1955	57
Gráfico 5 - Matriz Energética de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido em Porcentagem do Total de Energia Consumida (1946; 1950; 1955).....	61
Gráfico 6 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 1950-1955	63
Gráfico 7 - Tropas Estadunidenses na Europa 1956-1979	79
Gráfico 8 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Internacionais (Geary-Khamis) 1956-1979	80
Gráfico 9 - Efetivos Militares em Milhares 1956-1979	81
Gráfico 10 - Orçamento de Defesa em Milhares de Dólares Americanos do Ano Corrente 1956-1979	81
Gráfico 11 - Matriz Energética de Alemanha Ocidental (1955, 1960, 1965, 1970, 1979), França (1955, 1965, 1970, 1979) e Reino Unido (1955, 1958, 1970, 1979) em Porcentagem do Total de Energia Consumida.....	85
Gráfico 12 - Porcentagem das Exportações de Mercadorias por Região de Destino 1956-1979	87
Gráfico 13 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 1956-1979	88
Gráfico 14 - Tropas Estadunidenses na Europa 1980-1991	99
Gráfico 15 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Internacionais (Geary-Khamis) 1980-1991	100
Gráfico 17 - Orçamento de Defesa em Milhares de Dólares Americanos do Ano Corrente 1980-1991	101
Gráfico 16 - Efetivos Militares em Milhares 1980 - 1990	101
Gráfico 18 - Matriz Energética de Alemanha Ocidental (1980, 1985, 1990), França e Reino Unido (1980, 1985, 1991) em Porcentagem do Total de Energia Consumida	104
Gráfico 19 - Porcentagem das Exportações de Mercadorias por Região de Destino 1980-1991	

.....	106
Gráfico 20 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 1980-1991.....	107
Gráfico 21 – Tropas Estadunidenses na Europa 1992-2000.....	121
Gráfico 22 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Internacionais (Geary-Khamis) 1992-2000.....	122
Gráfico 23 - Efetivos Militares em Milhares 1992 -2000.....	123
Gráfico 24 - Orçamento de Defesa em Milhares de Dólares Americanos do Ano Corrente 1992-2000.....	123
Gráfico 25 - Matriz Energética de Alemanha, França e Reino Unido (1992, 1998, 2000) em Porcentagem do Total de Energia Consumida.....	126
Gráfico 26 – Porcentagem das Exportações de Bens e Serviços por Região de Destino 1992-2000.	128
Gráfico 27 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 1992-2000.....	130
Gráfico 28 - Militares Estadunidenses na Europa 2001-2015.....	154
Gráfico 29 – Produto Interno Bruto em Milhões de Dólares Constantes (2010) 2001-2015.	155
Gráfico 30 - Efetivos Militares em Milhares 2001-2015.....	156
Gráfico 31 - Gastos Militares em Bilhões de Dólares Americanos do Ano Corrente 2001-2015.....	156
Gráfico 32 - Matriz Energética de Alemanha, França e Reino Unido (2001, 2005, 2010, 2015) em Porcentagem do Total de Energia Consumida.....	159
Gráfico 33 - Porcentagem das Exportações de Bens por Região de Destino 2001-2015.....	163
Gráfico 34 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 2001-2015.....	165
Gráfico 35 - Militares Estadunidenses na Europa 2016-2022.....	188
Gráfico 36 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Correntes (2010) 2016-2020.....	191
Gráfico 38 - Orçamento de Defesa em Bilhões de Dólares Americanos do Ano Corrente 2016-2022.....	191
Gráfico 37 - Efetivos Militares em Milhares.....	191
Gráfico 39 - Matriz Energética de Alemanha, França e Reino Unido (2016, 2020) em Porcentagem do Total de Energia Consumida.....	197
Gráfico 40 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 2016-2020.....	201

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Estrutura Institucional da União Ocidental (WU).....	68
Organograma 2 - Estrutura Institucional da União da Europa Ocidental (WEU).....	76
Organograma 3 - União Europeia como instituída pelo Tratado da União Europeia (TEU) 1992	137
Organograma 4 - Estrutura de Defesa da União Europeia pós Conselho Europeu de Nice 2000	150
Organograma 5 – Estrutura de Defesa da União Europeia após Tratado de Lisboa 2009	177
Organograma 6 - Estrutura Institucional da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) da União Europeia	232
Organograma 7 – Estrutura de Comando da União Europeia (EU)	237
Organograma 8 - Estrutura Institucional Militar da Aliança do Atlântico Norte (NATO)	243
Organograma 9 - Cadeia de Comando Berlin Plus/ Pilar Europeu NATO.....	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores da Causalidade da Cooperação em Defesa na Europa Ocidental	49
Quadro 2 - Resumo da Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia	50
Quadro 3 - Perímetro de Ação das Iniciativas de Cooperação em Defesa Europeia (1945-1955).....	69
Quadro 4 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 1945-1955.....	76
Quadro 5 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 1956-1979.....	96
Quadro 6 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 1980-1991.....	116
Quadro 7 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 1992-2000.....	150
Quadro 8 - Processo de Incorporação da União da Europa Ocidental (WEU) na União Europeia (EU).....	178
Quadro 9 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 2001-2015.....	183
Quadro 10 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 2016-.....	223

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACO	Allied Command Operations
CARD	Coordinated Annual Review on Defence
CDP	Capability Development Plan
CFSP	Common Foreign and Security Policy
CFE	Treaty on Conventional Armed Forces in Europe
CivCom	Committee for Civilian Aspects of Crisis Management
CJTF	Combined Joint Task Forces
CMPD	The Crisis Management and Planning Directorate
COE	Council of Europe
COREPER	Comité des Représentants Permanents
COS	Chief of Staff
CPCC	Civilian Planning and Conduct Capability
CSCE	Conference on Security and Cooperation in Europe
CSDP	Common Security and Defence Policy
DSACEUR	Deputy Supreme Allied Commander Europe
EADS	European Aeronautic Defence and Space Company
EC	European Communities
ECSC	European Coal and Steel Community
EDA	European Defence Agency
EDC	European Defence Community
EDF	European Defence Fund
EEAS	European External Action Service
EEC	European Economic Community
EI2	European Intervention Initiative
ESDI	European Security and Defence Identity
ESDP	European Security and Defence Policy
ESS	European Security Strategy
EU	European Union
EUCOM	U.S European Command
EUGS	European Union Global Strategy
EU OPCEN	European Union Operations Centre
EUMC	European Union Military Committee

EUMS	European Union Military Staff
Euratom	European Atomic Energy Community
ESDU	European Security and Defence Union
ESS	European Security Strategy
HR/VP	High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy/Vice-President of the European Commission
INF	Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty
IMS	International Military Staff
JFCs	Joint Force Commands
JSEC	Joint Support and Enabling Command
LoI	Letter of Intention
MPCC	Military Planning and Conduct Capability
NAC	North Atlantic Council
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NPG	Nuclear Planning Group
NRF	NATO Response Force
PESCO	Permanent Structured Cooperation
PMO	Operational Military Partnership
PPEWU	Policy Planning and Early Warning Unit
OCCAR	Organisation Conjoint de Coopération en matière d'Armement
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC	Organization of the Petroleum Exporting Countries
OSCE	Organization for Security and Co-operation in Europe
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PMG	Politico-Military Group
PSC	Political and Security Committee
RMA	Revolution in Military Affairs
SALT	Strategic Arms Limitation Treaty
SDI	Strategic Defense Initiative
SEA	Single European Act
SG/HR	Secretary General/ High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe

SSC	Single Service Command
START	Strategic Arms Reduction Treaty
TEU	Treaty on European Union
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WEAG	Western European Armaments Group
WEU	Western European Union
WU	Western Union
WUCOS	Western Union Chiefs of Staff Committee

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ESTADO, ALINHAMENTO E AUTONOMIA: UM MODELO DE ANÁLISE	24
2.1	O ESTADO NA COOPERAÇÃO EM DEFESA EUROPEIA	25
2.2	ALINHAMENTO X RIVALIDADE: A COOPERAÇÃO EM DEFESA E A NATO	31
2.3	PARA UM MODELO DE ANÁLISE DA COOPERAÇÃO EM DEFESA EUROPEIA	38
3	COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA 1945-1991: AS VARIAÇÕES NO ALINHAMENTO EUROPEU	52
3.1	1945-1955: ADAPTAÇÃO À NOVA ESTRUTURA INTERNACIONAL	52
3.2	1956 – 1979: PILAR EUROPEU NA NATO?	79
3.3	1980 – 1990: ALIANÇA ATLÂNTICA E ALINHAMENTO EUROPEU	98
4	COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA 1992-2015: A BUSCA POR AUTONOMIA	118
4.1	ANOS 1990: APROXIMAÇÃO DAS ESFERAS DE COOPERAÇÃO E AUTONOMIA EUROPEIA?	118
4.2	ANOS 2000: APROFUNDAMENTO DA BUSCA POR AUTONOMIA EUROPEIA	153
5	COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA PÓS BREXIT	186
5.1	2016-2022: ALINHAMENTO OU AUTONOMIA EUROPEIA?	186
5.2	AS CAPACIDADES MILITARES NA EU E A RELAÇÃO COM A NATO	225
6	CONCLUSÃO	247
	REFERÊNCIAS	253

1 INTRODUÇÃO

A história do continente europeu é caracterizada por constantes momentos de conflito. O modelo de Estado nacional moderno se originou na Europa ocidental como forma de finalizar a chamada Guerra dos Trinta Anos através do Pacto de Vestfália (1648). O conflito faz, portanto, parte da formação do Estado nacional europeu (TILLY, 1990).

Atualmente, vivemos um período de mais de 75 anos de paz na parte ocidental do continente: desde 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial, esses países não travam guerras entre si. Para além da Organização do Tratado do Atlântico Norte (sigla em inglês, NATO), atualmente, essa região possui robusta estrutura de cooperação na área da defesa, com estruturas de comando e controle intergovernamentais, projetos conjuntos de aquisição, operações conjuntas extraterritoriais e inclusive uma estratégia global conjunta (EUROPEAN UNION - EU, 2016). Soma-se a isto, o fato de essa estrutura militar intergovernamental estar associada a uma estrutura supranacional de governança econômica, política, social e jurídica única no atual Sistema Internacional, a União Europeia (sigla em inglês, EU) e sua Política Comum de Segurança e Defesa (sigla em inglês, CSDP). A CSDP foi oficialmente institucionalizada dentro da estrutura da EU em 1999 no Conselho Europeu de Helsinki, substituindo, nos assuntos de defesa, a então União da Europa Ocidental (sigla em inglês, WEU) - institucionalizada em 1954, mas com sua origem na União Ocidental (sigla em inglês, WU) criada em 1948 com o Tratado de Bruxelas (EU, 1999b). Esse movimento formal de cooperação em defesa representa, pois, uma mudança significativa no padrão de interação entre Alemanha, França e Reino Unido, desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é explicar por que cooperar em defesa, como cooperar e por que se coopera dessa forma na Europa ocidental. Assim, é possível entender o princípio político da cooperação em defesa nesta região. Ou seja, visa-se explicar as diferentes formas de cooperação em defesa na Europa ocidental desde a Segunda Guerra Mundial (da WU à CSDP); sua relação com a NATO e as oportunidades que elas trouxeram para Alemanha, França e Reino Unido. Busca-se, assim, entender o atual modelo de cooperação em defesa europeu e prospectar os seus desdobramentos em uma era pós-Brexit. A escolha pela delimitação temporal da pesquisa a partir do pós-Segunda Guerra Mundial (1945-) se dá, pois, é um momento de mudança estrutural no Sistema Internacional e na distribuição de poder regional que se correlaciona com o início do desenvolvimento de instituições europeias de defesa. No nível de análise nacional, foca-se o estudo em Alemanha, França e Reino Unido por entender que estes países são os motores da cooperação em defesa por seu peso político,

militar, econômico e por sua centralidade nas aproximações prévias que resultaram nas instituições de defesa europeias ao longo do tempo¹ (DUKE, 2000; HOWORTH, 2007).

O tema da cooperação em defesa na Europa interliga diretamente as esferas científica e a de tomada de decisão; a teoria e a empiria. Isso porque, a cooperação é um fenômeno que afeta a formação de estruturas sociais e políticas, englobando dois grandes debates - um geral e um específico – que aparecem com maior ou menor intensidade de acordo com as dinâmicas internacionais, regionais e nacionais e que direcionam a forma da cooperação em defesa:

- a) debate acerca da centralidade ou não do Estado no processo de cooperação (a lógica supranacional vai substituir a nacional? Quem controla as dinâmicas e o ritmo da integração?) (ROSAMOND, 2000);
- b) debate sobre se a cooperação em defesa na Europa ocidental rivaliza ou não com a NATO e por isso, se impacta ou não na sua relação com os Estados Unidos (polo provedor de defesa europeia desde o pós-Segunda Guerra) (HOWORTH; KEELER, 2003; DUKE, 2000).

Conforme será demonstrado no capítulo 1, a literatura acerca deste tema apresenta três limitações: há viés empírico, temporal e setorial. Isso se deve porque, há predomínio da visão de que a cooperação política e econômica europeia substituiria as relações de poder até então predominantes no continente (ROSAMOND, 2000; EILSTRUP-SANGIOVANNI, 2006; KUROWSKA; BREUER, 2012). Por isso, o que é majoritariamente analisado pela literatura dos Estudos Europeus é a cooperação econômica e política, relegando a segundo plano a análise da cooperação em defesa. Ademais, a literatura lida com as diferentes formas e momentos da cooperação (pós-Segunda Guerra Mundial e pós-Guerra Fria) como fenômenos isolados ou apresentando somente os seus aspectos empíricos² (DUKE, 2000; FIOTT, 2015; DYSON, 2010).

¹ Alemanha, França e Reino Unido juntos, representam 53,3% do total de gastos em defesa na Europa (com as respectivas porcentagens de 16%, 16,9% e 20,4%). Acrescentando Itália (9,6%), Países Baixos (4,2%), Espanha (3,9%) e Polônia (3,8), apenas sete países representam 74,8% do orçamento de defesa de todo o continente europeu (incluindo a Turquia) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS, 2022). Este fato demonstra que a atual cooperação em defesa europeia (a CSDP) pode ser altamente impactada pela forma como os países centrais contribuem para os seus projetos e operações militares. Convém explicitar que, mesmo que na atual conjuntura, haja tendência de aumento da importância geopolítica da fronteira leste da EU e da NATO, frente ao aumento da percepção de ameaça russa, com a Polônia agindo de forma ativa nas soluções nesta área; ainda assim, o país não apresenta liderança central nas iniciativas de cooperação em defesa dentro da EU.

² Estes trabalhos se debruçam sob a apresentação de questões substanciais, como as missões militares da EU (MERLINGEN; OSTRUSKAITE, 2008), suas instituições (FIOTT; ZEISS, 2021; GREVI, KEOHANE, 2009; KEUKELEIRE; MACNAUGHTAN, 2008; HOWORTH, 2007); o relacionamento entre os países na estrutura da CSDP (BACIU; DOYLE, 2019; FIOTT, 2015) ou a relação das instituições europeias com a NATO (HOWORTH; MENON, 1997).

Ao se tratar da cooperação em defesa na Europa ocidental como um projeto isolado, iniciado apenas no pós-Guerra Fria e assim, temporalmente, posterior ao aprofundamento da cooperação econômica (KEUKELEIRE; MACNAUGHTAN, 2008), pode-se levar à interpretação de que ela se originaria do transbordamento das instituições econômicas. Há, portanto, espaço para desenvolver análise que interligue a substância (empíria) da cooperação em defesa com pressupostos teóricos – especialmente sob abordagem teórica estatocêntrica e estrutural – unindo os diferentes momentos da cooperação (pós-Segunda Guerra Mundial e pós-Guerra Fria) como etapas do mesmo processo. Chama atenção que não há, na literatura de cooperação em defesa na Europa, consenso sobre o que o termo cooperação ou integração significa. Esse objetivo nem mesmo é buscado por parte dos autores. É o debate sobre o que as instituições de defesa representam que engloba implicitamente o que cada autor(a) entende por cooperação e/ou integração³. Conforme demonstrado na seção 2.3, entende-se ‘cooperação em defesa na Europa ocidental’ como um processo de aproximação entre Estados soberanos na esfera civil-militar, que dependendo da estrutura do Sistema Internacional hora se aproxima de uma configuração de autonomia (com funções de ator no Sistema Internacional) e hora de alinhamento (com funções de espectador no Sistema Internacional).

Parte da racionalidade em analisar a cooperação em defesa na Europa ocidental apenas após o fim da Guerra Fria e conseqüentemente após maior institucionalização na região (com a criação de uma estrutura institucional central para a cooperação econômica, jurídica e política (a EU), se relaciona com o fato de que há diferentes visões teóricas no campo das Relações Internacionais acerca de como utilizar o nível regional em suas análises. O realismo estrutural de Kenneth Waltz (2000), ao visualizar somente dois atores nas dinâmicas internacionais (o Estado e o Sistema Internacional), desacopla a territorialidade e a geopolítica da classificação das unidades do sistema; não conferindo, portanto, capacidade de ator para o nível regional e nem o utilizando em suas análises. Os institucionalistas como Keohane e Nye (1971) visualizam a região como atores no Sistema Internacional apenas no sentido institucional. Ou seja, utilizam o nível regional em suas análises apenas diretamente interligado com as suas instituições. Já os construtivistas convencionais Buzan e Weaver (2003) desenvolvem uma análise que separa a territorialidade (isto é, a organização geográfica

³ Na literatura de política internacional a visão mais comum é a de que ‘integração’ e ‘cooperação’ seriam pontos opostos em um espectro contínuo, no qual ‘integração’ seria um estágio mais avançado do regionalismo (com as instituições supranacionais tendo centralidade) e ‘cooperação’ seriam processos nos quais as dinâmicas são estatocêntricas. Por esta visão, os esforços teóricos no campo da política internacional no pós-Guerra Fria teriam como desafio entender e explicar por que, em determinados assuntos e períodos, o regionalismo se moveria de um lado do espectro para outro (BÖRZEL, 2016, p. 12-13).

das unidades do sistema), do seu nível de institucionalização⁴. Demonstram, assim, que é possível desenvolver uma análise em que o conceito de região se diferencia de sua configuração como unidade no Sistema Internacional (ou seja, de sua capacidade de agência). Dessa forma, utilizar a região como nível de análise, está diretamente interligado com a sua territorialidade/geografia, enquanto a sua capacidade de agência no sistema, está interligada com o seu nível de institucionalização (que pode variar ao longo do tempo).

Portanto, utilizando o realismo neoclássico, o presente trabalho visa trazer uma abordagem que explique a cooperação em defesa mantendo a centralidade do Estado e levando em consideração três níveis de análise: estrutura internacional, distribuição de poder regional e capacidade estatal. Aborda-se a cooperação em defesa como um processo amplo, diretamente interligado à estrutura do Sistema Internacional. Desses três níveis, estruturam-se as variáveis que, através dos seus mecanismos causais, atuam na cooperação em defesa europeia. A saber: ‘presença dos Estados Unidos’; ‘aproximação entre Alemanha, França e Reino Unido’ e ‘capacidade estatal de acessar os recursos necessários para responder a eventuais ameaças’. **Argumenta-se** que as instituições de cooperação em defesa na Europa ocidental foram criadas porque, desde a Segunda Guerra Mundial, os países europeus não têm conseguido lidar sozinhos com as suas ameaças e a extensão de poder das Grandes Potências. A função delas é, então, servir de plataforma para reforçar a capacidade de resposta dos Estados às ameaças e é complementar à NATO. Assim, a cooperação em defesa é uma estratégia inovativa do Estado Nação na Europa para lidar com as pressões internacionais, a fim de otimizar e fortalecer capital financeiro e político. Isso posto, esse trabalho visa demonstrar que a cooperação em defesa é um processo que se iniciou antes mesmo da criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e da cooperação econômica. Por isso, pode continuar mesmo com o Brexit.

Defende-se, pois, a **tese** de que a estrutura internacional, a distribuição de poder regional e a capacidade estatal de Alemanha, França e Reino Unido atuam complementarmente - através de suas variáveis e mecanismos causais - gerando os principais constrangimentos, estímulos e variações que determinam a forma e a temporalidade da

⁴ “As unidades (de qualquer tipo) devem ter um grau relativamente alto de qualidade de ator independente. As regiões, quase que definidas, devem ser compostas de conjuntos geograficamente agrupados de tais unidades, e estes conjuntos devem estar embutidos em um sistema maior, que tem uma estrutura própria. As regiões têm uma posição analítica, e até mesmo ontológica, mas não têm qualidade de ator” (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 27, tradução nossa). Do original em inglês: “Units (of whatever kind) must have a fairly high degree of independent actor quality. Regions, almost however defined, must be composed of geographically clustered sets of such units, and these clusters must be embedded in a larger system, which has a structure of its own. Regions have analytical, and even ontological, standing, but they do not have actor quality” (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 27).

cooperação em defesa na Europa ocidental. Essa tese é transformada em modelo de análise e aplicada no estudo de três configurações da estrutura do Sistema Internacional⁵ - que condizem com acontecimentos significativos na cooperação em defesa na Europa ocidental. Visa-se, assim, verificar como a estrutura opera nas interações regionais e validar ou não a hipótese de trabalho. Parte-se da **pergunta de pesquisa**: por que Alemanha, França e Reino Unido cooperam em defesa no âmbito europeu desde o pós-Segunda Guerra Mundial? Trabalha-se com a **hipótese** de que os três países cooperam na área da defesa, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, por três motivos principais:

- a) buscam melhorar a sua capacidade estatal para responder às ameaças;
- b) buscam melhorar as suas respectivas posições na NATO e
- c) são atores regionais com ameaças e capacidades materiais similares.

Para tanto, utiliza-se como **método** observacional, a construção de um modelo analítico de tipo ideal como forma de interpretar os dados coletados através da observação de padrões e da abstração a fim de diminuir a sua complexidade e assim poder analisá-los. Ordena-se os dados empíricos de acordo com o modelo criado. A validade desse modelo não se dá primariamente na correspondência direta dele com a realidade empírica, mas sim na sua capacidade pragmática de ordenar de forma lógica e coerente os fatos (JACKSON, 2011). Essa metodologia é resultado da visão metateórica de Kenneth Waltz sobre o que é uma teoria. Para Waltz, teoria seria um instrumento para lidar – no nível analítico - com a realidade complexa e produzir conhecimento que poderá ser transformado em conceitos para voltar a ser aplicado na análise de outros fatos empíricos (WALTZ, 1990). Ao resultado metodológico dessa visão, Jackson (2011) dá o nome de analiticismo. Convém ressaltar que a pesquisa aqui desenvolvida se utiliza da visão metateórica de Kenneth Waltz sobre o papel de uma teoria, mas não compartilha de sua visão teórica acerca das Relações Internacionais, por entender que o realismo estrutural não dá conta de analisar as especificidades empíricas regionais⁶.

O foco da pesquisa aqui apresentada se dá em como os mecanismos causais das variáveis elencadas geram o efeito analisado. Analisa-se, assim, a causalidade da cooperação em defesa na Europa ocidental. Portanto, o argumento do trabalho é desenvolvido em três níveis de análise (estrutura internacional, distribuição de poder regional e capacidade estatal)

⁵ A saber: 1) o pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, com a sua estrutura bipolar e a institucionalização da União Ocidental (WU), da NATO e da União da Europa Ocidental (WEU); 2) o imediato pós-Guerra Fria, com a sua estrutura unipolar e a aproximação de todas as esferas da cooperação europeia (econômica, política, securitária, energética e de defesa) sob a estrutura da EU e 3) a estrutura multipolar potencializada a partir dos anos 2010 que trouxe o Brexit.

⁶ A empiria diz respeito à substância, ao que vivemos e sentimos. As teorias propõem fundamentos para a realidade empírica e nos proporcionam instrumentos para analisá-la. Por fim, a metateoria diz respeito às bases, aos fundamentos das teorias e é composta pela ontologia, epistemologia, metodologia e método.

e em quatro etapas que correspondem aos mecanismos causais de cada variável independente.

Na etapa 1, visa-se rastrear através de inferências causais, como a estrutura do Sistema Internacional através da sua variável ‘presença dos Estados Unidos’ e do seu mecanismo causal ‘busca por sobrevivência - e se ela garantida, busca por maximizar lucro’ - impactou no desenvolvimento das instituições de defesa na Europa ocidental ao longo do tempo. Na etapa 2, rastreia-se como as oportunidades de alinhamento regional advindas da distribuição de poder na Europa e ocorridas através da aproximação entre Alemanha, França e Reino Unido durante e após a Guerra Fria impactaram nas instituições de defesa europeias. Na etapa 3, parte-se para o rastreamento de como a propensão de Alemanha, França e Reino Unido para cooperar com parceiros europeus (advinda de suas capacidades de acessar os recursos necessários para responder a eventuais ameaças) impactou nas instituições de defesa europeias. Por fim, analisa-se a evolução e a variação das iniciativas e das instituições de defesa na Europa ocidental e de suas capacidades militares durante e após a Guerra Fria, interligando aos achados das etapas anteriores. Como os três níveis de análise, as suas variáveis e os seus mecanismos causais estão interligados, produzindo uma estrutura multicausal para a cooperação em defesa europeia, os indicadores de um (separados apenas para esforço analítico) impactam nos outros dois. A seção 1.3 apresenta de forma detalhada o modelo de análise aqui proposto e os seus indicadores.

Como **técnicas de pesquisa** utiliza-se:

- a) rastreamento de processo (BENNET; CHECKEL, 2015);
- b) análise de documentos primários (doutrina declarada dos países, discursos na área da defesa, correspondências e documentos oficiais) e de literatura especializada em cooperação em defesa e Estudos Europeus;
- c) pesquisa de campo em pontos chave para a Alemanha nazista (como o campo de concentração de Dachau e o Centro de Documentação do Partido Nazista); nos principais pontos da ocupação Aliada em Berlim e Frankfurt; no Parlamento Alemão; no Museu da República Democrática da Alemanha; no arquivo político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e nas Universidades Ludwig-Maximilians-Universität München (LMU München) e Julius-Maximilians-Universität Würzburg e 4) dados de pesquisa de campo desenvolvida em 2017 no quartel-general da NATO em Bruxelas, no Estado-Maior da União Europeia (EUMS), no Parlamento Europeu e através de entrevista em profundidade semiestruturada com três militares europeus: Coronel Peter Kallert, então Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia; Coronel Holger Koch, então Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente

da Alemanha junto à União Europeia e por motivos de confidencialidade, o terceiro militar não quis ser citado.

Ao desenvolver um modelo analítico estatocêntrico para explicar as instituições de defesa e os ativos militares da Europa ocidental, a pesquisa contribui para o entendimento da cooperação em defesa como estratégia escolhida pelos principais países europeus tendo em vista às dinâmicas internacionais e os recursos nacionais em cada período histórico. Visa-se compreender as especificidades que levaram o continente a desenvolver estruturas institucionais de cooperação em defesa; contribuindo, pois, para os debates teóricos sobre as variáveis necessárias para a análise da cooperação em defesa na Europa ocidental. Espera-se, assim, fornecer base sólida para o estudo da cooperação em defesa europeia num ambiente pós-Brexit e da sua relação com a NATO. Ao analisar os padrões de ação destes países e como eles se relacionam com os polos de poder mundial; pode-se verificar possíveis espaços de barganha para o Brasil no Sistema Internacional. Ainda no que tange à tomada de decisão brasileira, o conhecimento é relevante, dada a presença europeia no entorno estratégico brasileiro e às parcerias militares com França, Alemanha e Suécia. Por fim, a pesquisa demonstra que a ação conjunta para problemas comuns pode ser uma via possível para lidar com as pressões advindas do Sistema Internacional de forma a otimizar capital financeiro e a fortalecer capital político.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução, da seção teórica e da conclusão – todos separados com base em diferentes configurações de polaridade e internamente, em diferentes configurações de interação⁷. No capítulo teórico, será demonstrado os dois grandes debates que o tema da cooperação em defesa na Europa levanta, evidenciando onde a presente pesquisa se insere e quais as suas contribuições ao campo de estudo. Os demais capítulos foram separados com base nas diferentes configurações das três variáveis causais elencadas, que se correlacionam com diferentes configurações institucionais da cooperação em defesa na Europa ocidental:

- a) no capítulo 2, o enfoque se dá na cooperação em defesa europeia sob a estrutura internacional bipolar do pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria;
- b) no capítulo 3, sob a estrutura internacional unipolar do imediato pós-Guerra Fria e

⁷ Devido à complexidade da realidade empírica, qualquer periodização é arbitrária. Todavia, o critério utilizado foi a detecção de pontos de inflexão importantes para a Europa. Portanto, os fatos que marcam essas mudanças podem não ser os mais dramáticos do ponto de vista do Sistema Internacional, mas são os mais dramáticos para a Europa. Ou seja, são eventos que englobam as mudanças de interação e de polaridade e seus efeitos na região.

- c) no capítulo 4, sob a estrutura internacional multipolar a partir do Brexit. Por último, conclui-se acerca da validade do modelo teórico e das limitações da pesquisa. Ou seja, acerca das diferentes formas de cooperação em defesa na Europa ocidental desde a Segunda Guerra Mundial; da sua relação com a NATO e das oportunidades que elas trouxeram para Alemanha, França e Reino Unido.

Tendo em vista, as inúmeras siglas utilizadas no campo da defesa, optou-se pela utilização de suas versões em inglês, a fim de manter a padronização internacional e facilitar o entendimento da(o) leitor(a). Ademais, os termos em português encontram-se padronizados no idioma português oficial da União Europeia (EU).

2 ESTADO, ALINHAMENTO E AUTONOMIA: UM MODELO DE ANÁLISE

Dois grandes debates se impõem quando tratamos do tema da cooperação em defesa na Europa ocidental:

- a) Supranacional x Nacional. Isto é, se há ou não centralidade do Estado uma vez institucionalizada a cooperação e
- b) Alinhamento x Rivalidade. Ou seja, se ela rivaliza ou não com a NATO.

Há três limitações nessa literatura que dificultam análises de longo prazo. Há viés empírico, temporal e setorial. Isso se deve porque, há predomínio da visão de que a cooperação política e econômica europeia substituiria as relações de poder até então predominantes no continente (ROSAMOND, 2000; EILSTRUP-SANGIOVANI, 2006; KUROWSKA; BREUER, 2012). Por isso, o que é majoritariamente analisado pela literatura dos Estudos Europeus é a cooperação econômica e política, relegando a segundo plano a análise da cooperação em defesa (vista como sinônimo de NATO). É somente no fim dos anos 1990, após significativa retirada de militares estadunidenses da parte ocidental do continente e o posterior aprofundamento da cooperação em defesa dentro da União Europeia (EU), que a literatura dedicou maior atenção à cooperação em defesa também como um projeto europeu. Dessas, as que possuem intenção de abstração e construção de modelos analíticos se resumem em aplicar as visões desenvolvidas para a análise da cooperação econômica e política à defesa e se focam nas iniciativas de cooperação que se desenvolveram somente dentro da EU (KUROWSKA; BREUER, 2012). Isso pode levar à interpretação (mesmo que alguns autores defendam o contrário) de que a cooperação em defesa foi resultado, já que temporalmente ela viria depois, do transbordamento da cooperação nas outras esferas.

Faltam abordagens que tratam a cooperação em defesa na Europa ocidental como um movimento sistêmico e contínuo, que ocorreu antes mesmo do início da cooperação econômica e que adota diferentes formas ao longo do tempo. Ademais, a literatura especializada se foca somente na análise dos instrumentos de cooperação em defesa (criação de identidade, acordo de elites ou barganha intergovernamental) e não em como esses instrumentos se interligam com as causas que levam à cooperação (ROSAMOND, 2000; HOWORTH, 2007; KUROWSKA; BREUER, 2012). Por isso, há contínuas adaptações das análises conforme mudanças no processo de cooperação ocorrem. Tem-se, portanto, espaço para construção de modelo de análise que leve em consideração as especificidades da área da defesa e que aborde a cooperação em defesa na Europa ocidental como um fenômeno sistêmico, iniciado já no pós-Segunda Guerra Mundial.

2.1 O ESTADO NA COOPERAÇÃO EM DEFESA EUROPEIA

Há, sucintamente, três visões na literatura sobre a posição do Estado no processo de cooperação em defesa: a que defende que uma vez iniciado o processo de cooperação, as instituições adquirem dinâmica própria (HOFFMAN, 2012); a que defende que iniciada a cooperação são as construções sociais que ganham centralidade no processo (BISCOP; NORHEIM-MARTINSEN, 2012) e a que defende que há centralidade do Estado na criação e no controle das dinâmicas institucionais (HYDE-PRICE, 2012). Estas visões utilizam argumentos advindos das teorias de política internacional (institucionalismo, construtivismo e realismo) e desses argumentos aplicados para o caso europeu. Isso é, a centralidade ou não do Estado (intergovernamentalismo ou supranacionalismo) gera diferentes mecanismos, através dos quais a cooperação europeia ocorreria.

A literatura que argumenta que uma vez institucionalizada a cooperação em defesa, são os interesses criados nessas instituições que irão administrar o ritmo, as dinâmicas e o aprofundamento da cooperação, adotam pressupostos da visão neofuncionalista de Ernst Haas (1968) nos Estudos Europeus e do institucionalismo neoliberal de Keohane e Nye (1971) na literatura de política internacional. A base dessa argumentação é que o Estado não seria um ator unitário e que atores não estatais (como grupos de poder internos) também teriam agência nas relações internacionais e assim moldariam as ações estatais (KEOHANE; NYE, 1971; HAAS, 1968).

Para Haas (1968), a crescente globalização e interdependência econômica dos países europeus levaria a necessidades técnicas que o Estado nacional não teria capacidade de gerenciar. Ademais, haveria a compatibilidade de interesses entre as elites econômicas dos países. Portanto, surgiria a necessidade de construção de instituições supranacionais que lidassem com esta realidade econômica. Assim, a construção de soluções institucionais funcionais no setor econômico, desenvolveria movimento próprio, transbordando (spill-over) para outros setores devido ao acordo político necessário para implementação das decisões técnicas. Por conseguinte, os atores baseados em estruturas políticas nacionais, transfeririam a sua lealdade para um centro de autoridade política a nível regional (HAAS, 1968). Assim, seriam as próprias instituições supranacionais que teriam papel catalizador para o aprofundamento da cooperação. Portanto, por essa visão, a cooperação seria mais facilmente alcançada nas áreas em que há alta atividade transnacional. Tal argumentação foi predominante nos Estudos Europeus durante os anos 1950-1960, mas a crise econômica nos anos 1970, a ressurgência de sentimentos nacionalistas e a própria experiência empírica

européia, fizeram com que a teoria sofresse revisões e com que as vertentes intergovernamentalistas ganhassem espaço (ROSAMOND, 2000).

Ao buscar a aplicação das visões institucionais à cooperação em defesa na Europa ocidental, percebe-se que elas têm pouco poder explicativo. Pois, mesmo que existam modos de cooperação transnacionais nessa área (por exemplo, entre as indústrias de defesa nacionais na Agência de Defesa Europeia ou na PESCO), eles não são fundamentais para a criação e manutenção das instituições regionais. As indústrias de defesa são dependentes dos Estados, porque eles detêm o monopólio da força, sendo os seus principais compradores. As suas atividades transnacionais necessitam, portanto, do consentimento dos governos nacionais, o que dificulta a interdependência entre forças econômicas transnacionais. É a partir desta constatação que Stephani Hofmann (2012), adequa a análise supranacional ao sair do enfoque nas elites econômicas, para um enfoque nas elites políticas governamentais como elemento central para a cooperação em defesa, desenvolvendo uma abordagem transgovernamental.

Segundo a autora, além das dinâmicas formais institucionais, haveria também procedimentos informais que agiriam diretamente na formulação e tomada de decisão em defesa na União Europeia (EU). Por exemplo, a busca por consenso e a cultura institucional de busca por resolução de conflitos (HOFMAN, 2012). Haveria uma rede densa de relações sociais entre atores governamentais estatais em paralelo aos encontros formais do Conselho, que agiriam fomentando agendas (MÉRAND; HOFMANN; IRONDELLE, 2010). Todavia, como será demonstrado ao longo do trabalho, a necessidade de consenso entre os embaixadores no Comitê Político e de Segurança (da sigla em inglês, PSC) da EU se dá justamente devido à centralidade dos governos nacionais na tomada de decisão em defesa. A cooperação em defesa na EU possui estrutura majoritariamente intergovernamental e para funcionar requer base comum consensual. Essa parece ser uma prerrogativa da natureza intergovernamental da cooperação em defesa e não um mecanismo informal criado de forma espontânea pelas relações transgovernamentais.

Eles (*os embaixadores*), juntamente com um grupo de burocratas da União Europeia, são cruciais para manter os laços entre todos os atores cujo portfólio é dominado por questões de política de segurança europeia. Como resultado, a esfera política da CSDP começou a assemelhar-se a uma forma fraca de transgovernamentalismo ao longo dos últimos anos. Em suma, encontramos alto grau de atenção governamental dedicada a algumas questões - como a criação inicial da CSDP e as negociações em torno da guerra do Iraque, Rússia ou Estados Unidos. No entanto, a interação cotidiana de formuladores de políticas e formadores de decisão também tem impacto sobre a CSDP (HOFMAN, 2012, p. 43-44, tradução nossa)¹.

¹ Do original em inglês: “They, together with a group of EU bureaucrats, are crucial in maintaining ties among all actors whose portfolio is dominated by questions of European security policy. As a result, the CSDP policy

Ou seja, as análises com centralidade das instituições no processo de cooperação em defesa podem ter a validade de trazer para debate variáveis e instrumentos presentes no processo de cooperação, mas estas variáveis não parecem ser suficientes para explicar o porquê da cooperação em defesa e nem a sua temporalidade.

Outra visão que retira o foco do controle estatal sob o processo de cooperação são as vertentes não racionais, que trazem para análise a (inter)subjetividade dos atores (normas, identidades, culturas e contexto social) como importantes elementos da formulação de política. Essas abordagens ganharam espaço com o aprofundamento da cooperação social e política na EU nos anos 1990 (EILSTRUP-SANGIOVANI, 2006). O foco delas recaí sob a construção coletiva das regras e normas que guiariam o comportamento político, partindo de uma ontologia em que seria possível a modificação das realidades sociais através destas dinâmicas (HOLLIS; SMITH, 1990; GUZZINI, 2012).

As abordagens construtivistas se baseiam na análise da criação das identidades políticas na Europa, no papel das ideias no processo de integração e no processo de ‘europeização’ (nome dado ao processo de socialização dos agentes nacionais através da interação com as instituições europeias que alterariam o seu comportamento ao longo do tempo). O principal argumento dessa vertente é que uma vez criada pelos Estados, as instituições teriam poder de transformação do sistema europeu e das suas unidades constitutivas, o que acabaria modificando a identidade das partes individuais (EILSTRUP-SANGIOVANI, 2006; BREUER, 2012). É interessante notar que, quando aplicadas diretamente na análise da cooperação em defesa, essas abordagens parecem relaxar a proposição do poder de direcionamento que essas esferas intersubjetivas teriam na institucionalização da cooperação, argumentando que um modelo analítico com centralidade do Estado é útil para analisar a criação (causas) da cooperação em defesa na EU e a barganha que ocorre em sua ampla estrutura. Mas, argumentam que para se analisar o dia a dia (as dinâmicas) das instituições em defesa, a abordagem racionalista não seria suficiente (BREUER, 2012).

Para as vertentes com centralidade das construções sociais no processo de cooperação em defesa, a socialização (entendida como um processo de indução de atores em normas e regras de uma dada comunidade) possibilita aos agentes transcenderem a lógica de consequências para uma de apropriação. Assim, os atores incorporam as regras, as quais

domain has started resembling a weak form of transgovernmentalism over the last years. In sum, we find a high degree of governmental attention devoted to some issues – such as the initial creation of CSDP and negotiations revolving around the Iraq war, Russia or the United States. However, the everyday interaction of policymakers and decision- shapers also has an impact on CSDP” (HOFMAN, 2012, p. 43-44).

moldam as suas ações, percepções e preferências (BREUER, 2012). Breuer (2012) argumenta que ainda que a cooperação em defesa na EU seja direcionada pelos Estados, o processo de tomada de decisão e a aplicação dessas decisões a nível regional acaba criando uma lógica própria e que impacta na forma como os Estados irão agir e rever a sua identidade (processo que a autora classifica como ‘bruxelização’, sinónimo de europeização e socialização). Seria um processo de retroalimentação, no qual a tomada de decisão regional impacta indiretamente na formulação de política dos Estados, que voltam a negociar nas altas esferas da EU. Temos, novamente, uma abordagem que foca no instrumento da cooperação e não em sua causa ou temporalidade.

Outra abordagem direcionada especificamente para o campo dos Estudos de Defesa, que também dá papel central às construções sociais e encontra espaço nos Estudos Europeus é a abordagem da cultura estratégica (BISCOP; NORHEIM-MARTINSEN, 2012). Ela entende que com o processo de socialização dos acordos e aproximações formais e informais no campo militar na EU, estaria a se produzir um entendimento comum de identidade de defesa e de ameaças, fazendo com que o bloco haja de forma convergente e que produza uma estratégia comum entre os seus membros (BISCOP; NORHEIM-MARTINSEN, 2012). Biscop e Norheim-Martinsen (2012) se focam na relação entre meios e fins - em vez de se focar somente no carácter dos meios (se civis ou militares) - como elemento definidor da EU como um ator internacional. Para eles, incluir a cultura estratégica como elemento central na análise da cooperação em defesa, permitiria acomodar algumas das características normativas e ideacionais do bloco nessa esfera. Ou seja, sob as visões construtivistas, a Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP), possuiria, além de uma face voltada para as relações exteriores da EU e seus membros, também uma face interna, configurando-se como um instrumento do bloco para se manter e se reproduzir através da homogeneização das estratégias de seus membros.

Todavia, os próprios autores ao analisarem a Estratégia Europeia de Segurança (da sigla em inglês ESS), argumentam que ela é um documento sobre como fazer (meios) e não sobre o que fazer e que ela é apenas a estruturação do que já vinha sendo feito pelos países antes da institucionalização na EU (BISCOP; NORHEIM-MARTINSEN, 2012). Por essas razões, não haveria como mensurar as implicações práticas do documento e, portanto, a existência da estratégia conjunta não seria o suficiente para conferir à EU o poder de agência em alcançar uma cultura estratégica única entre os seus membros. Os autores se perguntam então, se a União quer ou não se transformar em um agente estratégico internacional, uma vez que faltaria engajamento dos Estados na construção uma cultura estratégica que foque nos

objetivos e não só nos meios (BISCOP; NORHEIM-MARTINSEN, 2012). A própria conclusão dos autores demonstra que, de fato, as instituições europeias na área da defesa não parecem desenvolver um processo de europeização que leve a uma cultura estratégica única (BISCOP; NORHEIM-MARTINSEN, 2012) – o que abre espaço para a argumentação de que a CSDP pode ser apenas um meio (instrumento) dos Estados e não um fim. A análise dos autores se transforma, pois, em uma agenda propositiva para a EU, e não a constatação empírica do seu poder de agência.

Por fim, as visões que defendem a centralidade do Estado no processo de cooperação em defesa, partem de uma visão positivista da ciência, na qual a natureza anárquica do Sistema Internacional pressiona os Estados a agirem de forma a maximizar os seus interesses nacionais baseados em relações de poder relativo, uma vez que dependem da autoajuda para sobreviverem (MEARSHEIMER, 1995). Para essa vertente, os fatores causais da cooperação e após a sua estruturação, os principais fatores que condicionam o seu processo, são os mesmos: os interesses estatais frente a um ambiente de anarquia. Portanto, as instituições não produziram efeitos independentes no comportamento estatal. Assim, em contraste com as visões funcionalistas, o intergovernamentalismo nos Estudos Europeus argumenta que os países negociam na esfera internacional com uma posição coerente e coordenada nacionalmente e não através de grupos de pressão supranacional (HOFFMAN, 1966). As organizações internacionais são vistas apenas como facilitadoras da cooperação. Ou seja, não haveria etapas progressivas com uma lógica natural e independente de aprofundamento da cooperação. Portanto, a barganha intergovernamental seria a força geradora da integração e de suas instituições (MORAVCSIK, 1993). Para Andrew Moravcsik (1993), o comportamento dos Estados refletiria as ações racionais dos governos constrangidos internamente pelas pressões da sociedade e externamente pelo ambiente estratégico. A análise das instituições europeias se daria, dessa forma, através da análise de seus países membros mais poderosos.

As visões intergovernamentalistas tendem a ser a voz crítica nos Estudos Europeus, pois desafiam as visões predominantes desde o fim da Guerra Fria de que a EU poderia ser capaz de transcender a lógica das relações de poder. É com o aprofundamento da estrutura de defesa da EU durante os anos 2000 e a sua projeção externa que há também a estruturação de análises realistas aplicadas à cooperação nesta esfera. Hyde-Price (2012), ao desenvolver uma abordagem estruturalista para a cooperação em defesa, inicia o direcionamento do debate para as causas da cooperação em defesa e não somente para o seu processo. Para o autor, a cooperação em defesa na Europa ocidental foi possível, pois com o fim do polo de poder soviético e a retirada de militares estadunidenses do continente, houve o descongelamento de

crises na Europa do leste. Dessa forma, houve um vazio de poder, ao qual o bloco teve de se adaptar para se inserir e assim, manter a sua segurança. Ao se retirar o foco somente da região ou dos Estados e levá-lo também ao Sistema Internacional, pode-se encontrar padrões recorrentes de comportamento no tempo. Todavia, como o próprio autor argumenta, essa abordagem não permite analisar de que forma essa pressão estrutural é transformada em ação pelos países na formulação de sua política externa (HYDE-PRICE, 2012). Ou seja, ela não dá conta da temporalidade da cooperação em defesa e nem das especificidades da região ao responder às pressões estruturais. Por isso também, outras abordagens realistas estruturais que adotam os pressupostos da balança de poder e que se focam em outras regiões do mundo não são adequadas para a análise do caso europeu (REZENDE, 2015).

Aplicando o realismo clássico, Sten Rynning (2011) argumenta que a Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) é resultado das mudanças operadas nos Estados europeus pela sua história e escolhas políticas. A CSDP seria uma medida criada para lidar com a fraqueza interior dos Estados e não com o seu poderio externo, pois ela seria reflexo da erosão do poder político da Europa. A grande contribuição do autor é trazer para debate a necessidade de se focar também na análise de variáveis específicas de cada Estado e não somente naquelas a nível internacional. A CSDP seria a forma de o Ocidente lidar com desafios conjuntos entre os seus membros: acomodar a nova Ásia e seus desafios para a governança global (RYNNING, 2011). Segundo o autor, tendo em vista a história europeia de guerras, a cooperação no continente não poderia se desenvolver na direção de uma estrutura supranacional. Pois, a própria EU cultivaria deliberadamente esse contraste entre cooperação e conflito, porque ele justificaria a sua própria existência. Por não se focar na determinação de padrões de comportamento ao longo do tempo e sim na contextualização das ações estatais, o realismo clássico não visa desenvolver capacidade preditiva acerca da CSDP. Como o próprio autor argumenta:

Isso é até onde o realismo clássico nos levará, ou seja, em resumo, uma compreensão do poder e sua motivação e, mais concretamente, da CSDP como uma comunidade de poder negociada e em desenvolvimento, cujo destino na arena euro-atlântica é incerto. [...] O realismo clássico não pode prever o que acontecerá com a CSDP, nem faz a tentativa (o realismo estrutural tenta, mas é pouco). Em vez disso, ele oferece insights e um entendimento no qual estadistas, acadêmicos e outros podem confiar para suas avaliações da realidade atual (RYNNING, 2011, p. 32, tradução nossa)².

² Do original em inglês: “This is about as far as classical realism will take us, which is to say in the abstract an understanding of power and its motivation and more concretely of the CSDP as a negotiated and unfolding community of power whose fate in the Euro-Atlantic arena is uncertain. [...] Classical realism cannot predict what will happen to the CSDP, nor does it make the attempt (structural realism tries but comes up short). Instead, it offers insights and an understanding that statesmen, academics, and others can rely on in their assessments of current realities” (RYNNING, 2011, p. 32).

Além dos trabalhos apresentados (de cada visão acerca do papel do Estado na cooperação em defesa) que possuem pretensões de abstração para desenvolvimentos teóricos, há também, trabalhos que se focam na apresentação da substância da cooperação em defesa na Europa ocidental, como: as missões militares da EU (MERLINGEN; OSTRAUSKAITE, 2008) e suas instituições (GREVI; KEOHANE, 2009; KEUKELEIRE; MACNAUGHTAN, 2008; HOWORTH, 2007); o relacionamento entre os países na estrutura da CSDP (FIOTT, 2015; FIOTT; ZEISS, 2021); a relação das instituições europeias com a NATO (RETTNER *et al.*, 2021; HOWORTH; MENON, 1997) ou o processo de negociação (desde o pós-Segunda Guerra Mundial) entre os governos europeus e deles com o estado-unidense para a construção das instituições de defesa europeias (DUKE, 2000).

Em suma, objetivou-se demonstrar nessa subseção, que o campo dos Estudos Europeus focado na área da defesa, carece de modelos de análise próprios que se foquem não somente nos instrumentos de cooperação, mas também em como as causas geram os resultados esperados e que não trate as diferentes formas e momentos da cooperação (pós-Segunda Guerra Mundial e pós-Guerra Fria) como fenômenos isolados. Nesse sentido, a utilização de uma análise estrutural que nos permita acessar os padrões da cooperação em defesa, juntamente com uma abordagem que acrescente o contexto estatal e regional para tais ações, se torna um instrumento útil para explicar e para prospectar futuros desdobramentos nessa esfera. Portanto, conforme será demonstrado na seção 1.3, optou-se por desenvolver um modelo realista neoclássico para a cooperação em defesa europeia.

2.2 ALINHAMENTO X RIVALIDADE: A COOPERAÇÃO EM DEFESA E A NATO

Desde o início da estruturação da cooperação em defesa europeia, no pós-Segunda Guerra Mundial em 1948, com o Tratado de Bruxelas e a criação da União Ocidental (da sigla em inglês, WU), há debates de como se daria a relação dessas instituições e de seus países membros com as tropas estadunidenses no continente, tendo em vista a necessidade de auxílio militar por parte dos europeus (UNITED STATES - US, 1948).

Após a criação da NATO e o contínuo desenvolvimento das instituições de defesa na Europa ocidental, esse debate se intensifica entorno dos países classificados pela literatura como atlantistas e europeístas (HOWORTH, 2007, p. 36). Isto é, entre aqueles que defendem uma posição de cautela no aprofundamento da cooperação em defesa na Europa, a fim de evitar duplicação de capacidades com a NATO e um possível desengajamento estadunidense com a defesa europeia. Ou, entre estes que buscam uma cooperação europeia profunda, com

capacidades autônomas, afirmando que isto iria inclusive fortalecer a parceira com os Estados Unidos (HOWORTH, 2007). Essa dicotomia é tratada na literatura principalmente através de debates empíricos sobre os mecanismos de relação entre as duas instituições (HOWORTH; KEELER, 2003), sobre como se deu e se dá o processo de desenvolvimento delas (HOWORTH, 2005; DUKE, 2000; RETTER *et al.*, 2021) e sobre como se dá a relação/concorrência entre as indústrias de defesa dos dois subcontinentes (JONES, 2007; DUKE, 2019). Portanto, também na literatura que trata sobre a relação NATO x Europa ocidental há um viés empírico e temporal (uma vez que o enfoque dos trabalhos se dá no período pós-Guerra Fria). Mesmo o trabalho que trata deste tema buscando abstração e aplicação de uma visão teórica o faz levando em consideração somente o período do pós-Guerra Fria (DYSON, 2010)³.

Todavia, é necessário inserir esta questão nos debates teóricos acerca de qual o papel de cada uma das instituições no Sistema Internacional e qual o padrão de conduta dos países em um sistema anárquico: se *bandwagoning* ou balanceamento. Isto é, se os países tendem a se alinhar ou a rivalizar frente a países mais poderosos. Assim, é possível debater para além das especificidades temporais e retirar conclusões que possam servir de base para análise da possível rivalização das duas instituições em outros períodos históricos. A partir de então, é possível incluí-las na construção do modelo de análise proposto.

Segundo o pensamento realista, o padrão de comportamento dos Estados frente à natureza anárquica do Sistema Internacional se dá através do balanceamento (busca por equilíbrio) interno ou externo. O externo seriam os alinhamentos entre grupos de países e o interno através da maximização dos recursos nacionais (TALIAFERRO, 2006). Todavia, há diferentes visões entre os teóricos realistas acerca do que os países balanceariam:

- a) se o poder agregado (abordagem da balança de poder de Kenneth Waltz (2002);
- b) se as ameaças (abordagem da balança de ameaças de Stephen Walt, que leva em consideração não somente o poder material agregado, mas também as percepções subjetivas de ameaça) (WALT, 1987) ou
- c) se as oportunidades de ganho/lucro (abordagem da balança de interesses de Randall Schweller, 1997).

O foco de Waltz (2002) se dá nas Grandes Potências (isto é, nos países mais poderosos

³ Conforme será argumentado, mesmo que seja somente no pós-Guerra Fria que as instituições de defesa europeias adquirem certa autonomia e, portanto, papel de ator no Sistema Internacional, a dualidade entre as iniciativas europeias e a NATO é uma constante ao longo do tempo, interferindo no debate sobre a criação destas instituições e sobre a sua forma. Analisar esse processo desde o pós-Segunda Guerra Mundial nos indica, pois, o impacto da estrutura internacional nas iniciativas regionais em defesa.

do sistema). Para ele, o balanceamento externo ocorre quando um Estado se alinha a outros para fazer frente a um terceiro país com alto poder agregado. O *bandwagoning* seria o oposto, se alinhar com esse polo mais poderoso (WALTZ, 2002). Para ele, como o Sistema Internacional é anárquico (não há autoridade que garanta o cumprimento de acordos ou que evite comportamentos violentos), cada país só pode contar com a sua autoajuda para sobreviver. Por isso, eles estarão sempre buscando equilíbrio entre as capacidades dos países, para que um não se sobressaia e ameace a capacidade de autonomia dos demais. Assim, o balanceamento seria o padrão de conduta das Grandes Potências frente a outros países mais poderosos, pois o *bandwagoning* poderia, a longo prazo, gerar dependência e perda de autonomia (WALTZ, 2002). Por essa visão, pode-se concluir que, uma vez que no pós-Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos se tornou o país relativamente mais poderoso do Sistema Internacional, o alinhamento da Europa ocidental com ele através da NATO poderia ser interpretado como uma ação de *bandwagoning*. A construção de instituições autônomas europeias, poderia, pois, ser vista como um movimento de balanceamento. Isso porque, através da duplicação de capacidades, a Europa poderia estar buscando autonomia de ação e assim, rivalizando com a NATO.

Já para Walt (1987), o foco da análise não recai somente no poder material agregado dos países, mas também, na percepção subjetiva do que para eles seria mais ameaçador. Por isso, o autor defende que o nível da ameaça é determinado pela relação de quatro elementos:

- a) poder agregado,
- b) poder ofensivo,
- c) proximidade geográfica e
- d) intenções agressivas (WALT, 1987).

O autor analisa, também, o impacto das ideologias nacionais, da forte penetração política externa e de grandes auxílios econômicos e militares nas relações estatais, mas constata que o principal incentivo para alianças é a percepção de ameaças. Para o autor:

- a) indicadores de poder agregado: população, capacidade industrial, militar e tecnológica. Todo o resto mantido constante, quanto maior os recursos de um país, tanto maior o seu potencial de ameaça a outros atores. Todavia, tem de se levar em consideração a análise sobre a capacidade que este país terá para transformar esse poder latente em ação. Por isso, ele acrescenta a variável poder ofensivo;
- b) poder ofensivo: “a habilidade de ameaçar a soberania e a integridade territorial de outro Estado com um custo aceitável” (WALT, 1987, p. 24, tradução nossa). É neste indicador que se pode ver a questão da capacidade de transformação do poder

agregado em ação ofensiva através de infraestrutura estatal e da capacidade militar de projeção. Estados com proximidade geográfica de outros com alto poder ofensivo tendem a preferir o *bandwagoning* simplesmente devido ao fato de que não conseguiriam fazer balanceamento com esse país poderoso. Surgiriam assim, as zonas de influência;

- c) proximidade geográfica: a habilidade de projetar poder declina com a distância geográfica. Estados mais próximos impõem ameaças maiores do que os mais distantes;
- d) as intenções agressivas dizem respeito às ambições declaradas e as ações dos países. A percepção em relação às intenções dos outros Estados age de forma decisiva para a escolha por alianças. Se um país é visto como não sendo capaz de transformar as suas intenções agressivas nem através de alianças, o *bandwagoning* é rejeitado, pois o aliado mais fraco pode virar uma vítima (WALT, 1987).

Assim, pela visão da balança de ameaças, a aliança dos europeus ocidentais com os Estados Unidos através da NATO poderia ser interpretada como balanceamento frente a ameaças comuns e não necessariamente como *bandwagoning*. Pois, para Walt (1987), *bandwagoning* significa se aliar à fonte do perigo que não é necessariamente a mais poderosa em termos agregados. Dessa forma, o desenvolvimento de instituições de defesa na Europa ocidental não necessariamente competiria com a NATO, mas poderia se configurar como uma forma de complementá-la, servindo de plataforma para que a cooperação em defesa europeia se focasse nas ameaças que não são diretamente compartilhadas com os aliados da NATO.

Por fim, para Schweller (1997), *bandwagoning* seria se aproximar do Estado ou coalizão com maior poder agregado, visando lucro e ganhos fáceis. Para ele, alianças seriam respostas não somente a ameaças, mas também a oportunidades. O seu foco é nas Grandes Potências e ele argumenta que aquelas não ameaçadas, frequentemente optam pelo *bandwagoning* com o Estado ou a coalizão mais forte por razões oportunistas. Pois, quando a segurança está garantida, os Estados buscam “tranquilidade, lucro e poder” (SCHWELLER, 1997, p. 929, tradução nossa)⁴. Assim, para o autor, as abordagens da Balança de Poder e da Balança de Ameaças apenas tratam das motivações para aliança em uma conjuntura de ameaça externa (busca por segurança e sobrevivência), deixando de lado outras motivações da busca por cooperação. Por isso, se os países não estiverem diretamente ameaçados, o *bandwagoning* que nesse caso raramente envolveria custos, seria buscado para garantir

⁴ Do original em inglês: “[...] tranquility, profit, and power [...]” (SCHWELLER, 1997, p. 929).

ganhos - sendo mais comum do que Waltz e Walt defendem (SCHWELLER, 2004). Portanto, por essa visão, seria possível concluir que a aliança dos europeus ocidentais com os Estados Unidos representa um *bandwagoning* tanto para garantir a segurança europeia, quanto para maximização de poder através da difusão de tecnologia militar. Assim, as instituições autônomas de defesa europeia poderiam se configurar tanto como uma forma de balancear a NATO buscando maior autonomia, quanto de complemento desta, para maximizar a incorporação dos ganhos advindos dela.

Como argumenta Schweller (1997, p. 927, tradução nossa)⁵: “a questão não é se Estados balanceam ou *bandwagon* – a história claramente mostra que eles fazem os dois – mas em vez disso, sob que condições Estados escolhem uma estratégia ou a outra”. Por isso, a partir dessa argumentação, defende-se a visão de que as instituições de defesa na Europa ocidental podem adotar funções diferentes ao longo do tempo e que há uma dualidade intrínseca na relação entre elas e a NATO, que faz com que o movimento de busca por autonomia de ação não se configure necessariamente em balanceamento (isto é, rivalidade). Há, por parte dos europeus, o paradoxo entre o desenvolvimento de capacidades europeias autônomas para responder à pressão dos Estados Unidos por diluição de custos e o medo de que isso leve a abandono estadunidense. Do lado dos Estados Unidos, há também uma dualidade entre pressionar os europeus por mais capacidade autônoma e a incerteza de se as iniciativas europeias rivalizarão com a NATO (HOWORTH, 2000).

Assim, para que se possa operacionalizar esta dualidade teórica de balanceamento ou *bandwagoning*; rivalidade ou alinhamento, que é inerente na relação da NATO com as instituições de defesa europeias, sugere-se a adoção da proposta de refinamento do termo ‘alinhamento’ e ‘aliança’ de Thomas Wilkins (2012). A partir do entendimento de suas funções ao longo do tempo, pode-se especificar quais as condições necessárias (resposta a poder agregado, a ameaças ou a oportunidades) para que estas instituições operem como rivais ou como alinhadas.

Wilkins (2012) argumenta que haveria necessidade de refinamento dos termos ‘alinhamento’ e ‘aliança’, pois ocorreria na literatura o emprego deles como sinônimos, quando deveria se classificar aliança como apenas uma forma específica de alinhamento. Essa necessidade de diferenciação teria ficado especialmente evidente a partir das dinâmicas securitárias contemporâneas, em que há formas de alinhamento mais dinâmicas (como as

⁵ Do original em inglês: “The question is not whether states balance or bandwagon - history clearly shows that they do both – but rather under what conditions states choose one strategy or the other.” (SCHWELLER, 1997, p. 927).

parcerias estratégicas) que acabam questionando a duração e a necessidade de formas mais estruturadas e rígidas como as alianças.

Para o autor, aliança seria uma estrutura formal e precisa de cooperação securitária. Ela focaria majoritariamente no aspecto militar e formal dos alinhamentos. Isto é, haveria acordo formal para o uso (ou não uso) da força militar em circunstâncias específicas contra Estados fora da sua associação (WILKINS, 2012). Já o alinhamento, não estaria necessariamente ratificado por acordos formais, mas sim por uma variedade de comportamentos estatais não focados somente no aspecto securitário e militar da política internacional. O alinhamento seria “um estado de entendimento compartilhado ou acordo em um ou mais assuntos significantes” (WILKINS, 2012, p. 56, tradução própria)⁶. Isto é, seriam as expectativas dos Estados sobre o suporte ou oposição dos outros Estados frente a suas ações futuras. Dessa forma, aliança seria apenas uma das formas mais profundas de alinhamento e teria enfoque externo (WILKINS, 2012). Pode-se concluir, portanto, que toda aliança é uma forma de alinhamento, mas nem todo alinhamento é uma aliança.

Portanto, as formas de alinhamento podem mudar constantemente conforme mudanças nos padrões de poder, interesses e prioridades dos países. Por isso, o conceito de alinhamento segundo o autor, faria o link entre a estrutura de poder no Sistema Internacional e o comportamento dinâmico do Estados. Algo que o conceito específico de aliança não entregaria, devido a sua natureza restrita.

Além disso, foi sugerido que o alinhamento pode fornecer o "elo necessário" entre a estrutura do sistema internacional e os processos de comportamento das unidades, que a disciplina procura interligar. Conclui-se, portanto, que o alinhamento permeia todos os aspectos das RI, tanto em suas dimensões empíricas quanto teóricas e sua importância não é, portanto, exagerada (WILKINS, 2012, p. 55)⁷.

Dessa proposta de diferenciação do conceito de alinhamento e aliança apresentada por Wilkins, pode-se aprofundar a sua análise e argumentar que o conceito de alinhamento por ser mais amplo e não necessariamente composto por instrumentos formais (como tratados, protocolos de entendimento...), pressupõe a busca de objetivo interno entre os países participantes. Isto é, pressupõe a vontade de alcançar posições e visões comuns. Ou seja, alinhamento representa a ação (fomentada ou não por instituições conjuntas) de se voltar para

⁶ Do original em inglês: “It is a state of shared agreement or accord on one or more significant issues” (WILKINS, 2012, p. 56).

⁷ Do original em inglês: “Furthermore, it has been suggested that alignment may provide the ‘missing link’ between the structure of the international system and the processes of unit behavior, that the discipline seeks to bridge. It follows therefore that alignment permeates all aspects of IR, in both its empirical and theoretical dimensions and its importance cannot therefore be overstated” (WILKINS, 2012, p. 55 tradução nossa).

dentro do agrupamento. Por isso, representa uma etapa anterior à criação de uma estrutura de aliança, que teria como objetivo, por sua vez, exercer expansão conjunta externa do agrupamento. Ou seja, do ponto de vista das relações internacionais, o alinhamento representaria uma postura de espectador do agrupamento em relação ao Sistema Internacional e a aliança, uma postura de ator.

Especificamente no caso europeu, os documentos oficiais e a literatura utilizam o termo ‘autonomia estratégica’ para se referir à busca, por parte das instituições europeias, de capacidade política e militar para tomar decisões e para se engajarem sozinhos na projeção de poder militar (HOWORTH; KEELER, 2003, p. 5-6; RETTER *et al.*, 2021, p. 2). Mesmo que o termo seja tratado de forma abstrata nos documentos oficiais da União Europeia (EU)⁸, ele engloba implicitamente a busca por projeção de poder militar com acordo formal entre seus participantes. Portanto, ele será utilizado aqui, como sinônimo para ‘aliança’. Todavia, o que é visto na realidade europeia, é que mesmo que haja busca por autonomia estratégica, na prática, ela é fortemente impactada pelas pressões advindas do Sistema Internacional, intermediadas pela relação com a NATO – tornando complexa e multifacetada esta autonomia. Assim, a busca por autonomia pela Europa ocidental se encontra dentro de um gradiente, no qual de um lado há a autonomia estratégica (na qual haveria autonomia para tomada de decisão política e estratégica no campo da defesa) e no outro, autonomia operacional (isto é, autonomia no planejamento das missões militares) e tática (autonomia no campo de batalha).

Assim, a partir do refinamento do termo ‘aliança’ e ‘alinhamento’ proposto por Wilkins (2012) e aplicado ao caso europeu, constrói-se indicadores para o termo ‘autonomia’ e seus gradientes e trabalha-se com a lógica da exclusão para o conceito de alinhamento. Pois, toda aproximação na esfera da defesa na Europa que não se configurar como autonomia (estratégica, operacional ou tática), será alinhamento. Para que a aproximação europeia em defesa se configure como autonomia, deve haver capacidade de agir autonomamente no campo militar, amparado por acordo formal para uso externo da força (tratados, protocolos de ação...). Em havendo capacidade autônoma de ação militar no campo de batalha, esta autonomia se configura como tática. Se além dela, houver capacidade autônoma de

⁸ Para verificar as diferentes formas que o termo ‘autonomia estratégica’ adquire na EU e em seus países membros, verificar European Parliament (2021a) e Council of the European Union (2021). De forma geral, o termo engloba atualmente, a visão mais ampla de segurança e defesa adotada pela EU, com foco também na economia, saúde, tecnologia, entre outros (RETTER *et al.*, 2021). Os fatores que impactam na dificuldade de encontrar um consenso para o termo ‘autonomia estratégica’ na EU, são: visões diferentes entre os atores estatais e suas lideranças sobre uma estratégia para a EU; nível de ambição de cada país; vontade política e condição de desenvolver as capacidades necessárias para alcançar o nível de ambição desejado e capacidade de interoperabilidade (RETTER *et al.*, 2021, p. 17).

planejamento das forças nos teatros de operação, a autonomia será operacional. Por fim, se todas as demais autonomias forem alcançadas e houver também capacidade de decisão política independente (isto é, habilidade de decidir e implementar decisões de forma independente), a autonomia se configura como estratégica.

Portanto, a partir da operacionalização do debate teórico entorno dos termos balanceamento e *bandwagoning* (que representam o debate empírico entre atlantistas e europeístas) através dos conceitos de alinhamento e autonomia e seus indicadores, será possível verificar se a cooperação em defesa na Europa ocidental se configura como:

- a) uma aliança/autonomia estratégica que poderia rivalizar (balancear) com a NATO;
- b) um movimento de alinhamento entre seus membros, podendo representar um complemento (*bandwagoning*) à NATO, ou
- c) uma terceira via: uma aliança/autonomia estratégica em alinhamento com a NATO.

Dessa forma, autonomia não necessariamente significa rivalidade entre EU e NATO.

2.3 PARA UM MODELO DE ANÁLISE DA COOPERAÇÃO EM DEFESA EUROPEIA

Como demonstrado, os debates que envolvem o tema da cooperação em defesa na Europa ocidental possuem viés empírico, temporal e setorial e por isso acabam gerando análises reativas aos acontecimentos empíricos. Portanto, propõe-se aqui o desenvolvimento de um modelo de análise teórico que considere a cooperação em defesa na Europa ocidental como um processo iniciado já no pós-Segunda Guerra Mundial e que a relacione com a presença estadunidense no continente. Isto é, um modelo de análise que englobe o impacto da estrutura do Sistema Internacional nas interações regionais a longo prazo. Entende-se que, dessa forma, é possível produzir análises que se foquem também na causalidade da cooperação em defesa e não apenas nos seus processos empíricos. Assim, é possível traçar padrões de ação, úteis para prospecção de cenários e para a produção de políticas públicas.

A busca por explicações sólidas e causais leva ao desenvolvimento de hipóteses que vão além dos aspectos históricos e empíricos do caso. Para desenvolver isso, é necessário conectar o caso (evento) com possíveis explicações no nível teórico. [...] nesse sentido, o debate teórico faz ser possível criar hipóteses baseadas não somente nas descrições históricas, mas também nos possíveis mecanismos causais com base no quadro-analítico utilizado (TEIXEIRA JÚNIOR; SILVA, 2017, p. 8, tradução nossa)⁹.

⁹ Do original em inglês: “The search for solid and causal explanations leads to the development of a hypothesis that goes beyond the historical and empirical aspects of the case itself. To do so, it is necessary to connect the

Portanto, como forma de analisar a causalidade da cooperação em defesa; isto é, como as causas geram o resultado em análise, optou-se por desenvolver o estudo de caso via rastreamento de processo. Ele é útil, pois permite examinar as etapas intermediárias em um processo, a fim de verificar as hipóteses de como e por que o processo em questão se desenvolveu e causou o resultado de interesse (GUZZINI, 2012; BENNET; CHECKEL, 2015; TEIXEIRA JÚNIOR; SILVA, 2017). Isso é possível, pois a técnica de pesquisa se foca nos mecanismos que fazem as variáveis impactarem umas nas outras. Via inferências descritivas e causais desses mecanismos, que são determinantes, pode-se acessar o processo causal do fenômeno analisado (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Dessa forma, o foco do modelo de análise aqui construído se dá nos mecanismos causais da cooperação em defesa na Europa ocidental e não somente na medição das variáveis ou da relação causal construída. Pois, sem verificar o processo pelo qual a variável causal gera o resultado analisado, corre-se o risco da equifinalidade. Ou seja, a construção de uma relação causal espúria, pois poderia existir a possibilidade de o mesmo resultado ser alcançado por processos diferentes (GUZZINI, 2012, p. 4). Nesse sentido, o rastreamento de processo se justifica, pois como corroborado pela revisão da literatura: “[...] Muitas das controvérsias teóricas no estudo da integração europeia se relacionam com motivação e processo” (SCHIMMELFENNIG, 2015, p. 99, tradução nossa). Portanto, se buscará reconstruir (através de uma linha do tempo) cada etapa do processo de institucionalização da cooperação em defesa na Europa ocidental, verificando se os padrões e mecanismos desse movimento condizem com o argumento e o modelo de análise aqui construído com base no realismo neoclássico. Garante-se, pois, o foco na causalidade da cooperação em defesa.

A observação empírica do trabalho e a coleta de dados foi desenvolvida através de:

- a) análise de documentos primários (doutrina declarada dos países, discursos na área da defesa, correspondências e documentos oficiais) e de literatura especializada em cooperação em defesa e Estudos Europeus;
- b) pesquisa de campo em: pontos chave para a Alemanha nazista (como o campo de concentração de Dachau e o Centro de Documentação do Partido Nazista); nos principais pontos da ocupação Aliada em Berlim e Frankfurt; no Parlamento Alemão; no Museu da República Democrática da Alemanha; no arquivo político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e nas Universidades Ludwig-

case (event) with possible explanations at the theoretical level. [...] In this sense, the theoretical debate makes it possible to create hypotheses based not only on historical accounts, but also to take possible causal paths and mechanisms into the analytical framework” (TEIXEIRA JÚNIOR; SILVA, 2017, p. 8)

Maximilians-Universität München (LMU München) e Julius-Maximilians-Universität Würzburg;

- c) dados de pesquisa de campo desenvolvida em 2017 no quartel-general da NATO em Bruxelas, no Estado-Maior da União Europeia (EUMS), no Parlamento Europeu e através de entrevista em profundidade semiestruturada com três militares europeus: Coronel Peter Kallert, então Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia; Coronel Holger Koch, então Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia e por motivos de confidencialidade, o terceiro militar não quis ser citado.

Para a construção do modelo proposto, argumenta-se que o Estado é central na cooperação em defesa, uma vez que nesse setor tem-se como objetivo final a manutenção (sobrevivência) da unidade política, bem como o Estado continua tendo o monopólio da força e sendo a demanda para as indústrias de defesa. Ademais, como demonstrado, as abordagens que colocam papel de agência para as instituições ou para as construções sociais têm pouco poder explicativo na área da defesa, bem como não dão conta – assim como as abordagens estatocêntricas não estruturais - da temporalidade da cooperação em defesa (KUROWSKA; BREUER, 2012). Todavia, uma abordagem que leve em consideração somente a estrutura do Sistema Internacional também não engloba as variações da cooperação ao longo do tempo (HYDE-PRICE, 2012). Portanto, propõe-se um modelo realista neoclássico, que parte de uma visão estrutural das relações internacionais, mas acrescenta variáveis internas ao Estado. Assim, é possível desenvolver uma abordagem que enfoque nos mecanismos de transmissão das pressões da estrutura do Sistema Internacional nas interações regionais. Conforme será argumentado, as três variáveis aqui elencadas estão interligadas e produzem uma relação multicausal e complexa para a cooperação em defesa europeia. Todavia, os seus mecanismos atuam em níveis distintos e algumas vezes em tempos diferentes. Por isso, é necessário desenvolver o estudo da cooperação em defesa na Europa ocidental em três níveis de análise: estrutura internacional, distribuição de poder regional e capacidade estatal.

Utiliza-se como **método**, a construção de um modelo analítico de tipo ideal como forma de interpretar os dados coletados através da observação de padrões e da abstração. Visa-se diminuir a sua complexidade e assim poder analisá-los. A partir de então, é possível explicar a realidade e produzir previsões acerca dela. Ordena-se os dados empíricos de acordo com o modelo. A sua validade não se dá na correspondência direta com as complexidades da realidade empírica, mas sim na sua capacidade pragmática de ordenar os fatos de forma lógica

e coerente (JACKSON, 2011). Este método - ao qual Jackson (2011) dá o nome de analiticismo – produz uma ‘análise causal singular’, pois ao produzir conhecimento baseado em fatos empíricos, as pesquisadoras rastreiam como fatores e configurações específicas da teoria (que é baseada em regularidades e generalizações) produziram o resultado em análise. Ou seja, produz-se narrativas que explicam a realidade relacionando características específicas dos casos aos tipos ideais decorrentes das visões teóricas.

Esse processo analítico que funciona através do isolamento de fatores (variáveis e mecanismos) permite que se verifique quais fatores são cruciais para a configuração causal responsável pelo resultado em questão (aqui, a cooperação em defesa na Europa ocidental). Isso ocorre através da verificação da ocorrência do resultado esperado com a modificação de algum fator causal. Se ele não ocorrer, então o fator em questão não é parte da configuração causal (JACKSON, 2011). Isto é, o realismo neoclássico argumenta que em um ambiente de anarquia os Estados se relacionam visando maximizar os seus interesses estatais. Portanto, argumenta-se que a cooperação em defesa seria uma resposta à percepção de ameaças, às oportunidades de ganhos e à capacidade dos países (isto é, a capacidade dos Estados de responderem a possíveis ameaças). Se observarmos que a cooperação em defesa na Europa ocidental não sofre mudanças apesar de alterações na aproximação dos Estados Unidos; na aproximação entre Alemanha, França e Reino Unido e na capacidade estatal dos três países, então, teremos de questionar quais outros fatores específicos desse caso levaram a um resultado diferente do esperado. Essa visão teórica-metodológica, resulta da implicação metateórica de Kenneth Waltz sobre o que é uma teoria.

Para Waltz, teoria seria um instrumento para lidar – no nível analítico - com a realidade complexa e produzir, assim, conhecimento que poderá ser transformado em conceitos para voltar a ser aplicado na análise de outros fatos empíricos (WALTZ, 1990). A teoria se torna, desse modo, útil também para a produção de política pública. O autor argumenta que a realidade substancial é uma complexa configuração de relações e mecanismos causais, na qual todas as esferas estariam interligadas, sendo difícil a sua separação (WALTZ, 1990). Portanto, para que possamos acessar, entender e produzir previsões acerca dessa realidade empírica complexa, seria necessário compartimentalizá-la e drasticamente simplificá-la. Nesse sentido, as teorias não conseguiriam remover a incerteza que é característica da esfera da política e sim somente auxiliar a entendê-la. Isto é, a teoria para ter utilidade seria necessariamente diferente da realidade empírica. A função da teorização não seria explicar acidentes ou eventos inesperados e sim lidar com e instrumentalizar regularidades e repetições. Somente se essas regularidades puderem ser

identificadas é que seria possível teorizar (WALTZ, 1990). Assim, no âmbito da política internacional e no seu processo de teorização, haveria objetos empíricos observáveis e por isso detectáveis (como a tomada de decisão de um país) e objetos não observáveis, mas passíveis de serem detectados (como a estrutura do Sistema Internacional operando através do mecanismo da balança de ameaças). A construção teórica traria, pois, certa materialidade para o não observável para poder trabalhar com ele (WALTZ, 1990). Ou seja, o modelo de análise aqui proposto visa auxiliar - através da busca por padrões de comportamento - no entendimento de porquê e como a cooperação em defesa na Europa ocidental ocorre, a fim de servir de parâmetro para prospectar os seus futuros desdobramentos. Dessa forma, conforme mencionado na introdução e racionalizado ao longo desse capítulo, compartilha-se da visão metateórica de Kenneth Waltz, mas não de sua visão teórica acerca das Relações Internacionais.

Para a construção do modelo de análise aqui proposto e a sua verificação através do rastreamento de processo, partiu-se do modelo de análise realista neoclássico de Tom Dyson (2010). O autor analisa o impacto da pressão da estrutura internacional do pós-Guerra Fria na política de defesa de Alemanha, França e Reino Unido, através da inclusão de variáveis internas aos Estados. Para ele, como a defesa nacional é um campo excepcional - pois lida com a manutenção do Estado - ela permite que estadistas utilizem as variáveis: cultura, ideologia e nacionalismo como instrumentos no processo de balanceamento. Portanto, nessa esfera, estas variáveis não teriam capacidade de ação causal autônoma. Para o autor, o medo de desastre ou derrota impulsiona os políticos e a sociedade a questionarem crenças, preferências, a alterarem os orçamentos e a encontrarem novas fontes de liderança através da educação, das Forças Armadas e da imprensa. Em países com o modelo de democracia ocidental, os civis frente a percepção de ameaças interviriam modificando não somente os objetivos gerais (estratégia) das Forças Armadas, mas também os detalhes (operacional), incluindo modificação de postura e doutrina militar (DYSON, 2010). Logo, segundo essa abordagem, quanto maior a percepção de ameaça, há maior possibilidade de haver articulação da sociedade civil em torno dos objetivos de defesa. Ou seja, Dyson (2010) argumenta que a segurança do Estado forma uma área excepcional que dá espaço aos tomadores de decisão para utilizarem ferramentas como o nacionalismo e a ideologia, para superarem a dependência de trajetória (do inglês, *path dependency*) e os custos associados aos canais já estabelecidos da atividade política.

Baseado no modelo de Estado Extrativista de Recursos (do inglês, *Resource-*

Extractive State) de Taliaferro (2006)¹⁰, Dyson (2010) argumenta que diferenças na posição geográfica e no nível de desenvolvimento econômico dos países europeus levaram, ao longo do tempo, a diferentes níveis de dependência de recursos externos e a variações nos interesses estratégicos (DYSON, 2010, p. 111). Especialmente no pós-Guerra Fria, essas variações levaram a diferenças no tempo e na forma de resposta de Alemanha, França e Reino Unido às pressões sistêmicas (DYSON, 2010). Portanto, seria a combinação dos diferentes níveis de dependência de recursos externos com as relações de poder internas, que determinariam se a cultura, a ideologia e o nacionalismo seriam utilizados como ferramentas para gerir a temporalidade da convergência com os imperativos sistêmicos (DYSON, 2010). Ou seja, é essa combinação que possibilita a maior ou menor politização e controle das demais variáveis internas pelos tomadores de decisão. Pois, segurança é pré-requisito para alcançar qualquer outro objetivo coletivo. Dessa forma, baseado nos argumentos de Dyson (2010) e Taliaferro (2006), o presente trabalho dará enfoque, no nível estatal, à capacidade de Alemanha, França e Reino Unido de acessarem os recursos necessários para responderem a eventuais ameaças. Ou seja, o seu poder latente. Isso porque, entende-se que é essa capacidade estatal que determina a propensão desses Estados a cooperarem em defesa com parceiros europeus como forma de responderem às pressões de autoajuda do Sistema Internacional.

Em seu trabalho, Dyson (2010) acrescenta também a análise das já citadas balança de ameaças (WALT, 1987) e de interesses (SCHWELLER, 2004). Conforme demonstrado, isso permite verificar como a polaridade do Sistema Internacional é traduzida para as especificidades da região. Ele mantém a visão estruturalista, argumentando que a pressão da mudança de polaridade, de tecnologia e na natureza das ameaças no pós-Guerra Fria teria levado à convergência das políticas de defesa dos países europeus - resultando no processo de cooperação. Dessa forma, o autor lança as bases para o desenvolvimento de uma abordagem em três níveis e argumenta que a atual Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) da União Europeia (EU) é tanto uma forma de os países lidarem com as pressões estruturais, quanto com as dinâmicas internas relacionadas com o poder nacional (DYSON, 2010).

Em Dyson e Konstadinides (2013), os autores visam interligar as abordagens legais e as de Relações Internacionais através da exploração detalhada dos fatores estruturais que facilitaram e travaram a cooperação em defesa na Europa ocidental no pós-Guerra Fria. Ou

¹⁰ Taliaferro (2006) argumenta que a resposta dos Estados à pressão da busca por sobrevivência advinda do Sistema Internacional, depende do poder dos Estados de extraírem ou mobilizarem os recursos sociais para responderem às suas ameaças. É por isso que poderia haver diferentes formas e tempos de resposta de Estados que se encontram frente às mesmas pressões estruturais. Ou seja, mesmo que as variáveis estruturais tenham primazia para moldar o comportamento externo do Estado, são as variáveis a nível interno que determinam os tipos de estratégias escolhidas para lidar com as suas ameaças.

seja, nesse trabalho os autores aprofundam a relação causal verificada em Dyson (2010)¹¹, identificando a correlação entre ela e as instituições da CSDP. Eles apresentam os fatores que sustentam o desenvolvimento da CSDP¹², o potencial que existe de aprofundar a cooperação em aquisição e geração de força através da EU e as potenciais implicações dessa cooperação para as relações transatlânticas. Fazem isso, através da análise empírica das bases legais da cooperação em defesa, criticando a afirmação inerente das abordagens institucionalistas de que a CSDP poderia transitar de relações de soberania para de funcionalidade (DYSON; KONSTADINIDES, 2013).

Como os autores se focam somente na correlação entre a relação causal elencada em Dyson (2010) e a configuração legal das instituições da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) (sem se focar nos mecanismos que levam a causa a gerar o efeito), eles propõem como agenda de pesquisa o aprofundamento da interligação entre o que chamaram de ‘abordagens centradas nas leis’ com as teorias de Relações Internacionais. Dessa forma, seria possível fazer a ligação entre as análises teóricas estatocêntricas e a substância empírica da cooperação em defesa, verificando a precisão das explicações sistêmicas acerca da CSDP (DYSON; KONSTADINIDES, 2013). Convém explicitar que, mesmo que se parta dos pressupostos do modelo de análise realista neoclássico de Dyson (2010), há adaptação de suas análises, uma vez que o foco deste trabalho é nos mecanismos que levam as causas a gerarem o efeito e não somente na detecção da relação causal. Isto é, não se pretende apenas medir a relação causal elencada ou suas variáveis e sim analisar os seus mecanismos causais. Acrescenta-se, então, variável no nível regional e argumenta-se que a variável no nível estatal não é apenas interveniente, pois sem ela a relação causal não ocorreria.

Conforme será demonstrado, a distribuição de poder internacional, o princípio ordenador do Sistema Internacional e a natureza de suas unidades determinam a condição das ameaças. Essas atuam na região através da balança de ameaças (WALT, 1987). O Estado será mais ou menos vulnerável dependendo dos recursos próprios disponíveis para responder a elas. Isso é, sendo mais ou menos capaz de extrair internamente os meios necessários para responder às dinâmicas internacionais¹³. Quanto menos recursos internos autônomos, mais propensão o Estado terá para buscar externamente opções. A escolha pelas opções, depende

¹¹ A saber: a estrutura do Sistema Internacional e seus padrões de interação (balanceamento e bandwagoning) causam a busca por cooperação em defesa. As variáveis a nível interno dos principais Estados europeus agiram como intervenientes no tempo de resposta aos constrangimentos sistêmicos (DYSON, 2010).

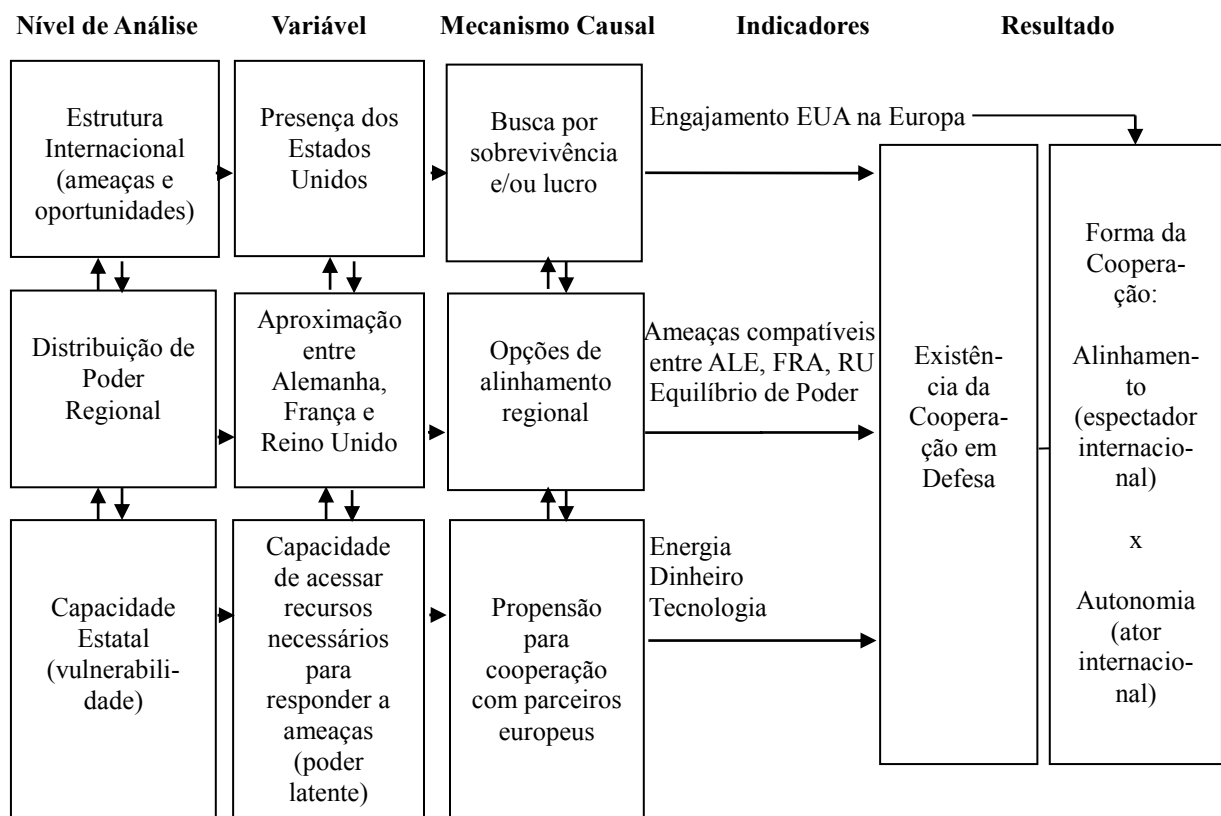
¹² Segundo eles, estes fatores seriam a variação da vulnerabilidade dos países e o dilema acerca das alianças (DYSON; KONSTADINIDES, 2013).

¹³ Uma ameaça não é necessariamente uma vulnerabilidade. Mas, pode vir a ser, pois elas estão interligadas. Por exemplo, quanto mais vulnerável ao gás russo, mais as ações russas podem se tornar uma ameaça para a sobrevivência do Estado alemão.

das que estão disponíveis e da percepção de ameaças. Tem-se, assim, uma retroalimentação entre a percepção de ameaças, as opções de alinhamento e a capacidade estatal. Portanto, o quanto o Estado depende do exterior para construir as suas capacidades e de quem ele depende, determina a sua propensão ao diálogo regional.

Argumenta-se, pois, que os três níveis de análise ('estrutura internacional'; 'distribuição de poder regional' e 'capacidade estatal de Alemanha, França e Reino Unido') e as suas respectivas variáveis ('presença dos Estados Unidos'; 'aproximação entre Alemanha, França e Reino Unido' e 'capacidade de acessar os recursos necessários para responder a ameaças') são interligadas e necessárias para explicar a forma e a temporalidade da cooperação em defesa na Europa ocidental. Assim posto, será verificada como a seguinte relação causal opera desde o pós-Segunda Guerra Mundial:

Figura 1 - Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia



Fonte: Elaborado pela Autora.

Nesse modelo, o nível internacional determina o ambiente mais ou menos permissivo para a cooperação, uma vez que determina a natureza das ameaças e seu paradigma tecnológico. O nível regional demonstra as oportunidades e os riscos dos países em fazer

frente a essas ameaças, tendo em vista a estrutura do Sistema Internacional e a distribuição de poder regional. O nível estatal demonstra a maior ou menor necessidade de cooperação dos países, tendo em vista as oportunidades e as restrições regionais e internacionais. Isto é, a estrutura internacional constrange, a distribuição de poder regional estimula e a capacidade estatal produz as variações na cooperação em defesa na Europa ocidental ao longo do tempo. Nesse modelo, a interdependência das três variáveis determina se a cooperação em defesa na Europa ocidental vai existir ou não. Todavia, a estrutura internacional é o elemento qualificador de forma, determinando se a cooperação em defesa permanece como uma forma de alinhamento com outras funções que não as de uma aliança, ou se adquire autonomia.

Para ‘estrutura internacional’, adota-se o conceito de Kenneth Waltz (2002). Ela é formada pelo caráter das unidades (atualmente Estados-nação), pelo princípio ordenador (atualmente anarquia) e pela polaridade (a distribuição das capacidades materiais entre as unidades, ou seja, a quantidade de recursos de poder dos Estados). Uma mudança em um dos componentes da estrutura do Sistema Internacional, leva à mudança do próprio sistema (WALTZ, 2002). Essa estrutura - que não é diretamente observável, mas pode ser detectada - emerge da interação entre as partes, gerando constrangimentos e impulsionando ações. Ela é baseada no fato de que as unidades posicionadas de forma diferente e combinadas, agem diferentemente e na interação produzem resultados distintos (WALTZ, 1990). Isto é, se mudarmos o caráter das unidades ou os seus recursos de poder, por exemplo, isso geraria efeitos nas interações entre elas independentemente de seu controle interno. No atual Sistema Internacional, como o caráter das unidades e o princípio ordenador permanecem constantes, a estrutura acabaria sendo definida pela polaridade. Portanto, o conceito de estrutura de Waltz e a sua teoria sobre a política internacional, objetivamente e intencionalmente se foca nos padrões de comportamento dos países mais poderosos do Sistema. Isso é, nas Grandes Potências (WALTZ, 1990).

Esse nível de análise atua na região determinando as ameaças e as oportunidades para Alemanha, França e Reino Unido e a sua variação ocorre através da ‘presença dos Estados Unidos’ (variável que apresentará uma medição categórica: alta ou baixa) - uma vez que o país é o provedor de defesa europeu desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Essa variável opera na cooperação em defesa na Europa através do mecanismo da busca, pelos Estados, por sobrevivência e, se essa estiver garantida, pela busca por maximizar lucro. Assim, os indicadores utilizados para verificar o que faz a cooperação em defesa ser a resposta escolhida por Alemanha, França e Reino Unido para enfrentarem as ameaças e/ou aproveitarem as oportunidades estão ligados ao engajamento estadunidense com a defesa do subcontinente:

número de militares estadunidenses na Europa (medição intervalar) e a garantia nuclear para Alemanha, França e Reino Unido (medição categórica: sim ou não).

Define-se ‘distribuição de poder regional’ como a forma, pela qual estão distribuídos os recursos de poder entre os países da região. Esse nível de análise varia através da variação na ‘aproximação entre Alemanha, França e Reino Unido’ (variável com medição categórica: se afastam ou se aproximam). Essa variável por sua vez, opera na cooperação em defesa europeia através das opções de alinhamento regional. Como indicadores para rastrear o impacto desse mecanismo no desenvolvimento das instituições de defesa na Europa ocidental ao longo do tempo, serão utilizados indicadores que agreguem o que faz as opções de alinhamento resultarem na escolha pela cooperação em defesa na Europa. Isso é, deve-se verificar se há equilíbrio de poder e compatibilidade das ameaças entre Alemanha, França e Reino Unido. Dessa forma, será verificada as ameaças declaradas dos três países (medição categórica: compatíveis entre si, parcialmente compatíveis entre si ou não compatíveis entre si) e como indicadores agregados de poder, serão utilizados o número de combatentes militares, o orçamento de defesa e o Produto Interno Bruto (PIB) dos países (todos com medição intervalar). Esses agregados são bons indicadores da capacidade material e latente. Isso porque, países com grandes orçamentos de defesa, grandes exércitos e com alto PIB demonstram capacidade de sustentar operações militares e continuamente modernizar as suas Forças Armadas. Países com Forças Armadas modernas e com capacidade logística são países com grande dinamismo econômico e tecnológico – características essenciais para se tornar um ator central nas relações internacionais (MEARSHEIMER, 2007).

A ‘capacidade estatal’, isso é, a capacidade de um Estado responder a suas ameaças, está diretamente interligada com a sua vulnerabilidade. Quanto maior a dependência de recursos ou estruturas externas para a sua manutenção como Estado soberano autônomo, maior a sua vulnerabilidade (DYSON, 2010; TALIAFERRO, 2006). O Estado pode mobilizar os recursos, a ideologia, a cultura e quebrar a dependência de trajetória quando se trata do campo da defesa, porque articula a percepção de ameaça da população. Por isso, é a capacidade estatal que subordina as demais variáveis internas para serem mobilizadas a favor da resposta do Estado à estrutura internacional, que por sua vez é traduzida regionalmente através da balança de ameaças. Este nível de análise varia através da variação na ‘capacidade do país de acessar os recursos necessários para responder a ameaças’ (variável com medição categórica – alta, média, baixa capacidade). Essa variável opera na cooperação em defesa europeia através da maior ou menor propensão desses países para cooperar. Quanto mais dependentes de recursos ou estruturas externas para a sua manutenção como Estado soberano,

mais vulneráveis eles podem se tornar, tendo menos capacidade de resposta autônoma e sendo mais propensos; portanto, a buscarem opções de cooperação como forma de minimizar o impacto dessa dependência.

Assim, o que importa verificar nesse nível de análise é o acesso do Estado aos recursos necessários a serem extraídos para construir uma resposta. Quais sejam: energia, dinheiro e tecnologia. Como agregados para energia utiliza-se: perfil da matriz energética (medição categórica: dependência de gás, de petróleo...); dependência energética externa (medição ordinal: alta (mais de 50%), média (até 50%), baixa (menos de 30%)). Como agregados de dinheiro utiliza-se: PIB (medição intervalar); parceiros econômicos (medição nominal) e orçamento de defesa (medição intervalar). A posição dos três países no mercado mundial de vendas de armamentos (medição ordinal: posição no ranking mundial) demonstra a capacidade tecnológica e econômica em perspectiva mundial. Portanto, a medição da variável no nível estatal, se dá de forma objetiva (verificando se há alta, média ou baixa dependência de energia externa; se há maior ou menor capacidade de extrair recursos financeiros do Estado e se há modificação na sua posição no ranking de exportadores mundiais de armamentos). Todavia, a sua medição necessita também de análise subjetiva para verificação de como se dá o acesso dos países a esses recursos. É a união das duas análises (objetiva e subjetiva), que gera um agregado sobre a alta, média ou baixa capacidade estatal.

Por fim, trabalha-se a ‘cooperação em defesa na Europa ocidental’ como sendo um processo de aproximação entre Estados soberanos na esfera civil-militar, que dependendo da estrutura do Sistema Internacional hora se aproxima de uma configuração de autonomia (com funções de ator no Sistema Internacional) e hora de alinhamento (com funções de espectador no Sistema Internacional). Assim, para a verificação do resultado dos mecanismos causais na existência e na forma da cooperação em defesa na Europa ocidental, utiliza-se majoritariamente indicadores a nível da região. O primeiro grupo deles nos indica a existência ou não da cooperação em defesa. Ela existe quando um ou mais destes indicadores estiverem presentes. São eles: tratados conjuntos, estruturas conjuntas de comando e controle, projetos conjuntos de aquisição, operações conjuntas extraterritoriais, documentos de estratégia conjunta e treinamento conjunto. Todos apresentam medição categórica: existência ou não existência. O segundo tipo de indicador da cooperação em defesa europeia demonstra se ela permanece na forma de alinhamento ou se adquire capacidade de ação internacional. Adotando, portanto, a forma de autonomia. Para tanto, utiliza-se a medição categórica de existência ou não existência de: acordo formal para utilização da força externamente; capacidade de projetar poder militar de forma autônoma ou com limitada assistência militar

dos Estados Unidos no campo de batalha (autonomia tática); capacidade autônoma de planejamento das forças nos teatros de operação (autonomia operacional) e capacidade autônoma de tomada de decisão política (autonomia estratégica); exerce essa função. Para que a cooperação em defesa europeia se configure como aliança, deve haver autonomia nos três níveis (tático, operacional e estratégico).

Quadro 1 - Indicadores da Causalidade da Cooperação em Defesa na Europa Ocidental

Variável	Pergunta/Condição Necessária	Indicadores
Presença dos Estados Unidos (categórica – alta ou baixa)	O que faz a cooperação em defesa na Europa ser a resposta escolhida para enfrentar as ameaças e/ou aproveitar as oportunidades?	- Número de militares estadunidenses na Europa (intervalar); - Garantia nuclear para Alemanha, França e Reino Unido (categórica – sim ou não).
Aproximação entre Alemanha, França e Reino Unido (categórica – se afasta ou se aproxima)	O que faz as opções de alinhamento resultarem na escolha pela cooperação em defesa na Europa?	- Ameaças declaradas (categórica – compatíveis, parcialmente compatíveis ou não compatíveis); - Número de combatentes militares (intervalar); - Orçamento de defesa (intervalar); - PIB (intervalar).
Capacidade de acessar os recursos necessários para responder a eventuais ameaças (categórica – alta, média, baixa capacidade)	O que impacta na propensão de Alemanha, França e Reino Unido para cooperarem em defesa na Europa?	- Perfil da matriz energética (categórica – dependência de gás, petróleo...) - Dependência energética externa (ordinal – alta, média, baixa); - PIB (intervalar); - Parceiros econômicos (nominal); - Orçamento de defesa (intervalar); - Exportação de armamentos (ordinal – posição no ranking mundial).
Existência da Cooperação em Defesa (categórica – existência ou não existência)	Quais são as evidências de que existe cooperação em defesa entre Alemanha, França e Reino Unido?	- Tratados conjuntos (categórica – existência ou não existência); - Estruturas conjuntas de comando e controle (categórica – existência ou não existência); - Projetos conjuntos de aquisição (categórica - existência ou não existência); - Operações conjuntas extraterritoriais (categórica - existência ou não existência); - Documentos Conjuntos de Estratégia (categórica - existência ou não existência); - Treinamento militar conjunto (categórica - existência ou não existência).
Forma da Cooperação em Defesa (categórica – alinhamento, autonomia tática, autonomia operacional ou autonomia estratégica)	A forma predominante de cooperação em defesa na Europa se dá por alinhamento ou autonomia?	- Acordo formal para utilização da força externamente (categórica – existência ou não existência); - Capacidade de projetar poder militar de forma autônoma ou com limitada assistência militar dos Estados Unidos no campo de batalha (categórica – existência ou não existência); - Capacidade autônoma de planejamento das forças nos teatros de operação (categórica – existência ou não existência); - Capacidade autônoma de tomada de decisão política (categórica – existência ou não existência)

Fonte: Elaborado pela Autora.

Estruturou-se o trabalho com base em três configurações da estrutura internacional que condizem com variações na forma da cooperação em defesa, na aproximação entre Alemanha, França e Reino Unido e na capacidade deles de acessarem os recursos necessários para responder às suas ameaças:

Mais capacidade tecnológica	Menos capacidade tecnológica	Menos capacidade tecnológica	Manutenção da capacidade tecnológica	Manutenção da capacidade tecnológica	Menos capacidade tecnológica
Baixa capacidade estatal	Baixa capacidade estatal	Média capacidade estatal	Média capacidade estatal	Média capacidade estatal	Média capacidade estatal
Autonomia Tática					

2016 -		
Alemanha	França	Reino Unido
Alta presença dos EUA		
Equilíbrio de poder Ameaças compatíveis		
Alta dependência energética externa	Alta dependência energética externa	Alta dependência energética externa
Mais capacidade de acessar recursos financeiros	Mais capacidade de acessar recursos financeiros	Menos capacidade de acessar recursos financeiros
Menos capacidade tecnológica	Mais capacidade tecnológica	Menos capacidade tecnológica
Média capacidade estatal	Média capacidade estatal	Baixa capacidade estatal
Alinhamento – Autonomia Tática		

Fonte: Dados da Pesquisa.

Visa-se, dessa forma, apresentar um modelo de análise que auxilie a entender o porquê da construção da cooperação em defesa europeia e da sua temporalidade. Foca-se, então, também nos seus mecanismos causais e não somente nos seus processos empíricos, como fazem as análises com centralidade das instituições ou das construções sociais. Através da busca por padrões de comportamento ao longo do tempo, busca-se diminuir a complexidade das configurações temporais específicas, para poder construir um instrumento útil que sirva de base para entendimento do comportamento da cooperação em defesa na Europa ocidental também em outros momentos históricos. Pode-se assim, ter base sólida para a prospecção de possíveis acontecimentos e de formulação de políticas públicas. Por isso, além da abordagem estrutural, o acréscimo do nível regional e do elemento estatal definidor da temporalidade das ações no âmbito da defesa, são essenciais para verificar como a pressão estrutural da busca por sobrevivência e/ou lucro é transformada em ação na região, pelos Estados.

3 COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA 1945-1991: AS VARIAÇÕES NO ALINHAMENTO EUROPEU

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as mudanças que vinham ocorrendo na distribuição de poder internacional e nas interações entre os países se consolidam. Alemanha, França e Reino Unido enfraquecidos pelos impactos econômicos, sociais e políticos da guerra não possuíam mais capacidade de agentes na estrutura do Sistema Internacional. De ator central, a Europa ocidental passou a ser fortemente constrangida pelas interações e contextos advindos da nova distribuição de poder internacional entre Estados Unidos e União Soviética – que utilizavam o continente como território estratégico para as suas interações (WESTAD, 2017; VIZENTINI, 2004). A representação desta nova realidade europeia era a Alemanha dividida e ocupada. Dessa forma, as instituições de cooperação em defesa neste período têm de:

- a) garantir o engajamento estadunidense com a defesa europeia,
- b) garantir recursos de poder para os países europeus a fim de promover a sua reconstrução, manter a estabilidade regional e barganhar na aliança atlântica,
- c) controlar o rearmamento alemão e
- d) produzir dissuasão contra uma possível ofensiva soviética.

3.1 1945-1955: ADAPTAÇÃO À NOVA ESTRUTURA INTERNACIONAL

O período de 1945 a 1955 marca a adaptação da Europa às novas dinâmicas de poder internacional. Ele tem início com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da ocupação da Alemanha pelos países ganhadores do conflito, e se encerra com a adesão da República Federal da Alemanha (que passará aqui a ser chamada de Alemanha Ocidental) à União da Europa Ocidental (sigla em inglês, WEU) e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (sigla em inglês, NATO). É, pois, este período, que marca a mudança de interação entre Alemanha, França e Reino Unido de rivalidade para cooperação - sendo criada as primeiras estruturas de cooperação em defesa sob este novo padrão de interação.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, se consolida a transição de poder que já vinha ocorrendo durante a guerra: a Europa passa de polo de poder no Sistema Internacional para teatro de operações entre duas potências com grande escala militar, territorial e econômica.

Mesmo os Estados Unidos liderando a ordem econômica, social e política mundial¹, a União Soviética representava um desafio a este poderio, exatamente por se configurar como ator anti-sistêmico que oferecia um modelo alternativo ao capitalismo cosmopolita estadunidense (VIZENTINI, 2004). Portanto, devido à proximidade geográfica, a Europa se torna principal palco de confronto entre estes dois modelos político-econômicos, servindo também de base militar estadunidense para operações na região e em outros locais (especialmente no Oceano Pacífico)².

Após a rendição alemã, as tropas estadunidenses apresentavam o objetivo de ocupar a região para garantir a lei e a ordem. Uma ocupação armada, para controlar a população e evitar movimentos de resistência. Esse modelo de ocupação reforçava a imagem da Alemanha derrotada e dependente³. Ademais, Estados Unidos já possuía armamento nuclear, o que lhe conferia grande capacidade de dissuasão e coerção internacional, além de demonstrar o seu grande avanço tecnológico. Pela fragilidade militar, econômica e política dos países europeus no imediato pós-guerra (UNITED NATIONS – UN, 1948), os Estados Unidos se apresentava, portanto, como opção importante para a reconstrução e a inserção da região nas dinâmicas econômicas e políticas mundiais; bem como para evitar que houvesse novo conflito: seja por um possível revanchismo alemão, seja por uma ofensiva soviética.

É sob essa conjuntura internacional que em 1945 houve nas Conferências de Ialta e Potsdam, a estruturação do pilar político da ordem internacional do pós-Guerra. Em Ialta, Churchill, Roosevelt e Stálin decidiram que a fronteira soviético-polonesa seria fixada na Linha Curzon e os países limítrofes com a União Soviética na Europa, não deveriam possuir governos antissoviéticos. Ademais, decidiu-se que a Alemanha seria ocupada. Os territórios alemães a leste dos rios Oder e Neisse (região da Silésia rica em mineral, recursos naturais e com importantes áreas industriais) seriam entregues para a Polônia. O Sarre, região também rica em minerais, infraestrutura e indústrias virou protetorado francês. A região do Ruhr, a máquina industrial da Alemanha, ficou sob a Autoridade Internacional do Ruhr (GERMAN HISTORICAL INSTITUTE – GHI, 1947; VIZENTINI, 2004). Em Potsdam (julho-agosto 1945), foi referendada as decisões de Yalta sobre a organização política da Europa

¹ Em 1944 o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos era aproximadamente 40% maior do que os PIB's de Alemanha, França, Reino Unido e União Soviética juntos (MADDISON, 2008). Esta grande diferença na capacidade produtiva dos países permanece mais ou menos constante durante toda a primeira década pós Segunda Guerra Mundial. Apenas de 1946 a 1949 que o PIB dos Estados Unidos passou a ser somente 25% maior do que os PIBs dos demais países juntos. Em 1945, a economia estadunidense apresentava quase 60% de toda a produção industrial do mundo e um quase monopólio dos estoques de alimento (VIZENTINI, 2004).

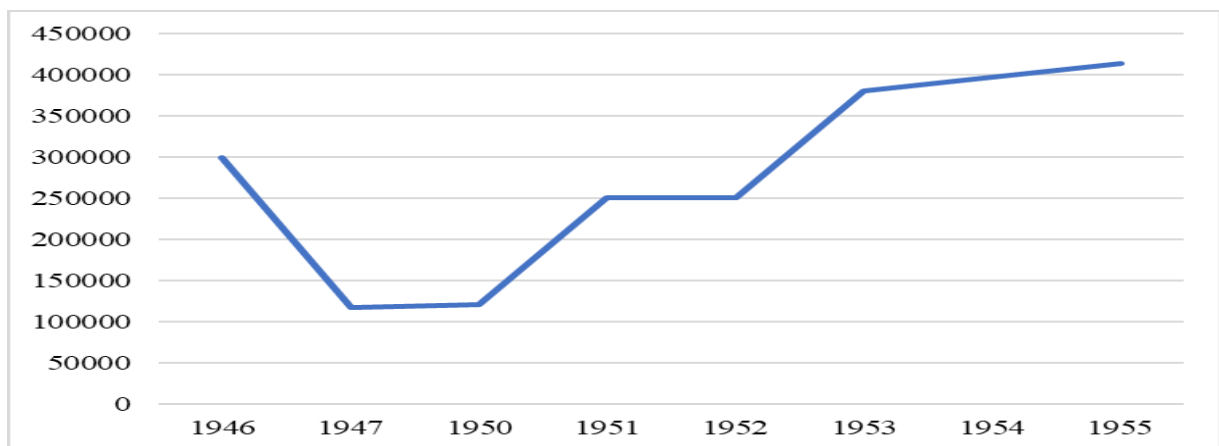
² Fontes: Visita ao Museu da República Democrática da Alemanha. Berlin, DDR Museum, 2019 e Visita aos pontos de ocupação aliada e soviética. Berlin, 2019.

³ Fonte: Visita aos pontos representativos da ocupação estadunidense. Frankfurt, 2019.

(VIZENTINI, 2004). Yalta e Potsdam estruturaram, então, as zonas de influência soviética e estadunidense na Europa, colocando a Alemanha dividida, como o principal símbolo da nova estrutura de poder mundial. Convém ressaltar que a presença inglesa e a ausência francesa nas negociações, demonstrava a diferença de capital político entre os dois países.

Portanto, é esta estrutura de poder do Sistema Internacional que constrange as ações dos países europeus no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, consolidando a visão de ameaça de uma possível expansão territorial soviética e da oportunidade de se beneficiar da garantia militar nuclear estadunidense. Isto era possível, pois além de a Europa ocidental representar teatro de operações estratégico para os Estados Unidos, o país passou a objetivar a estruturação de um mercado europeu estável e rentável, que permitisse alcançar os objetivos comerciais e financeiros dos Estados Unidos. Era necessário fortalecer as economias europeias e evitar que elas fossem atraídas economicamente pela União Soviética (VIZENTINI, 2004). Para isso, a estabilidade política e militar entre os países europeus era essencial. Dessa forma, os Estados Unidos se manteve econômica e militarmente na região.

Gráfico 1 - Tropas Estadunidenses na Europa 1946-1955



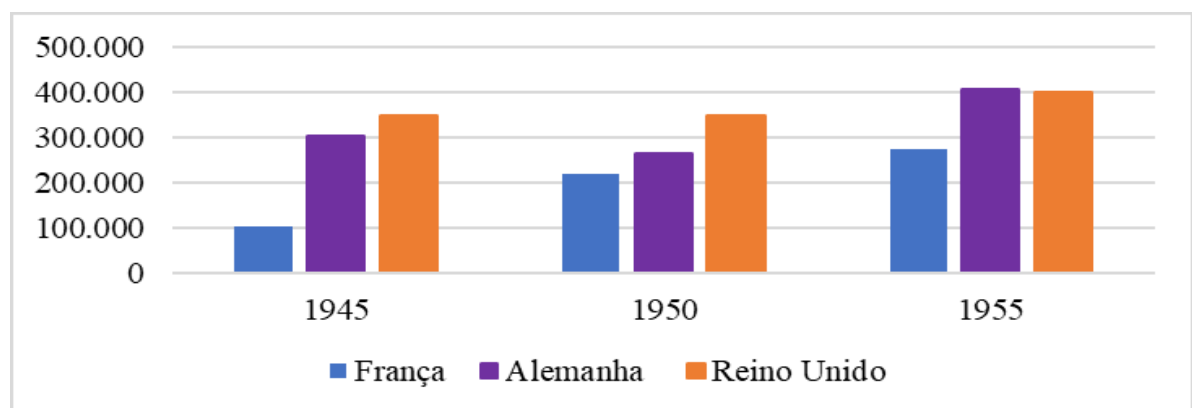
Nota: O ano de 1945 foi retirado do gráfico, pois apresentava número em demasiado elevado, distorcendo a sua visualização. Os dados dos anos de 1946 e 1947 representam as tropas de ocupação estadunidense na Alemanha Ocidental. Já os dados a partir de 1950, representam a quantidade de tropas dos Estados Unidos presentes em todo o território europeu. Utiliza-se estes dados no mesmo gráfico, pois quase a totalidade das tropas estadunidenses presentes na Europa durante todo o período, se encontravam em território alemão.

Fonte: Elaboração Própria.

Como pode ser visto no Gráfico 1 - elaborado com base nos dados de Mcgrath (2006) e Kane (2004) - no imediato pós-Guerra, houve grande desmobilização do exército estadunidense. Mas, esta tendência é revertida nos anos 1950 após: a reestruturação econômica e militar soviética (MADDISON, 2008; GREIG; ENTERLINE, 2017); o bloqueio

de Berlim pela União Soviética; a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) (ou seja, após o comprometimento formal com a defesa europeia, modificando a função das Forças Armadas estadunidenses na região de ocupação para defesa) e o início da Guerra da Coreia (ZIEMKE, 2003). Assim, após 1950, verifica-se claro comprometimento estadunidense com a defesa europeia, estendendo a sua proteção nuclear na região. Econômica e militarmente enfraquecidos, França e Reino Unido necessitavam de auxílio financeiro e militar para lidar com as suas ameaças. Somado a isso, com a evolução tecnológica dos Estados Unidos, era injustificável para ambos investirem altas quantias em armamentos. Por isso, optaram por fazer aquisições dos estadunidenses em vez de buscarem a inovação tecnológica (NORTHEGE, 1969). Após 1950, os Estados Unidos se torna, pois, o provedor de defesa europeia. Tal mudança de postura impactará, conforme será visto, no redirecionamento das instituições de cooperação em defesa europeias de aliança para alinhamento.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Internacionais (Geary-Khamis) 1945-1955



Fonte: Elaboração Própria.

Sob esta conjuntura, no nível regional, conforme pode ser visto no Gráfico 2 - elaborado com base nos dados de Maddison (2008) -, mesmo militarmente ocupada, a Alemanha⁴ mantinha considerável capacidade de poder econômico. Isso se dava, pois, o país havia distribuído a sua malha industrial por todo o território. Assim, para lhe derrotar, os aliados não necessitaram destruir a sua capacidade industrial e sim somente a sua infraestrutura logística (VIDALENC, 1970)⁵. Este fato fazia com que os demais países

⁴ Não há especificação na base de dados utilizada, sobre os dados se referirem à Alemanha dividida ou o somatório de suas partes. Devido aos altos valores, acredita-se que eles se referem ao somatório de suas partes.

⁵ Fonte: Visita aos pontos representativos da ocupação estadunidense. Frankfurt, 2019.

estruturassem planos para controlá-la (a fim de evitar um revanchismo), bem como evitar que um dos blocos econômicos conquistasse a parceria de uma Alemanha unificada. Já no que se refere à França, o país encontrava-se aquém das capacidades econômicas de Alemanha e Reino Unido. Já durante a guerra, a indústria francesa não apresentava o mesmo dinamismo e capacidade tecnológica do que a alemã. Ademais, devido a sua proximidade geográfica, o país serviu de ponto de fricção terrestre para o enfrentamento aliado contra a Alemanha nazista, além de ter tido a sua parte norte e o seu parque industrial ocupado e incorporado por quatro anos (1940-1944). Quanto ao Reino Unido, o país foi menos afetado pelo esforço de guerra devido a sua posição marítima e de aliado econômico e político dos Estados Unidos (VIDALENC, 1970).

Tabela 1 - Distribuição da Atividade Industrial na Europa (excluindo União Soviética)

	Produção Líquida da Indústria			Consumo de Energia			Produção de Aço e Ferro			Consumo de Ferro Finalizado			Têxteis Básicos		
	1938	1947	1948	1938	1947	1948	1938	1947	1948	1938	1947	1948	1938	1947	1948
Alemanha	32,1	11	14,6	292	153	172	428	62	112	42	7,7	138	27,5	7	10,3
Áustria	1,4	0,7	1	1,1	1	1,3	1,2	0,8	1,3	1,3	0,6	1,1	1	0,8	0,9
Bélgica-Luxemburgo	29	3,1	3,4	42	43	45	72	9	12,1	22	4,1	4,7	3	5,1	4,4
Bulgária	0,2	0,3	0,4	0,2	0,4	0	0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	*	*	*
Dinamarca	1,1	1,3	1,5	0,9	0,8	0,8	0	0,1	0,2	0,9	0,9	0,9	*	*	*
Finlândia	0,5	0,6	0,7	0,8	0,7	0,7	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,2	*	*	*
França	11,2	10,6	12,1	11,7	11,9	12,2	12,1	12,7	16,4	10,3	13,3	16,4	13,5	14,5	15,8
Hungria	0,9	0,8	0,9	0,7	0,7	0,8	1,1	1,1	1,4	1,1	1,1	1,3	1,2	1	1,2
Irlanda	0,4	0,5	0,6	0,4	0,4	0	0	0	0	0,2	0,1	0,2	*	*	*
Itália	6,4	5,2	5,5	3,8	4	3,6	4,3	3,1	3,8	5,2	4,1	5,2	8,4	7,5	8,1
Noruega	0,8	0,8	0,9	1,3	1,5	1,7	0,1	0,1	0,2	0,5	0,9	0,8	*	*	*
Países Baixos	2,4	2,2	2,6	2,1	2,3	2,2	0,2	0,4	0,6	2,4	2,4	3,7	2,2	3,6	3,1
Polónia	2,5	2,6	3,3	3,7	5,8	6,2	2,8	3,1	3,5	2,4	3,5	3,7	3,9	3,5	4,5
Reino Unido	23,7	25,6	28,7	27,7	28,6	30,7	20,7	24,9	29,2	20,7	25	29,1	24,1	23,8	25,6
Romênia	0,8	0,6	0,7	0,8	0,7	0	0,5	0,4	0,5	0,6	0	0	*	*	*
Suécia	2,7	3,8	3,9	2,2	2,8	3	1,9	2,3	2,3	2,6	4,3	4,3	1,8	2	2
Tchecoslováquia	3,1	2,7	3,2	3,4	4,2	4,5	3,4	4,4	5	3,2	4,3	5,2	3,5	4	4,2
Outros Países Europeus	6,9	8,9	9,2	5,8	5,6	0	1,5	2	2,6	3,6	5,9	6,1	9,9	11,3	10,8

*valores incluídos em "Outros Países Europeus"

Fonte: Adaptado de UN (1948, p. 140, tradução nossa).

A maior mudança econômica ocorrida na Europa ocidental no pós-Segunda Guerra Mundial, foi na distribuição da atividade industrial entre os países. Ocorreu grande queda na porcentagem relativa da produção alemã no total de produção europeia, devido ao plano de

desarmamento industrial imposto por Estados Unidos e Reino Unido nas suas zonas de ocupação. A produção de aço e ferro alemã, caiu de 43% da produção total europeia em 1938, para 11% em 1948. Chama atenção que neste período, houve aumento da produção britânica, ocupando parte desta queda alemã (UN, 1948). Pela Tabela 1, pode-se analisar que os três maiores produtores industriais europeus eram Alemanha, França e Reino Unido e que no pós-Guerra ficou mais equilibrada a distribuição entre eles. Com um equilíbrio regional, Estados Unidos não necessitava se preocupar com um possível competidor regional, se focando, portanto, na contenção da União Soviética.

Gráfico 4 - Combatentes Militares em Milhares 1945-1955

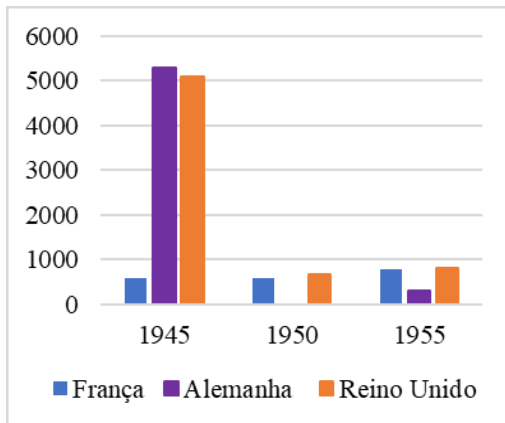
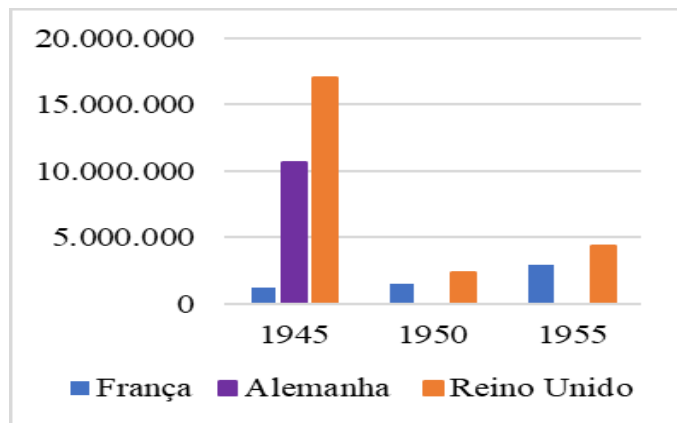


Gráfico 3 - Orçamento de Defesa em Milhares de Dólares Americanos do Ano Corrente 1945-1955



Nota: Os dados para 1955 incluem o somatório dos combatentes disponíveis na Alemanha Ocidental (205.000) e na Alemanha Oriental (108.000).

Fonte: Elaboração Própria.

Conforme pode ser verificado pelos indicadores militares nos gráficos 3 e 4 (elaborados com base nos dados de Greig; Enterline (2017)), a Alemanha estava ocupada, dividida e restrita de possuir orçamento de defesa, produção de armamentos e Forças Armadas (VIDALENC, 1970). Fica claro assim, o forte impacto da derrota na guerra para a sua capacidade de autonomia e soberania. Podemos visualizar também, o grande impacto do fim da Guerra para a mobilização militar de França e Reino Unido. No caso francês, pode-se perceber já no último ano da guerra, o impacto da luta de fricção com a Alemanha nazista. Portanto, conforme pode ser visto pelos dados apresentados, o Reino Unido saiu menos impactado militar e economicamente da guerra, do que Alemanha e França. Ademais, sua posição de alinhamento com os Estados Unidos lhe conferia importantes ganhos políticos. Havia, pois, desequilíbrio de poder regional para o Reino Unido. Todavia, por essa diferença

não ser elevada e França e Alemanha Ocidental⁶ continuarem a ser importantes atores regionais por ainda possuírem capacidades relevantes, os três países se configuravam como opções de alinhamento uns aos outros frente aos constrangimentos estruturais – desde que, as suas ameaças fossem compatíveis.

Neste contexto de restrições – especialmente militares - ao Estado alemão, a sua política externa (e implicitamente a sua política de defesa) estava totalmente interligada à sua política interna. Pois, neste período, o grande objetivo da parte ocidental do país era a busca por autonomia e soberania (WINDSOR, 1969). Em 1950, as visões de parte significativa do exército alemão ocidental, consistiam na ideia de que a reunificação era mais importante do que o rearmamento. Pois, unificada, a Alemanha representaria uma defesa mais efetiva da Europa ocidental, uma vez que afastaria o papel de primeiro ponto de fricção contra uma possível invasão terrestre soviética. Assim, argumentavam que a Alemanha deveria ser defendida e não apenas ocupada e posteriormente liberada (WINDSOR, 1969).

Pode-se, portanto, interpretar que as ameaças ao Estado alemão ocidental durante este período, eram a sua falta de soberania e uma possível invasão soviética. Isso porque, a política externa da Alemanha Ocidental não era o resultado de um processo orgânico interno, e sim o resultado da cooperação com as autoridades aliadas que ocupavam o país. Isso significa que, desde a sua estruturação, a Alemanha Ocidental entrou em um processo de integração com o ocidente. Por isso, para Konrad Adenauer (então chanceler da Alemanha Ocidental) todo relaxamento de controle sobre e ocupação do país, vinha naturalmente relacionado com o processo de integração ocidental⁷ (WINDSOR, 1969). Isto é, a soberania alemã no pós-Segunda Guerra Mundial, estava diretamente interligada com a cooperação regional. Dessa forma, a Alemanha Ocidental apresentava uma dualidade: buscar autonomia, reunificação e abertura para relações com o leste europeu; ou - como precedente sob a reunificação - se integrar nas instituições ocidentais e aliança atlântica para lidar com os seus problemas internos e externos⁸ (WINDSOR, 1969). Devido à pressão estrutural, a escolha foi pela integração nas instituições ocidentais.

Tendo sido ocupada pela Alemanha nazista, sem capacidade de defesa autônoma, dependente do carvão alemão e geograficamente próxima à Alemanha, o principal objetivo defensivo francês no imediato pós-Guerra se configurava na contensão de uma possível nova

⁶ Nas análises dos períodos em que a Alemanha se encontrava dividida, será dado enfoque à Alemanha Ocidental. Isso porque, após a reunificação do país em 1990, ele continuou engajado nos compromissos internacionais (instituições e iniciativas) da sua parte ocidental.

⁷ Fonte: Visita ao Parlamento Alemão. Berlin, Deutscher Bundestag, 2019.

⁸ Fonte: Visita ao Museu da República Democrática da Alemanha. Berlin, DDR Museum, 2019.

ameaça alemã (CRESWELL; TRACHTENBERG, 2003). Como será demonstrado, esta percepção de ameaça foi sendo amenizada conforme a Alemanha Ocidental foi sendo incorporada nas instituições regionais e o Reino Unido se comprometendo com a defesa regional. Concomitante a este processo, a percepção de ameaça quanto a uma possível expansão soviética foi adquirindo relevância na agenda francesa. Assim, o objetivo francês neste período, consistia em manter a Alemanha Ocidental controlada e distante de uma possível aliança com a União Soviética. Isso se daria através da preservação da aliança da Segunda Guerra Mundial com Reino Unido e Estados Unidos. Portanto, o país se posicionava contra o estabelecimento de uma Alemanha unificada e com administração central (DUKE, 2000; CRESWELL; TRACHTENBERG, 2003).

Em 1948, com a *'Three Pillars Strategy'*, o Reino Unido deixa claro a sua política de defesa no imediato pós-Guerra. Entendiam que a defesa de toda a Commonwealth Britânica dependia de três pilares:

- a) defender o Reino Unido;
- b) manter linhas de comunicações marítimas (vitais para o comércio e transporte de matéria-prima) e
- c) garantir o Oriente Médio como base defensiva e de ataque contra a União Soviética (MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020).

Conforme será visto, também era de lá que advinha o petróleo utilizado pelo reino. Ademais, afirmava-se o valor dissuasor da supremacia atômica dos Estados Unidos sobre a União Soviética e após a criação da NATO, o necessário aumento de suas forças a um nível capaz de superar uma invasão soviética na Europa ocidental - incluindo um compromisso formal com a defesa da Alemanha Ocidental. Ou seja, previa-se a utilização das capacidades estadunidenses especialmente nucleares, para suprir as carências britânicas, sendo o principal foco de ameaça para os britânicos, a União Soviética (MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020). Ademais, a aliança com os Estados Unidos era vital também para manter livre as passagens marítimas, uma vez que os norte-americanos haviam se consolidado como uma das mais poderosas potências marítimas. Para os britânicos, era essencial também, não haver hegemonia no continente europeu. Pois, se houvesse, o hegemom poderia relaxar a sua defesa terrestre e se expandir para o mar e ar (NORTHEGE, 1969). Para o Reino Unido, a França exerceria, então, papel de atrito contra uma possível hegemonia alemã e a união de ambos os países exerceria o mesmo papel contra uma possível hegemonia soviética. Assim, argumenta-se que neste período, o Reino Unido participa dos acordos regionais europeus, para garantir que não haja um país hegemônico na região.

Verifica-se que, mesmo que houvesse diferenças na prioridade das ameaças entre Alemanha Ocidental, França e Reino Unido (para a Alemanha Ocidental, o foco principal era a sua falta de soberania; para a França, era a contensão alemã e para o Reino Unido, era a contensão soviética e a contensão de um hegemom regional) – configurando-nas como apenas parcialmente comuns-; elas eram compatíveis. Dessa forma, os três países encontravam na região, potenciais parceiros (tanto do ponto de vista de capacidades materiais, quanto de objetivos de defesa) para alinhamento.

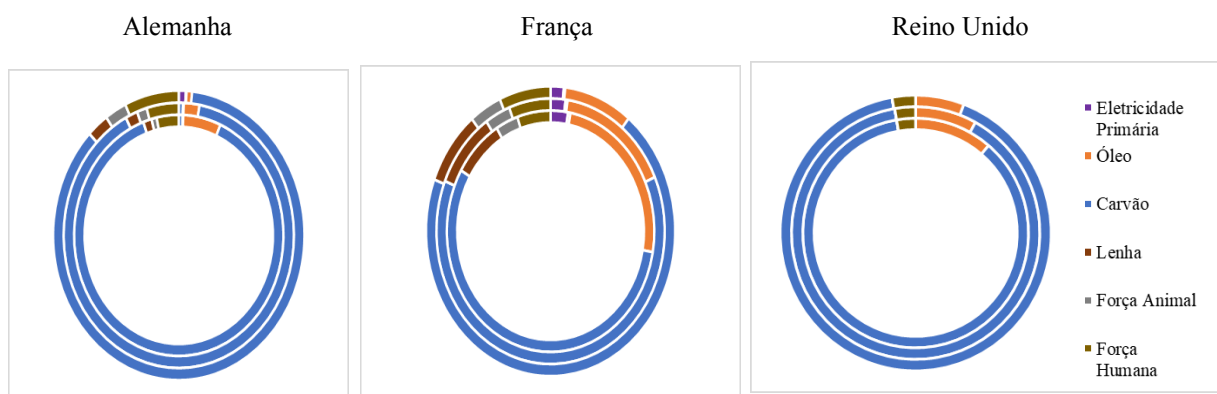
Tendo em vista estas opções de alinhamento regional, a propensão dos três países para se engajarem com estas opções em estruturas de cooperação em defesa regional como forma de responderem aos constrangimentos militares, políticos e econômicos que advinham da estrutura internacional (que colocava a Europa ocidental como território de confronto entre os modelos capitalista e socialista); pode ser verificada pela sua capacidade estatal de acessar de forma autônoma os recursos necessários para responderem a este ambiente. Isto é, os recursos de poder latente que podem ser transformados em poder efetivo para a defesa nacional. Para tanto, importa verificar a dependência energética dos três países, as suas fontes de recursos financeiros e a sua capacidade tecnológica.

Quanto à matriz energética, os três países eram majoritariamente dependentes de carvão. Ele representava no imediato pós-guerra, $\frac{3}{4}$ da energia utilizada pela indústria europeia (LOVETT, 1996). Assim, conforme a sua demanda aumentava, devido à reconstrução econômica, os governos estavam preocupados em garantir e aumentar o seu fornecimento. Como pode ser visto pelo gráfico 5 (elaborado com base nos dados de Ritchie, 2022), durante a década de 1950, lentamente o óleo foi substituindo o carvão como fonte de energia - especialmente na França, que dependia do carvão advindo da região do Sarre, a qual decidiu retornar à Alemanha Ocidental em 1955. Como a França era, entre os três, o país mais dependente de fontes externas de energia, ela era também, o com maior diversificação na sua matriz energética (RITCHIE, 2022).

Neste período, a Alemanha se configurava como a maior produtora de lignito do mundo e a sua indústria do carvão era tecnológica e economicamente poderosa (RENN; MARSHALL, 2020). A maior parte dela era localizada na região do Ruhr (na parte ocidental do país), a qual estava sob controle da Autoridade Internacional do Ruhr - composta por representantes dos países aliados, que controlavam a quantidade da produção que ficaria interna e a que seria exportada. Era deste local que a Alemanha Ocidental retirava a maior parte do carvão para o seu consumo. A região do Sarre, também era rica em carvão, minerais e indústrias e estava, desde o fim da guerra, ocupada pela França - que retirava de lá a maior

parte do seu carvão⁹ (HERPICH; BRAUERS; OEI, 2018; RENN; MARSHALL, 2020). Isso se deve pois, a guerra e a ocupação alemã, haviam afetado fortemente a produção de carvão no país, cujas indústrias não eram avançadas tecnologicamente como as alemãs e britânicas. O Reino Unido era altamente autônomo na produção de sua energia, pois todo o carvão consumido advinha de produção interna (o reino permaneceu até 1970 sem importar este insumo). O óleo utilizado pelos britânicos, provinha majoritariamente do Oriente Médio, que até 1973 tinha como principais fontes a Arábia Saudita, o Irã e o Kuwait (UNITED KINGDOM - UK, 2009).

Gráfico 5 - Matriz Energética de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido em Porcentagem do Total de Energia Consumida (1946; 1950; 1955)



Fonte: Elaboração Própria.

Tendo em vista o perfil da matriz energética de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido e a sua origem, percebe-se que a França possuía alta dependência energética externa (principalmente das reservas de carvão alemã). O Reino Unido apresentava baixa dependência energética externa e a Alemanha Ocidental, mesmo possuindo altas reservas de carvão, por não deter autonomia sob elas, apresentava média dependência energética externa. Portanto, como política para reaver relativa autonomia sob as suas produções de carvão e aço, a Alemanha Ocidental aceita se submeter ao controle e supervisão de uma autoridade regional que substituiria a Autoridade Internacional do Ruhr, fixaria preços e alocaria os recursos produzidos entre os países membros. Esta era a proposta da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (sigla em inglês, ECSC) (LOVETT, 1996). Para a França, as vantagens da ECSC consistiam em: evitar que os recursos da Alemanha Ocidental fossem novamente mobilizados para o esforço de guerra; garantir a oferta alemã de carvão e utilizar a ECSC para modernização de suas indústrias, através da difusão de tecnologia avindas das indústrias

⁹ Em 1955, o carvão ainda representava mais de 55% do consumo de energia francês (RITCHIE, 2022).

alemãs. Do ponto de vista francês, o Reino Unido não representava um parceiro alternativo aos alemães, porque após a guerra ele reteve toda a sua produção de carvão para consumo interno (LOVETT, 1996). Assim, a vulnerabilidade quanto à segurança energética, interligava as percepções alemã e francesa de ameaça. Por parte da Alemanha Ocidental, ela demonstrava claramente a falta de soberania do país. Pelo lado francês, era o ponto central para contenção de uma Alemanha revisionista. Dessa forma, este fato impactou diretamente na propensão destes países para cooperarem em defesa; pois, conforme será demonstrado, esta questão se tornou pilar obrigatório para as aproximações da Europa ocidental em defesa.

Quanto às fontes de recursos financeiros, conforme visto pelo gráfico 2, a Alemanha Ocidental mantinha seu Produto Interno Bruto (PIB) elevado, aumentando-o conforme ia se reconstruindo. O mesmo ocorre com o Reino Unido. Já a França, mesmo aumentando o seu PIB ao longo do seu processo de reconstrução, era, dos três países, o mais afetado economicamente. A capacidade produtiva interna é refletida diretamente nos orçamentos de defesa, os quais podem ser verificados pelo gráfico 4. Nele, percebemos o grande impacto que o fim da Segunda Guerra Mundial exerceu na capacidade de mobilização dos três países, sendo a Alemanha o mais afetado – uma vez que, estava incapacitada de possuir orçamento de defesa. Portanto, por estes indicadores, podemos esperar uma tendência maior dos três países no imediato pós-Guerra, de buscar recursos financeiros no nível regional para lidar com as suas ameaças e gerenciar a desmobilização militar.

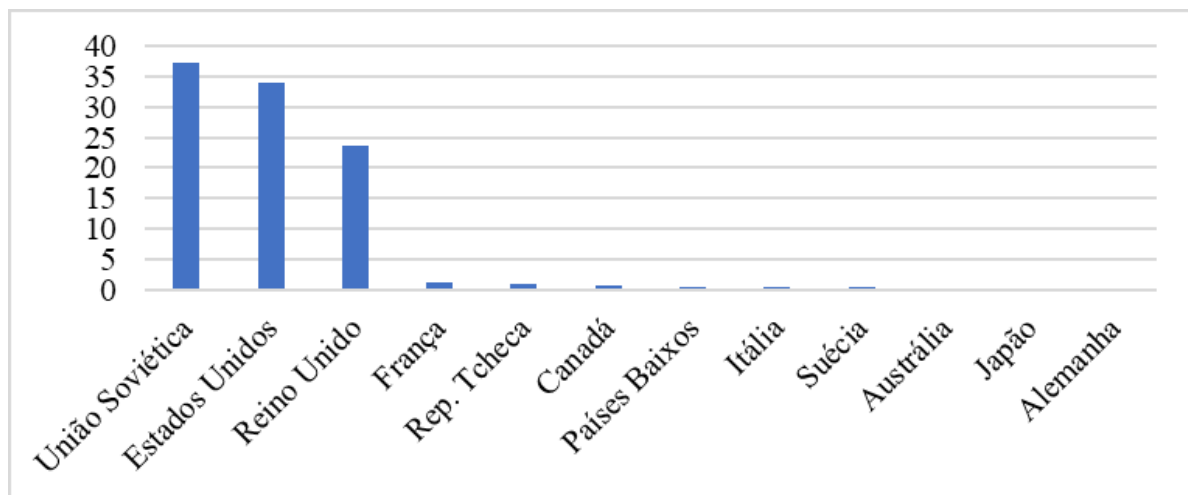
Neste período, temos grande dependência europeia de produtos importados para a sua reconstrução, resultando também em uma fragilidade financeira devido ao déficit de dólares (que antes era suprido especialmente pelo comércio com as suas colônias, mas que desde a Segunda Guerra Mundial, o fluxo havia se invertido) (UN, 1948). Esta situação era intensificada pela fuga de capitais para outras regiões do mundo mais atrativas, seja pela evasão fiscal ou por questões securitárias (UN, 1948). A balança de pagamentos de bens e serviços europeia era deficitária, sendo o maior déficit com os Estados Unidos. Em 1948, 90% das importações europeias de países não europeus consistia em alimentos, combustível e matéria prima industrial, enquanto quase 70% das suas exportações eram compostas por manufaturados finalizados (UN, 1948). A maior parte deste comércio extra europeu, era realizado com as possessões coloniais francesas e inglesas. Especificamente no caso francês, a porcentagem de suas exportações para os seus territórios ultramarinos passou de 61% em 1938, para 75% em 1948 (UN, 1948).

A economia da Alemanha ocupada era a economia de suas zonas de ocupação. Mesmo com imposições quanto aos níveis de produção permitidos, a indústria do país se mostrava

produtiva e capaz de suprir não só as suas demandas, mas também as da Europa. Com a reconstrução europeia, houve um grande aumento da demanda por produtos industrializados, à qual a economia alemã respondeu eficazmente. Assim, nos anos 1950, a exportação alemã, especialmente para a Europa, contribuiu diretamente para mais de um quarto do aumento da demanda no país (LINDLAR; HOLTFRERICH, 1997). Mais do que 30% das exportações intra-europeias se originavam na Alemanha Ocidental, a maior taxa entre todos os países europeus. O país apresentava, pois, altas taxas de integração de suas exportações com a Europa continental. A Alemanha Ocidental se configurava, então, no mais importante parceiro comercial da Europa ocidental (GHI, 1947; LINDLAR; HOLTFRERICH, 1997).

Assim, do ponto de vista dos recursos financeiros, os três países dependiam fortemente do comércio exterior: França e Reino Unido de suas colônias e a Alemanha Ocidental da Europa. Ademais, por apresentarem grande déficit com os Estados Unidos, dependiam também financeiramente dos norte-americanos. Todavia, Alemanha Ocidental e França (aquela, por não possuir orçamento de defesa autônomo e esta, por relativo baixo PIB e orçamento de defesa) eram menos capazes do que Reino Unido de acessarem recursos financeiros para construir resposta a possíveis ameaças.

Gráfico 6 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 1950-1955



Fonte: Elaborado pela Autora.

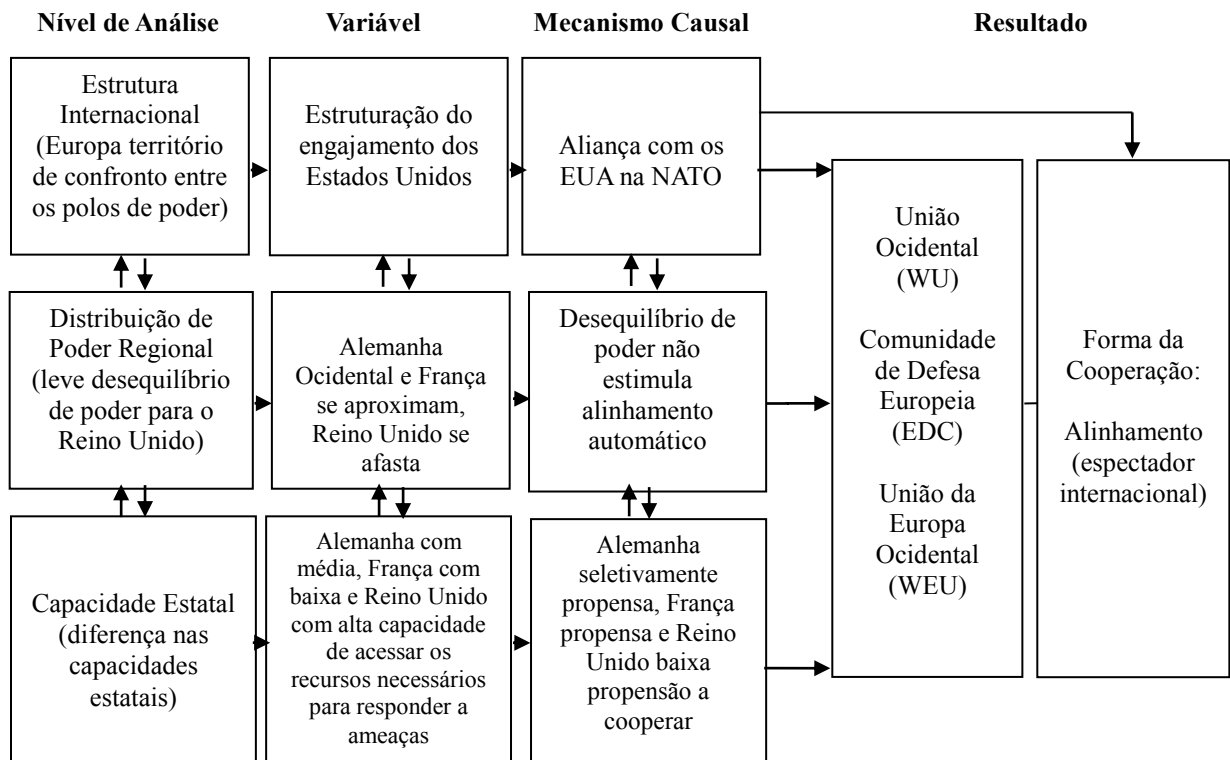
Para finalizar a verificação da capacidade estatal dos três países e o impacto dela na propensão para cooperar, analisa-se as respectivas capacidades tecnológicas, representadas pelas suas posições no ranking mundial de exportação de armamentos. Conforme pode ser visto no gráfico 6 (elaborado com base em Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI (1950-1955)), Reino Unido era o terceiro maior exportador de armamentos em um mercado altamente oligopólico. Isto demonstrava a sua alta capacidade tecnológica, o seu

dinamismo econômico e militar. Havia grande diferença para as posições de França e Alemanha Ocidental, indicando maior vulnerabilidade de ambos no campo militar frente a uma de suas ameaças, a União Soviética. Assim, no que tange ao indicador tecnologia, Alemanha Ocidental e França possuíam menos capacidade estatal do que Reino Unido. Portanto, no agregado da análise da capacidade estatal dos três países para acessarem de forma autônoma os recursos necessários para responderem às suas ameaças: a Alemanha Ocidental apresentava média capacidade estatal, França baixa e Reino Unido alta. Pelo modelo de análise aqui proposto, os dois primeiros terão, pois, mais propensão do que Reino Unido para buscar alternativas regionais para essa escassez estatal.

Sob estrutura bipolar aliada a importante ligação econômica e militar com os Estados Unidos e a posterior garantia de dissuasão nuclear do país para Alemanha, França e Reino Unido (representada pela criação da NATO), a aliança com os estadunidenses era vista como prioritária (NORTHEGE, 1969; WINDSOR, 1969). Isto aliado ao desequilíbrio de poder regional em prol do Reino Unido e a sua maior capacidade de acessar os recursos necessários para se inserir no Sistema Internacional, tendia a fazer com que os britânicos – mesmo com ameaças compatíveis - se afastassem das iniciativas regionais na Europa, conforme os Estados Unidos se aproximava. Este foi o caso do esvaziamento do incipiente projeto da União Ocidental (sigla em inglês, WU) após a criação da NATO. A partir de então, as iniciativas de cooperação em defesa na Europa são lideradas por França e Alemanha Ocidental e se voltam à busca de alinhamento e de garantia da estabilidade e paz no continente. Ficava a cargo da NATO, o papel de ator internacional.

Como síntese do constrangimento da estrutura do Sistema Internacional, do estímulo da distribuição de poder regional e das variações produzidas pela capacidade estatal na cooperação em defesa na Europa ocidental ao longo do período analisado, temos a aplicação do modelo de análise a seguir. Ele nos permitirá verificar, se os resultados encontrados condizem com o modelo teórico proposto.

Figura 2 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 1945-1955



Fonte: Elaborado pela Autora.

Em 04 de março de 1947, ainda sob as incertezas do ambiente pós-guerra e do processo de desmobilização militar, foi assinado o Tratado de Dunquerque entre França e Reino Unido. Ele visava declaradamente fazer frente a ameaça alemã através de assistência recíproca contra qualquer possível agressão daquele país e garantia que nenhum dos dois países iria se engajar em uma coalizão contra o outro. França e Reino Unido solicitavam também, o engajamento de Estados Unidos e União Soviética para a conclusão de um acordo entre todas as potências responsáveis pela ocupação alemã (FRANCE; UNITED KINGDOM, 1947). Ou seja, o Tratado de Dunquerque se configurava em uma aliança, pois apresentava um acordo formal para uso conjunto da força contra uma ameaça externa.

Em fevereiro de 1948, houve na Tchecoslováquia, a ascensão ao poder do Partido Comunista. É também a partir deste ano que podemos verificar a recuperação econômica e militar soviética (MADDISON, 2008; GREIG; ENTERLINE, 2017; UN, 1948). Então, sob este contexto de aproximação e aumento da influência soviética, em 17 de março de 1948, houve a substituição do Tratado de Dunquerque pelo Tratado de Bruxelas. Visava-se a ampliação da aliança militar anterior com a incorporação de Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo como membros e com o acréscimo da União Soviética como uma ameaça.

Ademais, o novo tratado apresentou um conceito de defesa amplo, englobando como necessária para fortalecer os países signatários, também a cooperação no âmbito social, econômico e cultural (WESTERN UNION - WU, 1948).

Em 24 de junho do mesmo ano, teve início o bloqueio de Berlim pela União Soviética, que interrompeu o acesso ferroviário, rodoviário e hidroviário à cidade de Berlim Ocidental. Três meses depois, em setembro de 1948, houve a criação da União Ocidental (sigla em inglês, WU) como instrumento institucional para a execução do Tratado de Bruxelas. O seu objetivo era produzir capacidade de dissuasão através da criação de uma estrutura institucional para planejamento estratégico e comando conjunto a fim de standardizar as Forças Armadas dos países membros e promover a cooperação nas demais esferas tidas como essenciais para a defesa nacional (WU, 1948; DUKE, 2000). Ou seja, pode-se interpretar que a WU se configura como a materialização do Tratado de Dunquerque e a expansão de seu perímetro de ação com a inclusão de novos países membros. A organização contava com uma estrutura supranacional somente a nível tático, no qual haveria comandantes da organização para as possíveis forças conjuntas no teatro de operações. Nos demais níveis de planejamento operacional, estratégico e político, a aliança contava com uma estrutura intergovernamental, composta por representantes permanentes e temporários dos países membros – conforme pode ser visualizado no Organograma 1 (WU, 1948).

Além de garantir a sua defesa, a União Ocidental (WU) visava alcançar, através da standardização das capacidades de seus Estados membros, os requerimentos estadunidenses para liberação de auxílio financeiro. Por isso, o país participou como observador, desde o início das negociações para a sua estruturação (WU, 1948; US, 1948; DUKE, 2000).

Muito permanece a ser feito, e tempo considerável necessita decorrer antes que os requerimentos mínimos para a defesa da Europa ocidental possam ser atingidos, mesmo com um programa de ajuda militar dos EUA substancial e de longo alcance. [...] Além do forte estímulo psicológico que a sua presença tem gerado, a delegação dos EUA, através de participação ativa em todos os níveis de discussão dos comitês, tem sido capaz de assegurar que o trabalho do Comitê Militar progrida geralmente de acordo com as linhas mais favoráveis com os interesses securitários dos EUA (US, 1948, tradução nossa)¹⁰.

Continuava, todavia, em aberto a questão de como as forças conjuntas da aliança se

¹⁰ Do original em inglês: “Much remains to be done, and considerable time must elapse before the minimum requirements for the defense of Western Europe could be met, even with a substantial and long-range U.S. military aid program. [...] In addition to the strong psychological stimulus which its presence has generated, the U.S. Delegation, through its active participation in all levels of committee discussions, has been able to ensure that the work of the Military Committee progressed generally along lines most favorable to the security interests of the U.S.” (US, 1948).

relacionariam com as forças estadunidenses na Europa. Segundo comunicação entre os representantes estadunidenses nas negociações da WU e o departamento de defesa do país, havia questões que deveriam ser decididas em relação à defesa europeia:

a) Os Estados Unidos deve embarcar em um programa de assistência militar para a União Ocidental? [...] d) visto que a defesa da Itália contribuiria materialmente para uma defesa eficaz da Europa ocidental, a Itália deveria ser incluída em qualquer programa de ajuda militar para a União Ocidental, mesmo que ela agora não seja um membro? [...] f) que assistência recíproca deve ser requerida em conexão com um programa de ajuda militar para a União Ocidental? (US, 1948, tradução nossa)¹¹.

Vemos, portanto, que a necessidade comum de reconstrução entre França e Reino Unido, a desmobilização de número significativo de militares estadunidenses na Europa no imediato pós-Guerra (gráfico 1), a necessidade de alcançar requerimentos estadunidenses para a liberação de auxílio financeiro e a necessidade de contenção de uma possível ameaça soviética e alemã, levam ambos a procurarem soluções conjuntas – uma vez que, como demonstrando, se apresentavam como opções de alinhamento um para o outro.

Assim, a WU estava, desde o seu início, interligada com a presença estadunidense na região. A manutenção do bloqueio soviético de Berlin (que durou até 12 de maio de 1949 e que explicitou as fragilidades defensivas dos países europeus) aliado à criação do Cominform¹², interpreta-se que como resposta aos questionamentos acima elencados em relação a defesa europeia impostos pela criação da União Ocidental (WU), os Estados Unidos chegaram à concepção de que a WU só seria efetivamente uma união do ocidente se englobasse o outro lado do Oceano Atlântico. Foi assinado então, o Tratado do Atlântico Norte em 4 de abril de 1949 (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2020a). Em dezembro de 1950, após o primeiro teste de armamento nuclear soviético, ocorrido em 29 de agosto de 1949, e a eclosão da Guerra da Coreia em junho de 1950, a WU é literalmente substituída pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) - que teve como membros fundadores os países da WU mais Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Islândia, Itália, Noruega e Portugal (NATO, 2020a).

Por este movimento, houve o claro comprometimento estadunidense com a defesa

¹¹ Do original em inglês: “a) Should the United States embark on a military assistance program for the Western Union? [...] d) Since a defense of Italy would contribute materially to an effective defense of Western Europe, should Italy be included in any military aid program for the Western Union even though she is not now a member? [...] f) What reciprocal assistance should be required in connection with a military aid program for the Western Union?” (US, 1948).

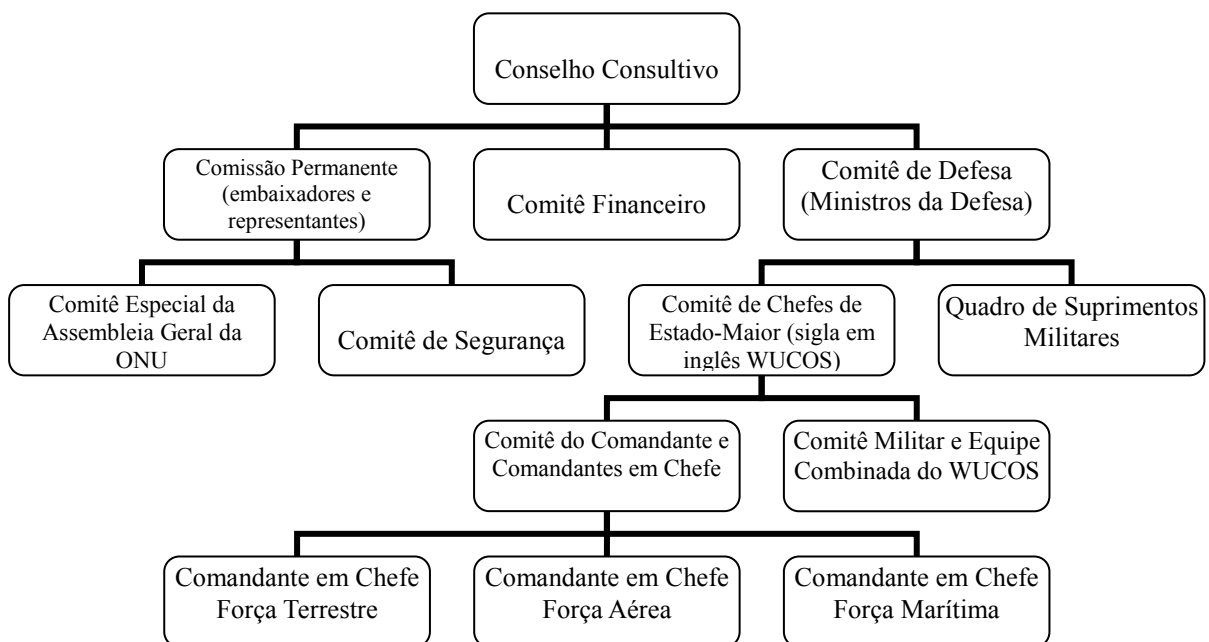
¹² O Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (Cominform) foi uma organização internacional liderada pelo Partido Comunista da União Soviética, que visava coordenar as políticas dos partidos comunistas europeus (G.I, 1950).

européia, ampliando a função de suas forças armadas na região: além de ocupação, também defesa e projeção. A NATO parece ter sido, pois, a resposta de como otimizar os interesses securitários dos Estados Unidos na Europa. Ela deu uma solução à questão:

- a) da incorporação da Itália no perímetro de defesa ocidental,
- b) do possível auxílio estadunidense para a reconstrução militar europeia e
- c) da interligação entre a União Ocidental (WU) e as forças do país na região. Os Estados Unidos organizam e assumem, portanto, o papel de líder que tinham na reconstrução da Europa ocidental.

A partir de então, tem início o constante conflito na relação entre a NATO e as diferentes instituições e iniciativas de defesa europeias; com debates constantes entorno da questão da autonomia destas instituições e da duplicação de capacidades. Todavia, empiricamente, verifica-se que as diferentes instituições europeias em defesa se alinham à NATO e ocuparam somente os espaços deixados pela aliança.

Organograma 1 - Estrutura Institucional da União Ocidental (WU)



Fonte: Adaptado de US (1948).

Neste sentido, após a criação da NATO, houve forte pressão do Marechal britânico Montgomery (comandante em chefe da WU) para que a estrutura militar executiva da WU fosse incorporada na aliança a fim de evitar duplicação de capacidades. O Comitê dos Comandantes em Chefe e o Comitê Militar da WU se transformaram no atual Quartel-General Supremo das Potências Forças Aliadas na Europa (sigla em inglês, SHAPE) da NATO e o Marechal Montgomery se transformou no primeiro Vice-Comandante Supremo Aliado na

Europa (da sigla em inglês, DSACEUR) (DUKE, 2000; NATO, 2022a). Assim, a estrutura executiva da União Ocidental (WU) foi incorporada na NATO, fazendo com que o bloco perdesse a sua função de aliança e se transformando somente em uma estrutura de alinhamento político europeu, cujas ações seriam executadas através da NATO com auxílio financeiro e comando e controle dos Estados Unidos. A WU passa a ser, então, somente uma união da parte ocidental da Europa e a NATO assume o papel de uma união do Ocidente. Entretanto, ainda ficava em aberto a questão da desocupação da Alemanha e o seu rearmamento, para que a união do Ocidente fosse efetivamente completada.

Quadro 3 - Perímetro de Ação das Iniciativas de Cooperação em Defesa Europeia (1945-1955)

1947: Tratado de Dunquerque	Assistência mútua entre França e Reino Unido. Ameaça: Alemanha
1948: União Ocidental (WU)	Operacionalização do Tratado de Bruxelas. Membros: França, Reino Unido + Países Benelux. Ameaça: Alemanha e União Soviética
1949: Tratado do Atlântico Norte	Resposta de como otimizar os interesses securitários dos Estados Unidos na Europa. Membros: WU, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos Itália, Islândia, Noruega e Portugal
1950: Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)	Incorporação da estrutura de comando conjunto da WU na NATO. A NATO se transforma na estrutura executiva do alinhamento alcançado entre os europeus na WU. Ainda ficava em aberto a questão da desocupação da Alemanha e o seu rearmamento.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme demonstrado, França e Alemanha Ocidental possuíam menos capacidade de acessar os recursos necessários para responderem a eventuais ameaças. Por isso, segundo o modelo de análise aqui defendido, apresentavam maior propensão para cooperar com os parceiros europeus. Como para França, a Alemanha Ocidental ainda representava uma ameaça, o país não concordava que os alemães possuíssem acesso ao planejamento, aos dados de inteligência e aos segredos de Estado dos países do Tratado do Atlântico Norte, dificultando a inclusão alemã no tratado (DUKE, 2000). Portanto, a posição oficial francesa era a de que a Alemanha Ocidental poderia contribuir para a sua defesa, mas sem produzir armamentos. Então, em 9 de maio de 1950, o ministro das relações exteriores francês Robert Schumann propôs o Plano Schumann - reconhecido como o precursor da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC). Ela foi efetivamente criada pelo Tratado de Paris de 18 de abril de 1951 (DUKE, 2000). Pelo seu plano, Schumann propunha unificar toda a produção francesa e alemã de carvão e aço sob uma entidade comum aberta a todos os países europeus. Controlando a produção alemã de aço, seria possível controlar também indiretamente a sua produção de armamentos e garantir acesso francês ao carvão e à tecnologia alemã. Para a Alemanha Ocidental, o plano poderia se mostrar viável, pois seria possível alcançar um mínimo de autonomia sob os seus recursos energéticos. Percebe-se, portanto, que a origem do

projeto de cooperação econômica e energética da ECSC, apresentava na sua essência, um objetivo securitário.

Dada a relutância francesa em aceitar a proposta estadunidense de incorporação da Alemanha Ocidental ao Tratado do Atlântico Norte, ficava claro que era necessário desenvolver uma solução regional europeia, que lidaria com as diferenças entre França e Alemanha Ocidental. Isso porque, a desocupação e o rearmamento alemão não eram objetivo do Tratado, uma vez que ele se focava em operações de alta intensidade e voltadas para o exterior. A opção sugerida pela França foi construir uma estrutura de comando militar conjunta (semelhante à proposta da ECSC). Este comando conjunto impossibilitaria a Alemanha Ocidental de possuir autonomia militar e seria através dele que o país cooperaria no tratado transatlântico. Este foi o projeto da Comunidade Europeia de Defesa (sigla em inglês, EDC) (DUKE, 2000).

A EDC teve sua origem articulada por iniciativa francesa, através do Plano Pleven de outubro de 1950, e propunha a criação de uma força militar europeia. Visava-se a constituição nos países membros, de uma força que, quando necessária para defender a Europa, seria ativada e ficaria sob comando conjunto europeu. Mas, que em tempos de paz, ficaria sob comando nacional (exceto a Alemanha Ocidental, que só poderia ter suas forças comandadas pela estrutura militar europeia). Um Ministério da Defesa Europeu com seu próprio comando e staff militar foi proposto, juntamente com um único orçamento de defesa, processo de aquisição conjunto de armamentos e um Conselho Europeu de Ministros (MÜLLER-BRANDECK-BOCQUET; RÜGER, 2015). Ou seja, estava sendo proposta, uma estrutura militar supranacional, diferente da estrutura intergovernamental da União Ocidental (WU), que visava manter a autonomia dos países e buscar apenas a sua standardização.

A participação alemã neste exército europeu não poderia ser maior que um batalhão e nem representar mais do que 20% dos militares da força. Ademais, o país deveria renunciar à criação de um ministério da defesa autônomo (BEISNER, 2006). O Plano condicionava a entrada de novos membros na comunidade, à adesão à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC). Isso porque, a proposta da Comunidade de Defesa Europeia (EDC), compunha a ideia de que as cooperações política, econômica e de defesa deveriam constituir a estrutura de um projeto europeu amplo, que lidasse de forma eficiente com as diferenças entre os países membros. Neste sentido, em maio de 1949, havia sido criada a cooperação política, através do Conselho da Europa (do inglês, *Council of Europe*- CoE) e posteriormente, em 18 abril de 1951, ocorreu a efetivação da criação da ECSC (DUKE, 2000). Percebe-se, pois, que na Europa ocidental, além das convergências, as divergências também se configuram como força

para os movimentos de cooperação.

Como esperado pelo modelo de análise proposto, o Reino Unido adotava postura de cautela em relação à proposta de aprofundamento da cooperação em defesa no continente. Ele argumentava que deveria manter-se afastado; porque isso evitaria que houvesse efeitos negativos no relacionamento com os Estados Unidos e com a NATO e evitaria a imagem de um bloco hostil à União Soviética (DUKE, 2000). Isto é, o Reino Unido buscava manter o engajamento estadunidense com o continente, garantindo a visão de que a iniciativa da Comunidade de Defesa Europeia (EDC) seria um instrumento para alinhamento europeu e não uma aliança que duplicaria os recursos da NATO. O governo alemão, prontamente atacou o status de segunda classe conferido ao país pelo Plano Pleven, mas optou por aceitá-lo com o objetivo de assegurar a aprovação dos países europeus para a desocupação e rearmamento do país. Por isso, Konrad Adenauer (então chanceler da Alemanha Ocidental) argumentava que o plano somente seria aprovado e aceito pela opinião pública alemã, se houvesse a modificação do status de ocupação do país (DUKE, 2000). Ou seja, a necessidade alemã de alcançar autonomia para acessar os recursos necessários para a sua defesa, impactava diretamente na sua propensão para cooperar regionalmente.

Em 06 de março de 1951, houve a revisão do status de ocupação da Alemanha Ocidental, permitindo a transferência de poderes das forças de ocupação para o governo federal. Assim, em 02 de maio do mesmo ano, o país é aprovado como membro pleno do Conselho da Europa (CoE) e em 09 de julho, há o término formal do estado de guerra de França, Estados Unidos e Reino Unido com a Alemanha Ocidental (DUKE, 2000). Seguindo com as ações para rearmamento alemão e sua incorporação no sistema de defesa ocidental, em fevereiro de 1952, o governo francês levou adiante as propostas do Plano Pleven e propôs efetivamente a criação da Comunidade de Defesa Europeia (EDC).

Nesta conjuntura e após o encontro da NATO em fevereiro de 1952 (no qual foi aprovado o estabelecimento de um possível exército europeu e debatidas contribuições técnicas para uma defesa comum na Europa), a União Soviética reagiu propondo a reunificação da Alemanha, a retirada de todas as tropas estrangeiras do país e um tratado de paz com o novo governo. Por ele, deveria se garantir que não haveria coalizão contra os países, cujas Forças Armadas lutaram na Alemanha (DUKE, 2000, p. 27,28). Todavia, a proposta não foi aceita pelos europeus e estadunidenses e em 27 de maio de 1952, houve a assinatura do Tratado de Paris que estabelecia a criação da EDC. Ele foi assinado por Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Países Baixos e Luxemburgo e continuava prevendo que as divisões militares alemãs só poderiam responder ao comando da EDC,

enquanto as dos demais países, poderiam responder - em tempos de paz - aos governos nacionais (MÜLLER-BRANDECK-BOCQUET; RÜGER, 2015). Mesmo o tratado tendo sido assinado e aprovado pelo parlamento da Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, ele nunca entrou em vigor, pois foi rejeitado pelo parlamento francês em agosto de 1954 e nunca chegou a ser votado no parlamento italiano (DUKE, 2000).

A percepção de ameaça francesa em relação à Alemanha Ocidental se mantinha alta e por isso, as negociações para a criação da Comunidade de Defesa Europeia (EDC), sempre encontraram problemas, uma vez que a França solicitava garantias dos Estados Unidos e do Reino Unido de que ambos iriam se engajar militarmente no continente, caso houvesse descumprimento do tratado por parte da Alemanha Ocidental. Ademais, o país agia para reformar o tratado antes mesmo de sua implementação, a fim de que os franceses possuíssem status especial para autonomia de suas tropas engajadas nos territórios coloniais (como visto, importante fonte de energia e dinheiro) (DUKE, 2000). Ademais, a questão da região do Sarre (que após a Segunda Guerra Mundial ficou sob domínio francês, mas era reivindicado pela Alemanha Ocidental), dificultava as negociações.

Portanto, o projeto de criação da EDC não parece ter sido um projeto estratégico francês e sim uma resposta do país à pressão dos Estados Unidos e do Reino Unido para que a Alemanha Ocidental pudesse se rearmar e as tropas estadunidenses na Europa, serem realocadas para a guerra da Coreia. A EDC seria uma forma viável de controlar a Alemanha Ocidental e reerguer o país. Todavia, a França buscava uma arquitetura institucional que fortalecesse as suas capacidades individuais e não instituições supranacionais (entre países que haviam se enfrentado militarmente) que poderiam constranger a sua autonomia estatal (NORTHEGE, 1969). Neste sentido, convém destacar que, no mesmo ano de recusa do parlamento francês à EDC, teve oficialmente início a guerra de descolonização da Argélia. Ademais, do ponto de vista da estrutura internacional, houve relativa diminuição da pressão pela incorporação de uma Alemanha Ocidental rearmada na aliança ocidental, visto que houve a morte de Stalin e a assinatura do armistício na península coreana. Portanto, mesmo que houvesse propensão francesa e alemã para cooperação em defesa regional, não havia forte estímulo regional forte para tanto (devido à compatibilidade apenas parcial de suas ameaças e de diferenças no poderio de ambos os países).

Durante as discussões entorno da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC) e da Comunidade de Defesa Europeia (EDC), os países europeus iniciaram também, discussões sobre a necessidade de instituir uma legislação europeia comum para regulamentar as ações de ambos os órgãos e do possível exército europeu. Assim, seria completada a estrutura

almejada para o projeto de cooperação europeia (política, econômica e de defesa). O Conselho da Europa (CoE), no qual Reino Unido era membro, não avançava na direção de constituir uma autoridade política europeia com poder de coerção entre seus membros. Portanto, a solução mais rápida e eficiente viria de ações dos países membros da ECSC e da EDC. Então, em maio de 1952, após o projeto da EDC ter sido atrelado ao controle da Assembleia Comum da ECSC, a Assembleia Consultiva do CoE solicitou aos seis governos membros daquela instituição (Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Luxemburgo, Itália e Países Baixos) que conferissem à Assembleia Comum da ECSC - destinada a ser a Assembleia da futura EDC - a responsabilidade pela elaboração de um plano de Comunidade Política Europeia (sigla em inglês, EPC). Criou-se então, um comitê constitucional dentro da Assembleia Comum da ECSC, para a construção de uma constituição europeia (DUKE, 2000).

Foi desenvolvida uma constituição que previa um parlamento bicameral: uma Câmara dos Povos (eleita por sufrágio universal e direto) e um Senado Europeu (indicado pelos parlamentos nacionais). Esta estrutura parlamentar teria o controle sobre as ações do executivo e teria a função de legislar (o que até então era função do Conselho dos Ministros da ECSC). Neste sentido, como executivo, propunha-se a criação de um Conselho Executivo que seria o governo da Comunidade Política Europeia (EPC). A sua presidência seria escolhida pelo Senado Europeu. A proposta de constituição incluía o plano de estabelecer uma Corte de Justiça e um Conselho Econômico e Social (CVCE, 2016c). Ou seja, propunha-se uma estrutura que conferiria maior espaço para as dinâmicas supranacionais através da Câmara dos Povos. As reações dos países à proposta de constituição foram diversas. Houve debates sobre a necessidade de diminuir o poder parlamentar e elaborar um novo plano que dividiria o poder legislativo entre o Conselho Executivo (a ser criado) e o Conselho de Ministros Nacionais. A proposta de constituição ficou sujeita a longas discussões diplomáticas que culminaram, após a negativa do parlamento francês à Comunidade de Defesa Europeia (EDC), no seu abandono¹³.

Mesmo que as iniciativas da Comunidade Política Europeia (EPC) não tenham sido aprovadas naquela época, chama atenção a sua semelhança com a estrutura atual da União Europeia (EU): o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia (como órgão executivo) e o Tribunal de Justiça da EU. Conclui-se, pois, que a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC), a Comunidade de Defesa Europeia (EDC) e a Comunidade Política Europeia (EPC) foram iniciativas conjuntas para governabilidade e controle de uma futura Alemanha

¹³ Fonte: Pesquisa nos arquivos políticos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Berlin, Politisches Archive Auswärtiges Amt, 2019.

Ocidental desocupada e rearmada. Na prática, seria transferida a responsabilidade das tropas aliadas ocupando a Alemanha Ocidental, para as instituições europeias. A posição britânica em relação ao projeto de cooperação europeia (estruturada sob os três pilares: EDC, ECSC e EPC - dos quais o Reino Unido não fazia parte -) foi apresentada através do Plano Eden no verão europeu de 1952. O reino propunha que estas instituições e todas as outras que possivelmente fossem criadas, ficassem subordinadas ao Conselho da Europa (CoE). A justificativa era que dessa forma, os movimentos de cooperação que estavam se desenvolvendo, fossem alinhados com as iniciativas europeias de uma forma geral; evitado que houvesse a multiplicação e duplicação de instituições (DUKE, 2000). Na prática, portanto, o Reino Unido visava se aproximar da cooperação no continente, mas sem arcar com os custos de ser membro dela.

Em dezembro de 1952, no Conselho da NATO em Paris, os Estados Unidos demonstram a sua visão de que as instituições europeias se configurariam na busca por alinhamento entre seus membros, através da declaração de que somente manteria a ajuda financeira e militar ao subcontinente, caso houvesse a aprovação da EDC (DUKE, 2000). Em 1954, a NATO estabelece o Comitê de Produção de Defesa, promovendo programas de desenvolvimento conjunto de armamentos e de standardização de armas (JONES, 2007). Por ele, a aliança se apresenta como uma oportunidade de ganhos para os países europeus, pois se transforma também em uma plataforma para emulação da tecnologia e estruturas organizacionais militares dos Estados Unidos.

Com a rejeição da Comunidade de Defesa Europeia (EDC) pelo parlamento francês, era necessário encontrar uma nova solução para a questão alemã, que acomodasse também as questões de vulnerabilidade francesa quanto a um possível revanchismo alemão. A alternativa encontrada foi a reformulação do Tratado de Bruxelas de 1948, e com isso a reformulação da União Ocidental (WU) – que na prática já havia sido sobreposta pela NATO¹⁴. Esta alternativa garantiria formalmente, o engajamento britânico com as iniciativas militares continentais na Europa, bem como não continha os elementos supranacionais por demais avançados que a EDC propunha. Ou seja, o Tratado de Bruxelas não previa uma estrutura supranacional militar que controlaria junto com um pilar econômico (ECSC) e político (EPC) as ações dos países. Portanto, os Tratados de Paris de 1954 modificam o Tratado de Bruxelas através da:

- a) incorporação de Alemanha Ocidental e Itália como Estados membros;
- b) criação de uma Agência para o Controle de Armamentos (que faria a função de

¹⁴ Fonte: Pesquisa nos arquivos políticos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Berlin, Politisches Archive Auswärtiges Amt, 2019.

controle do rearmamento alemão) e

- c) declaração de trabalho conjunto com a NATO através da utilização das autoridades militares da aliança para informação e conselho, visando dessa forma evitar duplicação de capacidades e mantendo o seu subordinamento estratégico à aliança (WEU, 1954).

Ou seja, a cooperação em defesa europeia ocupava a função de um espaço de alinhamento para que os seus membros pudessem se engajar de forma mais coesa na aliança intercontinental. Por estas modificações, a União Ocidental (WU) (que após a criação da NATO não representava mais uma união do ocidente) é transformada na União da Europa Ocidental (sigla em inglês, WEU). Sua estrutura pode ser verificada pelo organograma 2, elaborado com base nos dados de WEU (1954).

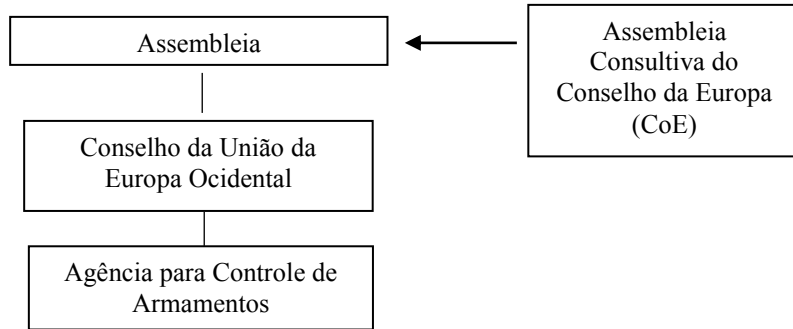
Os Acordos de Paris (que têm como resultado o Tratado de Bruxelas Modificado) é uma série de documentos assinados em 23 de outubro de 1954, que juntos formaram um pacote de medidas para a defesa europeia. Eles lidaram com a questão do rearmamento alemão e da desocupação do país. Fizeram parte dos Acordos de Paris: ‘Protocolo sobre o Término do Regime de Ocupação na República Federal da Alemanha’; ‘Convenção sobre a Presença de Forças Estrangeiras na República Federal da Alemanha’; ‘Acordo Tripartite sobre o Exercício de Retenção de Direitos na Alemanha’; ‘Declaração convidando Itália e a República Federal da Alemanha para acessar o Tratado de Bruxelas’; ‘Protocolo ao Tratado de Bruxelas’; ‘Protocolo para o Tratado do Atlântico Norte sobre a Adesão da República Federal da Alemanha’ (UNITED STATES - US, 1954). Ou seja, todos estes documentos estão interligados e são condicionados uns aos outros. Isto é, a desocupação alemã e a sua entrada na NATO estavam condicionadas a sua adesão ao projeto de cooperação em defesa na Europa, que se configurava na prática, na substituição do controle direto das Potências Aliadas, a um controle indireto pela União da Europa Ocidental (WEU)¹⁵.

Os poderes do Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (SHAPE) da NATO foram estendidos para prevenir que as forças militares alemãs (12 divisões e uma Força Aérea de aproximadamente mil aeronaves) fossem utilizadas de forma autônoma pelo país (DUKE, 2000). A WEU teria um Conselho composto por funcionários da organização, que seriam responsáveis por estruturar e fiscalizar os trabalhos da Agência de Controle de Armamentos. Todo ano, este Conselho deveria enviar um relatório para uma Assembleia composta pelos representantes dos países membros (os mesmos que ocupavam a sua

¹⁵ Fonte: Pesquisa nos arquivos políticos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Berlin, Politisches Archive Auswärtiges Amt, 2019.

respectiva representação na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa (CoE)) (WESTERN EUROPEAN UNION - WEU, 1954). Assim, a WEU seria supervisionada tanto pelo CoE, quanto pela NATO.

Organograma 1 - Estrutura Institucional da União da Europa Ocidental (WEU)



Fonte: Elaborado pela Autora.

Por pressão francesa, determinou-se também pelos Acordos de Paris, que o Tratado do Atlântico Norte não teria prazo de expiração – garantindo assim, o engajamento estadunidense com a defesa europeia. A questão da região do Sarre foi resolvida através do entendimento para a realização de um referendo que poderia dar autonomia para a região através da estrutura da União da Europa Ocidental (WEU). Tal opção foi rejeitada pela população local em 1955, que optou por voltar para o controle alemão (DUKE, 2000). Assim, após adesão a esta série de tratados e protocolos e de sua aprovação pelos parlamentos dos países membros, em maio de 1955 ocorre a entrada da Alemanha Ocidental na NATO. Como resposta, no mesmo mês, ocorre a assinatura do tratado de defesa mútua que criou o Pacto de Varsóvia entre os países do bloco soviético (DUKE, 2000).

Quadro 4 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 1945-1955

(continua)

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Tratado de Dunquerque	Mar 1947	França e Reino Unido	Tratado de defesa mútua em caso de ataque alemão.
Tratado de Bruxelas	Mar 1948	Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido	Substituição do Tratado de Dunquerque através da adesão de novos membros e do acréscimo da União Soviética como uma ameaça. O novo tratado apresentou um conceito de defesa amplo, englobando a cooperação social, econômica e cultural.
União Ocidental (WU)	Set 1948	Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido	Criação da estrutura institucional do Tratado de Bruxelas para planejamento estratégico e comando conjunto.

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Tratado do Atlântico Norte	Abr 1949	Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido	Dissuadir possível expansionismo soviético, auxiliar na reconstrução militar dos países europeus, conter possível renascimento do militarismo nacionalista na Europa por meio de uma forte presença norte-americana e incentivar a integração política europeia.
Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)	Dez 1950	Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido	Criação da estrutura institucional do Tratado do Atlântico Norte para planejamento estratégico e comando conjunto.
Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC)	Abr 1951	Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.	Unificação do controle de toda produção de carvão e aço dos países membros em um mercado comum.
Comunidade de Defesa Europeia (EDC)	Mai 1952	Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.	Alternativa para controlar o rearmamento alemão através de instituições supranacionais. Criar forças armadas conjuntas e comando único. Tratado assinado, mas não ratificado. Parlamento francês recusa em 1954. Em 1955 Alemanha Ocidental é integrada diretamente à WEU e à NATO.
Comunidade Política Europeia (EPC)	Mai 1952	Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.	Visava a elaboração de uma Constituição Europeia e de uma estrutura política supranacional com executivo e judiciário para regulamentação do possível exército europeu.
União da Europa Ocidental (WEU)	Out 1954	Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido	Reforma da WU para criação da WEU, com a criação de uma agência para controle do rearmamento alemão.
Expansão da NATO	Mai 1955	Alemanha Ocidental, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido	Entrada da Alemanha Ocidental na NATO.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Verifica-se, portanto, que o período que se inicia com o fim da Segunda Guerra Mundial e finaliza com a entrada da Alemanha Ocidental na União da Europa Ocidental (WEU) e na NATO, representa o momento de conformação da Europa ocidental a nova estrutura de poder internacional. Por ela, a região sofria as pressões e constrangimentos de se configurar como o principal teatro de confronto entre os polos de poder. O território da Alemanha dividido e ocupado, representava esta conjuntura. Assim, a Europa ocidental tinha de lidar com uma possível ameaça de expansão territorial soviética e com a questão do rearmamento alemão. Tendo as suas capacidades estatais afetadas pela guerra, Alemanha, França e Reino Unido mesmo que em proporções diferentes (Reino Unido com mais capacidade do que os outros dois), não conseguiam lidar sozinhos com as suas ameaças e apresentavam, pois, propensão para cooperação regional (mesmo que em níveis diferentes). Todavia, as diferenças nas capacidades de cada país, não produziam forte estímulo para o aprofundamento da cooperação regional em defesa. Dessa forma, vemos que a estrutura internacional, através da busca por segurança e lucro, constrangia os europeus ocidentais a

buscarem alinhamento entre eles, ao mesmo tempo em que mantinham acato estratégico à NATO. Devido a diferenças na capacidade estatal dos três países e no baixo estímulo regional, estas iniciativas permaneceram no nível do alinhamento político.

Antes de ser consolidado o engajamento militar e a garantia nuclear estadunidense para Alemanha, França e Reino Unido, através da criação da NATO, França e Reino Unido lideraram a criação de uma aliança militar, a União Ocidental (WU). Todavia, assim que a NATO foi criada, o Reino Unido (que apresentava maior poder e capacidade estatal) se afasta das iniciativas de defesa no continente e a WU é sobreposta pela NATO. Devido à pressão estrutural para a incorporação da Alemanha Ocidental na aliança do ocidente contra a União Soviética, França e Alemanha Ocidental desenvolvem projeto de cooperação regional para criação de estruturas de comando conjuntas para posterior entrada dos alemães na NATO. Todavia, a falta de garantias de auxílio britânico e estadunidense aos franceses frente a uma possível desobediência alemã dos acordos, fez com que o projeto de uma Comunidade de Defesa Europeia (EDC) não fosse aprovado. É somente com a garantia britânica com a região, através da modificação do Tratado de Bruxelas e a criação da WEU, que a percepção de ameaça francesa frente a Alemanha é amenizada e a parte ocidental do país germânico tem seu status de ocupação de fato modificado, seu rearmamento autorizado e sua incorporação na aliança do ocidente efetivada.

Fica evidente, então, que a autonomia alemã no pós-Segunda Guerra Mundial, está diretamente condicionada a sua adesão aos projetos de cooperação regional. Assim, frente a pressão estrutural e tendo em vista as suas vulnerabilidades, o país se integra à ordem ocidental e posterga a sua reunificação¹⁶. Com a União da Europa Ocidental (WEU), consolidou-se, a estrutura de alinhamento europeu necessária para que a aliança ocidental, representada pela NATO, fosse efetivada. Em suma, percebe-se que a cooperação em defesa europeia desde a sua origem assume papel de complementação ao engajamento estadunidense com a defesa europeia. Isto é, responde aos constrangimentos sistêmicos. Com a criação da WEU e a adesão da Alemanha Ocidental na NATO, tem fim o período de adaptação da Europa ocidental à nova ordem internacional do pós-Segunda Guerra Mundial – a qual se consolidou no período seguinte.

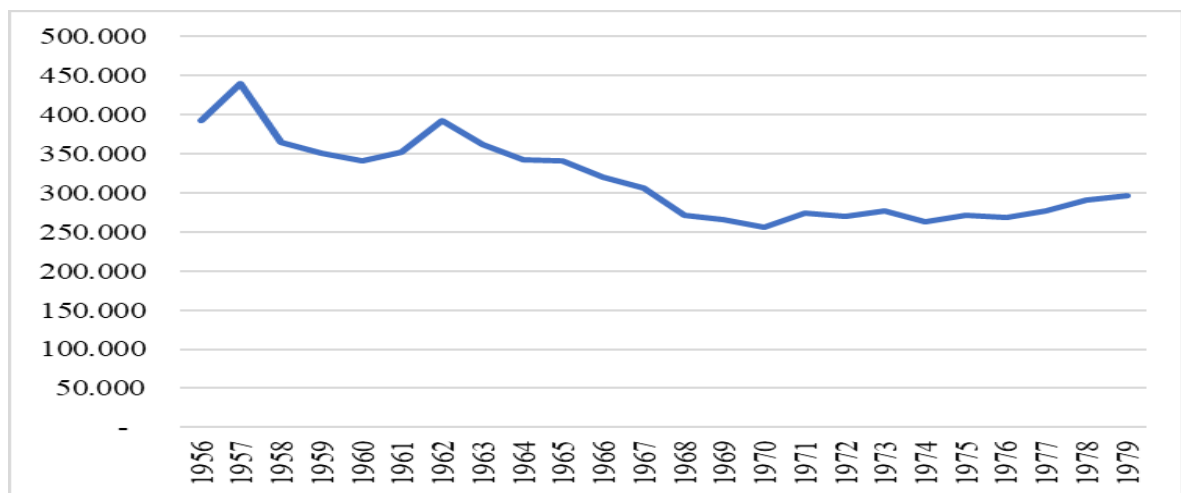
¹⁶ Fonte: Pesquisa nos arquivos políticos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Berlin, Politisches Archive Auswärtiges Amt, 2019.

3.2 1956 – 1979: PILAR EUROPEU NA NATO?

Criada a estrutura de alinhamento europeu no período anterior, era necessário, então, responder como se daria a sua incorporação na aliança ocidental. Isto é, como se daria a relação da União da Europa Ocidental (WEU) com a NATO. Essa foi, portanto, a grande questão deste período - que se desenvolve sob a conjuntura internacional de equilíbrio estratégico. Dessa forma, havia espaço para distensão (do francês, *détente*) nas relações entre Estados Unidos e União Soviética no centro do sistema.

Com a incorporação da Alemanha Ocidental na WEU e na NATO, consolidam-se as zonas de influência dos dois grandes polos de poder internacional. Há mudança importante no governo soviético, com a morte de Stalin em 1953 e a posterior chegada ao poder em 1955 de Krushev. Nesse contexto, mesmo com predominância dos Estados Unidos na economia mundial (MADDISON, 2008), a União Soviética (recuperada do pós-Guerra) apresentava dinamismo econômico e tecnológico. Tal realidade impacta na sua capacidade militar, aumentando o seu poder efetivo, latente e sua capacidade dissuasória (GREIG; ENTERLINE, 2017). Após testes exitosos de armamento nuclear em 1955, a União Soviética avança para o espaço - lançando o primeiro satélite do mundo em 04 de outubro de 1957 (SWIFT, 2003). Ademais, há também em 1956, a invasão da Hungria pela União Soviética e a crise no Canal de Suez. Em ambas as situações, os Estados Unidos se mantêm distante dos aliados europeus. Sob essa conjuntura, verifica-se, pois, equilíbrio de poder no centro do Sistema Internacional, possibilitando a coexistência entre as zonas de influência estadunidense e soviética na Europa. Há, então, o redirecionamento das interações de rivalidade para outras regiões.

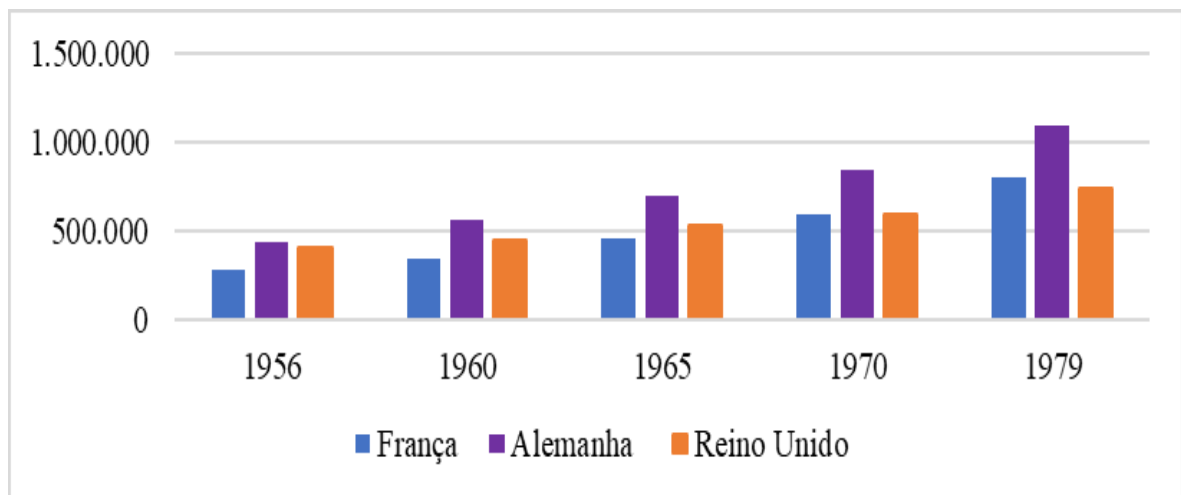
Gráfico 7 - Tropas Estadunidenses na Europa 1956-1979



Fonte: Elaborado pela Autora.

Tal fato pode ser verificado pela análise das tropas estadunidenses na Europa ocidental neste período através do gráfico 7 elaborado com base em Kane (2004). Apesar de dois picos de aumento no número de tropas na região – um em 1957 coincidindo com o lançamento do satélite soviético e outro em 1962 coincidindo com a construção do Muro de Berlin pela União Soviética e com a crise dos mísseis em Cuba – os Estados Unidos, apresenta tendência de diminuição da sua presença militar no continente. Portanto, do ponto de vista da estrutura do Sistema Internacional (mesmo com os estadunidenses mantendo a sua alta presença militar e a sua garantia nuclear), a região tem mais espaço para barganhar com a sua posição dentro da aliança ocidental.

Gráfico 8 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Internacionais (Geary-Khamis) 1956-1979



Fonte: Elaborado pela Autora.

Sob essa conjuntura, conforme pode ser verificado pelo gráfico 8 (elabora com base em Maddison (2008)), no nível regional, observa-se que a Alemanha Ocidental havia adquirido protagonismo econômico frente a França e Reino Unido. Esta diferença acentuou-se especialmente, após a consolidação da cooperação econômica europeia nos anos 1960 - que resulta também na diminuição da diferença do PIB francês para os demais, com o país ultrapassando os valores britânicos durante a década de 1970. É somente em 1973, que o Reino Unido tem a sua adesão à Comunidade Econômica Europeia (sigla em inglês, EEC) aprovada.

Seguindo na análise da configuração de poder entre os países europeus neste período, verifica-se nos gráficos 9 e 10 (elaborados com base nos dados de Greig; Enterline (2017)), o gradual rearmamento alemão. Todavia, chama atenção que, a partir de 1965, o número de efetivos militares do país já ultrapassava o do Reino Unido, ficando apenas atrás da França.

No que tange ao orçamento de defesa, em 1970, a Alemanha Ocidental ultrapassa os orçamentos militares de França e Reino Unido, apresentando o maior orçamento de defesa da região (GREIG; ENTERLINE, 2017). Ademais, percebe-se aumento significativo dos orçamentos de defesa dos três países durante a década de 1970. Pela análise dos efetivos militares, pode-se verificar o impacto da crise no Canal de Suez em 1956 e dos movimentos de descolonização asiática e africana no início dos anos 1960 para França e Reino Unido – resultando em efetivos militares altos.

Gráfico 9 - Efetivos Militares em Milhares 1956-1979

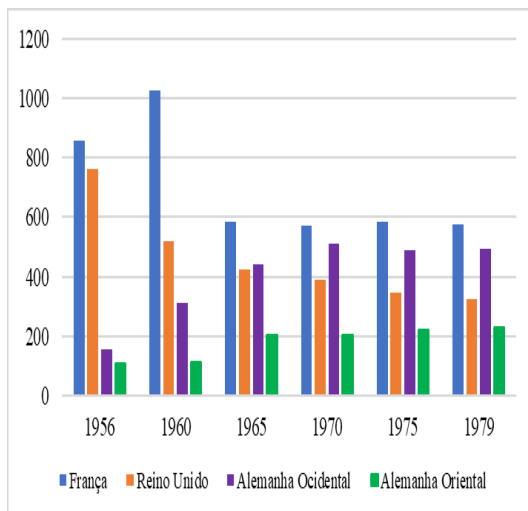
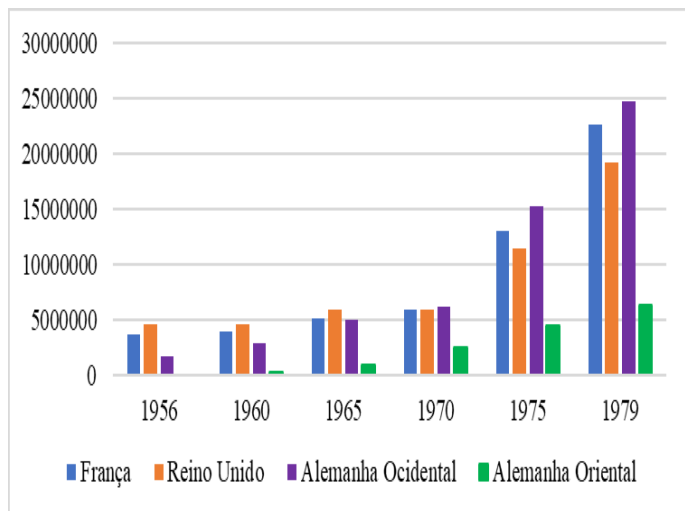


Gráfico 10 - Orçamento de Defesa em Milhares de Dólares Americanos do Ano Corrente 1956-1979



Fonte: Elaborado pela Autora.

Assim, se no período anterior havia desequilíbrio de poder em prol do Reino Unido, neste ele gradativamente se torna o ator com menos capacidade econômica e militar entre os três países analisados. Conforme será apresentado, este fato se correlaciona com o gradual desenvolvimento da cooperação europeia nas esferas econômica e política, aos quais o Reino Unido ingressou somente nos anos 1970. Neste período, verifica-se então, desequilíbrio de poder para a Alemanha Ocidental. Todavia, devido às capacidades semelhantes, os três países continuavam a se apresentar como possíveis opções de alinhamento uns para os outros. Resta verificar, se as suas ameaças declaradas eram compatíveis para que uma possível aproximação entre os três fosse possível e estimulada.

Conforme verificado na seção 2.1, a desocupação da Alemanha Ocidental, o fim do estado de guerra de Estados Unidos, França e Reino Unido com o país e o seu rearmamento, estavam totalmente condicionados à sua adesão ao controle das instituições regionais. Por isso, a sua política de defesa era fortemente constrangida pelas políticas destas instituições. A

soberania da Alemanha Ocidental não era, pois, completa. Assim, as ameaças alemãs neste período estavam diretamente relacionadas à necessidade do país de se consolidar como Estado soberano; de lidar com as suas fragilidades militares, com a separação do país e com a percepção de ameaça nuclear soviética. Para tanto, a sua política externa e a de defesa visava garantir o seu protagonismo econômico e a sua reabilitação política e militar (HANRIEDER, 1989; BRADLEY, 1992). Reconstruída e incorporada na aliança ocidental, a Alemanha Ocidental busca então, até metade dos anos 1960, a reunificação do país. Todavia, com o alcance do equilíbrio estratégico entre os blocos capitalista e socialista e a consequente consolidação das respectivas zonas de influência, o país modifica a sua política de ação e busca a partir de então, estreitar laços diplomáticos com a Alemanha Oriental (nome popular dado a República Democrática da Alemanha). Tal política ficou conhecida como Ostpolitik (HANRIEDER, 1989; BRADLEY, 1992). Dessa forma, a política de adesão às instituições ocidentais (Westpolitik) e a de aproximação com o bloco soviético (Ostpolitik) compunham o projeto de fortalecimento e reconhecimento do Estado alemão ocidental.

A incorporação da Alemanha Ocidental pelas instituições regionais com garantia de engajamento britânico e estadunidense na região e, conforme será demonstrado, a mudança na matriz energética francesa (diminuindo a dependência do carvão alemão), amenizaram a percepção francesa de uma possível Alemanha revisionista ou aliada soviética. Assim, neste período de movimentos de independência das colônias francesas, de aliança não privilegiada com os Estados Unidos (como possuíam Alemanha Ocidental e Reino Unido) e tendo em vista que no período anterior o país, era dos três grandes na Europa, o com menos capacidade econômica e militar; a França busca reconquistar o seu poder econômico, militar e político (PICKLES, 1969). Para tanto, aproveitando o espaço proporcionado pela distensão nas relações entre Estados Unidos e União Soviética na Europa, o país procurou encontrar espaço de inserção autônoma no Sistema Internacional – especialmente no período de liderança do presidente General Charles De Gaulle (1958-1969) (HELNARSKA, 2013).

Com as crescentes instabilidades nas colônias francesas, o país declarava que deveria ser capaz de lidar com as suas ameaças de forma autônoma. A França se baseava, pois, na teoria dos três círculos de segurança nacional:

- a) independência e soberania de seu território nacional na Europa;
- b) estabilidade política e militar na Europa e
- c) defesa dos territórios ultramarinos franceses.

A garantia da defesa destes três círculos se baseava:

- a) na independência militar,

- b) na utilização da cooperação autônoma europeia como um meio para fortalecer as capacidades do país e
- c) na manutenção de boas relações com a União Soviética (HELNARSKA, 2013).

Ademais, o país contava com bases militares estratégicos no continente africano, que além de serem importantes para o suprimento econômico e energético do país, também representava uma forma de projeção de poder mundial (SUN; ZOUBIR, 2011). Assim, conforme será demonstrado, a França buscou se aproximar também do bloco oriental e da China; bem como buscou autonomia nuclear se afastando do comando conjunto da NATO. Dessa forma, o país visava utilizar a autonomia (através de um projeto europeu sob a sua liderança) para lidar com as suas fragilidades no continente africano e para se projetar internacionalmente. Portanto, pode-se concluir que neste período, a sua maior ameaça era a falta de autonomia e de capacidade estatal (SCHMITT, 2016).

Como resultado do espaço gerado pela distensão nas relações entre o bloco capitalista e o socialista, o Reino Unido direciona o seu foco das ameaças puramente militares e declara que a sua segurança dependia também da sua capacidade de garantir a prosperidade de sua economia. Esta por sua vez, dependia fortemente da liberdade de comércio e de transporte (MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020). Portanto, o essencial era manter a liberdade de navegação, para a qual os territórios ultramarinos em pontos chaves de travessia e a aliança com os Estados Unidos (principal potência marítima) era essencial. Segundo os britânicos, a sua capacidade militar só seria mantida a longo prazo, se a economia estivesse fortalecida. Buscou-se, então, diminuir o orçamento de defesa através da reorganização das Forças Armadas em unidades menores e de projeção e adotou-se postura mais restritiva quanto ao uso da capacidade nuclear – sendo vista apenas como elemento de dissuasão (MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020).

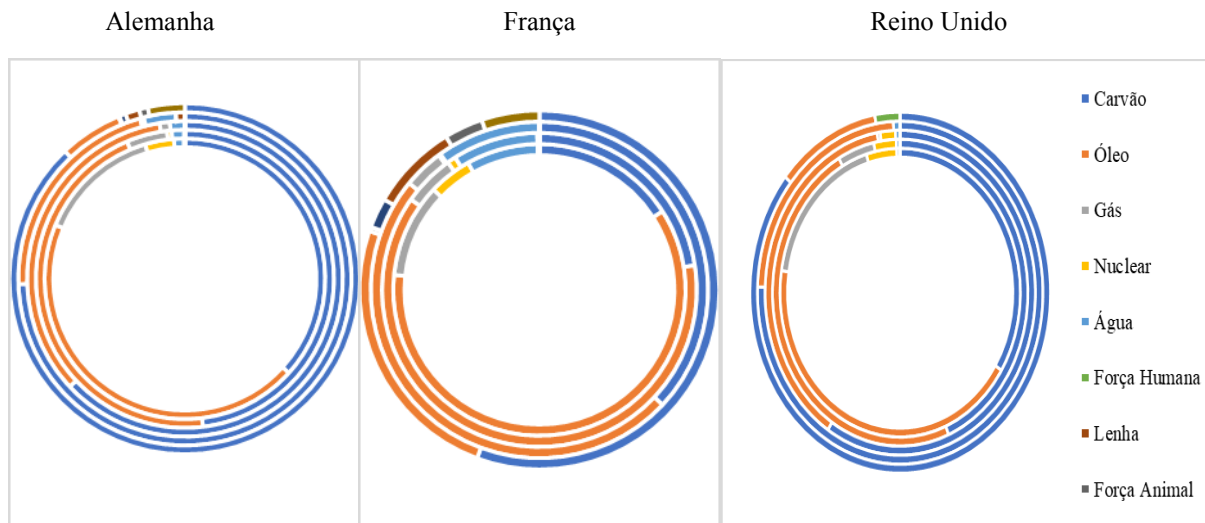
Diferentemente da França, no documento de defesa de 1965, o Reino Unido deixa claro a sua escolha por se integrar com os aliados ocidentais, reduzindo as suas forças ultramarinas e declarando que não faria grandes operações de guerra sem seus aliados (MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020). Dessa forma, o Reino Unido opta pela cooperação e acato estratégico à aliança transatlântica, como opção para diminuir os seus custos militares e assim fortalecer a sua econômica. O reconhecimento britânico da necessidade de cooperação é resultado da sua perda relativa de capacidade econômica, militar e de inovação (conforme demonstrado pelos gráficos 8,9,10 e 11), fazendo com que o reino perdesse prestígio internacional e colocando maior importância para a sua posição de parceiro privilegiado dos Estados Unidos (NORTHEDGE, 1969).

Deste modo, as ameaças declaradas do Reino Unido eram a diminuição da sua capacidade econômica e uma possível ameaça militar dos países do Pacto de Varsóvia. Portanto, devido a sua dependência de auxílio militar para garantir a sua segurança, o reino aceita, determinadas pressões dos Estados Unidos - como o controle do comércio com Cuba, com a União Soviética e com a China. Existia, pois, uma dualidade na política externa e de segurança do Reino Unido: buscar vantagens econômicas ou securitárias (NORTHEEDGE, 1969). Dessa forma, assim como para Alemanha Ocidental e França, a busca por fortalecimento da capacidade estatal, isto é, da capacidade de acessar os recursos necessários para responder a eventuais ameaças, era ponto importante da política de defesa britânica.

Assim, percebe-se que com a chamada ‘coexistência pacífica’ entre os blocos no continente europeu e a diminuição do engajamento militar estadunidense na região, houve espaço para que outros assuntos que não somente militares ocupassem a agenda de política externa e de defesa de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido. Os três países têm, então, espaço para buscar a otimização de suas capacidades estatais e autonomia de ação frente aos Estados Unidos. Mesmo que as ameaças dos três países não fossem totalmente comuns, elas eram compatíveis, pois todos buscavam o fortalecimento do seu respectivo Estado, através de instituições intergovernamentais. Portanto, no nível de análise regional, os três países se configuravam como opções de alinhamento uns para os outros – tanto pela capacidade material, quanto pelas ameaças compatíveis.

Se os três países se configuravam como opções de alinhamento uns para os outros frente a uma estrutura internacional que possibilitava maior engajamento entre eles, resta analisar as suas propensões para cooperarem com parceiros europeus. De forma geral, a matriz energética de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido sofreu significativas alterações durante os anos 1960, as quais se consolidaram durante os anos 1970. O carvão que era principal fonte de energia para os três países nos anos 1950, perdeu espaço para o uso do óleo e do gás – especialmente na França que buscava diminuir a sua dependência de carvão alemão. Tal fato pode ser verificado pela análise do gráfico 11 elaborado com base nos dados de Arbeitsgemeinschaft Energiebilanzen – AGEBA (1998), Ritchie (2022) e United Kingdom - UK (2009).

Gráfico 11 - Matriz Energética de Alemanha Ocidental (1955, 1960, 1965, 1970, 1979), França (1955, 1965, 1970, 1979) e Reino Unido (1955, 1958, 1970, 1979) em Porcentagem do Total de Energia Consumida



A diminuição da demanda regional e interna pelo carvão alemão ocasionada pela oferta mais barata de carvão russo, estadunidense, australiano e colombiano e pela pressão da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC) para a manutenção dos preços de mercado e para a liberalização do setor de energia; gerava forte pressão na capacidade da indústria de carvão alemã em se manter competitiva. Assim, desde os anos 1960, o governo alemão mantinha subsídios neste setor. Em 1957, após uma crise de superprodução, várias minas foram fechadas (HERPICH; BRAUERS; OEI, 2018). Portanto, de autônoma na produção de sua energia, a Alemanha Ocidental passou a depender da importação de óleo e gás. Até metade dos anos 1970, eles provinham majoritariamente dos países árabes pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (sigla em inglês, OPEC) (a saber: Iraque, Kuwait e Arábia Saudita). Após o choque do petróleo de 1973, no qual os países da OPEC embargaram o envio de petróleo aos países que ofereceram suporte à Israel na Guerra do Yom Kippur, os preços dispararam, fazendo com que a Alemanha Ocidental direcionasse a sua demanda para Noruega, União Soviética e Reino Unido – países geograficamente mais próximos, diminuindo o custo do transporte (PLANÈTE ÉNERGIES, 2015b).

A França, que já buscava diversificar a sua matriz energética para além do carvão alemão, também aumentou a sua importação de óleo dos países árabes da OPEC e da Argélia (PLANÈTE ÉNERGIES, 2015a). Já o gás que o país consumia, provinha majoritariamente de Países Baixos, Noruega, União Soviética e Argélia. A Crise no Canal de Suez em 1956 (que gerou incerteza quanto à manutenção do suprimento de óleo para o território francês), aliado à

independência da Argélia e ao choque do petróleo de 1973, demonstraram o quanto o país era vulnerável no setor energético. Assim, a diversificação das fontes de energia é uma constante na história francesa e o país foi gradualmente se voltando para a energia nuclear. Ademais, novas explorações de petróleo foram direcionadas para o Mar do Norte, para a Indonésia e para a Argentina. Em 1957, a França iniciou também, a extração de gás na parte sudeste do país (PLANÈTE ÉNERGIES, 2015a). Evidencia-se assim, a importância da manutenção das rotas marítimas livres para o abastecimento francês.

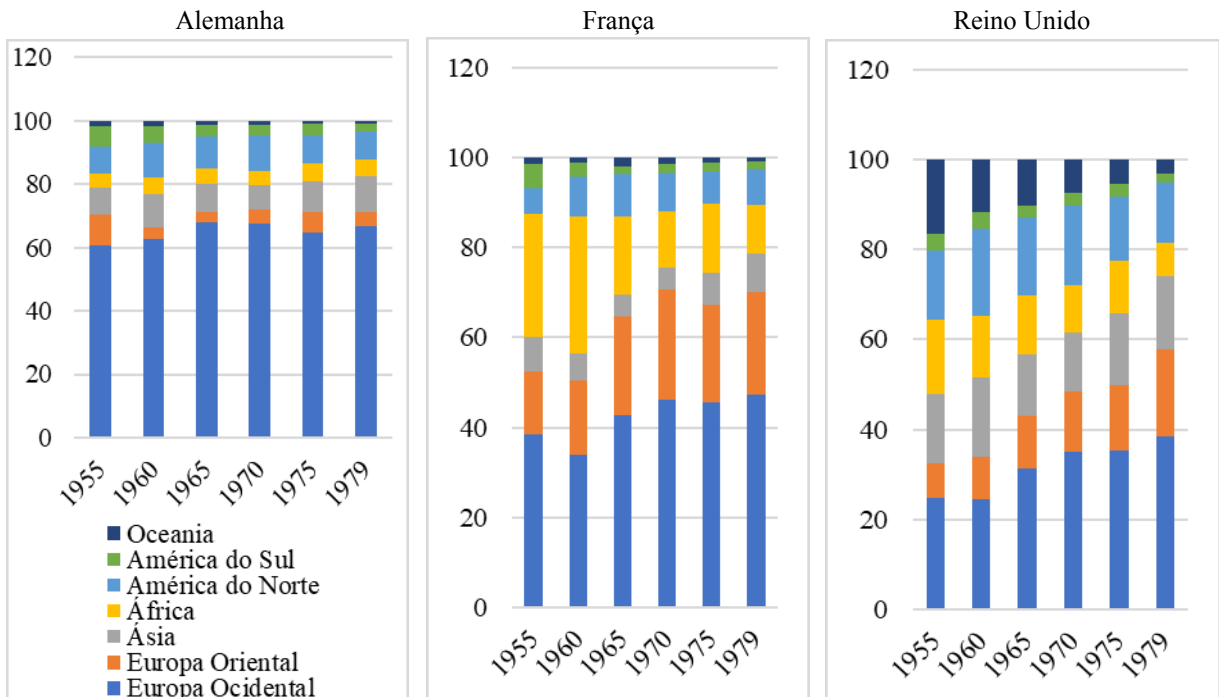
Nesta conjuntura, conforme a matriz energética foi sendo transformada com a diminuição da porcentagem de carvão e aumento da porcentagem de óleo (especialmente na virada dos anos 1960 para os anos 1970), o Reino Unido também passou de autônomo na produção de sua energia, para a posição de dependência das rotas marítimas para o seu abastecimento energético. Isso se deve pois, até os anos 1970, a maior parte do óleo utilizado pelo reino era importado do Oriente Médio (Arábia Saudita, Irã e Kuwait) e do continente africano (especialmente de Líbia) (UK, 2009). Com a descoberta de gás no Mar do Norte, o seu uso sofreu aumento exponencial na matriz energética britânica – conforme pode ser verificado no gráfico 9. Também devido ao impacto da Crise no Canal de Suez em 1956 e do choque do petróleo em 1973, o Reino Unido passou a investir na extração de óleo no Mar do Norte e na segunda metade dos anos 1970, ele se tornou um contribuidor importante para a produção de óleo fora dos países da OPEC (UK, 2009).

Portanto, quanto à capacidade de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido de acessarem a energia necessária para construir capacidade estatal, verificamos que os três países passam a depender mais de fontes externas para o seu abastecimento. Por ainda apresentarem capacidade importante de produção energética no período, Alemanha Ocidental e Reino Unido apresentam média dependência energética externa. Já a França, assim como no período anterior, possui alta dependência energética externa. Verifica-se também que havia compatibilidade entre os três países quanto à origem da energia consumida, podendo impactar na propensão deles para cooperar.

Complementando a análise da capacidade estatal como condicionante da propensão dos três países para cooperar em defesa, temos a análise de suas fontes de recursos financeiros. Conforme verificado pelo gráfico 8 (elaborado com base em UN (1962), Ortiz-Ospina; Beltekian (2018)), o Produto Interno Bruto (PIB) dos três países aumentou ao longo do período. Todavia, em termos relativos, o Reino Unido passa de principal PIB europeu no período anterior, para a terceira posição no final deste período. O mesmo ocorre com o seu orçamento de defesa e com o número de efetivos militares (conforme gráficos 9 e 10). Com a

economia reconstruída, com estabilidade política e defensiva e com iniciativas de cooperação regional também no âmbito econômico (Comunidade Econômica Europeia - EEC) e político (Comunidade Política Europeia – EPC), a Europa continental avança neste período, como um importante polo econômico mundial (mesmo antes da entrada do Reino Unido na EEC) (RIBICOFF, 1971). Neste sentido, o mercado regional europeu se tornou uma importante alternativa para os efeitos que a descolonização asiática e africana produziram na França e no Reino Unido (que até os anos 1950, dependiam de suas colônias para comercializar) (UN, 1962; ORTIZ-OSPINA; BELTEKIAN, 2018). Verifica-se, portanto, que ao longo do período, a porcentagem das exportações francesas e britânicas para a Europa Ocidental aumenta, enquanto a porcentagem destinada à África e à Oceania diminui.

Gráfico 12 - Porcentagem das Exportações de Mercadorias por Região de Destino 1956-1979



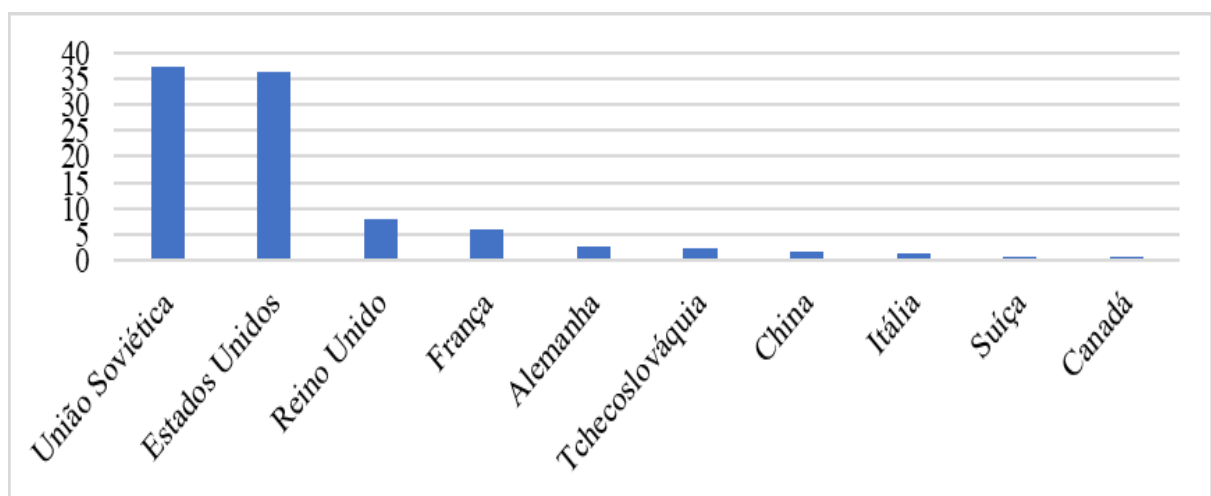
Fonte: Elaborado pela Autora.

Durante o período analisado, os principais destinos das exportações de bens e serviços da Alemanha Ocidental eram: a Europa ocidental (com mais de 5 vezes o valor exportado para o segundo lugar), Estados Unidos, Reino Unido, ex-colônias da área da Libra esterlina, Oriente Médio, Canadá e com valores baixos, China e União Soviética (UN, 1962; ORTIZ-OSPINA; BELTEKIAN, 2018). De especial atenção, é o fato de que para a Alemanha Ocidental - mais do que para França e Reino Unido - o comércio com a Europa era essencial, pois representava mais de 60% das exportações do país. Os principais destinos das

exportações de bens e serviços franceses eram: a Europa ocidental (que em 1965 já representava mais que o dobro das exportações para os demais destinos), a Europa oriental, as suas ex-colônias africanas e asiáticas; Reino Unido; Estados Unidos e Oriente Médio. União Soviética e China aparecem com valores quase insignificantes (UN, 1962; ORTIZ-OSPINA; BELTEKIAN, 2018). Para os britânicos, os seus principais parceiros econômicos eram: a Europa ocidental, as suas colônias na área da libra esterlina (especialmente Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Índia), Estados Unidos (como país sozinho ele ocupava a primeira posição), Canadá, Islândia e Irlanda e com valores pouco expressivos Japão, União Soviética e China. Chama atenção a importante porcentagem das exportações para a Europa oriental (UN, 1962; ORTIZ-OSPINA; BELTEKIAN, 2018).

Portanto, também no indicador dos parceiros econômicos, verifica-se incentivo para a cooperação regional, pois a Europa ocidental se mostra (mesmo que com pesos diferentes), como importante fonte de recursos financeiros para os três países. Como esperado, demonstrando a sua forte ligação com a região, para a Alemanha Ocidental este peso era maior. França e Reino Unido pela sua relação com as suas colônias e ex-colônias, apresentavam maior diversificação quanto aos seus parceiros econômicos. Isto, aliado a análise da sua dependência energética externa, demonstra a importância das rotas comerciais marítimas para ambos os países, tanto quanto as rotas terrestres continentais interligando a parte oriental e a ocidental do continente europeu. Assim, do ponto de vista do dinheiro, havia propensão dos três países para buscar soluções regionais a fim de aumentar a sua capacidade estatal em lidar com as ameaças.

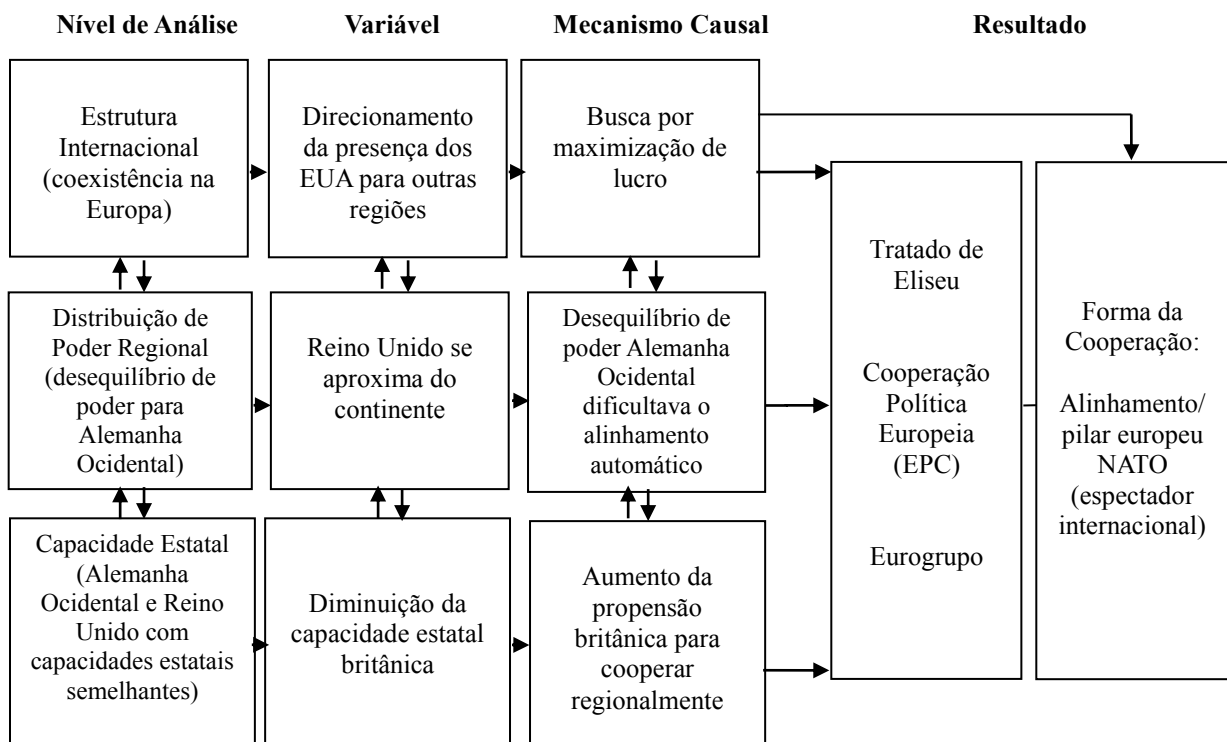
Gráfico 13 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 1956-1979



Fonte: Elaborado pela Autora.

Conforme pode ser verificado pelo gráfico 13 (elaborado com base em SIPRI (1956-1979)), a mudança na capacidade estatal britânica e na sua posição de poder relativo na Europa, pode ser verificada também na grande contração (aproximadamente 34%) - em relação ao período anterior - da sua fatia de mercado na venda de armamentos. Também como resultado desta mudança no equilíbrio de poder regional, verifica-se aumento considerável da fatia de mercado de França (aproximadamente 386%) e especialmente de Alemanha Ocidental (aproximadamente 2.900%) (SIPRI, 1956-1979). Percebe-se, portanto, o ganho relativo de dinamismo tecnológico de França e Alemanha Ocidental e uma queda britânica. Isto se correlaciona com o aprofundamento da cooperação econômica regional. Todavia, o Reino Unido ainda continuava a ter mais capacidade tecnológica que os demais. Chama atenção, que a China que não estava no ranking dos 15 principais exportadores de armamentos no período anterior, aparece na 7ª posição - demonstrando o crescente dinamismo tecnológico do país.

Figura 3 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 1956-1979



Fonte: Elaborado pela Autora.

Dessa forma, no agregado da análise da capacidade estatal dos três países de acessarem de forma autônoma os recursos necessários para responderem às suas ameaças, verifica-se que os três eram vulneráveis aos recursos externos - mesmo que tenha havido aumento da capacidade alemã e francesa e diminuição da capacidade estatal britânica. Com os

movimentos de descolonização, esta vulnerabilidade se acentua para França e Reino Unido. Portanto, pelo modelo de análise aqui defendido, tende-se a verificar um aumento da propensão britânica para cooperar com os parceiros europeus neste período. Assim, no período de 1956-1979, verificamos que a estrutura internacional atuou na região através de relaxamento das interações baseadas fortemente na rivalidade, proporcionando espaço para que Alemanha Ocidental, França e Reino Unido buscassem otimizar outros interesses estatais. Todavia, com desequilíbrio de poder para a Alemanha Ocidental e diferenças na capacidade estatal, o alinhamento entre os três países não era automático.

Estruturada a aliança ocidental no período passado e com a necessidade de conformar as iniciativas de cooperação europeia com ela, pode-se verificar que as relações transatlânticas nunca foram lineares. Conforme será visto, as discussões acerca da divisão de custos e da contensão de uma possível duplicação de capacidades (e com isso de dissociação), sempre foram uma constante no relacionamento entre a NATO e as instituições europeias.

Em outubro de 1956, há a invasão da Hungria pela União Soviética e a crise no Canal de Suez. Em ambas as situações, os Estados Unidos se afasta dos aliados europeus, solicitando no caso de Suez (após pressão soviética no Conselho de Segurança das Nações Unidas - ONU), que França e Reino Unido se retirassem da operação militar realizada no Egito (VIZENTINI, 2004). Conforme verificado, no final dos anos 1950, há diminuição da presença militar estadunidense no continente. Ademais, houve mudança na doutrina de ação da NATO nos anos 1960 (conforme o processo de distensão com o bloco soviético avançava). Passou-se de uso massivo de retaliação nuclear, a resposta flexível através do uso conjunto de capacidade convencional e nuclear¹⁷. Os europeus tiveram pouco espaço neste processo (DUKE, 2000). Assim, ações unilaterais estadunidenses colocavam em dúvida o auxílio militar aos europeus quando os interesses de Washington não estivessem fortemente envolvidos. Tais fatos constrangiam os europeus (especialmente França e Reino Unido, devido aos efeitos dos movimentos de descolonização nas suas capacidades estatais) a fortalecerem as suas capacidades militares para utilização de forma autônoma, quando os Estados Unidos não se engajassem. Tem-se, então, aumento da retórica em prol de uma maior integração política autônoma na Europa, especialmente pelos franceses, que não possuíam relações diplomáticas privilegiadas com os Estados Unidos.

Sob esta conjuntura, os anos de 1960 trouxeram estagnação da União da Europa Ocidental (WEU), pois os aspectos do alinhamento europeu pelos quais ela era responsável –

¹⁷ Fonte: Pesquisa nos arquivos políticos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Berlin, Politisches Archive Auswärtiges Amt, 2019.

a saber, a questão da região do Sarre e do rearmamento alemão – haviam sido resolvidas (DUKE, 2000). Ademais, conforme será visto, a forte interligação de sua estrutura com a NATO e a sua utilização pelo Reino Unido como instrumento de diálogo para entrada na Comunidade Econômica Europeia (EEC), incentivava a França a boicotar a organização, uma vez que os britânicos eram vistos com tendência atlantista. Isto é, tendiam a colocar as iniciativas europeias como construções táticas de uma estratégia atlântica; enquanto os franceses se engajavam em uma estratégia europeísta, facilitada por capacidades táticas atlantistas (HOWORTH, 2005). O papel de alinhamento que a WEU exercia, englobava um conceito amplo de defesa, com diálogo também no âmbito econômico e social. Com o avanço da cooperação econômica através da criação da EEC em 1957, a WEU decidiu finalizar os seus diálogos econômicos. Embora a Assembleia da WEU, composta por parlamentares dos Estados membros, continuasse a se reunir, as reuniões entre os ministros foram abandonadas até a reformulação da instituição em 1984 (DUKE, 2000).

Como instrumento de projeção internacional, através do fortalecimento de suas economias, os países membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC), decidem aprofundar a cooperação no âmbito econômico, expandindo o mercado comum do carvão e do aço para toda a circulação de bens dos países membros (a livre circulação de pessoas e capitais se deu somente em 1986). Além disso, determinaram tarifas alfandegárias comuns e uma política conjunta para o setor agrário. Foi criada então, em março de 1957, por Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, através do Tratado de Roma, a Comunidade Econômica Europeia (EEC) (DUKE, 2000). Ademais, também pelo Tratado de Roma, foi criada a Comunidade Europeia da Energia Atômica (sigla em inglês, Euratom) como resposta às crises no setor do carvão e à mudança na matriz energética de seus membros. Assim, apesar do foco do Tratado de Roma ser econômico, social, monetário e comercial, a unificação de políticas econômicas e energéticas, representou o início da consolidação da cooperação política na Europa ocidental.

Com o aumento dos movimentos de independência de suas colônias e a Crise no Canal de Suez, a França propõe em setembro de 1958, uma reforma da NATO. Ela visava que a aliança expandisse a sua área de atuação para uma escala global, além de propor a criação de um diretório tripartite entre França, Reino Unido e Estados Unidos para que os três países pudessem ser colocados em igualdade na discussão sobre a política nuclear da aliança. Houve recusa por parte de Reino Unido e Estados Unidos e visando buscar um modelo de cooperação em defesa que garantisse a soberania sob as suas forças armadas, França decide se afastar da aliança, recusando um acordo de cooperação nuclear sob a estrutura da NATO e

desenvolvendo a sua política nuclear de forma autônoma (DUKE, 2000). Assim, a França se volta para buscar uma cooperação política intergovernamental na Europa, autônoma dos Estados Unidos, sob a sua liderança e que mantivesse a autonomia dos países membros. O país propõe então, o Plano Fouchet em 1961. Em 21 de junho de 1963, o país retira parte de sua frota marítima do comando da NATO e em 10 de março de 1966, General Charles de Gaulle, então presidente francês, solicita a retirada do país do comando geral da aliança e o deslocamento das bases aliadas do território francês (CVCE, 2016a).

O Plano Fouchet, foi proposto pelo representante francês na Comunidade Econômica Europeia (EEC), Cristian Fouchet. O Plano visava englobar questões políticas, de defesa, cultural e econômicas através da criação de um conselho composto pelos Chefes de Estado e de Governo dos países membros, que se encontrariam três vezes por ano e adotariam decisões políticas por unanimidade. Nesta proposta, a já existente Assembleia das Comunidades (composta por representantes permanentes) teria apenas um papel consultivo. O Conselho seria assistido por uma Comissão, composta por diplomatas dos Estados membros (DUKE, 2000). Chama atenção que esta estrutura proposta é semelhante ao modo de funcionamento atual da União Europeia (EU) (com o Conselho Europeu, o Conselho e o Parlamento Europeu, que serão apresentados no capítulo quatro). Portanto, o Plano Fouchet determinava a distinção entre os poderes e responsabilidades da EEC e da futura união política entre seus membros. Todavia, o tratado foi recusado pelos demais membros da EEC, pois rejeitavam o seu caráter por demais intergovernamental, que temiam que poderia enfraquecer o funcionamento dos órgãos supranacionais que dirigiam a comunidade. Ademais, a postura francesa de ataque e afastamento da NATO, não agradava os demais, por temerem que um aprofundamento da cooperação política poderia passar a mensagem de uma postura europeísta dissociada da aliança com os Estados Unidos. Uma nova tentativa foi feita no ano seguinte, através da proposta de subordinação da EEC à estrutura de cooperação política, mas novamente o plano foi recusado e caiu em descrédito; uma vez que Bélgica e Países Baixos defendiam a entrada do Reino Unido na EEC antes de o bloco avançar na cooperação política. Isso se deve porque, a presença britânica amenizaria um possível caráter anti-estadunidense que a proposta poderia assumir (JONES, 2007; DUKE, 2000).

Assim, França se volta para a Alemanha Ocidental a fim de buscar parceria para alcançar uma estrutura de cooperação em defesa que possuísse capacidade de ação também sem o engajamento estadunidense. Há, pois, em janeiro de 1963, a assinatura do Tratado de Eliseu, marcando o fim da rivalidade franco-alemã. O tratado apresentava forte ambição em questões de defesa, incluindo a criação de centros doutrinários conjuntos (que nunca foram

estabelecidos), o intercâmbio regular de pessoal, cooperação na aquisição de armamentos, encontro a cada seis meses dos Chefes de Estado e a cada quatro meses dos Ministros das Relações Exteriores. Todavia, a forte ligação da Alemanha Ocidental com a NATO (o país solicitou a inclusão de uma cláusula que garantia que a aliança continuaria a ser fortalecida), aliado à postura francesa de oposição à reunificação alemã e ao desenvolvimento de capacidade nuclear no país, dificultou a efetivação do tratado (DUKE, 2000).

Com o rápido avanço econômico alcançado pelos países da Comunidade Econômica Europeia (EEC), com a diminuição da sua capacidade estatal (conforme verificado pelos gráficos 8-10 e 13) e com o relativo afastamento estadunidense da região, Reino Unido se aproxima das iniciativas regionais europeias e solicita a sua entrada na EEC em 1963. Todavia, a sua ligação econômica com a Comunidade das Nações, a sua política agrária e a aproximação com os Estados Unidos, levou a França de De Gaulle, a vetar a entrada britânica no bloco. Em abril de 1965, pelo Tratado de Fusão, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC), a EEC e a Euratom unem-se, constituindo as Comunidades Europeias (sigla em inglês, EC) e partilhando algumas instituições comuns, como a Assembleia e o Tribunal de Justiça. Todavia, a Euratom continuava a manter uma existência legal distinta, pois visava-se promover a energia nuclear e evitar o seu uso para fins militares (DUKE, 2000).

No mesmo ano há a crise da ‘cadeira vazia’ nas EC. Foi o momento em que a França rejeitou duas reformas que iriam aumentar a prerrogativa supranacional do organismo. A primeira, modificaria o princípio da unanimidade para o da maioria qualificada no Conselho dos Ministros e a segunda, aumentaria o poder financeiro da Assembleia e da Comissão (ambos órgãos supranacionais) no assunto da política agrária comum (CVCE, 2016d). O país retirou o seu representante permanente e anunciou que não iria ocupar o seu espaço no Conselho dos Ministros, paralisando o funcionamento das instituições regionais por seis meses. Todavia, temendo os impactos políticos e econômicos de sua retirada, o país acorda em 1966, com o ‘Compromisso Luxemburgo’, conhecido como o ‘acordo para discordar’. Manteve-se, assim, o voto por unanimidade e o caráter intergovernamental das EC, pois se um país acreditasse que os seus interesses estariam em risco por alguma negociação, elas teriam de continuar até que um acordo universal pudesse ser alcançado (CVCE, 2016d).

Se a pressão estrutural do afastamento estadunidense da Europa ocidental já era percebida no início dos anos 1960 pela França, no Reino Unido esta pressão somente foi respondida no final da década. Isto ocorreu especialmente devido à invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética em 1968 e às negociações entorno dos Acordos de

Limitação das Armas Estratégicas (da sigla em inglês, SALT)¹⁸ – que colocava em dúvida a garantia nuclear dos Estados Unidos para Alemanha Ocidental, França e Reino Unido. Assim, havia reafirmação da postura estadunidense de não intervir na zona de influência soviética. Além disso, o ano de 1968 era, dentro do período analisado, o com o menor efetivo de militares estadunidenses na região. Ademais, o reino estava perdendo espaço econômico para Alemanha Ocidental. Portanto, a resposta britânica para os constrangimentos internacionais, regionais e nacionais foi a proposição de um grupo exclusivamente europeu dentro da NATO: o Eurogrupo (WEST GERMANY, 1972).

Por ele, o reino mantinha a proximidade e o engajamento estadunidense com a defesa europeia, mas articulava capacidades europeias autônomas. Isto é, articulava opções táticas sob a estratégia da NATO, mantendo a sua postura atlantista. O Eurogrupo consistia em encontros semestrais exclusivos entre os membros europeus da NATO, na véspera dos encontros do Comitê de Planejamento em Defesa, e visava propor projetos conjuntos entre os europeus, como a melhoria da capacidade conjunta de comunicação e programas conjuntos de desenvolvimento de armamentos (WEST GERMANY, 1972). Com isso, o papel de alinhamento da União da Europa Ocidental (WEU) foi sendo cada vez mais esvaziado. O Eurogrupo foi aprofundado e se transformou em 1994, na Identidade Europeia de Segurança e de Defesa (da sigla em inglês, ESDI) e posteriormente em 2003, nos Arranjos Berlin Plus – conhecidos como o pilar europeu na NATO.

Em dezembro de 1969, ocorre o Encontro de Haia, no qual houve o acordo para o alargamento da Comunidade Econômica Europeia (EEC), para a unificação monetária e nova tentativa de aproximação em matéria de política externa (DUKE, 2000). Deu-se, pois, início oficialmente à Cooperação Política Europeia (EPC). Ela se iniciou com encontros informais regulares e semestrais entre os Ministros das Relações Exteriores dos países da EEC e diferia da União da Europa Ocidental (WEU), pois possuía foco mais amplo do que somente a área da defesa; bem como se pretendia autônoma da NATO. Os encontros eram preparados por um comitê conhecido como o Comitê Político que se reunia quatro vezes por ano¹⁹. Esta estrutura de cooperação política servia como um departamento que trabalhava integrado com a EEC,

¹⁸ As negociações para redução de armamentos estratégicos foram iniciadas em novembro de 1969 e resultaram em 1972, no Tratado Anti-Míssil Balístico (da sigla em inglês, ABM) que previa a limitação do uso de sistemas de defesa contra mísseis carregando ogivas nucleares. Houve também, uma segunda rodada de negociações, resultando em novo acordo em 1979, mas que não foi ratificado pelos Estados Unidos devido a investida militar soviética no Afeganistão no mesmo ano (PATERSON, 2009).

¹⁹ Atualmente ele é um órgão permanente da EU e é responsável pelo planejamento, preparação e controle das operações civis e militares do bloco. Fonte: Entrevista com o Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, Quartel-General do EUMC, 16 de outubro de 2017.

dando consultas e direcionando as políticas do órgão em assuntos externos. Ela foi fortalecida pelos relatórios de Copenhague (1973) e Londres (1981) e formalizada em 1986 pelo Ato Único Europeu (DUKE, 2000).

Com o fortalecimento econômico e político da Europa e com maior pressão europeia por espaço nas decisões estratégicas da NATO ocorre, em abril de 1973, o famoso discurso de Henry Kissinger (então Secretário de Estado dos Estados Unidos) solicitando uma ‘Nova Carta Atlântica’. Pelo discurso, Kissinger reconhecia as solicitações europeias e reafirmava o comprometimento dos Estados Unidos com a defesa do continente; enquanto também reafirmava o novo ambiente de perda da superioridade nuclear do ocidente e necessidade de coexistência pacífica com o bloco soviético. Portanto, ele solicitava nova divisão de custos na aliança e que as políticas europeias – especialmente as econômicas - levassem em conta, os interesses e responsabilidades dos Estados Unidos (SMART, 1973; US..., 1973).

Então, em junho de 1974, através da ‘Declaração sobre as Relações do Atlântico’, assinada pelos membros da NATO há a redefinição das relações transatlânticas e o início da ‘divisão de trabalho’ entre as instituições europeias e a NATO. Foi afirmado que aos Estados Unidos seriam confiadas responsabilidades mundiais e à Europa ocidental, regionais. Pela declaração, se reafirmava o comprometimento estadunidense com a segurança europeia e o reconhecimento europeu de que não se podia dispensar tal proteção. Ademais, reconhecia-se também, a importância da força nuclear francesa como elemento de dissuasão para a defesa do ocidente (VAÍSSE; SEBAG, 2009). Assim, sob esta conjuntura de reforma e reafirmação do engajamento estadunidense com a defesa europeia, iniciando a construção de um pilar com certa autonomia tática dentro da NATO, a França aceita, em 1973, a entrada do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia (EEC).

O auge do processo de distensão e da coexistência pacífica na Europa entre os dois polos de poder e suas zonas de influência foi a criação do fórum multilateral de diálogo ‘Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa’ (sigla em inglês, CSCE). Ele foi oficialmente criado em agosto de 1975, mas tem origem no processo de aproximação entre os dois blocos que ocorreu durante toda a década de 1960. Este processo de aproximação é composto pela Declaração de Bucarest de 1966 (na qual os países do Pacto de Varsóvia propuseram uma conferência pan-europeia sem a presença de Estados Unidos e Canadá) e pela Declaração de Bruxelas de 1969 (na qual a NATO propunha uma declaração sobre a segurança europeia incluindo questões ambientais e de direitos humanos). A CSCE complementava as negociações entorno dos Acordos de Limitação das Armas Estratégicas (SALT) e por ela, houve reconhecimento por parte dos Estados Unidos e da Alemanha

Ocidental, da Alemanha Oriental como um Estado. Em 1973, foi iniciado o processo Helsinki que se estendeu até 1975 com a assinatura do Ato Final, representando a criação oficial da CSCE. Por ele, houve o reconhecimento do status quo da Europa, com a delimitação oficial das fronteiras e das zonas de influência das Grandes Potências (PERCHOC, 2018; CONFERENCE ON SECURITY AND COOPERATION IN EUROPE - CSCE, 1975).

Todavia, a invasão do Afeganistão pela União Soviética em 1979 e a eleição de Ronald Reagan em 1980 (aumentando o orçamento de defesa estadunidense) são vistas como marcos do fim do equilíbrio estratégico entre os dois polos de poder. Há então, o enfraquecimento da política de distensão e o redirecionamento das interações de rivalidade para o centro do sistema (Europa). Sob a conjuntura desta chamada ‘Segunda Guerra Fria’, há nova pressão estadunidense para distanciamento e postura assertiva frente ao bloco soviético. Conforme será visto na próxima seção, com aumento da presença militar estadunidense no continente, haverá menos espaço para que os europeus atuem de forma autônoma, reafirmando a função das instituições europeias de alinhamento entre eles e subordinadas estrategicamente à NATO.

Quadro 5 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 1956-1979

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Plano Fouchet	1961	Países da Comunidade Econômica Europeia (EEC): Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	Projeto de união política intergovernamental: previa o estabelecimento de um Conselho composto pelos Chefes de Estado e de Governo dos países membros, que se encontrariam três vezes por ano e adotariam decisões políticas por unanimidade. O plano foi rejeitado
Tratado de Eliseu	1963	Alemanha Ocidental e França	O tratado apresentava forte ambição em questões de defesa, incluindo a criação de centros doutrinários conjuntos, o intercâmbio regular de pessoal, cooperação na aquisição de armamentos, encontro entre os Chefes de Estado e entre os Ministros das Relações Exteriores. Todavia, não foi totalmente efetivado
Eurogrupo	1968	Membros europeus da NATO	Iniciativa britânica de encontros semestrais exclusivos entre os membros europeus da aliança na véspera dos encontros do Comitê de Planejamento em Defesa para proposição de projetos conjuntos
Cooperação Política Europeia (EPC)	1969	Países membros da EEC: Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	Acordo para alargamento da EEC, unificação monetária e para nova tentativa de unificação em matéria de política externa. Ela se iniciou com encontros regulares semestrais informais entre os Ministros das Relações Exteriores dos países da EEC para harmonização e coordenação de posições políticas em matéria de política externa
Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).	1975	Estados Unidos, Canadá, União Soviética, Turquia e todos os países europeus (excluindo Albânia e Andorra).	Reconhecimento do status quo da Europa, com a delimitação das fronteiras e das zonas de influência das Grandes Potências

Fonte: Dados da Pesquisa.

Portanto, verifica-se que o período que se segue após a estruturação da aliança ocidental (representada pela NATO) e a resolução da questão do rearmamento alemão

(representada pela criação da WEU), é o de necessidade de responder como se daria a relação destas duas instituições. Todavia, com a conclusão do rearmamento alemão e com a resolução da disputa pela região do Sarre entre Alemanha Ocidental e França, a União da Europa Ocidental (WEU) perde as suas principais funções e ocorre o seu esvaziamento. Aliado a isso, há relativo relaxamento das interações baseadas no confronto entre o bloco capitalista e o soviético na Europa, devido ao alcance de equilíbrio estratégico entre ambos. Há, assim, espaço para que outras esferas estatais ganhassem predominância: é especialmente o caso da cooperação econômica, que adquire protagonismo no período. Pela análise da distribuição de poder regional e da capacidade estatal de Alemanha Ocidental e França, fica claro o impacto do aprofundamento da cooperação econômica e política ao longo do período para ambos. Enquanto isso, o Reino Unido (que somente aderiu às instituições econômicas em 1973) perde a posição de destaque regional que possuía no período anterior. Dessa forma, percebe-se maior propensão britânica para buscar na região as soluções para as suas questões de defesa, relativa menor propensão alemã e, por ainda apresentar baixa capacidade estatal, maior propensão francesa para tanto.

Mesmo com ameaças compatíveis, o desequilíbrio de poder regional para a Alemanha Ocidental, não tornava o alinhamento entre os três países uma ação automática. Ademais, mesmo com afastamento militar estadunidense da região, representado pela diminuição de efetivos militares no continente e pelo relaxamento da garantia nuclear (através de modificação na doutrina da NATO e com os acordos de limitação (SALT) com a União Soviética), a estrutura ainda era de bipolaridade. Isto é, o território europeu ainda se configurava como o principal teatro de operações da Guerra Fria. Há, então, mudança de interação no sistema internacional, mas não mudança de sistema. Por isso, mesmo com as pressões francesas para criação de instituições regionais autônomas da NATO (Plano Fouchet, Tratado de Eliseu e Cooperação Política Europeia) e maior propensão britânica para cooperar regionalmente, não houve a consolidação destas iniciativas. O que ocorreu, foi o início da construção de um pilar europeu dentro da aliança ocidental – representado pela iniciativa do Eurogrupo – pressionando por maior espaço para o continente nas decisões estratégicas da aliança. De forma geral, este é, pois, o início do constante debate sobre divisão de custos, duplicação de capacidades e dissociação entre as iniciativas de cooperação em defesa europeias e a NATO.

3.3 1980 – 1990: ALIANÇA ATLÂNTICA E ALINHAMENTO EUROPEU

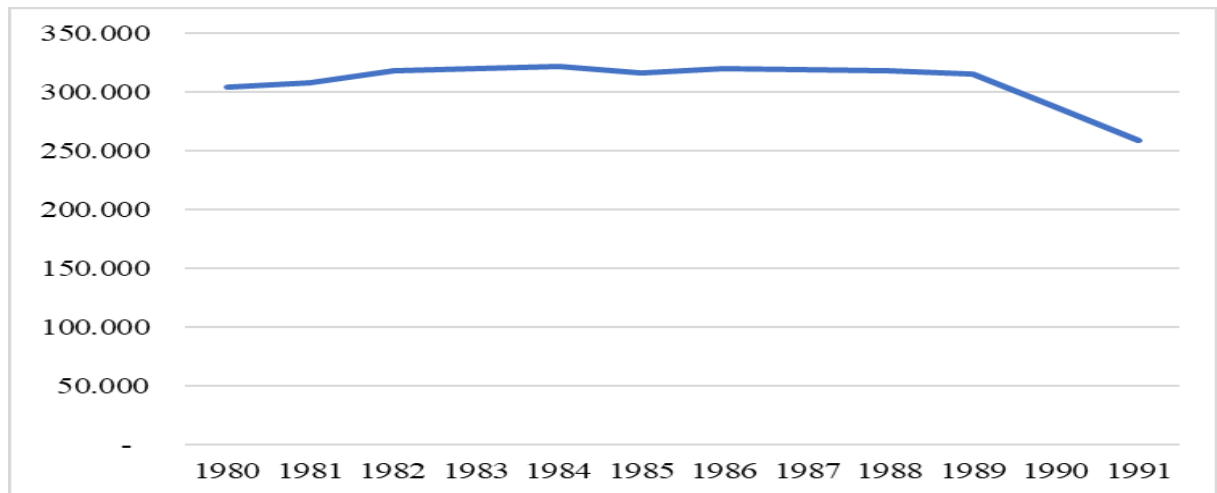
O período da coexistência pacífica na Europa, com os seus avanços tecnológicos, dando espaço para a consolidação do capitalismo cosmopolita como padrão das relações econômicas internacionais, acentuou o processo de globalização e criou importantes relações comerciais entre os países de ambos os blocos. Isto pode ser verificado pelos dados de exportação de mercadorias de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido apresentados na seção anterior (UN, 1962; ORTIZ-OSPINA; BELTEKIAN, 2018). Conforme demonstrado, com a mudança na interação internacional garantindo certa estabilidade securitária, houve espaço para que os europeus maximizassem os seus interesses estatais. Intensificou-se, pois, a competição intrabloco e a pressão europeia por maior poder de decisão dentro da aliança ocidental – resultando no início do pilar europeu dentro da NATO: o Eurogrupo. A partir de então, as interações internacionais sob a estrutura bipolar se tornaram mais complexas. É o que será verificado neste período de análise que se inicia com o engajamento soviético na Guerra do Afeganistão e o aumento do orçamento de defesa estadunidense sob o governo de Ronald Reagan e termina com a reunificação alemã e a dissolução da União Soviética – marcando o fim da estrutura bipolar.

O processo de quebra do equilíbrio estratégico entre União Soviética e Estados Unidos, foi ocorrendo desde a segunda metade dos anos 1970. Ambos os polos de poder haviam aumentado o seu engajamento em outras regiões, visando trazê-las para as suas zonas de influência. Isto, aliado às crises do petróleo, serviram de catalisadores para as crises econômicas e sociais para ambos. Ademais, verificava-se um aumento da competição econômica intracapitalista (com Japão e Europa ocidental despontando como importantes atores econômicos). No campo socialista, o constante crescimento chinês e sua postura de autonomia em relação ao bloco soviético, configurava o país como um importante ator para triangulação diplomática e assim, possível elemento destabilizador do equilíbrio de poder entre os blocos capitalista e socialista (VIZENTINI, 2004; WESTAD, 2017).

Como consequência da quebra do equilíbrio estratégico, há retorno do padrão de interação, entre os dois principais polos de poder, baseado na busca por aumento de influência e poder relativo na Europa. Tem-se início, a chamada Segunda Guerra Fria e o retorno do teatro europeu como importante arena de confronto entre as duas zonas de influência. Isto fazia com que houvesse aumento da presença de militares estadunidenses no continente (verificado pelo gráfico 14 elaborado com base nos dados de Kane (2004)), exercendo pressão para que as iniciativas europeias de cooperação em defesa se mantivessem subordinadas

estrategicamente à NATO. Verifica-se também renovação da garantia nuclear estadunidense para Alemanha Ocidental, França e Reino Unido, através do abandono do tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT) e do desenvolvimento de novo sistema de mísseis baseados em terra (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2013).

Gráfico 14 - Tropas Estadunidenses na Europa 1980-1991



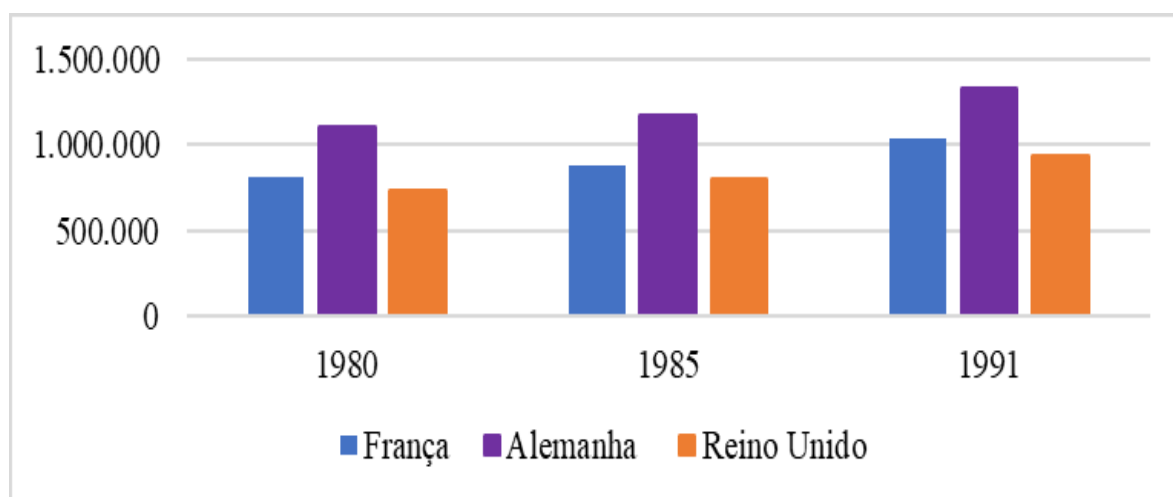
Fonte: Elaborado pela Autora.

Sob perspectiva estadunidense, o país estava perdendo poder relativo devido à crise social interna, à crise do petróleo e aos movimentos revolucionários na África e na Ásia, que estavam ganhando conotações socialistas. Por isso, havia movimentações internas contrárias à efetivação do Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT), pois argumentavam que ele congelaria o status quo em uma posição melhor para os soviéticos (WESTAD, 2017). Em 1983, há o auge da tensão entre os blocos capitalista e socialista, entorno da instalação de mísseis de alcance médio na Europa. Isso se deve pois, este era o fim do prazo de quatro anos dado por Washington à Moscou, para alcançar acordos de limitação de armamentos de curto e médio alcance. Em troca, a NATO não instalaria 464 mísseis baseados em terra e 108 sistemas Pershing-II (mísseis de curto alcance com alta capacidade e precisão) na Europa como resposta à instalação, pela União Soviética em 1974, dos mísseis móveis de médio alcance SS-20 (NATO, 2013). Todavia, em 1983, não havia sido alcançado os acordos esperados e houve o desenvolvimento dos mísseis ocidentais na Europa. Com isso, ocorreu também uma série de protestos, nos países europeus, contra a instalação dos mísseis, levando à quebra do consenso entorno da NATO (NATO, 2013).

No nível de análise regional, conforme análise do Produto Interno Bruto (PIB) (gráfico 15 elaborado com base nos dados de Maddison (2008)), dos efetivos militares e do orçamento

de defesa de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido (gráficos 16 e 17 elaborados com base nos dados de Greig; Enterline (2017)), verifica-se ainda a tendência do período passado de predominância econômica de Alemanha Ocidental e França frente ao Reino Unido. Mas, no que tange às capacidades militares, pode-se prospectar maior tendência britânica por modernização, pois o país apresentava o maior orçamento de defesa entre os três países e o menor efetivo militar (GREIG; ENTERLINE, 2017). Portanto, havia equilíbrio de poder na região, fazendo com que em termos de capacidades, os três países se mostrassem como opções de alinhamento uns para os outros.

Gráfico 15 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Internacionais (Geary-Khamis) 1980-1991



Fonte: Elaborado pela Autora.

Como verificado pelo gráfico 17, conforme o número de tropas estadunidenses na região aumentava, o orçamento de defesa de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido diminuía. Todavia, no fim da década de 1980 com o declínio do polo soviético aliado: aos acordos para limitação de armamentos, à diminuição do orçamento de defesa de Estados Unidos e à diminuição de tropas estadunidenses na Europa (GREIG; ENTERLINE, 2017; KANE, 2004), esta tendência se reverte. A partir de então, há aumento nos orçamentos de defesa dos três países, pois tinham de suprir o distanciamento estadunidense. Conforme modelo de análise defendido, é a partir de então que há maior constrangimento estrutural para que a Europa ocidental busque autonomia de ação frente à NATO.

Gráfico 17 - Efetivos Militares em Milhares 1980 - 1990

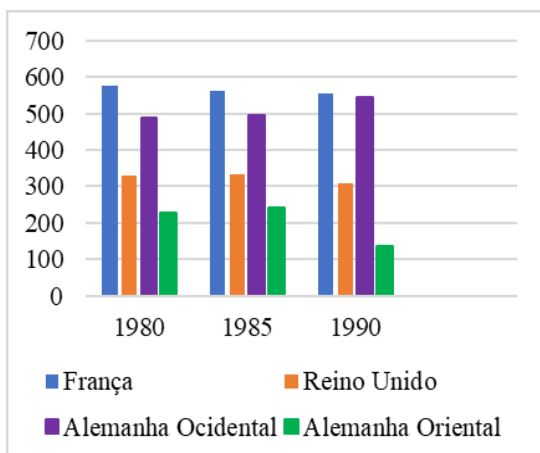
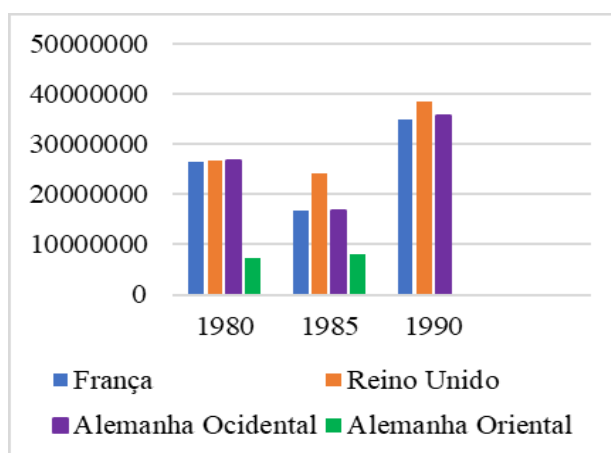


Gráfico 16 - Orçamento de Defesa em Milhares de Dólares Americanos do Ano Corrente 1980-1991



Fonte: Elaborado pela Autora.

Do ponto de vista da percepção de ameaças, devido às contínuas restrições e controle sob o seu uso da força, o padrão de ação da Alemanha Ocidental continuava restrito ao uso do poderio militar dentro de seu território. A determinação de suas ameaças permanecia, pois, constringida pelas instituições regionais e o seu objetivo de defesa era alcançar o reconhecimento, a confiança e o desenvolvimento econômico através das instituições regionais. Assim, o multilateralismo, a integração europeia e o antimilitarismo da cultura da restrição e do ‘poder civil’ eram os conceitos que dominavam a política de defesa alemã neste período (HANRIEDER, 1989). Aliado a isto, houve forte quebra de consenso nacional entorno da NATO e, por isso, uma tendência maior do país para cooperar regionalmente em defesa como forma de diminuir a dependência dos Estados Unidos. Todavia, conforme será demonstrado, devido a forte pressão estrutural da bipolaridade, essas iniciativas regionais continuaram somente no nível da retórica política. Essa quebra de consenso alemão entorno da aliança militar ocidental, se deu devido aos desentendimentos do país com os Estados Unidos acerca do desenvolvimento de mísseis em seu território (NATO, 2013).

Em 1987, os Estados Unidos pressionaram a Alemanha Ocidental a servir como base para a bomba de nêutrons. Apesar de forte resistência interna, o então chanceler alemão Helmut Schmidt alcançou aprovação do parlamento. Todavia, os Estados Unidos acabaram por não desenvolver o armamento. A mesma resistência interna era encontrada entorno dos mísseis *Pershing*, que foram desenvolvidos em território alemão, mas que em 1987 devido ao Acordo de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (sigla em inglês, INF) deveriam ser desmantelados. Isto contrariou a garantia estadunidense de que o tratado não iria afetar a

Alemanha Ocidental. Portanto, a questão dos mísseis se tornou um ponto de fricção e de insegurança quanto ao engajamento estadunidense com a defesa do Estado alemão frente a uma possível ofensiva soviética (especialmente com o desenvolvimento dos mísseis SS-20) (WESTAD, 2017). Havia, dessa forma, incentivo para o país buscar a cooperação em defesa a nível regional, a fim de garantir a sua segurança.

Neste período, após a saída da França da estrutura militar integrada da NATO, a disponibilização automática de sua capacidade militar para utilização pela aliança não era garantida. O país retinha o controle político, tático e operacional do uso de suas ogivas nucleares (GREGORY, 1996). Assim, com autonomia no uso de seu poderio nuclear alcançada no período anterior, a França se colocava de forma autônoma na determinação de suas ameaças. O país adotava uma postura com tendência neutralista em relação à União Soviética e a sua zona de influência – efeito também dos altos fluxos de comércio de bens e de energia advindos da Europa oriental (conforme será demonstrado pela análise dos gráficos 18 e 19) (MENON, 1995).

A determinação das ameaças do Reino Unido continuava fortemente constrangida pela sua presença na NATO, estando focada até 1982, no uso de capacidades convencionais para deter uma possível Alemanha revisionista e no uso da capacidade nuclear como elemento de dissuasão frente à ameaça soviética. Todavia, após a Guerra das Malvinas (1982), o reino inicia uma modernização militar, focada na busca por flexibilidade, mobilidade e prontidão, passando assim, gradativamente para uma abordagem focada em capacidades e não somente em ameaças (MILLS; BROKE-HOLAND; WALKER, 2020). Tal investimento em modernização é verificado pelo aumento no seu orçamento de defesa e menor número de efetivos militares se comparado a Alemanha Ocidental e França (gráficos 16 e 17).

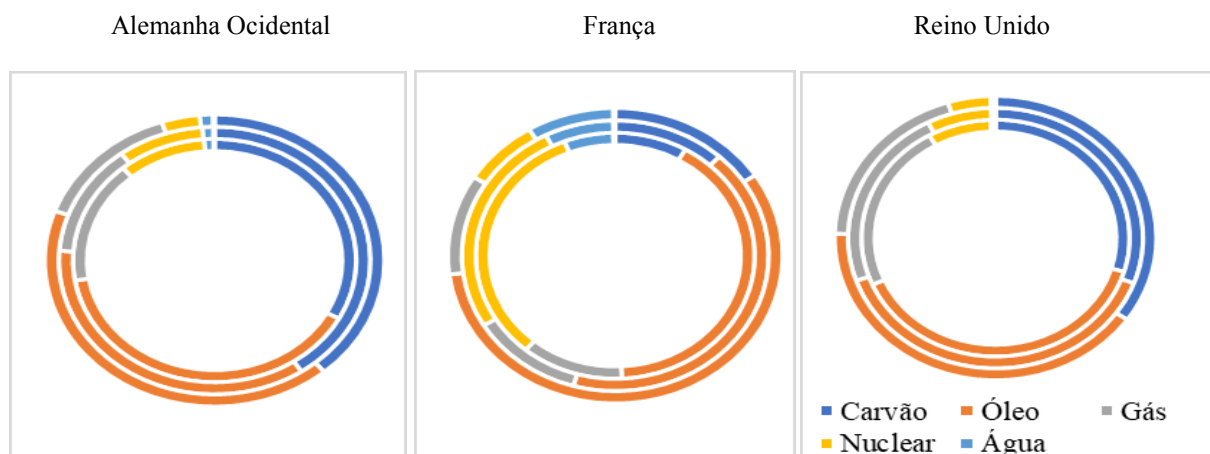
Convém destacar que, no caso britânico, não há total autonomia para o uso de sua capacidade nuclear. Isso se deve, pois, o reino aceitou se submeter a um duplo controle político sob a utilização do seu arsenal nuclear em 1962, na Conferência Bilateral de Nassau com os Estados Unidos. Nela, houve o comprometimento britânico de que as suas capacidades nucleares seriam utilizadas pela aliança atlântica em todas as circunstâncias, a não ser quando os interesses nacionais estivessem em jogo. Portanto, o uso de seu arsenal nuclear passa pelo processo de tomada de decisão nacional e, se utilizado sob contexto da NATO, pela autorização por parte dos demais membros da aliança (GREGORY, 1996). Mesmo possuindo em teoria, controle sob as suas ogivas nucleares estratégicas, as táticas (alocadas na marinha e na aeronáutica) encontram-se controladas pela estrutura de comando, controle e comunicação da NATO e são limitadas para uso no território da aliança. Ademais,

através de acordo bilateral com Estados Unidos em 1952, ambos os países se comprometeram a consultar o outro, na utilização de seu arsenal nuclear (GREGORY, 1996). A política de defesa britânica neste período, continua, pois, fortemente interligada com os Estados Unidos.

Verifica-se, então, que as ameaças declaradas de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido neste período não eram totalmente compatíveis. Mesmo que os três continuassem a se preocupar com o poderio soviético, Alemanha Ocidental e França apresentavam tendências mais autônomas e focadas nos interesses econômicos, enquanto o Reino Unido buscava modernização e enfoque no uso da capacidade nuclear como dissuasão frente ao poderio soviético. Assim, no nível de análise regional - mesmo que os três países se mostravam como opções de alinhamento uns para os outros em termos de capacidades materiais - as políticas de defesa apenas parcialmente compatíveis tendiam a dificultar o aprofundamento da cooperação em defesa na região. Ademais, o aumento da presença militar estadunidense no continente, aliado à contínua dependência de sua capacidade militar, pressionava os europeus por uma retórica em prol da aliança transatlântica, mantendo as iniciativas de cooperação em defesa regional com o papel de alinhamento entre seus membros e sem autonomia frente à NATO.

Com menos pressão estrutural e estímulo regional para a consolidação de uma defesa autônoma europeia, resta verificar o que as capacidades estatais de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido nos indicam sobre a propensão destes países para cooperarem em defesa regionalmente. Conforme verificado pelo gráfico 18 (elaborado com base nos dados de Ritchie (2022), temos, neste período, a contínua diminuição do uso de carvão como fonte de energia e o aumento significativo do consumo de energia nuclear (na Alemanha Ocidental quase triplicou, na França quase quintuplicou e no Reino Unido quase dobrou) (RITCHIE, 2022). Isso demonstra o início de uma transição energética para uma matriz mais limpa e renovável. Todavia, para Alemanha Ocidental e Reino Unido, o carvão ainda representava grande parte da energia consumida, o que, junto com o óleo, completava as suas duas principais fontes de energia. A França continuava sendo, dos três países, o que mais dependia do abastecimento externo - mesmo apresentando a matriz energética mais diversificada (CEIC, 2019). O Reino Unido, neste período, se transformou em um exportador de energia (UK, 2009), apresentando, portanto, mais capacidade estatal de acessar autonomamente os recursos energéticos necessários para construir capacidade de resposta frente a ameaças.

Gráfico 18 - Matriz Energética de Alemanha Ocidental (1980, 1985, 1990), França e Reino Unido (1980, 1985, 1991) em Porcentagem do Total de Energia Consumida



Fonte: Elaborado pela Autora.

Como os dados sobre a origem da energia consumida pela Alemanha Ocidental neste período não foram de fácil acesso e direcionavam a pesquisa para os anos 1970, sugerindo uma continuidade do abastecimento externo, infere-se que os parceiros comerciais neste setor tendiam a ser os mesmos do período anterior. Assim, a origem do óleo e do gás alemão neste período era a Noruega, União Soviética, Reino Unido e os países árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) (a saber: Iraque, Kuwait e Arábia Saudita). Estes últimos, diminuíram gradativamente a sua porcentagem devido aos dois choques do petróleo (PLANÈTE ÉNERGIES, 2015b; HERPICH; BRAUERS; OEI, 2018). O carvão consumido pela Alemanha Ocidental provinha, em sua maioria, da produção interna que contava com grandes subsídios estatais para manter-se competitiva (HERPICH; BRAUERS; OEI, 2018). Assim, mesmo não possuindo os dados da origem do urânio utilizado pela indústria nuclear alemã (que em 1990, no auge do período analisado, apresentava apenas 10% de toda energia consumida pelo país (RITCHIE, 2022)), pode-se analisar que a Alemanha Ocidental era relativamente vulnerável à oferta de energia do exterior, especialmente do continente europeu – o que a tornava vulnerável às dinâmicas regionais e às interações com a União Soviética.

No caso francês, a maior fonte de energia do país era o óleo, que se originava majoritariamente no Oriente Médio e na África (respectivamente: Arábia Saudita, Iraque, Nigéria, Noruega, Argélia, Líbia) e no Reino Unido (CONNAISSANCE DES ÉNERGIES, 2016). Ao longo da década, conforme a energia nuclear aumentava a sua porcentagem na matriz energética, o país foi diminuindo consideravelmente (quase pela metade) a importação de petróleo dos países da OPEC (CEIC, 2019). O carvão consumido pelo país continuava

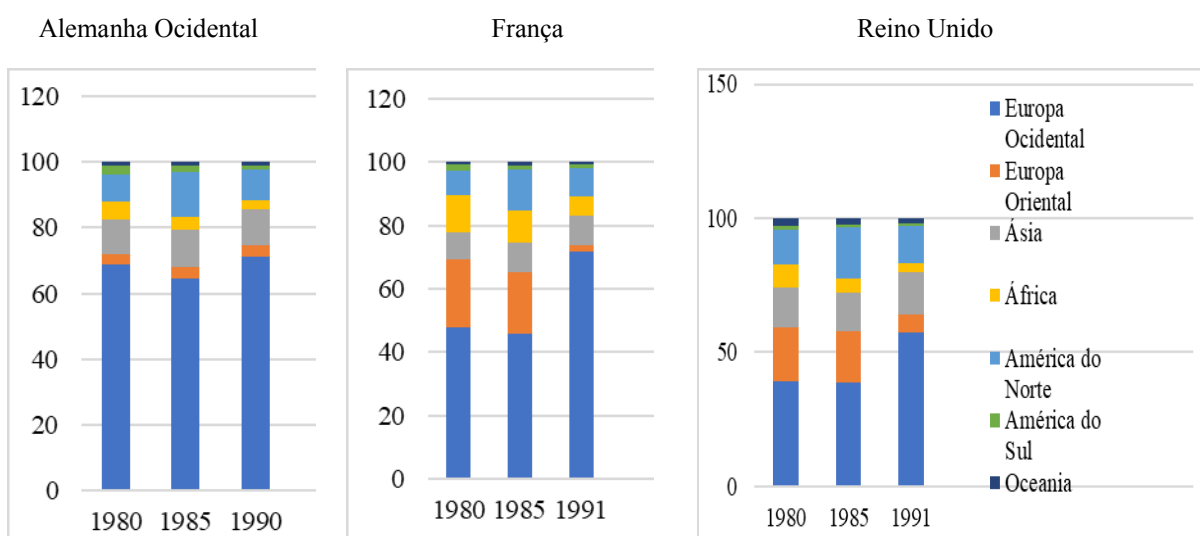
sendo importado, mas devido à perda da competitividade do carvão alemão e buscando diminuir a sua dependência, a França passou a importar maiores quantidades da Austrália, Estados Unidos e África do Sul (UNITED STATES - US, 2015). Até 1983, a França produzia através da base de Lacq a maior parte da demanda doméstica por gás. Todavia, com o esgotamento da reserva, naquele ano, o país começou a importar o insumo da Noruega, Argélia e União Soviética (PLANÈTE ÉNERGIES, 2018). Mesmo não aprofundando a análise da origem do urânio francês, que em 1991 representava aproximadamente 33% da energia consumida pelo país (RITCHIE, 2022), pode-se perceber que ele continuava vulnerável às rotas marítimas para o seu abastecimento e que o continente africano e o Oriente Médio eram territórios estratégicos para tanto. Assim, o país necessitava continuar tendo capacidade de projeção. Chama atenção também, o aumento da importância do continente europeu para o abastecimento francês, ficando o país - assim como a Alemanha Ocidental - vulnerável às dinâmicas regionais especialmente com a União Soviética.

Neste período, a porcentagem de gás, óleo e carvão na matriz energética britânica era relativamente equilibrada. O carvão consumido no reino provinha majoritariamente da produção interna e, durante os anos 1980, o Reino Unido se tornou exportador de óleo cru (a maioria, 62%, sendo direcionada para França, Alemanha Ocidental e Países Baixos). Todavia, no final da década, após um acidente no oleoduto Alpha, entre 1989 e 1993, as exportações e as importações de óleo se tornaram aproximadamente equivalentes (UK, 2009). Como consequência dessa nova conjuntura britânica, as importações de óleo oriundas do Oriente Médio e da África foram reduzidas cada uma a menos de 1/3 do valor total importado, com a quantia importada da Noruega tendo aumentado para 50% do valor total importado (UK, 2009). Quanto ao gás, o Reino Unido também era praticamente autônomo na sua produção, pois extraía grande parte de seus recursos do Mar do Norte. A importação da parte consumida não produzida nacionalmente, provinha majoritariamente da Noruega, dos Países Baixos e até 1984 da Argélia (UK, 2009). Mesmo sem acrescentar os dados da origem do urânio britânico (que em 1991 era responsável por apenas aproximadamente 7% da energia consumida), pode-se concluir que neste período, o Reino Unido se encontrava menos vulnerável ao abastecimento externo de energia do que nos períodos anteriores e do que Alemanha Ocidental e França. Todavia, assim como para os outros dois países, o continente europeu passou a representar maior importância na sua segurança energética.

Complementando a análise da capacidade estatal como condicionante da propensão dos três países para cooperar em defesa, temos a análise de suas fontes de recursos financeiros. Conforme verificado pelo gráfico 15, o Produto Interno Bruto (PIB) dos três

países aumentou ao longo do período. Em termos relativos, o Reino Unido continua a ocupar a terceira posição. Tal tendência também é refletida no número de efetivos militares. Todavia, ao longo da década e especialmente após a Guerra das Malvinas, o reino aumenta consideravelmente o seu orçamento de defesa e passa a apresentar o maior orçamento dentre os três países analisados (grande parte focada na modernização militar).

Gráfico 19 - Porcentagem das Exportações de Mercadorias por Região de Destino 1980-1991



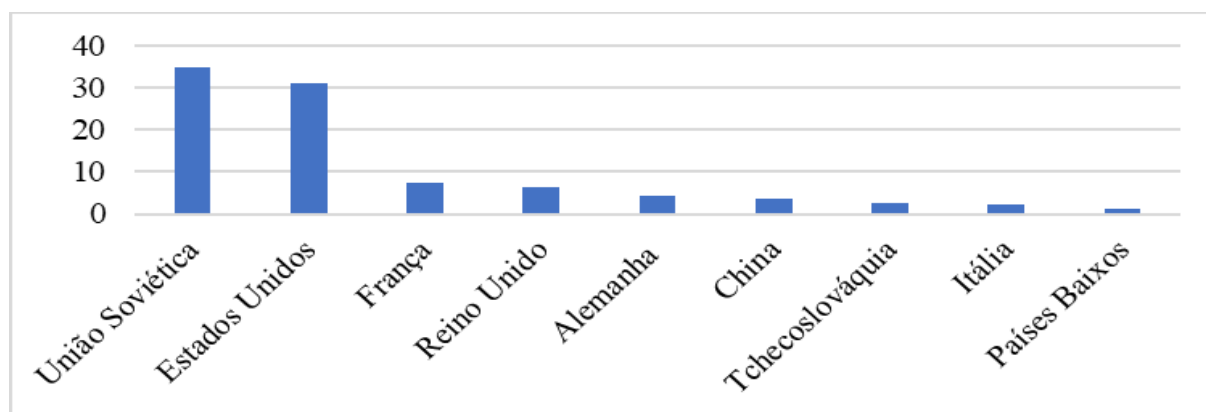
Fonte: Elaborado pela Autora.

Ainda no que tange às fontes de recursos financeiros, pode-se verificar pelo gráfico 19 (elaborado com base nos dados de Ortiz-Ospina; Beltekian, 2018) que os três países destinavam à Europa ocidental a maior parte de suas exportações de mercadorias. No caso alemão, este comércio representava mais de 64% da exportação total de mercadorias (em 1990, este valor chegou a 71,19%) (ORTIZ-OSPINA; BELTEKIAN, 2018). Portanto, o país era altamente vulnerável ao mercado consumidor da Europa ocidental. Já França e Reino Unido apresentavam maior diversificação de parceiros econômicos, chamando atenção para a alta porcentagem (assim como no período anterior) do comércio com a Europa do Leste. No caso britânico, a Ásia e a América do Norte representavam porcentagem maior do que a África. Já no caso francês, a África representava porcentagem maior do que as outras duas regiões. Portanto, para os três países, mas com maior impacto para França e Reino Unido, as rotas marítimas eram essenciais para a sua autonomia. Convém explicitar que, mesmo que não se tenha acrescentado os dados de exportação de serviços dos três países, argumenta-se que, a análise dos dados acerca da exportação de mercadorias seja um indicativo relevante para a

análise das fontes de recursos financeiros, pois o comércio de bens neste período dominava os fluxos mundiais (em 1980, representava 85% das transações mundiais e mesmo tendo caído, em 1992 ainda representava 80% das mesmas (UNITED KINGDOM - UK, 2010a)).

Em 1980, os principais destinos das exportações de mercadorias da Alemanha Ocidental eram: França (13,3%), Países Baixos (9,5%), Itália (8,5%), Bélgica e Luxemburgo (7,8%), Reino Unido (6,5%), Estados Unidos (6,1%), Áustria (5,5%), Suécia (2,9%), União Soviética (2,3%), Japão (1,1%), Austrália (0,7%) e China (0,6%). Em 1991, estes dados permaneceram relativamente constantes, chamando atenção para o aumento da porcentagem exportada para o Reino Unido e a diminuição da exportada para a União Soviética. Temos: França (13,2%), Reino Unido (9,3%), Itália (9,3%), Países Baixos (8,5%), Estados Unidos (7,3%), Bélgica e Luxemburgo (7,2%), Áustria (5,5%), Suécia (2,9%), Japão (2,4%), União Soviética (1,8%), Austrália (0,8%) e China (0,7%) (LAMPE, WOLF, 2015). Quanto às importações do país, os parceiros e as porcentagens importadas seguiam com poucas variações a mesma tendência das exportações (LAMPE; WOLF, 2015). No que se refere ao Reino Unido, os principais destinos de suas exportações de mercadorias eram: Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Países Baixos, França, Suíça, Irlanda, Bélgica, Itália, Suécia, Canadá e Japão (UK, 2010a).

Gráfico 20 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 1980-1991



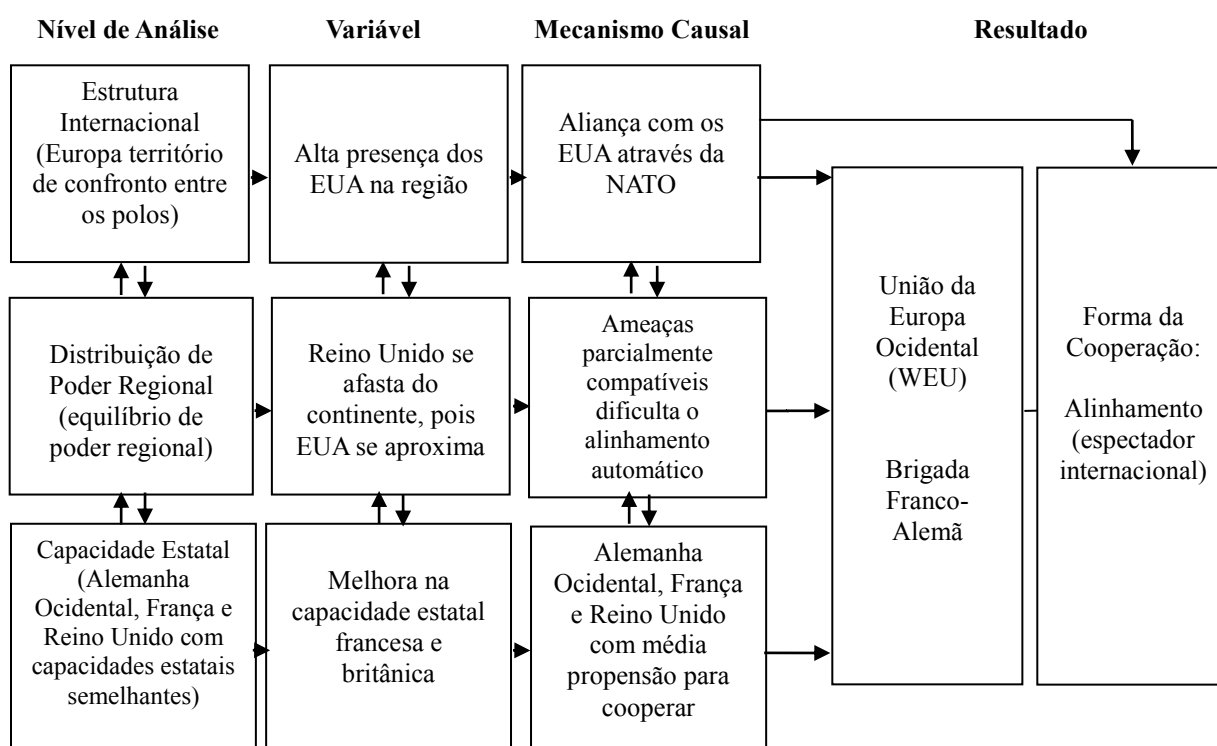
Fonte: Elaborado pela Autora.

Adicionando a análise dos principais parceiros econômicos à da origem das fontes de energia dos três países, podemos perceber que a Europa ocidental e, em menor medida também a oriental, passou a aumentar o seu peso como origem dos recursos estatais necessários para responder a eventuais ameaças. Isto tornava os três países, vulneráveis às dinâmicas regionais. Quanto ao acesso à tecnologia, representado pela posição de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido no mercado mundial de exportação de armamentos, verifica-

se pelo gráfico 20 (elaborado com base em SIPRI (1980-1991)) que a tendência do período anterior de diminuição da posição britânica e aumento das posições francesa e alemã continua. Tem-se, pois, pela primeira vez, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, a França ultrapassando o Reino Unido e ocupando a posição de terceiro principal exportador de armamentos em um mercado oligopolizado.

Portanto, no agregado da análise da capacidade estatal dos três países de acessarem de forma autônoma os recursos necessários para responderem às suas ameaças, verifica-se que a capacidade estatal francesa e britânica é melhorada. Aquela pela melhora na posição no ranking de exportação de armamentos, demonstrando o seu dinamismo tecnológico, e esta pela diminuição da dependência de energia externa (tornando-se inclusive provedor de energia). Já a Alemanha Ocidental mantém a sua capacidade estatal estável.

Figura 4 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 1980- 1991



Fonte: Elaborado pela Autora.

Assim, mesmo os três países se configurando como vulneráveis às dinâmicas econômicas e energéticas no continente, a maior capacidade dos três de acessarem os recursos necessários para a sua segurança, a maior presença estadunidense na região e ameaças apenas parcialmente compatíveis, fizeram com que as suas propensões para cooperar em defesa regionalmente não sofressem aumento. Então, neste período, as iniciativas europeias em

defesa tendem a permanecer como uma forma de alinhamento entre os seus membros, se mantendo no nível do discurso político e com ares de estagnação. É somente no fim da década, com mudança de polaridade e de interação entre Estados Unidos e União Soviética, que há o início da modificação destas dinâmicas.

Na contínua busca pela construção de uma Cooperação Política Europeia (EPC), há, em 1981, o Relatório Londres, terceiro relatório que, junto com o Relatório Luxemburgo (1970) e o Relatório Copenhague (1973), culminou no Ato Único Europeu (1986). O Relatório Londres, criado pelos países membros das Comunidades Europeias (EC)²⁰, concordava na necessidade de ações e não somente intenções comuns na esfera política. Por isso, sugeriu-se como mecanismo para aumentar a capacidade de ação da EPC, o uso de encontros formais com temas pré-estabelecidos, juntamente com encontros informais com agendas não pré-estabelecidas e que deveriam ser confidenciais (DUKE, 2000). Houve também a proposição da criação de uma espécie de secretariado para auxiliar a Presidência destes encontros. Esta equipe, chamada de Secretariado da Troika, se tornou um mecanismo importante para garantir certa regularidade nas atividades da EPC. Houve a expansão de sua abrangência, entendendo que a cooperação política europeia (até então paralela às Comunidades Europeias - EC e estruturada de forma totalmente intergovernamental e não vinculativa) também deveria abranger assuntos de política externa relacionados à segurança. Todavia, esta definição permaneceu vaga, sem delimitação do que exatamente seriam estes assuntos de política externa e de segurança (DUKE, 2000).

Em março de 1983, os Estados Unidos lançam a Iniciativa Estratégica de Defesa (sigla em inglês, SDI), popularmente conhecida como a Guerra nas Estrelas. Ela previa a construção de um conjunto de sistemas de radares de longo alcance, instalados em terra, bem como um conjunto de satélites e sistemas de mísseis antibalísticos, capazes de interceptar e anular um possível ataque nuclear soviético contra o território estadunidense ainda em sua trajetória de ataque. Esta iniciativa colocaria os Estados Unidos na vanguarda tecnológica e modificaria a doutrina da Destruição Mútua Assegurada. Através dela, os Estados Unidos e a União Soviética possuíam capacidades nucleares críveis que gerariam destruição de ambos os lados, evitando que uma das potências iniciasse uma guerra nuclear. Esta mudança de doutrina foi desenvolvida pelos Estados Unidos de forma unilateral, sem consulta a seus aliados europeus (DUKE, 2000). Este fato serviu de ponto de fricção na aliança atlântica, pois frente a um possível desequilíbrio estratégico e ao início de um confronto militar entre Estados Unidos e

²⁰ Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Itália, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido.

União Soviética, a Europa encontrava-se como ponto de fricção e principal teatro de operações para as forças convencionais soviéticas. Este ambiente de incertezas pressionava para um aprofundamento da cooperação em defesa no continente.

Portanto, em junho de 1983, os chefes de Estado e de governo dos 10 países membros das Comunidades Europeias (EC), no Conselho Europeu de Stuttgart, desenvolveram a Declaração Solene sobre a União Europeia. Através dela, os países declaravam a sua vontade conjunta de aprofundamento da cooperação política na Europa e aproximaram a Cooperação Política Europeia (EPC) da estrutura das EC, ao fortalecer o poder do Conselho Europeu da EC de desenvolver as diretrizes gerais da Cooperação Política Europeia (EPC) e de apresentar um relatório à Assembleia da EC. A Declaração reafirmava a visão de que, ao produzir uma posição única sobre os aspectos políticos da segurança internacional, a Europa possuiria mais força (EUROPEAN COMMUNITIES - EC, 1983; DUKE, 2000). A declaração não aprofundou materialmente a cooperação política europeia; todavia, incentivou a estruturação de um mecanismo de diálogo constante entre os países, seja para discordar ou para acordar nos assuntos de política internacional. Isto promoveu, um fluxo contínuo de informação e se configurou, portanto, como mais um elemento de alinhamento.

Com o contínuo desenvolvimento econômico estadunidense e japonês, os países europeus fortaleciam a retórica em prol de um maior aprofundamento na cooperação econômica, desenvolvendo planos para a aprovação de um mercado único europeu com livre circulação de pessoas, bens, serviços e capital. O Reino Unido de Margaret Thatcher também se posicionava a favor do aprofundamento da cooperação econômica europeia, mas colocava-se cético quanto ao aprofundamento da cooperação política e seus impactos na relação do reino com os Estados Unidos (WESTAD, 2017). A solução europeia para o gerenciamento de suas questões defensivas foi a reativação da União da Europa Ocidental (WEU) em 1984. Entretanto, na prática, verifica-se que o seu uso se limitou a promover o alinhamento político entre seus membros e não uma estrutura autônoma de defesa.

Como demonstrado, ao longo do período anterior, houve esvaziamento da WEU, com a diluição de suas funções nas demais instituições europeias. A Agência Social/Cultural foi transferida em 1970 para o Conselho da Europa (CoE). As consultas políticas no âmbito do Conselho da WEU foram transferidas para a Cooperação Política Europeia (EPC) em 1972. A Agência para Controle de Armamentos ficou responsável somente por monitorar a não produção de armas químicas na Alemanha Ocidental e, em 1989, o Comitê Permanente de Armamentos foi transferido para a NATO. Assim, o chamado renascimento da WEU em 1984

se deu com o objetivo de retomar as negociações políticas no Conselho da WEU²¹. De forma geral, a ideia de reativar a União da Europa Ocidental (WEU) era conferir maior agilidade e flexibilidade na cooperação em defesa entre os países que assim gostariam, pois, a sua estrutura era intergovernamental e estava separada da EPC e das EC – que desenvolviam consensos na área da defesa de forma lenta e quase inexistente. Convém chamar atenção que diferentemente da NATO, a WEU não possuía restrições geográficas no seu tratado constitutivo, podendo ser utilizada em áreas diferentes das da aliança atlântica (MÜLLER-BRANDECK-BOUQUECT; RÜGER, 2015; DUKE, 2000).

O chamado renascimento da União da Europa Ocidental (WEU) se deu através de uma série de encontros durante 1984-1985. Reformas institucionais foram acordadas, pois a WEU não possuía mais órgãos intergovernamentais para facilitar o debate e a ação conjunta. Na declaração de Roma de 1984, houve a ativação do Conselho da WEU como um elemento central nos esforços de cooperação. Sob iniciativa francesa, acordou-se que os ministros da defesa e das relações exteriores dos países membros iriam acompanhar as reuniões do Conselho da WEU, visando aprofundar a cooperação entre eles. Outros órgãos intergovernamentais foram estabelecidos, fortalecendo o contato entre os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa dos países membros. Estabeleceu-se, por exemplo, um grupo de trabalho especial (compreendendo os diretores político-militares e seus equivalentes de ambos os ministérios) e mecanismos *ad hoc* de discussão sobre tópicos especiais (como a segurança no Mediterrâneo e sobre os recursos de defesa dos Estados) (DUKE, 2000).

Todavia, as diferenças de engajamento e de postura entre os Estados membros e a dificuldade de colocar em prática projetos conjuntos devido a receios de que houvesse duplicação de capacidades com a NATO, relegaram a WEU a uma esfera apenas de conformação política. Isso é, de alinhamento e de espectador internacional. Fato representado pelo discurso do secretário de assuntos exteriores do Reino Unido, Geoffrey Howe, que alegou que o renascimento da WEU seria um fórum para definir as prioridades europeias dentro da NATO (WESTERN EUROPEAN UNION - WEU, 1987).

Em fevereiro de 1986 foi assinado o Ato Único Europeu (sigla em inglês, SEA). Por meio dele, institucionalizava-se a Cooperação Política Europeia (EPC) dentro da estrutura das Comunidades Europeias (EC), unificando a cooperação política com a econômica. Pelo documento, a EPC ficaria responsável por formular e implementar a política externa europeia. Chama a atenção que, a principal mudança em relação ao Relatório Londres de 1981 é a

²¹ Pesquisa nos arquivos políticos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Berlin, Politisches Archive Auswärtiges Amt, 2019.

afirmação da busca por construção conjunta de posições externas e não somente debate acerca de posições pré-estabelecidas nacionalmente. Previa-se no artigo 30 do SEA inciso 7 que, os Estados membros se esforçariam para adotar, nas demais instituições internacionais, as posições comuns alcançadas em matéria de política externa na EPC (COMUNIDADES EUROPEIAS – CE, 1986). Portanto, via-se claramente o esforço e papel de alinhamento que a cooperação política na Europa ocidental estava ocupando.

Por meio do Ato Único Europeu (SEA), a Assembleia das EC recebeu o nome de Parlamento Europeu e foram acordadas as fases e as medidas necessárias para a realização do Mercado Interno Comum (CE, 1986). O secretariado criado em 1981, chamado de Troika, para auxiliar a Presidência dos encontros da EPC, foi oficializado na estrutura das Comunidades Europeias (EC) como um secretariado permanente baseado em Bruxelas. O SEA - através da determinação do aumento das decisões que poderiam ser tomadas por maioria qualificada e não somente consenso – proporcionou também uma solução para a questão do Compromisso Luxemburgo de 1966 (pelo qual os países poderiam ter poder de veto na votação de maioria qualificada se os interesses em questão afetavam os interesses vitais nacionais). Convém ressaltar que o SEA não aprofundou ou modificou a cooperação política europeia, que se focava na cooperação em política externa, ele somente a trouxe para junto da cooperação econômica. Interpreta-se, pois, que os países europeus entendiam a cooperação em política externa como um elemento necessário para a projeção econômica do bloco – já que os assuntos de segurança e defesa continuavam como movimentos separados, desenvolvidos pela União da Europa Ocidental (WEU) e pela NATO.

Em outubro de 1986 ocorre a Conferência de Reykjavík entre Estados Unidos e União Soviética, visando aprofundar os debates para redução dos armamentos nucleares na Europa e de possíveis impactos nos arsenais nucleares britânico e francês. Novamente, a conferência bilateral gerou incertezas aos países europeus quanto à manutenção do arsenal nuclear estadunidense como garantidor da defesa europeia. Apesar de não terem alcançado um acordo, a conferência lançou as bases para a assinatura no ano seguinte do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Médio (sigla em inglês, INF). O INF baniu, de ambas as nações, todos os mísseis balísticos, mísseis cruzadores e lançadores de mísseis de curto e médio alcance baseados em terra, seguido de 10 anos de inspeções (HEISBOURG, 2015). O tratado representou um grande ponto de inflexão nas interações entre Estados Unidos e União Soviética, representando novamente uma espécie de equilíbrio estratégico e distensão e uma relativa diminuição da garantia nuclear estadunidense na Europa. Foi então, conforme podemos verificar pelo gráfico 14, que houve a retirada de militares estadunidenses da

Europa. Há, pois, nova modificação de interação no sistema internacional que se consolida em uma mudança de polaridade com grandes impactos para a cooperação em defesa europeia.

Como resposta a essa nova mudança de interação e devido à maior compatibilidade entre as ameaças declaradas alemãs e francesas (com ambos os países buscando autonomia dos Estados Unidos, especialmente após a quebra de consenso interno alemão entorno da NATO), Alemanha Ocidental e França criam em 22 janeiro de 1988 a Brigada Franco-Alemã, que se tornou operacional em janeiro de 1991. Ela era uma formação tática mecanizada composta de 5 mil soldados. Sua estrutura de comando e logística era composta por oficiais de ambos os países (CVCE, 2016b; DUKE, 2000). A brigada representou um ponto de inflexão para a cooperação em defesa na Europa ocidental, conferindo por parte da França novo status à Alemanha Ocidental: reconheceu sua relativa autonomia frente às suas Forças Armadas, bem como a reconheceu como uma parceira e não mais como uma ameaça. Ademais, mesmo que disponível para utilização pela NATO, a brigada deu o primeiro grande impulso para que a cooperação em matéria de defesa na Europa ocidental ultrapassasse somente o âmbito político, pressionando para uma possível autonomia tática da NATO.

Com as mudanças internas na União Soviética devido às ações de liberalização política e econômica representadas pela Perestroika e Glasnost, cresceu a instabilidade no campo socialista, ao gerar um vazio de poder e de coesão. Os regimes capitalistas ocidentais aproveitaram a situação para fomentar investimentos e a emigração. Houve, então, aumento dos protestos populares na Alemanha Oriental no verão de 1989, levando à renúncia do chefe de governo Erich Honecker. Posteriormente, em novembro de 1989, há a queda do Muro de Berlin visando evitar um êxodo populacional, bem como, dar credibilidade às reformas no campo socialista. Com isso, houve o aumento da influência política e econômica do ocidente e especialmente da Alemanha Ocidental, na Alemanha Oriental²².

Em 18 de março de 1990, após uma série de protestos populares sob a conjuntura de crise no campo socialista, também influenciada pela defesa dos direitos humanos, pela internacionalização e pelo aumento da circulação de pessoas proporcionado pela criação da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), houve as primeiras eleições livres da Alemanha Oriental e o início das negociações entorno da integração da Alemanha Oriental à Alemanha Ocidental. Nestas eleições, o Partido do Socialismo Democrático (antigo Partido da Unidade Socialista da Alemanha) foi derrotado pela ala oriental do Partido da União Democrática Cristã da Alemanha Ocidental, o qual iniciou uma rápida agenda de

²² Fonte: Visita ao Museu da República Democrática da Alemanha. Berlin, DDR Museum, 2019.

aproximação com a parte ocidental do país, visando a reunificação. Em 18 de maio do mesmo ano, as duas Alemanhas assinaram um acordo para uma união monetária, econômica e social. Teve início então, a unificação política²³.

A reunificação alemã levantava questões importantes referentes à delimitação de fronteira, à presença de tropas soviéticas no país e à sua continuação como membro da NATO. O Tratado de Reunificação foi assinado em 31 de agosto de 1990, e visando estruturar respostas àqueles aspectos de política externa, as duas Alemanhas juntamente com França, Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética, assinaram o Tratado Dois mais Quatro (JONES, 2007, DUKE, 2000). Em troca da renúncia de todos os direitos que os quatro países vencedores da Segunda Guerra Mundial possuíam sob a Alemanha, o país acordava em reduzir as suas Forças Armadas para 370 mil militares; renunciava ao uso de armamento nuclear, químico e biológico; reconhecia que as suas fronteiras definitivas seriam as dos territórios da Alemanha Ocidental e Oriental juntos; permanecia como membro da NATO e todos os soldados soviéticos se retirariam da parte oriental do país até 1994 (na qual não poderia haver tropas estrangeiras) (DEUTSCHLAND, 1990). Ou seja, na prática, integrava-se a Alemanha Oriental na Ocidental e o país continuava a ter que restringir a sua soberania em troca de mais autonomia. Esse fato, demonstrava o declínio do poderio soviético (uma vez que somente as tropas soviéticas deveriam se retirar do país, enquanto as estadunidenses permaneciam) e o contínuo processo de mudança de polaridade no Sistema Internacional.

Sob esta conjuntura, o Conselho Europeu reunido em Dublin, em junho de 1990, concluiu que havia necessidade de as Comunidades Europeias (EC) debaterem sobre a inclusão de uma política de segurança comum, unificando-a aos esforços acerca de uma política externa comum iniciada com o Ato Único Europeu (SEA). O início da Guerra do Golfo em agosto de 1990, exerceu grande pressão para este movimento, pois os Estados Unidos solicitavam uma resposta europeia. Além disso, houve intensivo uso dos militares estadunidenses que estavam baseados na Europa (DUKE, 2000) – sugerindo a utilização do continente como importante base militar para a projeção norte-americana. A demanda por forças rápidas e de projeção, enfatizou o quanto os europeus eram dependentes das capacidades militares estadunidenses e da NATO. A perda de poder relativo soviético e a consequente pressão estadunidense por operações fora do escopo da NATO, pressionava os europeus a construírem maior capacidade de projeção.

Em 21 de agosto de 1990, foi acordado pela Assembleia da União da Europa Ocidental

²³ Fonte: Visita ao Museu da República Democrática da Alemanha. Berlin, DDR Museum, 2019.

(WEU), que haveria uma resposta coordenada europeia ao conflito no Golfo, através do compartilhamento de logística, inteligência e coordenação das forças. Todavia, disputas ocorreram sobre que forças seriam usadas para dar suporte à ação militar. Seis dias depois, os Chefes de Estado-Maior da WEU estabeleceram uma estrutura de controle de três camadas para o embargo naval ao Iraque com 45 embarcações. Sete dos nove membros da WEU participaram, com a França coordenando o comando e o Reino Unido se mantendo afastado. Os britânicos optaram por coordenar os seus esforços com as forças de língua inglesa (notadamente, os Estados Unidos) (DUKE, 2000).

Seguindo com as interações internacionais que marcaram o fim da Guerra Fria e a consequente vitória do ocidente, há em 19 de novembro de 1990 o início da conferência entre os países membros da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) (países europeus, União Soviética, Estados Unidos e Canadá) que resultaria na Carta para a Nova Europa. Por ela, os países reafirmavam os princípios de defesa dos Direitos Humanos, democracia, livre mercado e multilateralismo, instituídos quando da criação da CSCE nos anos 1970. Foi criado um Escritório para Eleições Livres, um Centro para Prevenção de Conflito e em 1992, um Secretariado Geral. Portanto, ela marca definitivamente o fim da Europa dividida e a hegemonia da ordem liberal no continente. Como continuação deste processo e dos Acordos Dois mais Quatro, ocorre no mesmo mês, a assinatura do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (sigla em inglês, CFE) entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, visando estabelecer limites iguais para o desenvolvimento de equipamentos e forças convencionais na Europa (HEISBOURG, 2015). Houve então, o aumento da retirada de militares estadunidenses e soviéticos da Europa.

Como resposta a este ambiente, em 06 de dezembro de 1990, os chefes de governo de Alemanha e França dirigiram uma carta ao presidente do Conselho Europeu antes da reunião a ser realizada em Roma no mesmo mês. A mensagem conhecida como carta Kohl-Mitterand, demonstrava a postura de ambos os países em prol do aprofundamento da cooperação em segurança e defesa nas Comunidades Europeias (EC), visando concretizar a relação entre a Cooperação Política Europeia (EPC) e a União da Europa Ocidental (WEU) e colocando à disposição da Europa, a brigada franco-alemã (JONES, 2007; DUKE, 2000). Em 08 de dezembro de 1991, ocorre a dissolução formal da União Soviética, marcando o fim da estrutura bipolar e da Guerra Fria. No Conselho Europeu de Roma, em 14 e 15 de dezembro de 1990 houve então, novamente, o reconhecimento da necessidade de desenvolvimento de uma Política Externa e de Segurança no âmbito das EC. Fato que aconteceu no ano seguinte, com a criação da União Europeia (EU) (DUKE, 2000).

Quadro 6 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 1980-1991

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Reativação da União da Europa Ocidental (WEU)	1984	Membros da WEU: Alemanha Ocidental, França, Reino Unido, Itália, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Grécia, Espanha, Portugal	Construir consensos e conferir mais agilidade e flexibilidade na cooperação em defesa
Brigada Franco-Alemã	1987	Alemanha Ocidental e França	Formação tática mecanizada composta de 5 mil soldados. Sua estrutura de comando e logística era composta por oficiais de ambos os países. Disponível para utilização pela NATO e pela WEU.
Operação Cleansweep	1988	Bélgica, Reino Unido, França, Países Baixos e Itália	Sob égide do artigo VIII (3) do Tratado de Bruxelas Modificado, realizou-se uma operação de dois anos no Golfo Pérsico de varredura de minas.
Embargo Militar da WEU ao Iraque	Agosto 1990	Somente sete membros participaram, com a França liderando a operação e o Reino Unido afastado	Compartilhamento de logística, inteligência e coordenação das forças. 45 embarcações foram utilizadas com uma estrutura de comando e controle de três camadas.
Carta Kohl-Mitterand	Dezembro 1990	Alemanha e França	Carta direcionada ao Conselho Europeu em prol de um aprofundamento na cooperação em segurança e defesa.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Verifica-se, pois, que a quebra do equilíbrio estratégico alcançado no período anterior se reflete neste através da volta das interações baseadas na rivalidade entre União Soviética e Estados Unidos na Europa. Isto recoloca o continente como principal teatro de confronto entre os polos. Tal fato resultou no aumento da presença de militares estadunidenses na região e exerceu pressão para que as iniciativas europeias de cooperação em defesa se mantivessem como complemento à NATO. Todavia, como verificado, há quebra de consenso na Alemanha Ocidental sobre a presença estadunidense no continente, bem como aumento da complexidade das relações intrabloco capitalista - uma vez que a Europa ocidental apresentava importantes relações comerciais e energéticas com a Europa do Leste. Isto direcionou o discurso europeu para a busca do aumento da cooperação política, resultando inclusive na reativação dos debates políticos dentro da União da Europa Ocidental (WEU). Todavia, devido a forte presença estadunidense, à compatibilidade apenas parcial das ameaças declaradas de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido e ao aumento da capacidade estatal britânica (fazendo com que o país diminuísse a sua propensão para cooperar regionalmente), as iniciativas em defesa permaneceram na esfera do alinhamento político e subordinadas estrategicamente à NATO.

Portanto, o período aqui analisado, se inicia com o discurso pelo aumento da cooperação política com o Relatório Londres, perpassa a reativação da WEU como um elemento de alinhamento europeu e somente há consolidação de iniciativas materiais em

defesa (a criação da Brigada Franco-Alemã e o embargo militar da WEU ao Iraque) conforme a interação internacional novamente foi se modificando. Com o fim da estrutura bipolar, há diminuição do número de militares estadunidenses no continente europeu e incertezas quanto à manutenção do arsenal nuclear dos Estados Unidos como elemento de dissuasão regional. Devido às políticas de defesa de Alemanha Ocidental e França neste período visarem maior autonomia em relação aos Estados Unidos se comparado ao Reino Unido, as iniciativas regionais foram novamente lideradas por eles. Verifica-se, dessa forma, a interligação dos indicadores a nível regional com os nacionais. De importância, também, é o fato de que todas as iniciativas de aprofundamento da cooperação política e de defesa se desenhavam no sentido de manter a forma intergovernamental e de “combinar soberania com constrangimento voluntário” (DUKE, 2000, p. 82, tradução nossa)²⁴.

Assim sendo, o período aqui analisado é dividido em dois momentos, demonstrando a complexidade do período: mudança de interação internacional para mais rivalidade e por fim, mudança de interação para menos rivalidade. Entretanto, esta segunda mudança de interação só se consolida em mudança de polaridade com o efetivo fim da União Soviética e a consolidação da reunificação alemã, impondo significativos efeitos na cooperação regional no período seguinte.

²⁴ Do original em inglês: “combining sovereignty with voluntary constraint” (DUKE, 2000, p. 82).

4 COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA 1992-2015: A BUSCA POR AUTONOMIA

Neste período, com o fim da União Soviética, com a reunificação alemã e com os tratados de redução de armamentos nucleares e convencionais, surge uma nova estrutura internacional de unipolaridade com manutenção da hegemonia estadunidense através da expansão da NATO e da EU. Por isso, há pressão da estrutura internacional para reforma do papel da Europa na aliança transatlântica e na ordem liberal. Com a remodelação geopolítica, o continente europeu não era mais principal teatro de operações entre duas potências nucleares rivais. Isto gera mudança de paradigma militar de defesa territorial com alto número de soldados para forças de projeção. De abordagem baseada em ameaça, para abordagem baseada em capacidades (especialmente de projeção). A defesa europeia garantida gera espaço para maximização de lucro, através da busca por autonomia como forma de diluir custos na aliança atlântica e manter os Estados Unidos engajado na região. Portanto, as instituições de defesa neste período têm de lidar com a necessidade de os europeus se conformarem com o menor engajamento estadunidense na Europa ocidental e com as modificações nas tecnologias, nas estruturas organizacionais e no ambiente securitário regional. Ou seja, através da cooperação regional em defesa, Alemanha, França e Reino Unido visavam garantir, de forma conjunta, o seu fortalecimento individual. Isto é, garantir segurança e otimizar lucro.

4.1 ANOS 1990: APROXIMAÇÃO DAS ESFERAS DE COOPERAÇÃO E AUTONOMIA EUROPEIA?

O período aqui analisado tem início a partir da consolidação da unificação alemã¹ e da dissolução formal da União Soviética em dezembro de 1991, solidificando não somente uma mudança de interação no Sistema Internacional, mas também uma mudança de polaridade. Tal mudança de polaridade pressiona fortemente a Europa ocidental a se conformar com a nova realidade securitária, pois ocorre adequação da função da NATO: de aliança focada exclusivamente na defesa do território europeu para consolidação e expansão da ordem liberal. Conforme argumenta Howorth (2005, p. 43, tradução nossa): “A NATO estava deixando de ser uma aliança projetada para desenvolver o compromisso dos EUA com a segurança europeia e estava se tornando uma aliança voltada para desenvolver o compromisso

¹ A Alemanha unificada passa a ser considerada aqui, como uma continuação ampliada da Alemanha Ocidental, uma vez que o país permaneceu como membro das instituições regionais ocidentais (NATO, Comunidades Europeias) em detrimento das orientais (Pacto de Varsóvia).

européu com a grande estratégia estadunidense”². Isto é, havia forte pressão da estrutura internacional para que a Europa ocidental ocupasse o seu espaço na estruturação da nova ordem hegemônica liberal, que deveria responder o questionamento de o que fazer com o leste europeu. Esta realidade pressionava os europeus a se modernizarem e a aumentarem a divisão de custos na aliança, ocorrendo na prática, uma espécie de ‘divisão do trabalho’ relacionada às regiões de atuação da aliança e às iniciativas europeias em defesa.

A dissolução da União Soviética e a completude do processo de reunificação alemã com a retirada dos militares soviéticos da parte oriental do país, representa o declínio de um dos polos de poder no Sistema Internacional e a reconfiguração da Europa como região estratégica para as dinâmicas internacionais. A reunificação alemã demonstrava que o território europeu não ocupava mais a linha de frente no confronto entre dois modelos econômicos diferentes e na contensão de uma possível ameaça territorial expansionista com alta capacidade convencional e nuclear. A falta de um competidor com ameaça militar³ pressionava os Estados Unidos a reformularem parte de suas forças militares - impactando na Europa através da grande retirada de militares da região e da revisão da doutrina nuclear da NATO (KANE, 2004; NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 1996).

O declínio da ameaça de um avanço do Pacto de Varsóvia sob a Europa ocidental e a dissolução da União Soviética, aliado ao conseqüente momento unipolar estadunidense (WESTAD, 2017; KANET, 2009), levou à percepção de ameaças da Europa ocidental e dos Estados Unidos a não serem direcionadas diretamente a alvos estatais e sim a outros fatores passíveis de provocar instabilidade e insegurança (como terrorismo, guerras civis...). O foco da política de defesa destes países baseado em ameaças agora era direcionado para uma abordagem baseada em capacidades e dirigido pelas mudanças tecnológicas e organizacionais da Revolução nos Assuntos Militares (sigla em inglês, RMA)⁴ (KING, 2011).

² Do original em inglês: “NATO was ceasing to be an Alliance designed to deliver U.S. commitment to European security and was becoming an alliance geared to deliver European commitment to American grand strategy” (HOWORTH, 2005, p. 43).

³ Analisando o PIB, o orçamento de defesa e os efetivos militares de Estados Unidos, Rússia, China e Japão, de 1992 a 2000, verifica-se que China e Rússia apresentavam altos números de efetivos militares. Todavia, possuíam baixo orçamento de defesa (mesmo com PIB alto no caso chinês). Isto indica que provavelmente a maior parte do orçamento de defesa era direcionada para custeio e não para inovação. Fato que demonstra relativo baixo poder latente, não configurando estes países, portanto, como possíveis competidores militares. Já o relativo declínio no número de efetivos militares e grande PIB e orçamento de defesa de Estados Unidos, demonstra o investimento em inovação feito na época (MADDISON, 2008; GREIG; ENTERLINE, 2017).

⁴ A RMA representa uma mudança organizacional; nos instrumentos e na forma de conduzir o combate, alterando fundamentalmente o caráter e a condução do conflito. O país que dominar esta revolução pode conseguir vantagens militares e econômicas. No pós-Guerra Fria, a RMA está interligada com o uso intensivo de tecnologia (munição guiada de precisão; utilização massiva de satélites; computador; inteligência; vigilância e reconhecimento) e projeção de poder global de alta intensidade. O objetivo era, através de operações rápidas e precisas, diminuir o custo em vidas e recursos (DYSON, 2010; KREPINEVICH, 1994).

A mudança na percepção e na natureza das ameaças para a Europa ocidental e para os Estados Unidos gerava incertezas e pressionava por modificação e adequação das instituições a essa nova realidade securitária e à primeira mudança no paradigma militar desde a Segunda Guerra Mundial. A mudança de polaridade, aparentemente, rompia o elemento que prendia os Estados Unidos diretamente com a defesa do território europeu. Todavia, do ponto de vista estadunidense, o constante crescimento econômico da Europa ocidental resultante do aprofundamento da cooperação econômica e a recente reunificação alemã justificavam a sua postura de balanceador para manter o equilíbrio de poder na região. Ademais, mesmo enfraquecida, a Rússia ainda se configurava como importante ator regional (BRZEZINSKI, 2000). Para tanto, a manutenção da NATO era essencial como forma de garantir: a influência estadunidense na Europa, a manutenção de uma Alemanha unificada sob as estruturas multilaterais e a constante dissuasão frente à Rússia (WALTZ, 2000; DYSON, 2010). Ademais, com o fim da influência soviética no leste europeu, há uma espécie de vazio de poder, o qual os Estados Unidos e a Europa ocidental buscaram ocupar.

A nova postura estadunidense do imediato pós-Guerra Fria já podia ser verificada pelo discurso de Bush na Alemanha Ocidental em 1989 e demonstrava o papel da NATO de manutenção da ordem neoliberal na Europa, bem como um instrumento de expansão dela para outras regiões.

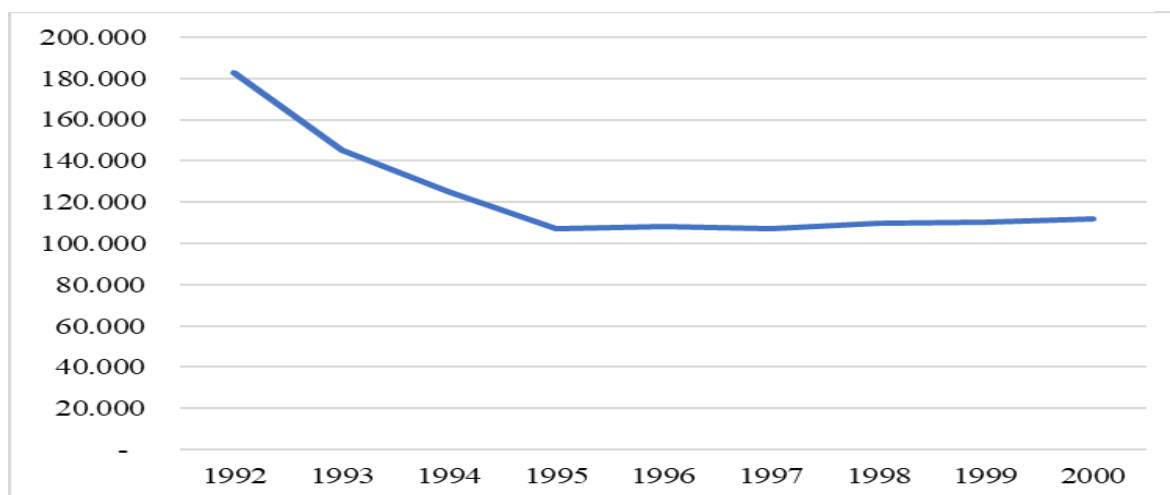
Crescente liberdade política no Oriente, uma Berlim sem barreiras, um meio ambiente mais limpo, uma Europa menos militarizada - cada um é um objetivo nobre e, juntos, são os fundamentos de nossa ampla visão: uma Europa que é livre e em paz consigo mesma. [...] também somos desafiados por acontecimentos fora das áreas tradicionais de preocupação da NATO. Cada nação ocidental ainda enfrenta a proliferação global de tecnologias letais, incluindo mísseis balísticos e armas químicas. Devemos controlar coletivamente a disseminação dessas ameaças crescentes. Portanto, devemos começar o mais rápido possível com uma proibição mundial de armas químicas (BUSH, 1989, tradução nossa)⁵.

Com a escolha dos Estados Unidos em permanecer engajado militar e nuclearmente na Europa (mesmo que com capacidades reduzidas e com objetivos reformados), mantinha-se certa garantia de proteção estadunidense. Também com a consequente expansão da NATO para o leste, explicitava-se a intenção norte-americana de contínua dissuasão frente à Rússia e de demonstração de superioridade militar, retirando o papel da Europa do Leste como possível zona neutra (FARIA; CEPIK, 2004). Ou seja, a NATO cumpriria o papel de manter a ordem

⁵ Do original em inglês: “Growing political freedom in the East, a Berlin without barriers, a cleaner environment, a less militarized Europe - each is a noble goal, and taken together they are the foundation of our larger vision: a Europe that is free and at peace with itself.” “[...] we're also challenged by developments outside of NATO's traditional areas of concern. Every Western nation still faces the global proliferation of lethal technologies, including ballistic missiles and chemical weapons. We must collectively control the spread of these growing threats. So, we should begin as soon as possible with a worldwide ban on chemical weapons” (BUSH, 1989).

estadunidense na Europa ocidental e expandi-la para a Europa do Leste, mantendo (mesmo com reformas) também a sua função defensiva.

Gráfico 21 – Tropas Estadunidenses na Europa 1992-2000



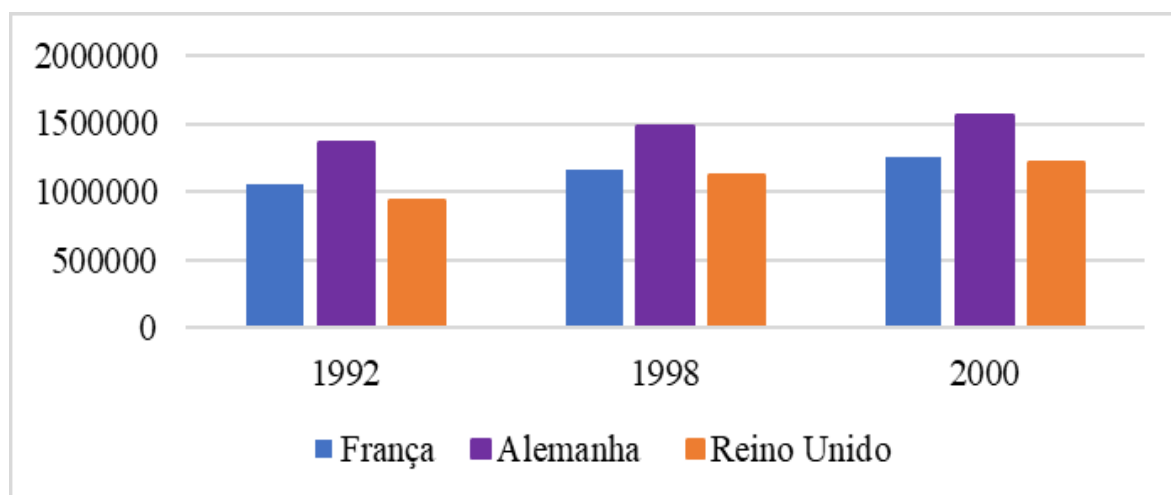
Fonte: Elaborado pela Autora.

Portanto, com a Europa ocidental relativamente estável, mesmo após a reunificação alemã, e com a aproximação da Rússia à ordem neoliberal (através do aprofundamento da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), das reformas liberalizantes internas e dos tratados de diminuição da capacidade convencional e nuclear na Europa), havia espaço para a expansão estadunidense para outras regiões. Para tanto, necessitava-se uma reformulação da estrutura da NATO para adequação à nova abordagem baseada em capacidades e na qual houvesse reformulação do papel da Europa ocidental na manutenção da segurança e defesa regionais (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 1991). Houve, então, grande retirada de militares estadunidenses da Europa. Tal fato pode ser verificado pelo gráfico 21, elaborado com base em Kane (2004). Conforme demonstrado no capítulo anterior, o número de militares estadunidenses na Europa já vinha caindo fortemente desde 1987. Este movimento se acentua nos anos 1990. De 1987 para 2000 houve redução de 76,91% de militares estadunidenses no subcontinente. Havia, pois, grande pressão da estrutura internacional para que a Europa ocidental desenvolvesse autonomia tática no que se referia a sua capacidade defensiva.

No nível regional, a dissolução da União Soviética trouxe sensação de paz, pressionando para a redução dos efetivos militares e dos orçamentos de defesa de Alemanha, França e Reino Unido (conforme pode ser visto nos gráficos 23 e 24, elaborados com base em Greig; Enterline (2017)). Sob essa conjuntura, mas com necessidade de modernização das

Forças Armadas, os europeus buscam a otimização de seus recursos através da escolha de emular parcialmente as capacidades estadunidenses⁶ na NATO (DYSON, 2010). Conforme será verificado, a pressão estrutural por desenvolvimento de maior capacidade de autonomia europeia somente é respondida regionalmente, no final da década de 1990, quando então com o aprofundamento da instabilidade na Iugoslávia, também o mecanismo da busca por segurança (e não somente o da busca por lucro) pressiona os países a agirem. É somente nesse momento que as ameaças entre os três países se tornam compatíveis e a capacidade estatal britânica sofre diminuição, aumentando o seu engajamento na região. Verifica-se, portanto, a causalidade das variáveis a nível regional e nacional, auxiliando a entender a temporalidade das respostas estatais aos incentivos sistêmicos.

Gráfico 22 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Internacionais (Geary-Khamis) 1992-2000



Fonte: Elaborado pela Autora.

Quanto à distribuição de poder regional, havia equilíbrio entre Alemanha, França e Reino Unido. Se a Alemanha apresentava o maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os três (gráfico 22 elaborado com base em Maddison (2008), no quesito efetivos militares (devido às restrições dos Acordos Dois mais Quatro), o país aparecia na segunda colocação e no orçamento de defesa, na terceira. Assim como no período anterior, Reino Unido possuía o menor PIB e número de efetivos militares entre os três países, mas com o maior orçamento de defesa, representando provável investimento em inovação. A França possuía o maior efetivo

⁶ Segundo Dyson (2010), a emulação (ou seja, imitação das inovações militares do país visto como possuindo capacidade mais efetiva) traz certezas quanto à aplicabilidade de determinadas técnicas. Já a inovação traz riscos e incertezas, além de requerer altos investimentos estatais. Por isso, a disponibilidade de possíveis aliados para fazer bandwagoning para ganhos oportunistas teria influenciado a escolha europeia pela emulação parcial das inovações militares estadunidenses, através da NATO.

militar entre os três países, podendo ser reflexo de seu engajamento em missões no continente africano. Portanto, em termos de capacidades, os três países se configuravam como opções viáveis de alinhamento uns aos outros. Resta verificar se as suas ameaças declaradas eram compatíveis.

Gráfico 23 - Efetivos Militares em Milhares 1992 -2000

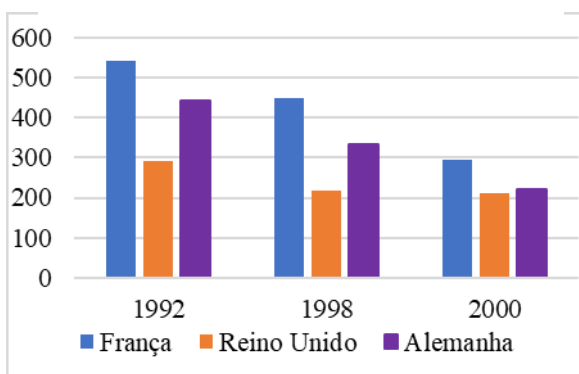
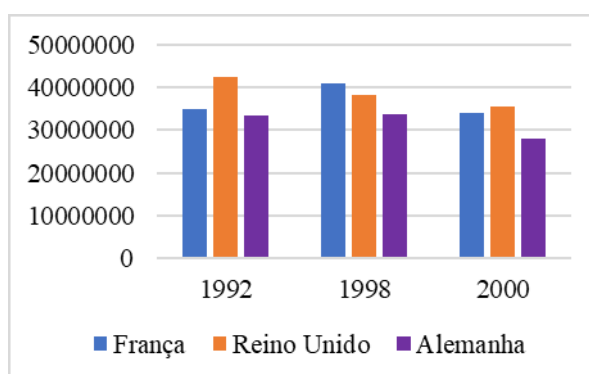


Gráfico 24 - Orçamento de Defesa em Milhares de Dólares Americanos do Ano Corrente 1992-2000



Fonte: Elaborado pela Autora.

Com a conjuntura do fim da Guerra Fria e a retirada de 340 mil soldados soviéticos da parte oriental da Alemanha em 1994, o país novamente era o símbolo do processo de redesenho geopolítico na Europa. A ameaça de um ataque convencional rápido, seguido de um ataque nuclear diminuiu. Evidenciou-se, dessa forma, a globalização e a emergência de ameaças híbridas (WESTAD, 2017). Em seu primeiro Livro Branco pós reunificação, em 1994, a Alemanha deixa claro a sua nova abordagem para lidar com as ameaças. Ela defendia um conceito de defesa mais complexo e amplo (que englobaria todas as esferas do Estado), pois declarava que as obrigações internacionais do país com os seus tratados e restrições, levavam à segurança e à defesa nacional a perpassarem pela economia, sociedade e meio ambiente. Não havia uma ameaça clara e pré-definida e sim a modificação das estruturas militares e da política de defesa para se adequar à nova realidade mundial de interdependência regional e global e de um enfoque securitário amplo (DEUTSCHLAND, 1994).

O país reafirmava a sua defesa do multilateralismo e da ação militar somente através das instituições de defesa das quais fazia parte. A Suprema Corte do país confirmou em 1994, que as missões além teatro só poderiam ser realizadas com mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob uma abordagem multilateral para a sua implementação e com mandato do parlamento (GLATZ *et al*, 2018). Assim, seguindo a conjuntura internacional de aumento das missões multilaterais, o país participou de uma série de missões

militares sob a égide das Nações Unidas na África, no Oriente Médio e na Europa do leste (SANDERS, 2018; DEUTSCHLAND, 2019bc). Portanto, diferentemente de França e Reino Unido que exerciam a sua influência sob as regiões estratégicas para si majoritariamente através de presença militar direta, a Alemanha subordinava as suas aos mecanismos de cooperação multilateral.

Compatível com a nova política de defesa alemã, a política de defesa francesa, também visava se adequar à nova realidade securitária do pós-Guerra Fria. O país declarava que as ameaças futuras à França, seriam mais imprevisíveis, complexas, multifacetadas e dispersas. Portanto, uma redefinição das Forças Armadas era necessária. Assim, argumentavam que iriam reduzir a presença militar na África, bem como promover a democratização dos regimes africanos (SUN; ZOUBIR, 2011). No documento de defesa de 1996, o país declarou que a estratégia de segurança francesa era composta por três categorias:

- a) integridade territorial e soberania;
- b) segurança física e de propriedade dos nacionais franceses e
- c) proteção dos interesses franceses no Mediterrâneo e como uma potência mundial (SUN; ZOUBIR, 2011).

Continuavam defendendo a independência e soberania nacional (especialmente ligada à autonomia no uso de seu armamento nuclear) aliada à solidariedade com os seus aliados. Por isso, defendiam o fortalecimento da esfera da defesa na Europa, através do desenvolvimento de capacidades autônomas do bloco. Declaravam também, a necessidade de garantir a liberdade de navegação nas principais linhas de comunicação marítimas: Mar Mediterrâneo, Mar Vermelho e norte do Oceano Índico (HELNARSKA, 2013). Assim, houve escolha pela redução e profissionalização das Forças Armadas e pela mudança na relação entre as forças convencionais e nucleares, reduzindo o componente nuclear para mísseis estratégicos localizados em submarinos e caças. Houve, pois, enfoque na construção de capacidade de projeção (FRANCE, 2008; MAJOR, 2008).

Desde o documento de defesa de 1990 ‘Opções para a Mudança’, o Reino Unido reconhece a oportunidade do pós-Guerra Fria para realizar reduções no orçamento de defesa. Houve a busca por uma grande reestruturação das Forças Armadas baseada na abordagem de capacidades, em detrimento da de ameaças. Assim como para a França, estas capacidades seriam de projeção; forças pequenas, bem equipadas e flexíveis, a fim de manterem capacidade para contribuir com a NATO em qualquer lugar do mundo e capazes de enfrentar qualquer ameaça em potencial em todo o espectro militar (MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020). As forças britânicas em solo alemão foram drasticamente reduzidas. Em

1994, em novo documento de defesa, o reino continuava a manter a busca por transformação das Forças Armadas e otimização de custos. Ele focava fortemente em desenvolver as capacidades de operações conjuntas entre as três forças, otimizando as estruturas de comando e defendendo que determinadas funções de suporte poderiam ser desenvolvidas pelo setor privado do país. Nos documentos de defesa de 1998 e 2000, houve grande enfoque no papel da tecnologia na capacidade e efetividade operacional e na estratégia militar (MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020). Ou seja, havia grande enfoque britânico na abordagem focada em capacidades e na modernização de suas forças pela emulação das capacidades estadunidenses.

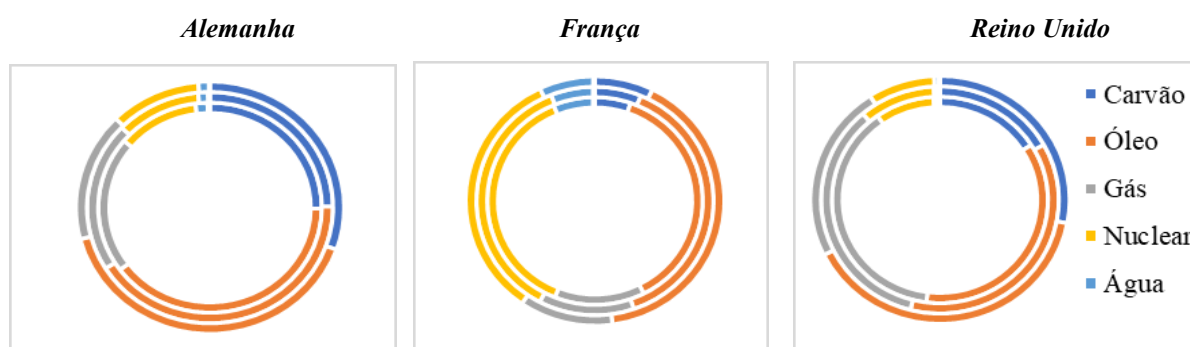
No que tange às ameaças declaradas dos três países analisados, a França era o que possuía maior ponto de contato com os outros dois. Pois, se aproximava da abordagem alemã de uma política de defesa ampla e complexa (focada nas demais esferas estatais), bem como mantinha proximidade com o Reino Unido na defesa da capacidade de projeção. A contínua defesa francesa de sua capacidade de autonomia demonstrava que para se desenvolver o modelo de cooperação em defesa na Europa deveria ser intergovernamental. Estas características apontam também para a propensão francesa em liderar as iniciativas regionais, a fim de garantir que elas sigam o modelo de cooperação intergovernamental. Serviriam, assim, como instrumento para busca de maior autonomia frente à liderança norte-americana na NATO. Deste modo, apesar de não totalmente iguais, os objetivos de defesa dos três países eram compatíveis. Portanto, no nível de análise regional, o equilíbrio das capacidades dos três países aliado à compatibilidade de suas ameaças declaradas demonstrava que os três eram opções viáveis de alinhamento uns para os outros frente à pressão da estrutura internacional por maior capacidade de ação europeia.

Com pressão estrutural e estímulo regional para o desenvolvimento de maior capacidade de ação europeia no campo da defesa, resta verificar o que as capacidades estatais de Alemanha, França e Reino Unido nos indicam sobre a propensão destes países para cooperarem em defesa regionalmente. E assim, sobre o que nos indicam também acerca da temporalidade das suas respostas às pressões estruturais.

No que tange aos recursos energéticos necessários para construir capacidade de resposta frente a ameaças, Alemanha, França e Reino Unido apresentavam matriz energética diversificada. Todavia, somente o Reino Unido apresentava baixa dependência energética externa, sendo inclusive um exportador de recursos energéticos especialmente para a Europa (EUROSTAT, 1992-2000ab). Conforme verificado pelo gráfico 25 (elaborado com base em Ritchie (2022)), o consumo de energia nuclear aumentou em relação ao período anterior e se

consolidou na matriz energética dos três países selecionados; em detrimento do consumo de carvão que foi reduzido. A Alemanha aumentou também o consumo de gás, mas o óleo se configurava como a principal fonte de energia do país. No caso francês, a energia nuclear aumentou consideravelmente e passou a ser, junto com o óleo, as duas principais fontes de energia do país. O óleo teve uma pequena redução, enquanto o gás, teve um pequeno aumento. Para o Reino Unido, o óleo e o gás representavam as duas principais fontes de energia, uma vez que o país era grande produtor destas commodities (RITCHIE, 2022). Conforme será visto, o continente europeu (especialmente a Rússia), a África e o Oriente Médio eram as principais regiões de origem dos recursos energéticos dos três países (EUROSTAT, 1992-2000ab).

Gráfico 25 - Matriz Energética de Alemanha, França e Reino Unido (1992, 1998, 2000) em Porcentagem do Total de Energia Consumida



Fonte: Elaborado pela Autora.

No início da década de 1990, grande parte do carvão consumido pela Alemanha ainda era de produção interna mesmo com os preços internos maiores do que os externos. Mas no final da década, houve grande queda no consumo do carvão interno e praticamente metade do consumo de carvão alemão passou a ser importado de (em ordem de quantidade importada): Polônia, África do Sul, Austrália, República Tcheca, Colômbia, Rússia e China (HERPICH; BRAUERS; OEI, 2018; EUROSTAT, 1992-2000b). A Alemanha que nos anos 1950, era praticamente autônoma na produção de energia, passa nos anos 1990, a depender da importação para suprir a sua demanda interna. A maior parte do óleo consumido pelo país durante 1992-2000 era importada. Em 1992, ele provinha de: Países Baixos, Reino Unido, Noruega, Rússia, Líbia, Arábia Saudita, Nigéria, Argélia e Venezuela e em 2000, respectivamente de: Rússia, Países Baixos, Noruega, Reino Unido, Líbia, Síria, Argélia, Bélgica e Arábia Saudita (EUROSTAT, 1992-2000ab). Com pequena produção interna, a maior parte do gás consumido pelo país também provinha de importação. Em 1992, havia

maior equilíbrio na quantidade importada dos parceiros econômicos (respectivamente: Rússia, Países Baixos, Noruega, Dinamarca e França), mas em 2000, além da diminuição dos parceiros, havia um grande desequilíbrio, com quase 50% das importações advindo da Rússia e pequena quantidade da Noruega e Países Baixos (EUROSTAT, 1992-2000ab). Portanto, a segurança energética alemã dependia de abastecimento externo, tornando o país dependente e vulnerável especialmente do abastecimento dos países europeus e da Rússia, mas também da África e em menor quantidade do Oriente Médio. Assim, as rotas marítimas e as terrestres eram essenciais para o abastecimento alemão.

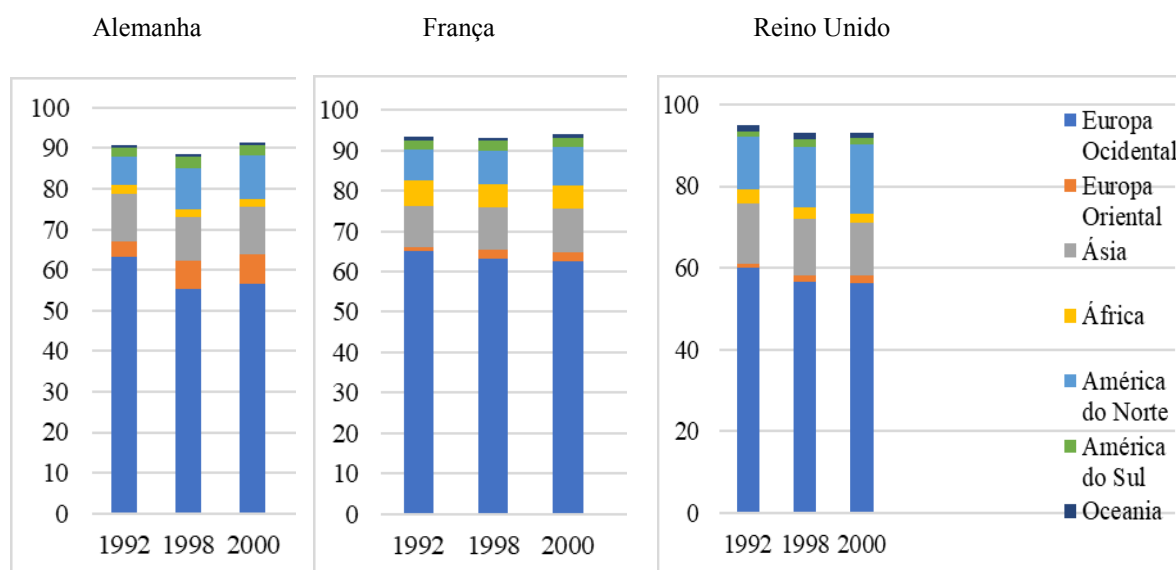
Além de pequena produção interna, a França importava durante o período, grande parte do carvão consumido pelo país, que advinha em 1992, a sua maioria dos Estados Unidos, mas também de Austrália, África do Sul, Colômbia, China e em 2000, respectivamente de África do Sul, Estados Unidos, Austrália, Colômbia, Polônia e China. O óleo advinha majoritariamente de importação durante todo o período analisado. Quase um terço de toda a quantidade importada originava-se em 1992, da Arábia Saudita e os demais dois terços equilibrados entre Reino Unido, Rússia, Noruega, Irã, Argélia, Nigéria, Líbia e Gabão. Em 2000, houve mudança e de forma mais equilibrada, o óleo consumido pela França advinha de Noruega, Arábia Saudita, Reino Unido, Rússia, Iraque, Irã, Argélia, Nigéria e Países Baixos. Praticamente 100% do gás consumido pelo país, advinha de importação. Em 1992, originava-se de Rússia, Argélia, Noruega, Países Baixos e em 2000, dos mesmos parceiros, mas com a Noruega tendo ocupado a primeira posição (EUROSTAT, 1992-2000ab). Portanto, o país também era altamente dependente de fontes externas para a sua segurança energética; sendo assim, também altamente vulnerável às dinâmicas regionais europeias, africanas e do Oriente Médio. Por isso, as rotas marítimas e a manutenção da presença francesa no continente africano continuavam sendo objetivos estratégicos para o país.

Em 1992, a maior parte do consumo de carvão do Reino Unido advinha de produção interna. Mas em 2000, o reino já importava quase metade do seu consumo que advinha de Austrália, Colômbia, África do Sul, Estados Unidos, Canadá e Polônia. Durante todo o período analisado, o reino se configurava como grande produtor e exportador de óleo. Todavia, ainda importava quantidade considerável. Em 1992, quase metade das suas importações de óleo advinham da Noruega e a outra metade de Arábia Saudita, Países Baixos, Rússia, Venezuela, Argélia, Líbia, Suécia e Irã. Em 2000, a quantidade de óleo importado continuava a ter origem em mais de 50% na Noruega, mas Rússia assume a segunda posição e o restante advinha de Arábia Saudita, Países Baixos, Estônia, Suécia, França, Dinamarca e Líbia. Quanto ao gás, quase a sua totalidade advinha de produção interna e sua produção

aumentou no decorrer da década. A pouquíssima quantidade que o reino importava advinha da Noruega e Bélgica (EUROSTAT, 1992-2000ab). Portanto, do ponto de vista da segurança energética, o Reino Unido possuía baixa dependência do exterior. Mas seus parceiros no comércio de energia eram compatíveis com os de Alemanha e França.

Continuando a análise da capacidade estatal, temos a análise das fontes de recursos financeiros dos três países. Conforme verificado pelo gráfico 22, o PIB dos três países continuou aumentando ao longo da década e o Reino Unido continua, em termos relativos a ocupar a terceira posição. Chama atenção que no início da década, o reino apresentava o maior orçamento de defesa entre os três países, mas em 1998 ele ocupou a terceira colocação, subindo novamente em 2000. Portanto, os três países possuíam robusta fonte de recursos financeiros. Todavia, a Alemanha permanecia restringida a destiná-los para a defesa, devido aos acordos para a reunificação do país, apresentando, pois, menos capacidade de acessar recursos financeiros que os demais.

Gráfico 26 – Porcentagem das Exportações de Bens e Serviços por Região de Destino 1992-2000



Fonte: Elaborado pela Autora.

Além de ser importante parceira no setor energético, a análise dos dados do gráfico 26 (elaborado com base em United Nations - UN (2001)) indica que a Europa ocidental, representava de forma predominante, o maior mercado dos produtos e serviços de Alemanha, França e Reino Unido. Mais de 50% de todo o volume exportado pelos três países era direcionado para esta região, tornando-os vulneráveis às dinâmicas econômicas regionais e demonstrando os efeitos do aprofundamento da cooperação regional. Para a França, esta

porcentagem ultrapassou os 60% durante todo o período. Depois de cair no começo da década, as exportações dos três países para a Europa do Leste aumentaram levemente no final da década. Neste período, de modo geral, as exportações dos três países para a África tiveram pequena redução, enquanto para a Ásia, ficaram relativamente constantes. No decorrer da década, as exportações dos três países para a América do Norte aumentaram. No que tange às importações de Alemanha, França e Reino Unido, elas seguem exatamente a mesma tendência das exportações. A única região, da qual os três países importavam mais do que exportavam, era para a Ásia (UN, 2001). Como podemos verificar, França e Reino Unido já não possuíam ligações comerciais tão fortes com a África e com a Ásia como antes dos movimentos de descolonização. Conforme demonstrado, a maior ligação deles com o continente africano se dava na esfera energética.

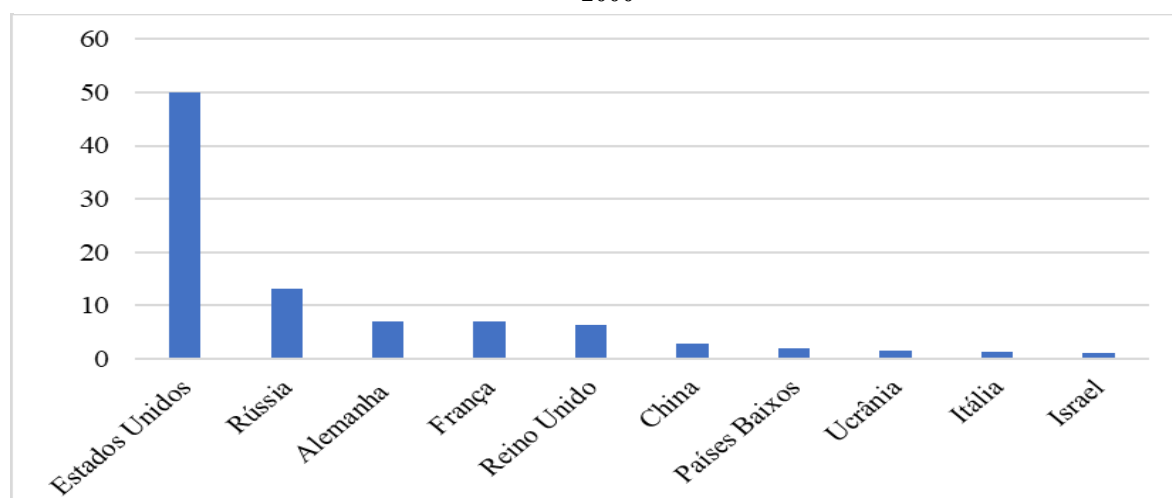
Ao longo da década de 1990, os Estados Unidos sobem no ranking de principais parceiros dos três países e ocupa em 2000 a principal origem dos serviços importados por eles (UNITED NATIONS -UN, 1995-2000ab; UN, 2001). No que tange à análise dos parceiros econômicos, na exportação e importação de bens, França e Alemanha eram o principal parceiro de importação e exportação um do outro e possuíam grandes diferenças para os segundos colocados. Para Alemanha, enquanto os Estados Unidos em 1995, representava o quinto principal destino das exportações de bens e o quarto das importações; em 2000, ele já ocupava a segunda colocação nas exportações e a terceira nas importações. Somente em 2000, a China aparece no ranking dos principais parceiros econômicos dos alemães (na 11ª colocação das exportações e na 10ª das importações). Em 1992, o Reino Unido representava o 4º destino das exportações alemãs e o 6º das importações. Em 2000, ele subiu para a 3ª e 4ª posições respectivamente (UN, 1995-2000ab; UN, 2001).

Para França, em 1995, os Estados Unidos ocupavam a 6ª colocação nas exportações e a 5ª nas importações. Em 2000, o país passou para a 4ª e 2ª respectivamente. O Reino Unido passou da 4ª colocação nas exportações de bens franceses em 1995, para a 2ª em 2000. Nas importações, o reino permaneceu na 4ª posição durante todo o período. Para a França, a China aparece na 10ª posição nas exportações de bens em 1995 e em 2000. Nas importações, o país passa de 10º parceiro em 1995 para o 9º em 2000 (UN, 1995-2000ab; UN, 2001). Para o Reino Unido, os três principais parceiros econômicos de exportação em 1995, eram respectivamente Alemanha, Estados Unidos e França e em 2000, os Estados Unidos troca de posição com Alemanha e assume a primeira colocação. Nas importações, segue-se a mesma lógica. A China aparece somente em 2000, no ranking dos principais destinos das exportações britânicas na 10ª posição e na 6ª posição nas importações (UN, 1995-2000ab; UN, 2001).

Adicionando a análise dos principais parceiros econômicos à da origem das fontes de energia dos três países, podemos perceber que a Europa ocidental continuava a aumentar o seu peso como origem dos recursos estatais necessários para responder a eventuais ameaças. Isto tornava os três países vulneráveis às dinâmicas regionais. Pode-se concluir também, que o aumento da cooperação econômica entre os países europeus impacta na capacidade de Alemanha, França e Reino Unido de acessarem os recursos necessários para responderem a eventuais ameaças. Dessa forma, verifica-se que indiretamente, a cooperação nas demais esferas na Europa, apresenta também impacto na cooperação em defesa.

Quanto ao acesso à tecnologia, representado pela posição dos três países no mercado mundial de exportação de armamentos (gráfico 27 elaborado com base em SIPRI, 1991-2000), não só se verifica a consolidação da diminuição da posição britânica se comparada aos anos 1945-1979, mas também um grande aumento da posição alemã. Após a reunificação, o país saltou da posição de quinto principal exportador de armamentos, para a terceira posição – à frente de França e Reino Unido. Este fato demonstrava a alta capacidade tecnológica do país. Chama atenção também, o significativo declínio da fatia de mercado russa, configurando um quase monopólio estadunidense. Verifica-se, pois, a liderança de Estados Unidos no processo de modernização militar no pós-Guerra Fria. Ademais, fica claro que a indústria de defesa europeia apresentava dificuldade em competir com a dos Estados Unidos. Dessa forma, durante todo o período aqui analisado, há também na esfera da economia de defesa, pressão para maximização de lucros através da fusão e reformulação das indústrias de defesa europeias (JONES, 2007).

Gráfico 27 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 1992-2000



Fonte: Elaborado pela Autora.

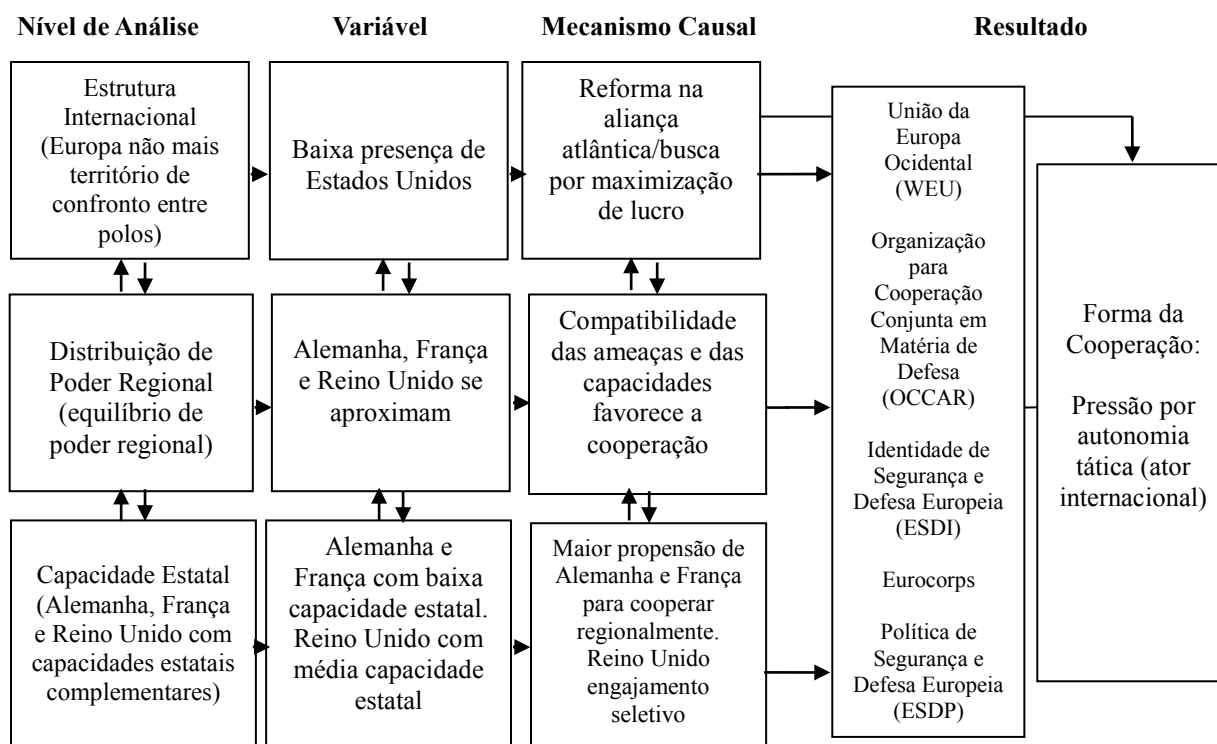
Assim, do ponto de vista da capacidade estatal de Alemanha, França e Reino Unido de acessarem os recursos necessários para responderem a eventuais ameaças, verifica-se que há variação nos indicadores de Alemanha e França. No caso francês, há diminuição de sua capacidade estatal devido a mudança na posição relativa no mercado de venda de armamentos, representando uma perda relativa de capacidade tecnológica. Já no caso alemão, a melhora na posição no mercado de armamentos é contrabalanceada com o aumento da dependência de energia externa e com a restrição quanto aos recursos destinados a defesa. Portanto, a mudança nos indicadores alemães não levou a grande mudança na capacidade estatal do país, que continuava a não ter total autonomia sob a sua política de defesa. Então, segundo o modelo de análise aqui defendido, Alemanha e França tenderiam a apresentar maior propensão para cooperação com parceiros europeus. Chama atenção, também, que os três países ocupavam um para o outro a posição de principais parceiros econômicos e os três dependiam de recursos (energéticos e comerciais) advindos também da África, da Ásia e dos Estados Unidos. Neste período, o Reino Unido passa a ser mais dependente da Europa ocidental no comércio de bens e serviços do que nos anos 1980. Em 1985, 38,72% das exportações de bens britânicos era direcionada para a Europa ocidental. Em 1998, eram 56,6% (UN, 2001; ORTIZ-OSPINA; BELTEKIAN, 2018). Ou seja, havia complementação na origem dos recursos estatais dos três países.

Da análise das variáveis e seus indicadores, verifica-se que há grande pressão da estrutura internacional (representada pela significativa retirada de militares estadunidenses do continente europeu e da efetivação dos acordos de limitação de armamento nuclear) para que a Europa ocidental adquirisse maior capacidade de ação no campo da defesa – ocupando assim, novo papel na nova ordem hegemônica internacional. No nível regional, verifica-se que Alemanha, França e Reino Unido se apresentavam como opções de alinhamento uns para os outros para alcançar aquele objetivo. Todavia, Reino Unido apresentava menor propensão para cooperar regionalmente. Isto fez com que a resposta regional primeiramente se desse através da construção de capacidades subordinadas à NATO e posteriormente, devido ao aumento do conflito na antiga Iugoslávia (pressionando por segurança) e à diminuição da capacidade estatal britânica no final da década, através da busca por autonomia europeia no campo da defesa.

Como pudemos verificar no capítulo 2, desde a criação da União Ocidental (WU) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a aliança dos europeus com os norte-americanos sofreu pressões advindas da constante busca por equilíbrio entre segurança e maximização de lucro em um ambiente anárquico. Por isso, nos anos 1990, ao mesmo tempo

em que se buscava manter o engajamento estadunidense com a defesa europeia, havia a busca por maximização de lucro - que neste período se dava através da construção conjunta de capacidades e do fortalecimento da base industrial de defesa regional (JONES, 2007) - a fim de que os europeus se mantivessem competitivos frente ao quase monopólio estadunidense (conforme visto pelo gráfico 27).

Figura 5 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 1992 – 2000



Fonte: Elaborado pela Autora.

De maneira geral, durante toda a década de 1990, a posição estadunidense em relação às iniciativas de cooperação em defesa europeias era no sentido de incentivá-las, desde que elas ocupassem o papel de fortalecimento do pilar europeu dentro da NATO como forma de diluição de custos na aliança atlântica. Ou seja, desde que elas estivessem sob o comando político e estratégico da NATO e que se configurassem como uma espécie de opção tática para utilização quando os Estados Unidos não estivessem engajados (DUKE, 2000; HOWORTH, 2000, 2007). Frente a diminuição da percepção de ameaça estatal na região, era suficiente que os europeus construíssem - dentro da aliança - capacidade de ação para lidarem com as suas dinâmicas securitárias.

Neste período, o vazio de poder deixado pela dissolução da União Soviética era ocupado pela expansão dos valores ocidentais e da hegemonia estadunidense através da

Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) e especialmente pela expansão da NATO e da União Europeia (EU) para o leste europeu⁷. Estas três instituições serviam de complemento umas às outras através da busca por estandardização das políticas, dos modelos econômicos e das estruturas de defesa dos países membros. Após a Carta de Paris de 1990 - na qual a CSCE reafirmava os ideais liberais ocidentais (simbolizando o fim da Guerra Fria) - há em 1992 a criação de estruturas institucionais fixas e, em 1994, a CSCE se transformou na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (sigla em inglês, OSCE) (ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE – OSCE, 2021). Chama atenção a tendência de fortalecer e expandir a NATO e a EU para o leste europeu, visando garantir que não houvesse o fortalecimento da OSCE como uma organização responsável pela segurança europeia. Pois, dessa forma os europeus se uniriam e os Estados Unidos estaria fora e a Rússia dentro desta arquitetura securitária (SAROTTE, 2021).

A Guerra do Golfo e a operacionalização do novo paradigma militar demonstrou como as forças europeias eram pesadas e estáticas, faltando capacidade de projeção e logística adequadas para a função de gerenciamento de crises além-teatro (KING, 2011). Aliado a isso, a crescente instabilidade no leste europeu, decorrente dos conflitos na antiga Iugoslávia, demonstravam que tensões étnicas e disputas de fronteira pressionariam a estabilidade do continente no pós-Guerra Fria. A contenção destas crises requeria uma abordagem ampla, envolvendo todas as esferas do Estado (similar à abordagem defendida pela Alemanha em seus documentos de defesa). Portanto, com a retirada de militares estadunidenses da Europa ocidental, havia pressão para que o tema da segurança europeia fosse tratado de forma central e próximo aos demais movimentos de cooperação econômica, política e energética que ocorriam no continente. Dessa forma, a região possuiria também, instrumento para expandir a sua influência para a antiga zona de influência soviética de forma mais estruturada e duradoura. Ademais, a reunificação da Alemanha e o gradativo aumento dos recursos de poder do país pressionavam para que o controle dos compromissos assumidos pelo país nos Acordos Dois mais Quatro se desse através de instituições regionais (KEUKELEIRE; MACNAUGHTAN, 2008).

Era necessário, portanto, dar maior coesão e otimizar os recursos entre as Comunidades Europeias (EC), a Cooperação Política Europeia (EPC) e a União da Europa

⁷ Em 1992, houve a criação pela União da Europa Ocidental (WEU) do Fórum para Consulta, disponibilizando status de observador e parceiro aos países da Europa central e do Leste que visavam se tornar membros da EU. Em 1994, a NATO consolida a sua expansão para o leste, através da criação da Parceria para a Paz (sigla em inglês, PfP). A PfP é um projeto que continua vigente e visa auxiliar os países nas reformas militares para se adequarem aos padrões da aliança (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO, 1994). Adotava-se o discurso de que a NATO e a WEU seriam esferas para alcançar estabilidade (DUKE, 2000).

Ocidental (WEU) (DUKE, 2000). Havia, conforme será visto, discordâncias entre os Estados membros quanto ao modelo que a centralização destas instituições deveria adotar (supranacionalistas x intergovernamentalistas), bem como qual seria a sua relação com a NATO (atlantistas x europeístas⁸). Todavia, permanecia o denominador comum de que era necessário maior aproximação e coesão entre a política externa, de segurança e de defesa dos países membro para que eles apresentassem capacidade de ação crível e presença política forte no cenário internacional (COMUNIDADES EUROPEIAS – CE, 1992). Temos, pois, o início dos movimentos de aproximação das diversas iniciativas de cooperação europeia.

Em 07 de fevereiro de 1992, foi assinado o Tratado de Maastricht, também conhecido como o Tratado da União Europeia (sigla em inglês, TEU). Por ele, unificou-se a Cooperação Política Europeia (EPC) e as Comunidades Europeias (EC), colocando sob a mesma estrutura institucional, a cooperação política e as cooperações econômica e energética. Houve também a incorporação da cooperação jurídica. Criou-se, então, a União Europeia (EU) através de uma estrutura intergovernamental única, o Conselho Europeu (composto pelos chefes de Estado e de governo dos países membros), mas na qual cada iniciativa de cooperação anterior manteve o seu mecanismo de tomada de decisão e passou a representar um pilar da nova União⁹ (CE, 1992). Somente a cooperação em defesa ficou separada (mas conforme será demonstrado, não de fora) desta estrutura de pilares, pois não houve consenso especialmente entre Alemanha, França e Reino Unido sobre como se daria a relação da União da Europa Ocidental (WEU) com a nova EU. A França defendia a subordinação da WEU à EU e o Reino Unido se opunha a esta e a qualquer iniciativa que estruturasse a tomada de decisão com maioria qualificada nos assuntos de política externa e de segurança (DUKE, 2000). Os instrumentos das Ações Comuns (Joint Actions) e das Posições Comuns (Common Positions) foram acrescentados à política externa da União. Assim como também, a opção de recorrer à WEU para implementar as Ações Comuns no âmbito da defesa (FREIRE, 2008, p. 10).

A estrutura de pilares significava a coexistência de formas supranacionais e intergovernamentais de cooperação dentro da União. As Comunidades Europeias (EC) compostas pela Comunidade Econômica Europeia (EEC), pela Comunidade Europeia da

⁸ Havia constante debate entre os países com posição europeísta (que defendiam iniciativas europeias autônomas da NATO, como a França) e países com posição atlantista (que defendiam iniciativas europeias subordinadas aos Estados Unidos, como o Reino Unido) (DUKE, 2000; HOWORTH, 2007).

⁹ Não há menção no Tratado de Maastricht do termo ‘pilar’ ou ‘pilarização’. Todavia, a literatura convencionou chamar os diferentes modelos de cooperação (intergovernamental no caso da política externa e supranacional no caso da política econômica) como pilares (KEUKELEIRE; MACNAUGHTAN, 2008; DUKE, 2000).

Energia Atômica (Euratom) e pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (ECSC) comporiam o primeiro pilar e continuariam com a sua estrutura de funcionamento majoritariamente supranacional sob a ação da Comissão. A Comissão era composta por dezessete delegados pelo menos um nacional de cada Estado membro que seriam indicados por eles e aprovados pelo Parlamento Europeu. Todavia, teriam liberdade de ação – não sendo vinculados a nenhum governo e sim à EU. Seriam os Estados membros em comum acordo e após consulta ao Parlamento Europeu, que indicariam a(o) Presidente da Comissão (CE, 1992, p. 67)

O segundo pilar seria composto pela Política Externa e de Segurança Comum (sigla em inglês, CFSP). A CFSP substituiu a Cooperação Política Europeia (EPC) e institucionalizou uma política externa comum ampla, que englobaria ações da União nas dimensões econômica, societária e securitária (CE, 1992). Este pilar era intergovernamental, sem mecanismos de ação autônomos. A sua tomada de decisão se dava através do Conselho e do Conselho Europeu e as possíveis ações decorrentes das decisões destes órgãos seriam realizadas por iniciativas voluntárias dos Estados membros ou se fossem em matéria de defesa, haveria delegação de ação para a WEU (CE, 1992).

O Conselho era composto por um representante de cada Estado membro a nível ministerial (que teria poderes para vincular o governo desse Estado) e por um representante da Comissão. Era também assessorado por um Secretariado-Geral. O Conselho poderia adotar diferentes configurações (como Conselho dos Ministros das Relações Exteriores, Conselho dos Ministros da Economia, entre outros). A sua presidência seria exercida sucessivamente por cada Estado-membro durante um período de seis meses (CE, 1992, p. 64). As decisões da Política Externa e de Segurança Comum (CFSP) não teriam efeito vinculante e a Corte Europeia de Justiça não teria jurisdição sob a CFSP. Assim, os Estados membros privaram a política externa da União Europeia (EU) de instrumentos supranacionais de ação. Desenvolver um pilar intergovernamental unicamente responsável pela política externa era interessante para França e Reino Unido, pois colocava certo controle sob as ações de política externa econômica que a Comissão vinha desempenhando de forma autônoma (KEUKELEIRE; MACNAUGHTAN, 2008).

O Conselho, juntamente com a Comissão, ficaria responsável por dar coesão às políticas externas de desenvolvimento, econômicas e de segurança da União. Ou seja, no nível operacional, haveria um modelo híbrido de cooperação. Todavia, no nível estratégico, a estrutura que prevalecia era a intergovernamental, com a palavra final e o desenvolvimento das políticas do bloco sendo resolvidas pelo Conselho Europeu – que se

reuniria pelo menos duas vezes por ano (CE, 1992, p. 14). Dessa forma, a tomada de decisão em política externa e de segurança seria a seguinte: o Conselho Europeu através de votação por unanimidade e baseado em uma recomendação do Conselho define os princípios e as linhas gerais de ação para a CFSP nas áreas em que os Estados membros tivessem interesses comuns. A partir de então, o Conselho desenha as ações operacionais – o que poderia ser acordado por votação por maioria qualificada quando não se tratasse de assuntos de defesa (CE, 1992).

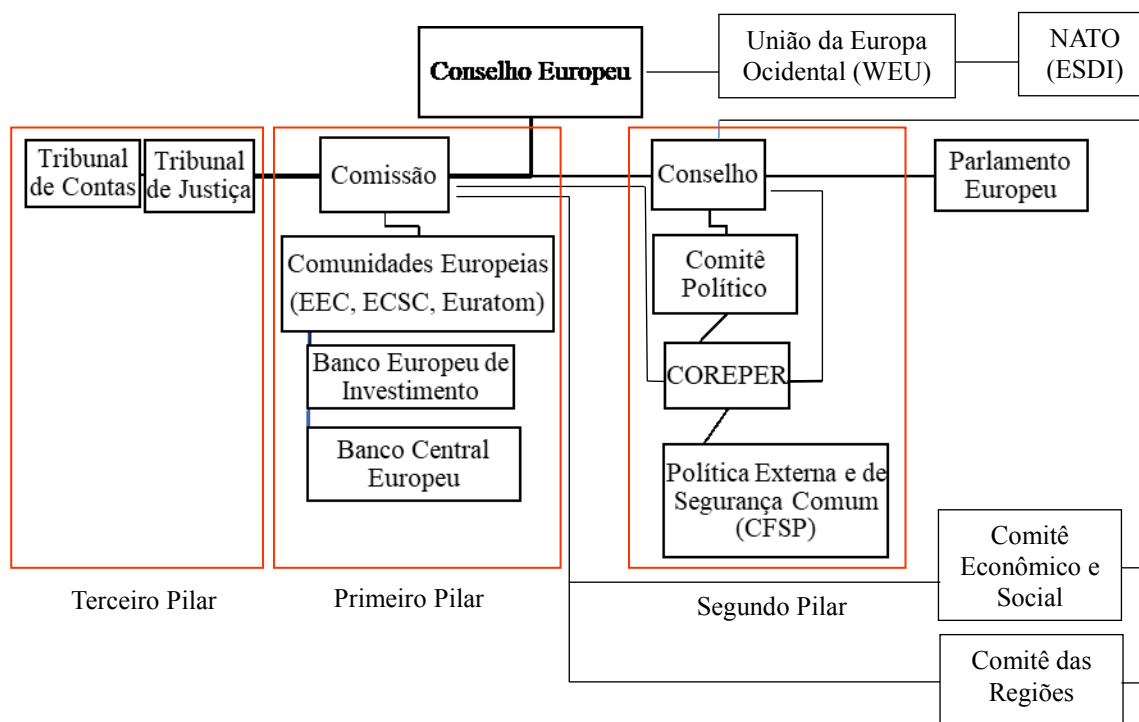
Visando auxiliar nas ações de política externa da EU, foi instituído um Comitê Político, composto pelos diretores políticos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados membros, que tinha a função de auxiliar no desenvolvimento de políticas conjuntas através do monitoramento da situação internacional e do direcionamento de pareceres ao Conselho (CE, 1992). O Comitê Político também observaria a implementação das políticas acordadas. Haveria também, o Comitê de Representantes Permanentes (sigla em francês, COREPER) composto por embaixadores permanentes dos Estados membros. O COREPER teria a função de examinar os documentos advindos do Comitê Político para garantir consistência entre as atividades externas do primeiro pilar (as Comunidades Europeias (EC)) e as do segundo (a Política Externa e de Segurança (CFSP)). As despesas administrativas da CFSP ficariam a cargo da União, mas despesas operacionais seriam dirigidas aos Estados membros (CE, 1992).

Pelo artigo J.4 do Tratado da União Europeia (TEU), previa-se que a longo prazo, seria definida uma política de defesa comum como possível etapa para a construção de uma defesa comum compatível com a NATO. Definiu-se que a União da Europa Ocidental (WEU) exerceria o papel operacional e tático das ações com repercussões no campo da defesa, pois caberia a ela preparar e executar as decisões da EU. A Presidência do Conselho representaria a União nas matérias no âmbito da política externa e de segurança comum, nas quais a Comissão seria plenamente associada. Nesta estrutura, o Parlamento Europeu tinha apenas caráter consultivo. Ele era composto por representantes da população dos Estados membros (CE, 1992, p. 126).

Pelo TEU, declarava-se que a cooperação em defesa seria um meio de fortalecer o pilar europeu da NATO, pois determinava que a União da Europa Ocidental (WEU) também seria um instrumento operacional e tático da aliança. Portanto, previa-se o fortalecimento do papel operacional da WEU através da criação de uma Célula de Planejamento e de um Grupo Político-Militar e de maior interligação com a NATO no domínio da logística e da vigilância. Propunha-se, inclusive, a criação de uma Agência

Europeia de Armamentos e a transformação do Instituto da WEU em uma Academia Europeia de Segurança e Defesa (CE, 1992, p. 245). Acordou-se que os países membros da WEU poderiam utilizar os mesmos representantes na EU, na WEU e na NATO. Pelo Tratado da União Europeia (TEU) ficou determinado que a estrutura de cooperação em política externa, de segurança e de defesa iria ser revisto em 1996, à luz dos aprendizados adquiridos (CE, 1992, p. 245). Isto demonstrava a incerteza do período e a característica reativa da cooperação em segurança e defesa na Europa ocidental (CE, 1992). A estrutura da então instituída União Europeia pode ser verificada pelo organograma 3 elaborado com base em CE (1992).

Organograma 2 - União Europeia como instituída pelo Tratado da União Europeia (TEU) 1992



Fonte: Elaborado pela Autora.

Ou seja, em resposta à complexidade da nova realidade do pós-Guerra Fria, foi criada em 1992 uma estrutura de otimização das iniciativas então vigentes de cooperação na Europa ocidental, a fim de conferir melhor capacidade de ação internacional para os seus membros e para que a Europa ocidental ocupasse o seu papel na nova ordem hegemônica liberal. Esta nova ordem tinha de lidar com o questionamento de o que fazer com a zona de influência da antiga União Soviética. Devido à forte ligação com os Estados Unidos como provedor de defesa europeu e à mudança na percepção de ameaças (de abordagem baseada em ameaças para baseada em capacidades), aliado a menor propensão britânica para cooperar

regionalmente, manteve-se primeiramente a cooperação em defesa de fora da estrutura centralizada da EU. Ou seja, a cooperação em defesa europeia, isto é, a União da Europa Ocidental (WEU), continuava sendo um elemento de alinhamento e no máximo tático, mas sem capacidade operacional e estratégica efetiva. Ademais, o princípio da unanimidade para as ações conjuntas em defesa, tendia a pressionar os países a agirem de forma bilateral ou em grupos menores, fora das instituições formais da nova União¹⁰.

O paradoxo entre desenvolver capacidades europeias como forma de responder às pressões norte-americanas por diluição de custos na NATO e o medo de que assim haveria abandono estadunidense, era perceptível nas negociações europeias e na forma como se estruturou a cooperação em defesa nos anos 1990 (com a WEU separada da EU e interligada à NATO). Do lado estadunidense, também era perceptível a dualidade entre pressionar os europeus por maior engajamento na aliança e a incerteza de se as novas iniciativas iriam ou não rivalizar com a NATO (DUKE, 2000; NATO, 1994; HOWORTH, 2007). A solução encontrada foi a construção de uma Identidade de Segurança e Defesa Europeia (sigla em inglês, ESDI) dentro da aliança transatlântica, que na prática seria executada pela União da Europa Ocidental (WEU) e seria responsável por dar coesão aos europeus e permitir o seu engajamento operacional e tático quando os norte-americanos não estivessem empenhados (NATO, 1994). Ou seja, criava-se de fato um pilar europeu dentro da NATO, iniciado com o Eurogrupo no período de 1956-1979 e visava-se manter o alinhamento estratégico entre as iniciativas europeias e a aliança transatlântica, evitando a duplicação de capacidades e o desengajamento estadunidense.

Com o aprofundamento das tensões na Iugoslávia e após a assinatura do Tratado da União Europeia (TEU), ocorre, em 22 de maio de 1992, o aprofundamento da brigada franco-alemã criada em 1988. Criou-se o Eurocorps, uma força multinacional focada em desenvolver operações militares no amplo espectro operacional, com divisão igualitária de comando e custos entre França e Alemanha. Imediatamente após a sua estruturação, ambos os países colocaram a força à disposição para que os demais membros da União da Europa Ocidental (WEU) também se associassem (DUKE, 2000; EUROCORPS, 2022).

A contínua escalada dos confrontos na Croácia e na Bósnia, aliada às declarações da

¹⁰ Aqui, convém mencionar a tipologia acerca da relação entre instituições formais e informais desenvolvida por Helmke e Levitsky (2006, p. 14). As autoras definem instituições informais como sendo regras socialmente compartilhadas, geralmente não escritas, que se desenvolvem fora dos canais formais. Todavia, estas regras podem interagir com as instituições formais e produzir efeitos sob elas. Isto poderia ocorrer de forma a complementá-las, acomodar forças centrífugas, substituí-las ou competir com elas. Neste caso, verifica-se que as aproximações bi ou minilaterais fora das instituições formais da EU agiam complementando-as através do aumento de sua eficiência e efetividade.

NATO de que os conflitos na Europa eram assunto dos europeus e da União Europeia (EU) (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2003), pressionava a EU e sua recém estruturada Política Externa e de Segurança Comum (CFSP). Nestes conflitos, a EU concordou em agir através de sanções econômicas e diálogos diplomáticos. Todavia, não havia vinculação quanto a forma como se dariam estas sanções. Tal fato explicitava a falta de capacidade de ação da CFSP, explicitando a sua função apenas de alinhamento entre os Estados membros. Assim, visando conferir maior capacidade de ação para a EU no âmbito militar e na tentativa de esclarecer a interligação da WEU com a EU, os ministros das Relações Exteriores e da Defesa dos países membros da WEU¹¹ anunciam a Declaração de Petersburgo, em 19 de junho de 1992. Por ela, ficava definida as operações militares em que a União da Europa Ocidental (WEU) poderia ser utilizada pela União Europeia (EU): missões humanitárias, de salvamento, missões de manutenção da paz, gestão de crises e pacificação – denominadas Tarefas de Petersburgo (DUMOULIN, 2016). No mesmo mês, o Relatório do Conselho Europeu em Lisboa determina as regiões geográficas em que haveria interesses em comum para ação conjunta: Europa central e do leste, Mediterrâneo e Oriente Médio (DUKE, 2000) (conforme demonstrado, regiões das quais advinha parte dos recursos econômicos e energéticos de Alemanha, França e Reino Unido).

Em janeiro de 1993, através de tratado com a NATO, o Eurocorps acordou que a força estaria disponível de forma tática e operacional para as operações da aliança (EUROCORPS, 2022). Portanto, a sua criação na prática conferia capacidade operacional e tática à União da Europa Ocidental (WEU) e à Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ESDI). A natureza das Tarefas de Petersburgo pressionava para a contínua modernização das Forças Armadas europeias. Para suprir a falta imediata das capacidades necessárias, a EU e a NATO iniciaram negociações em 1994, através da Declaração da Conferência de Bruxelas para que a WEU pudesse utilizar as capacidades de mobilidade estratégica, C4I (Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Inteligência) e logística da NATO (HOWORTH, 2007; NATO, 1994). Tal declaração iria se transformar em 2003, no Acordo Berlin Plus – que continua vigente até hoje e seus mecanismos serão detalhados no capítulo 4. Todavia, havia desafios para a aplicação do acordo, uma vez que a NATO possuía poucos recursos próprios, sendo a maioria disponibilizada pelos seus membros (especialmente os Estados Unidos). Portanto, tal parceria ficaria subordinada à aprovação estadunidense e haveria desafios para o comando das operações em que seriam utilizadas estas capacidades, uma vez que militares

¹¹ Alemanha, Bélgica, Espanha França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

dos Estados Unidos ficariam subordinados a comandantes europeus – fato que desagradava o parlamento do país (DUKE, 2000).

Havia, pois, a necessidade de reforma na estrutura de comando da NATO para que houvesse mais postos de comando para os europeus¹². Assim, com a Declaração da Conferência de Bruxelas, a aliança atlântica passou a reconhecer oficialmente o papel da EU e da União da Europa Ocidental (WEU) como garantidores da segurança europeia e colocava estas iniciativas sob comando estratégico da NATO. Ou seja, desenhava-se uma autonomia tática, mas não operacional e nem estratégica. No documento desenvolvido pelo Conselho Permanente da WEU ao Conselho de Ministros da WEU em 1995, intitulado ‘Segurança Europeia: um conceito comum dos 27 países da WEU’, houve a incorporação do conceito francês de ‘nação líder’. Por ele, um país de forma voluntária, poderia ser responsável pelas estruturas de comando e logística das operações militares (WESTERN EUROPEAN UNION - WEU, 1995). Outro elemento que demonstra a complementação entre a EU e a NATO, são os processos de alargamento das duas instituições, avançando para a antiga zona de influência soviética. O estudo de 1995 da NATO sobre o seu alargamento declarava que a expansão da aliança visava complementar o alargamento da EU e que mesmo sendo processos paralelos e não interligados, contribuíam para estender segurança e estabilidade para os países do leste europeu (DUKE, 2000). Começava-se, então, a estruturar o papel de cada instituição na manutenção da nova ordem internacional.

Convém esclarecer que é somente em 1996, no Encontro Ministerial da NATO em Berlin, que foi oficialmente institucionalizada a Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ESDI) e o entendimento de que a União da Europa Ocidental (WEU) ficaria responsável por levar adiante missões militares europeias sem o engajamento norte-americano, podendo utilizar - sob supervisão do Conselho da NATO – além das capacidades táticas acordadas em 1994, também as estruturas de planejamento e comando da aliança. Mantinha-se, assim, a cooperação em defesa na Europa ocidental subordinada e alinhada aos Estados Unidos, conferindo à WEU o papel de ligação entre a EU e a NATO. Foi também neste encontro que se institucionalizou a reforma da NATO, visando construir capacidade para que a aliança pudesse responder às novas demandas de gerenciamento de crise do pós-Guerra Fria e manter também a sua capacidade de defesa coletiva (NORTH ATLANTIC TREATY

¹² Neste sentido, desde 1990, havia um movimento de reforma das estruturas da NATO, a fim de diminuí-las e de conferir maior espaço de ação para os europeus na aliança. Houve uma redução de 25% de pessoal e os europeus ocuparam mais postos de comando. Um exemplo, foi o General alemão Peter Carstens, se transformando no primeiro europeu Chefe do Estado Maior da NATO (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2022d).

ORGANIZATION - NATO, 1996).

Estruturou-se, então, o conceito de Forças de Tarefa Conjuntas Combinadas (sigla em inglês, CJTF), que englobava a ideia de forças rápidas, de projeção e capazes de agir no amplo espectro da guerra (NATO, 1996). Ou seja, os Estados Unidos estavam reconhecendo a característica de uma nova realidade securitária na Europa e se comprometia seletivamente com ela, ao mesmo tempo que pressionava por modernização militar e diluição de custos. Definiu-se que a cooperação entre a WEU e a NATO se daria através de mecanismos de consulta de crises, do envolvimento da WEU no processo de planejamento da aliança atlântica e de interligação operacional entre as duas instituições para exercícios, planejamento, preparação e condução das operações (NATO, 1996).

Dessa forma, em 1996, ficava clara a forte interligação entre a NATO e a EU através da União da Europa Ocidental (WEU). Dava-se assim, uma resposta ao paradoxo europeu de necessidade de capacidade de ação, mas com contínua dependência dos recursos estadunidenses; bem como por parte dos Estados Unidos, da pressão por maior divisão de custos com a Europa, sem que houvesse uma ameaça à sua liderança regional. Esta situação era especialmente fortalecida pelo fato de que, mesmo que houvesse pressão por parte de alguns países (como França) para o aprofundamento de uma estrutura autônoma em defesa europeia, poucos tinham condições de ação independente.

Nas ações da EU nos conflitos na Croácia e na Bósnia no início dos anos 1990 e na Albânia em 1997, através de imposições econômicas, ações diplomáticas, ajuda humanitária e missões de monitoramento, a WEU somente foi ativada para ações no âmbito da segurança: de 1994 a 1996, enviou um contingente de polícia para a Bósnia-Herzegovina; de 1997 a 2001 um Elemento Policial Consultivo Multinacional na Albânia; de 1999 a 2001 uma Missão de Assistência a Desminagem na Croácia e de 1998 a 1999 uma Missão Securitária Geral de Vigilância para o Kosovo (DUMOULIN, 2016). Todavia, a escalada dos conflitos permanecia e houve demora no desenvolvimento de ações no âmbito da NATO. O seu pilar europeu, isto é, a Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ESDI) não apresentava efetividade, pois ele era direcionado pela WEU, que na prática não tinha poder, legitimidade e nem credibilidade política dentro da NATO, bem como dependia de capacidade militar emprestada dos Estados Unidos (HOWORTH, 2007).

Portanto, a ESDI possuía pouca capacidade de resposta às demandas de missões lideradas pelos europeus, porque isso pressupunha reorganização da estrutura de comando da NATO, o que os norte-americanos não estavam dispostos a fazer (HOWORTH, 2007). Ficava claro, então, que as instabilidades civis no continente europeu sem potencial de modificar a

estrutura internacional ou a distribuição de poder regional, não contariam com o forte engajamento militar estadunidense. Ademais, o que ficava evidente das ações acordadas na EU (sanções, mas sem poder vinculante), era que a Política Externa e de Segurança (CFSP) do bloco estava estruturada apenas como uma plataforma de alinhamento entre os Estados membros (ou seja, uma esfera de balança entre os diversos interesses nacionais) e não como um ator no Sistema Internacional.

Para que a União Europeia (EU) apresentasse capacidade de ação internacional era necessário, pois, que o bloco apresentasse maior poder central. Isto é, que respondesse ao famoso questionamento de Henry Kissinger, antigo secretário de Estado dos Estados Unidos: “Para quem eu telefono se eu quero falar com a Europa?” (BRUNNSTORM, 2009, tradução nossa)¹³. Portanto, se as funções de defesa coletiva recaíam sob a NATO, era necessário o aprofundamento da capacidade europeia de desenvolver missões de gerenciamento de crise no seu entorno estratégico – o que vinha se desenhando como o papel da Europa na nova arquitetura de segurança e defesa continental do pós-Guerra Fria. Isto é, havia pressão para que EU desenvolvesse autonomia operacional e tática. Dessa forma, com o aprofundamento da retirada de militares estadunidenses da Europa em 1997-1998 e com o aumento da retórica dos Estados Unidos por diluição de custos na aliança transatlântica como condicionante para a manutenção do país como provedor de defesa europeu; aliado ao aumento da insegurança causada pelos conflitos na antiga Iugoslávia (pressionando pela busca por segurança), até mesmo países com objeções à incorporação da União da Europa Ocidental (WEU) na EU¹⁴ modificaram a sua postura (DUKE, 2000). Nos anos seguintes, vemos uma série de ações europeias, inclusive lideradas pelo Reino Unido, para conferir capacidade de ação autônoma europeia no âmbito das missões militares de gerenciamento de crise. Buscou-se também, a aceleração da modernização das Forças Armadas dos países europeus, o que requeria modificação na base industrial de defesa regional (JONES, 2007).

Como previsto pelo Tratado da União Europeia (TEU), houve a sua revisão, e em 02 de outubro de 1997, ocorreu a assinatura do Tratado de Amsterdã – que somente foi ratificado em 1999. O Tratado de Amsterdã procurava suprir a deficiência detectada pelos Estados membros da EU no que tangia à continuidade, visibilidade e eficácia de sua política externa. Para tanto, criaram o posto de Alta(o) Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, que seria ocupado pela(o) Secretária(o)-Geral do Conselho (sigla em inglês, SG/HR) e que auxiliaria o Conselho nas suas funções e deliberações em política externa e de

¹³ Do original em inglês: “Who do I call if I want to call Europe?” (BRUNNSTORM, 2009).

¹⁴ Notadamente Reino Unido, Áustria, Finlândia, Irlanda e Suécia.

segurança. Todavia, segundo o tratado, a EU continuaria a ser representada externamente pela Presidência do Conselho, a não ser que a Presidência solicitasse o contrário (UE, 1997). Mesmo criando um cargo permanente supranacional no pilar da política externa e de segurança, o seu controle continuava fortemente intergovernamental. Ademais, o Tratado reafirmava a retórica europeia pela busca de uma progressiva política de defesa comum (mas, não havia detalhamento do que significaria esta política comum). Assim, visando futuramente integrar a União da Europa Ocidental (WEU) na estrutura da EU, o tratado instituiu que uma vez acionada a WEU para aplicação das Tarefas de Petersburgo pela EU, esta teria prerrogativa sob aquela – pois, todos os membros da União teriam direito de participar das missões (UNIÃO EUROPEIA - UE, 1997).

Houve também, uma significativa mudança no processo de aprovação das decisões no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (CFSP). Para as decisões políticas e estratégicas, mesmo que continuasse o mecanismo da votação por unanimidade, agora seria possível ocorrer abstenções (fazendo com que o Estado que se abstivesse não tivesse que aplicar as decisões, mas também não agisse impedindo que elas ocorram). Todavia, se houvesse mais de um terço dos votos por abstenção, a decisão não seria adotada (UE, 1997, p.14). Ou seja, instituiu-se a possibilidade de engajamento seletivo dos países, reforçando a característica intergovernamental da CFSP. No que tange às decisões operacionais acerca das estratégias e políticas comuns no âmbito da política externa, mesmo que continuasse havendo a possibilidade de votação por maioria qualificada, houve o retorno do mecanismo do veto criado pela Cooperação Política Europeia (EPC). Por ele, se um país alegar que há elementos que vão contra uma política nacional vital, a votação não é feita (UE, 1997, p. 15). O financiamento das questões administrativas e operacionais da CFSP ficaria a cargo do orçamento da União, menos as questões com implicações no âmbito da defesa (que ficariam a cargo dos Estados membros baseados no PIB de cada um). Isto posto, no âmbito da defesa, o Tratado de Amsterdã não realizou grandes mudanças no Tratado da União Europeia (TEU), estas se focaram no âmbito da CFSP.

Em fevereiro de 1998, tem início a Guerra do Kosovo, potencializando a pressão que já vinha ocorrendo a década inteira, por parte dos Estados Unidos, para que a Europa diluísse custos e se colocasse como ator relevante para a garantia de sua segurança e estabilidade (HOWORTH, 2007; JONES, 2007). O fato de que após quase uma década, a Europa ainda continuava a ser palco de instabilidades, demonstrava que as instituições regionais ainda careciam de credibilidade como garantidores da segurança e estabilidade regional. Após tentativas de negociações diplomáticas e sanções econômicas que não resultaram em

diminuição dos confrontos, alcança-se consenso entre os países membros da EU (especialmente Reino Unido) de que o que estava faltando na capacidade europeia para gerenciamento de crise era a ameaça crível de uso da força como elemento de coerção e suporte aos esforços políticos e diplomáticos (SHEPHERD, 2009).

Com o objetivo de tornar os países europeus mais competitivos no mercado mundial de armamentos e suprir as demandas por modernização mesmo com orçamentos de defesa reduzidos, os ministros da defesa de Alemanha, França, Espanha, Itália, Reino Unido e Suécia assinaram em julho de 1998, uma Carta de Intenção (sigla em inglês, LoI) em que concordavam que deveriam harmonizar a operabilidade de seus armamentos militares. Essa aproximação representou um passo importante para iniciar o processo de reformulação da base industrial de defesa europeia. No mesmo ano - Alemanha, França, Itália e Reino Unido - instituíram a Organização para Cooperação Conjunta em Matéria de Defesa (sigla em francês, OCCAR) para gerir conjuntamente os seus programas de armamentos, visando aumentar a eficiência e diminuir os custos de produção (JONES, 2007).

Portanto, a Guerra do Kosovo foi o elemento catalisador para que o mecanismo da busca por segurança ultrapassasse o da busca por maximização de lucro e superasse a menor propensão britânica para cooperar em defesa regionalmente. O Reino Unido reagiu aos incentivos de autoajuda do Sistema Internacional e da balança de ameaças regional e se voltou para a cooperação com a Europa. Houve, a partir de então, não somente a busca por capacidade de ação europeia (como representada pela ESDI – pilar europeu na NATO), mas também a busca de certa capacidade de autonomia tática da NATO.

Em outubro de 1998, após o início das negociações na NATO para uma campanha aérea no Kosovo, evidenciando a necessidade europeia de auxílio militar estadunidense e a demora do país em agir, França e Reino Unido se reúnem em Saint-Malo, produzindo uma declaração que marca a mudança de postura da cooperação em defesa europeia de espectador para ator. De somente alinhamento para busca por autonomia. Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, é a primeira vez que isto efetivamente acontece desde a criação da NATO. A Declaração de Saint-Malo entre França e Reino Unido se configura, pois, como um ponto de inflexão para a cooperação em defesa na Europa. Na declaração, os dois países defendem que a EU deveria ter capacidade de ação autônoma, o que se daria através da criação de forças militares críveis, com prontidão e meios para decidir utilizá-las quando a NATO não estivesse engajada. Para tanto, defenderam também, o fortalecimento da base industrial de defesa europeia, o desenvolvimento de tecnologia, de capacidades de inteligência e de comunicações (UNITED KINGDOM; FRANCE, 1998).

Em dezembro de 1998 a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine K. Albright, em discurso reafirmou o apoio do país aos esforços europeus em desenvolver capacidades próprias com forças modernas e eficientes, desde que evitassem o que ficou conhecido como os 3'D's: dissociação, duplicação e discriminação. “Esforços europeus para fazer mais pela própria defesa europeia torna mais fácil e não mais difícil para nós nos mantermos engajados”¹⁵ (ALBRIGHT, 1998, tradução nossa). Mesmo que a mudança na postura britânica não representasse mudança na sua postura atlantista (pois enxergava a cooperação regional como forma de manter os Estados Unidos engajados) (HOWORTH, 2005; SHEPHERD, 2009), a pressão da estrutura internacional através do mecanismo da busca por segurança levou à convergência na construção de uma solução às instabilidades regionais: a incorporação da cooperação em defesa na estrutura da EU através da criação da Política de Segurança e Defesa Europeia (sigla em inglês, ESDP) em 1999.

Como forma de demonstrar que os países europeus estavam engajados na efetivação da capacidade europeia de agir militarmente no Sistema Internacional e que este movimento representava uma forma de complementar e fortalecer as suas posições na NATO, houve o anúncio em junho de 1999 (após ratificação do Tratado de Amsterdã) de Javier Solana – então Secretário-Geral da NATO – como o primeiro Alto Representante da União Europeia para Assuntos Externos, ocupando também o cargo de Secretário-Geral do Conselho da EU e Secretário-Geral da WEU (HOWORTH, 2007). A escolha de Solana passava a mensagem de que a Política Externa e de Segurança (CFSP) da União Europeia (EU) se desenvolvia com forte ligação política-estratégica com a NATO, através de seu pilar europeu, a Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ESDI).

Em 24 de abril de 1999, há a aprovação do novo conceito estratégico da NATO, institucionalizando a reestruturação da aliança iniciada informalmente no início da década e formalizada no Encontro Ministerial de Berlin em 1996. Por ele, os países reafirmam que as suas principais ameaças securitárias eram: a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e a emergência de atores não estatais (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 1999). Esta visão intensificava a abordagem baseada em capacidades e a necessidade de modernização militar. A aliança reafirma a necessidade da Europa de se estruturar, modernizar e ter capacidade crível de ação para quando a NATO como um todo não se engajasse (NATO, 1999). Ou seja, o novo conceito estratégico de 1999 formalizava uma configuração flexível para a aliança transatlântica, podendo existir

¹⁵ Do original em inglês: European efforts to do more for Europe's own defence make it easier, not harder, for us to remain engaged” (ALBRIGHT, 1998).

engajamento seletivo entre os Estados membros no nível operacional e tático - compatível com a nova realidade securitária difusa e híbrida.

Durante toda a década de 1990 há desengajamento da capacidade nuclear estadunidense na Europa, com eliminação de toda artilharia nuclear e dos mísseis nucleares de pequeno alcance baseados em terra. Isto diminuía a capacidade de prontidão das forças nucleares, uma vez que não havia mais um alvo estatal na região. Tal reconfiguração nuclear fazia com que a pressão da nova estrutura internacional afetasse diretamente o Reino Unido, pois como verificado no capítulo 3, o reino havia subordinado toda a sua capacidade nuclear estratégica à tomada de decisão da NATO (representando controle indireto por parte dos Estados Unidos). Esse fato servia também de catalisador para que os britânicos buscassem alternativas frente ao desengajamento regional estadunidense. No conceito estratégico da aliança de 1999, a NATO reafirmava a importância das capacidades nucleares para a dissuasão e segurança regional e declarava que manteria forças subestratégicas baseadas na Europa (garantindo, na prática, que houvesse um mínimo de ligação transatlântica com as forças nucleares estratégicas dos Estados Unidos). Estas forças consistiriam em aeronaves de uso dual e pequeno número de ogivas britânicas Tridente (NATO, 1999).

No Conselho Europeu reunido em Colônia, em 3-4 de junho de 1999, os países europeus reafirmam a pretensão assumida por França e Reino Unido em Saint Malo e pela presidência alemã no Conselho, de que a União Europeia (EU) assumisse maior protagonismo internacional (EUROPEAN UNION - EU, 1999a). Afirmavam que o Conselho deveria ter capacidade de levar a cabo as Missões de Petersburgo, substituindo a União da Europa Ocidental (WEU). O objetivo era até o final de 2000, tomar as medidas necessárias para isso (investimento em inteligência, transporte estratégico e comando e controle). “Nesse caso, a WEU, como uma organização, terá cumprido seu propósito” (EU, 1999a, tradução nossa)¹⁶. Dessa forma, o Conselho teria condições de tomar decisões no amplo espectro dos instrumentos políticos, econômicos e militares ao seu dispor para responder a crises e todos os âmbitos da cooperação na Europa ocidental ficariam próximos. Era a primeira vez desde o Tratado de Amsterdã em 1997, que oficialmente o Conselho Europeu com uma voz coesa reconheceu a necessidade destas ações e de consolidar esse novo papel da Europa ocidental no Sistema Internacional (EU, 1999a).

Reforçaram a ideia de transformar a EU em líder no gerenciamento de crises, no qual terceiros países poderiam participar com status de igualdade. Para tanto, alegavam que

¹⁶ Do original em inglês: “In that event, the WEU, as an organization will have completed its purpose” (EU, 1999a).

deveria ser criado encontros regulares do Conselho, com presença dos ministros da defesa; um corpo permanente com representantes com expertise política e militar (o Comitê Político e de Segurança - sigla em inglês, PSC); um Comitê Militar da EU (sigla em inglês, EUMC) com representantes militares para assessorar o PSC; um Estado-Maior da EU (sigla em inglês, EUMS) com militares para executar as decisões do Conselho Europeu; um centro situacional e outros recursos, como um centro de satélite e um instituto de estudos de segurança (EU, 1999a). Assim, em decidindo lançar uma missão de gerenciamento de crise, a EU teria capacidade de decidir por usar as capacidades de planejamento e inteligência disponibilizados pela NATO ou não. Como no nível tático as opções de ação eram majoritariamente nacionais, existia uma variedade de forças disponíveis, que iriam desde forças nacionais a opções multinacionais como o Eurocorps. Previa-se também, que membros da NATO que não eram membros da EU, poderiam participar das operações da EU através dos mecanismos de consulta da União da Europa Ocidental (WEU) (EU, 1999a).

Em 25 de novembro de 1999 há novo encontro anglo-francês em Londres. Ele visou traçar metas e objetivos concretos para que o Conselho Europeu de Helsinki os adotasse e efetivasse o objetivo, instituído no Conselho Europeu de Colônia, de dar capacidade de ação para a EU no campo da defesa (UNITED KINGDOM; FRANCE, 1999). Foi o que ocorreu. Em 10 de dezembro de 1999 em Helsinki, foi institucionalizada a Política de Segurança e Defesa Europeia (sigla em inglês, ESDP) sob a égide da Política Externa e de Segurança Comum (CFSP) (EUROPEAN UNION - EU, 1999b). Determinou-se a criação de uma Força Conjunta Europeia de Reação Rápida de Alemanha, França e Reino Unido sob os moldes das Forças de Tarefa Conjuntas Combinadas (CJTF) da NATO. Ficou determinado que a EU teria de ser capaz, até 2003, de recrutar, no prazo de 60 dias, e manter durante pelo menos um ano, forças militares capazes de desenvolver as Tarefas de Petersburgo. Ademais, como defendido pelo Conselho Europeu de Colônia, determinou-se a criação de estruturas de comando provisórias da EU¹⁷: o Comitê Político e de Segurança (PSC), o Comitê Militar da União Europeia (EUMC) e o Estado-Maior da União Europeia (EUMS)¹⁸. Em dezembro de 2000, o

¹⁷ As quais foram criadas em fevereiro de 2000 pelo Conselho.

¹⁸ O PSC seria composto por representantes nacionais a nível de embaixadores sênior e lidaria com todos os aspectos da CFSP. O SG/HR seria o presidente do PSC. No caso de uma missão militar de gerenciamento de crise, o PSC ficaria responsável por exercer o controle político e a direção estratégica da operação e estaria sob autoridade do Conselho. O PSC também direcionaria diretrizes políticas e receberia orientações militares do EUMC. O EUMC seria composto pelos Chefes de Defesa dos países membros que se reuniam sempre que necessário, mas que ficariam permanentemente representados pelos seus delegados. O EUMC era a estrutura de assessoramento militar da União através do direcionamento de recomendações militares para todos os órgãos solicitantes. Ele também proveria direcionamentos militares a serem executados pelo EUMS. O EUMS ficaria responsável dentro da estrutura do Conselho, por conduzir as operações militares de gerenciamento de crise da EU, bem como desenvolver alerta precoce, assessoramento situacional e planejamento estratégico

Conselho Europeu de Nice, tornou permanente essa estrutura intergovernamental de comando civil-militar (RUTTEN, 2001).

Portanto, é a partir do Conselho Europeu de Helsinki em 1999, que podemos falar efetivamente de uma estrutura de comando com capacidades militares dentro da União Europeia (EU). Isto é, a EU passa também a ser um ator internacional no âmbito da defesa, alcançando certa autonomia tática. Em Helsinki, também foi decidido que um Comitê Civil para Gerenciamento de Crises (sigla em inglês, CivCom) iria ser estabelecido para coordenar e tornar mais efetivo os meios civis disponíveis para a Política Comum de Segurança e Defesa (CFSP) (EU, 1999b).

Cabe mencionar que antes do Conselho Europeu em Colônia houve, em maio, a Conferência Franco-Germânica em Toulouse. Após o Conselho Europeu em Colônia e antes do Conselho Europeu em Helsinki houve, em novembro, a Conferência Anglo-Francesa em Londres e a Conferência Franco-Alemã em Paris. Todas versaram sobre o desenvolvimento de forças militares na EU (JONES, 2007; RUTTEN, 2001). Dessa forma, percebe-se que antes de reuniões oficiais da EU houve esforços conjuntos de Alemanha, França e Reino Unido, demonstrando a importância deles para o desenvolvimento das instituições regionais e o papel da França de elo entre Alemanha e Reino Unido. Ademais, verifica-se novamente o papel de complementariedade destes movimentos com a cooperação formal, podendo ser classificados novamente como instituições informais complementares (HELMKE; LEVITSKY, 2006, p. 14). Assim, a construção de capacidade autônoma em defesa na Europa ocidental não foi resultado do transbordamento da cooperação nas outras áreas ou da centralidade das instituições regionais como força motriz para seu desenvolvimento. Mas sim - principalmente devido aos esforços de Alemanha, França e Reino Unido - da resposta às dinâmicas securitárias internacionais.

Como forma de diminuir a dependência do uso do sistema de satélites de posicionamento estadunidense GPS, tem início em 1999, os projetos para construção do sistema europeu de satélites de posicionamento GALILEO (JONES, 2007). Em 2000, há a fusão da empresa alemã Daimler-Chrysler Aerospace, da espanhola Construcciones Aeronauticas e da francesa Aerospatiale Matra, criando a segunda maior empresa aeroespacial europeia: a EADS (sigla em inglês para Companhia Europeia de Defesa Aeronáutica e

(incluindo identificação das opções táticas nacionais e multinacionais disponíveis) para as Tarefas de Petersburgo. O EUMS é um departamento funcional do Secretariado Geral do Conselho e é composto por pessoal militar destacado pelos Estados membros que possuam capacidade de atuar internacionalmente. O seu diretor é um general 3 estrelas escolhido pelo Conselho. Fonte: Visita ao Estado-Maior da União Europeia (EUMS). Bruxelas, Quartel-General do EUMS, 12 de outubro de 2017 e EU (1999b, p. 87).

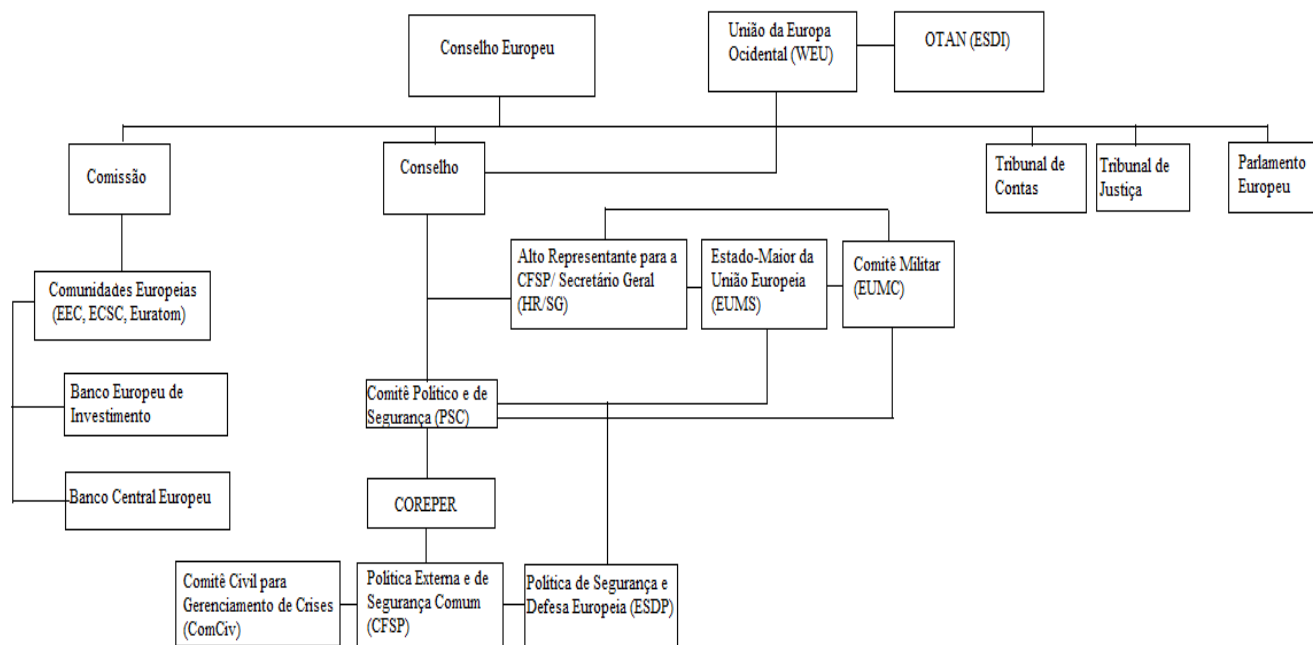
Espacial) (hoje parte do grupo Airbus). Neste processo, os governos nacionais tiveram papel central (JONES, 2007). Em fevereiro de 2000, após a criação das estruturas interinas da Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) (quais sejam: PSC, EUMC e EUMS), há o primeiro exercício conjunto de gerenciamento de crise da União da Europa Ocidental (WEU) e da NATO a fim de testar os conceitos relacionados à Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ESDI) e ao uso pela EU das estruturas militares da NATO. O exercício CMX/CRISEX 2000 contou com 30 países (RUTTEN, 2001).

Em dezembro de 2000 o Conselho Europeu de Nice aprofundou a cooperação em defesa nas estruturas da EU, acordando em conferir capacidade para que a União fosse rapidamente operacional para lançar de forma autônoma, todas as Tarefas de Petersburgo. Para tanto, as estruturas provisórias de comando e controle criadas pelo Conselho Europeu de Helsinki se tornaram permanentes. Tal fato pode ser observado no organograma 4 elaborado com base em EU (1999ab) e EU (2000). Também foi acordado que seriam gradativamente absorvidas, as funções da WEU dentro da estrutura da EU (EUROPEAN UNION – EU, 2000). Da análise do relatório final do encontro, pode-se concluir que os países da EU argumentavam que o fato que diferenciava o bloco era a sua capacidade de mobilizar meios civis com apoio militar (função coercitiva) para lidar com e prevenir as crises. Portanto, reafirmaram que a defesa do continente continuava sendo prerrogativa da NATO e que o fortalecimento da capacidade europeia de gerenciamento de crises apenas tornava a aliança transatlântica mais forte. Reafirmaram também, que o comprometimento de recursos nacionais para as missões da Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) seria de forma voluntária e soberana (EU, 2000).

Assim, visando incorporar as funções da WEU, a EU decidiu pela criação na forma de agências, de um Centro de Satélite e um Instituto de Estudos de Segurança que iriam incorporar os recursos das agências análogas da WEU. Além disso, decidiu-se que a EU iria assumir o gerenciamento da missão policial técnica na Albânia desenvolvida pela WEU (EU, 2000). Foi definido que o mecanismo de consulta entre a NATO e a EU passaria a se dar por reuniões entre o Comitê Político e de Segurança (PSC) e o Conselho do Atlântico Norte (sigla em inglês, NAC) pelo menos uma vez a cada presidência e através de encontros *ad hoc* entre grupos subsidiários das duas organizações. Também a fim de evitar duplicação de capacidades, o Estado-Maior da União Europeia (EUMS) iria adquirir dados técnicos já processados dos órgãos da NATO. Garantia-se dessa forma, a subordinação estratégica da EU à NATO. Houve também, o incentivo para a contínua reestruturação das indústrias de defesa europeia, inclusive incentivando o desenvolvimento da aeronave e do helicóptero de

transporte Airbus A400M e NH90 (EU, 2000).

Organograma 3 - Estrutura de Defesa da União Europeia pós Conselho Europeu de Nice 2000



Fonte: Elaborado pela Autora.

A década de 1990 finaliza com o desenvolvimento de instrumentos para que a Europa ocidental tenha não só capacidade de ação defensiva, mas também autonomia tática na sua aplicação. Ou seja, que a sua cooperação em defesa passasse de pilar europeu na NATO, para ator internacional. Esta configuração não significava desengajamento ou concorrência com a aliança atlântica, pois mantinha-se acato estratégico a ela. Assim, o debate dos anos 1990 se dava em torno do que seria necessário para que as capacidades europeias se tornassem uma força efetiva de gerenciamento de crise e não uma força militar baseada em operações de alta intensidade entre Estados. O papel da recém criada Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) em 1999 parecia ser o de diminuir o espaço entre as capacidades europeias e as demandas do seu ambiente securitário e não o de competir com as capacidades estadunidenses.

Quadro 7 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 1992-2000

(continua)

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Tratado da União Europeia (TEU)/ Tratado de Maastricht	Fev 1992	Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	Criação da EU e definição de que a WEU exerceria o papel operacional e tático das ações com repercussões no campo da defesa.

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Eurocorps	Mai 1992	Alemanha e França	Força multinacional focada em operações militares no amplo espectro operacional e de intensidade, com divisão igualitária de comando e custos entre França e Alemanha. Disponível para utilização pela EU e pela NATO.
Declaração de Petersburgo	Jun 1992	Países membros da WEU: Alemanha, Bélgica, Espanha França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido	Definição das operações militares em que a União da Europa Ocidental (WEU) poderia ser utilizada pela EU: missões humanitárias, de salvamento, missões de manutenção da paz, gestão de crises e pacificação – denominadas Tarefas de Petersburgo.
Identidade Europeia de Segurança e Defesa (ESDI)	1996	Países Membros da NATO: Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Turquia	A WEU ficaria responsável por levar adiante missões militares europeias sem o engajamento norte-americano, podendo utilizar - sob supervisão do Conselho da NATO – além das capacidades táticas acordadas em 1994 (logística, mobilidade estratégica e C4I (Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Inteligência), também as estruturas de planejamento e comando da aliança.
Tratado de Amsterdã	Out 1997	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	Uma vez acionada a WEU para aplicação das Tarefas de Petersburgo pela EU, esta teria prerrogativa sob aquela – pois, todos os membros da União teriam direito de participar das missões.
Organização para Cooperação Conjunta em Matéria de Defesa (OCCAR)	Set 1998	Alemanha, França, Reino Unido e Itália	A OCCAR visava gerir conjuntamente os programas europeus de armamentos, objetivando aumentar a eficiência e diminuir os custos de produção.
Conselho Europeu de Colônia	Jun 1999	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	Acordo para criação futura de um Comitê Político e de Segurança (PSC), um Comitê Militar (EUMC), um Estado-Maior (EUMS), um Centro Situacional e outros recursos, como um Centro de Satélite e um Instituto de Estudos de Segurança.
Conselho Europeu de Helsinki	Dez 1999	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	Institucionalizada a Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) através da determinação de criação das estruturas provisórias do PSC, do EUMC e do EUMS. Determinou-se a criação de uma Força Conjunta Europeia de Reação Rápida de Alemanha, França e Reino Unido com capacidade de recrutar, no prazo de 60 dias, e manter durante pelo menos um ano, forças militares de até 50.000-60.000 combatentes.
Sistema europeu de satélites de posicionamento GALILEO	1999	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	Início da construção de capacidade europeia espacial, visando diminuir a dependência europeia do sistema de posicionamento estadunidense GPS.
Exercício Militar CMX/CRISEX 2000	Fev 2000	Países Membros da NATO e da WEU	Exercício conjunto a fim de testar os conceitos relacionados à Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ESDI) e ao uso pela EU das estruturas militares da NATO.

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Conselho Europeu de Nice	Dez 2000	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	Tornou permanente as estruturas interinas criadas pelo Conselho Europeu de Helsinki: o PSC, o EUMC, o EUMS. Acordaram em gradativamente absorver as funções da WEU para dentro da estrutura da EU.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Verifica-se, pois, que o período de 1992-2000 representa, assim como o período de 1945-1955, um momento de conformação regional com uma nova configuração de polaridade. A Europa ocidental tem de lidar com a realidade de que o continente já não era mais teatro de operações entre dois grandes polos de poder e por isso, tinha de alcançar certa autonomia de ação - ao mesmo tempo que havia necessidade de modernização militar. Este era o momento de redesenho do papel da Europa e da NATO na nova realidade internacional. Portanto, primeiramente, há a construção de capacidades europeias dentro da aliança atlântica (através da ligação da WEU com a ESDI), otimizando a busca por segurança e lucro (uma vez que houve a escolha por emulação parcial das capacidades estadunidenses). Todavia, com o aprofundamento das instabilidades na antiga Iugoslávia, com o desengajamento estadunidense da região (aliado à pressão por maior divisão de custos na NATO), os europeus têm de se voltar para a construção de capacidade de ação tática para utilização quando os Estados Unidos não se engajassem. Com modificação em sua capacidade estatal em 1998, Reino Unido se volta então, mais intensamente para a região.

É, portanto, no final da década de 1990 que as ameaças declaradas de Alemanha, França e Reino Unido se tornam totalmente compatíveis e a região se adequa ao seu novo papel na divisão de trabalho com a NATO, criando capacidades táticas autônomas e complementares. Respondia-se, assim, ao grande questionamento da década sobre o que seria europeu e o que seria atlântico na nova configuração internacional. Há, pois, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, a estruturação do papel de ator internacional da Europa ocidental nas esferas econômica, política, securitária e de defesa, consolidando uma abordagem ampla para a esfera da defesa. Dessa forma, o que diferenciava a União Europeia (EU) da NATO era a sua capacidade de agência na área econômica e política, utilizando a força como elemento de coerção. Adotava-se, então, um papel diferente, mas compatível com a NATO. Esta interligação se torna evidente especialmente no processo de expansão de ambas as instituições para o leste europeu, ocupando cada uma um espaço na manutenção da ordem neoliberal. Isto posto, percebe-se que o nível internacional pressiona, o regional estimula e o estatal produz as variações no tempo da cooperação em defesa na Europa ocidental.

4.2 ANOS 2000: APROFUNDAMENTO DA BUSCA POR AUTONOMIA EUROPEIA

Se nos anos 1990 temos a reestruturação do papel da Europa ocidental na nova estrutura internacional, nos anos 2000 temos a sua consolidação e aprofundamento. A primeira década e meia dos anos 2000 marca a estruturação das operações multinacionais como instrumento de política externa e de defesa dos países ocidentais. Há, pois, a intensificação da modificação das estruturas militares de forças estáticas para forças expedicionárias e da abordagem baseada em ameaças para a baseada em capacidades. Isto porque, as ameaças híbridas apresentavam proeminência nos discursos de defesa frente ao crescimento da capacidade dos chamados países emergentes (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS, 2008; NATO, 1996).

Com os ataques terroristas aos Estados Unidos em setembro de 2001 ativando pela primeira vez na história a cláusula de defesa coletiva (artigo 5) do Tratado do Atlântico Norte (NATO, 2020), construiu-se forte consenso entre europeus e norte-americanos em torno da determinação do terrorismo como principal ameaça aos Estados. Os subsequentes ataques terroristas em Istambul em 2003, em Madrid em 2004 e em Londres em 2005, auxiliaram a intensificar esta percepção. A chamada Guerra ao Terror desenvolvida pela Doutrina Bush implicava não apenas em uma estratégia de conter as ameaças não estatais, mas também em uma de conter Estados classificados como ‘fracos’. Pois, estes Estados poderiam disseminar armas de destruição em massa ou servir de hospedeiros a grupos terroristas. Por isso, a política da guerra ao terrorismo vinha acompanhada da política de não proliferação nuclear (IISS, 2002).

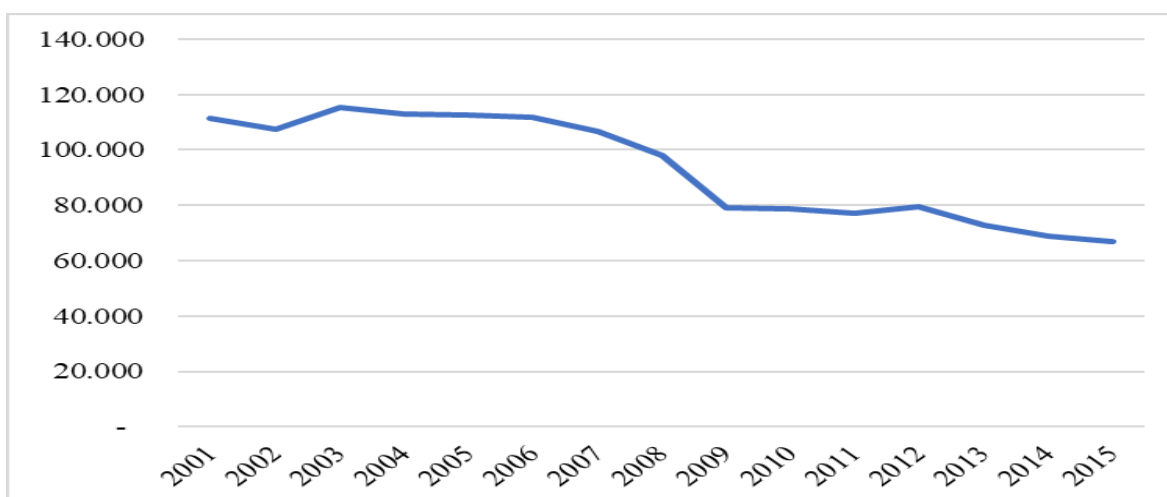
A contenção da ameaça terrorista requeria o fortalecimento interno do Estado: melhorar e adaptar o sistema de inteligência nacional e as ações de rastreamento de dinheiro. Ademais, no seu âmbito externo, a política de contenção do terrorismo implicava na necessidade de prover ajuda econômica e fortalecimento de Estados e regiões vistas como passíveis de servirem como base para grupos terroristas. Assim, a abordagem se tornava ampla¹⁹, consolidando a tendência iniciada na década anterior de englobar todas as esferas do Estado na defesa nacional (IISS, 2002). Sob este contexto, sendo o objetivo a estabilidade, o componente militar passou a ser um meio pelo qual se criava e se mantinha um ambiente para

¹⁹ Passou-se a chamar esta abordagem abrangente, com todas as esferas do Estado engajadas na defesa nacional, como compreensiva (do inglês, *comprehensive approach*). Todavia, o termo gera debates (GLATZ *et al.*, 2018; IISS, 2002). Portanto, opta-se por utilizar durante todo o trabalho, o termo com marcação (‘compreensiva’), a fim de demonstrar a problematização que ele levanta.

que os outros instrumentos estatais pudessem atuar (IISS, 2008).

A racionalidade por trás desta política de defesa implicava na constante prontidão, tornando a preempção parte essencial da estratégia nacional, já que seria necessário agir preventivamente para evitar a emergência de possíveis grupos terroristas e de Estados que pudessem servir de hospedeiros a eles. Entendia-se que uma ameaça em qualquer lugar do mundo poderia se configurar como uma ameaça aos países ocidentais (IISS, 2009). Portanto, a característica difusa e imprevisível do terrorismo conferiu percepção de proximidade geográfica e intensificou a necessidade de cooperação para a sua contenção.

Gráfico 28 - Militares Estadunidenses na Europa 2001-2015



Nota: Considera-se os militares presentes no Comando Europeu (EUCOM), exceto Turquia.

Fonte: Elaborado pela Autora.

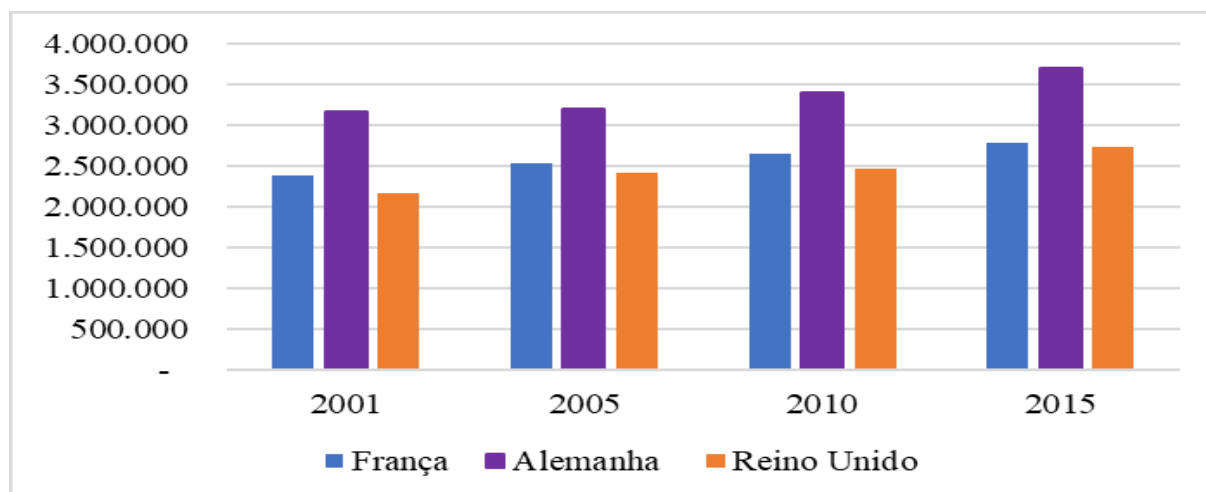
Aliado a isso, o passar da década traz o aprofundamento da globalização e do desenvolvimento de novas tecnologias (em especial a digitalização). Há o fortalecimento do multilateralismo e a emergência de países em desenvolvimento como novos atores nas relações de poder mundial (EUROPEAN UNION - EU, 2008). Nesse sentido, impactaram na Europa:

- a) o fortalecimento econômico chinês a partir de 2005, se tornando uma das principais origens da importação de bens de Alemanha, França e Reino Unido (UNITED NATIONS - UN, 2001-2009a) e
- b) a recuperação russa no mercado mundial de venda de armamentos (conforme verificado no gráfico 34 elaborado com base em Kane (2004) e IISS (2002-2015)).

Nesse ambiente em transformação, a pressão por modernização e aumento de gastos em defesa aliado à crise econômica do final da década de 2000 e à contínua diminuição de

militares estadunidenses da Europa²⁰ (com o seu relativo direcionamento para o leste europeu²¹), também exerceu coerção para que a resposta europeia à pressão de autoajuda do Sistema Internacional ocorresse através do aumento da cooperação regional em defesa.

Gráfico 29 – Produto Interno Bruto em Milhões de Dólares Constantes (2010) 2001-2015



Fonte: Elaborado pela Autora.

No nível regional, verifica-se novamente equilíbrio de poder entre Alemanha, França e Reino Unido, os quais, do ponto de vista das capacidades, seriam opções de alinhamento uns para os outros. Chama a atenção que os três países aumentaram os seus Produtos Internos Brutos (PIB) do começo para o fim da década (gráfico 29 elaborado com base em Worldbank (2021)). Mas o PIB alemão permaneceu consideravelmente maior do que o dos demais. Já o PIB britânico, continuou sendo o menor. Quanto aos efetivos militares, de 2001 a 2006, a Alemanha apresentou o maior efetivo dentre os três países, quando, então, foi ultrapassada pela França. De maneira geral, o número dos três países continuou a cair durante a década, exceto pela França que apresentou considerável aumento em 2010. Já o Reino Unido permaneceu na terceira posição durante todo o período. Os gastos militares dos três países apresentavam, ainda em 2001, a tendência de queda dos anos 1990. Todavia, ao longo do

²⁰ Mesmo que tenha havido um aumento de aproximadamente 15% de 2000 para 2003 no número de militares estadunidenses no comando europeu, a partir de então, volta a cair e o acumulado do período é de diminuição de aproximadamente 33% (KANE, 2004; IISS, 2002-2015).

²¹ A expansão da NATO para o leste europeu parecia dar conta de manter a influência estadunidense no continente, bem como servir de elemento de contenção russa. Em janeiro de 2003, diante dos debates sobre uma possível invasão do Iraque pelos Estados Unidos e a posição alemã e francesa contrárias a tal ação, o então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld em entrevista, sugeriu que a Europa ocidental seria a ‘velha Europa’ e que o centro de gravidade da NATO estava se direcionando para o leste europeu. Tal posição levantou debates entorno de uma ‘velha Europa’ no ocidente em oposição a uma possível ‘nova Europa’ no leste (GROTE, 2007). Conforme será visto, tal fato não retirou a coesão europeia entorno das operações e da transformação militar da aliança, apenas serviu de pressão para que houvesse autonomia tática e operacional, para ação quando os Estados Unidos e a NATO não estivessem engajados (NATO, 2004).

período aumentaram consideravelmente. Fato que demonstrava que se o número de efetivos militares tendeu a diminuir, este aumento do orçamento poderia estar sendo direcionado à modernização militar. Conforme verificado pelo gráfico 31 (que juntamente com o gráfico 30, foi elaborado com base em Greig; Enterline (2017) e IISS (2010-2015)) o Reino Unido apresentou o maior orçamento de defesa entre os três países, apesar de possuir o menor efetivo (tendência desde os anos 1980). Isto pode ser um indicativo de que maior porcentagem do seu orçamento era direcionado à inovação se comparado aos outros dois países²².

Gráfico 30 - Efetivos Militares em Milhares 2001-2015

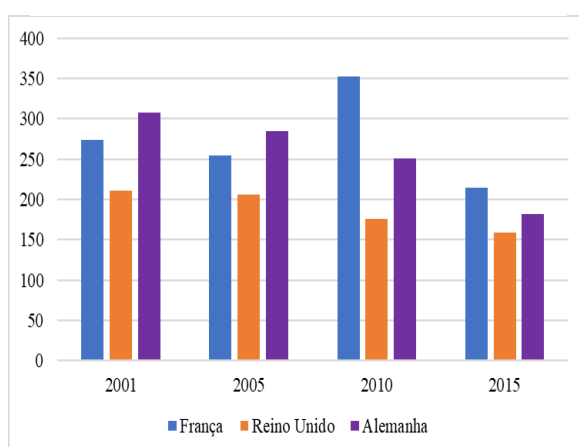
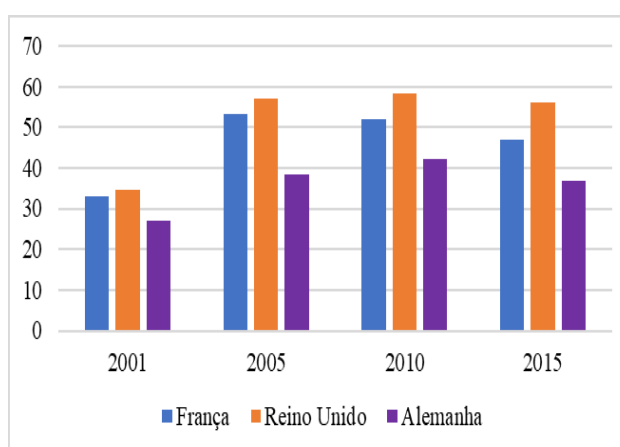


Gráfico 31 - Gastos Militares em Bilhões de Dólares Americanos do Ano Corrente 2001-2015



Fonte: Elaborado pela Autora.

No que tange à análise das ameaças declaradas de Alemanha, França e Reino Unido, há, nesse período, clara coesão em torno da agenda de contenção do terrorismo. Ele era classificado como uma das principais ameaças aos três Estados. Como resposta também se percebe coesão em torno da abordagem classificada como ‘compreensiva’ e da busca por modernização militar baseada na capacidade de projeção (GERMANY, 2006; FRANCE, 2008; UK, 2004). Há forte discurso intervencionista nos documentos de defesa dos três países, classificando as operações além-teatro como uma das funções das Forças Armadas e sendo necessárias para a política de defesa nacional (GERMANY, 2006, p. 12; FRANCE, 2008; UK, 2004)²³. Convém destacar, também, a forte ênfase que os três países davam para a

²² Convém destacar que o maior investimento em inovação não necessariamente se reflete diretamente em maior competitividade. Pois, mesmo com o orçamento de defesa menor, a Alemanha ocupava posição melhor no mercado de venda de armamentos (conforme demonstrado no gráfico 34). Este fato, junto com os dados do PIB, demonstram que a Alemanha possuía uma economia competitiva e tecnológica.

²³ Isto marca uma significativa mudança de postura alemã, pois pela primeira vez, o país coloca as operações de gerenciamento de crise em igualdade com as de defesa do território nacional e dos seus aliados (GLATZ *et al.*, 2018). A justificativa para tanto, residia no aprofundamento da visão construída no período passado, de uma abordagem ‘compreensiva’ para a segurança e a defesa nacionais (do conceito alemão *Vernetzte Sicherheit*, ou segurança em rede) (GERMANY, 2006, p. 25). Consequentemente, houve um aumento considerável do

segurança energética, declarando que instabilidades nas regiões produtoras poderiam afetar a manutenção do suprimento. Ademais, declaravam que a emergência de países com grande capacidade de consumo como a China, poderia pressionar a busca por mercados energéticos. Havia, então, uma retórica em torno da necessidade de aumentar as relações com os chamados países emergentes, especialmente China e Índia (GERMANY, 2006, p. 23; FRANCE, 2008, p. 25; UNITED KINGDOM – UK, 2004, p. 16).

A retórica alemã continuava sendo a de exercer as suas ações militares no exterior somente através das instituições multilaterais, reafirmando o seu comprometimento com a manutenção da ordem internacional, com a NATO e com a União Europeia (EU). A França reforçava a postura de busca por autonomia de ação, defendendo o aprofundamento da cooperação em defesa europeia²⁴ como instrumento da sua política de defesa e adotando discurso de liderança mundial. O Reino Unido reafirmava a sua atuação internacional aliado aos Estados Unidos e se focava na busca por modernização²⁵ (GERMANY, 2006; FRANCE, 2008; UK, 2004). As regiões declaradas como estratégicas eram compatíveis entre os três países. A Alemanha focava na Europa do Leste, na Ásia, no Oriente Médio e na África, declarando que estas regiões eram rota de gasodutos, ricas em recursos energéticos e com problemas sociais que poderiam transbordar para outras regiões. O país defendia também a manutenção das boas relações com a Rússia e a incorporação do leste europeu nas dinâmicas euro-atlânticas (GERMANY, 2006). A França focava a sua política de defesa na África e na Ásia. O Reino Unido se focava no Oriente Médio, na África e na Ásia. (GERMANY, 2006, p. 23; FRANCE, 2008, p. 25; UK, 2004, p. 16).

A França mantinha a sua declaração em prol da necessidade da aliança transatlântica e da complementariedade entre a cooperação em defesa na EU e na NATO (FRANCE, 2008). Neste sentido, o movimento de reintegração às estruturas militares da aliança visava acalmar os parceiros europeus que tendiam a enxergar que todo passo na direção de aprofundar a

engajamento alemão em operações sob mandato da ONU, da NATO e da EU. Portanto, tem-se uma Alemanha mais militarizada, mais global e mais intervencionista do que nos períodos anteriores.

²⁴ O país defendia um modelo de cooperação de agrupamento e compartilhamento de capacidades, em vez de uma uniformidade. Defendia também, que o bloco possuísse capacidade de planejamento estratégico e operacional próprio e permanente, para que não continuasse dependente da oferta nacional (que poucos países podiam suprir) ou da oferta da NATO. Ademais, advogava pela elaboração de um livro branco da EU para delimitar os objetivos e as políticas públicas comuns (FRANCE, 2008).

²⁵ Declaravam que era improvável que a maioria das operações expedicionárias seria conduzida sem os Estados Unidos e que por isso seria desnecessário gerar capacidades de larga escala (UK, 2004, p. 17). Além disso, previam a atuação britânica como país central em operações europeias de média escala para quando os Estados Unidos não estivessem engajados (UNITED KINGDOM - UK, 2010b; MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020, p. 24). Ou seja, viam a EU como elemento operacional, por isso deixavam claro que o suporte às operações militares da EU só iria ocorrer quando ficasse determinado que a NATO não se engajaria (UK, 2010b).

cooperação em defesa europeia se daria em detrimento da NATO. Todavia, argumentavam que manteriam a liberdade de decisão quanto ao comprometimento das forças francesas e que por isso, nenhuma força do país ficaria permanentemente sob o comando da aliança em tempos de paz (FRANCE, 2008, p. 104). Convém explicitar que o país declarava forte interligação com o Reino Unido: “Juntamente com a outra potência nuclear europeia, o Reino Unido, a França observa que não há situação em que os interesses vitais de um estariam ameaçados sem que os interesses do outro também fossem ameaçados” (FRANCE, 2008, p. 65, tradução nossa)²⁶.

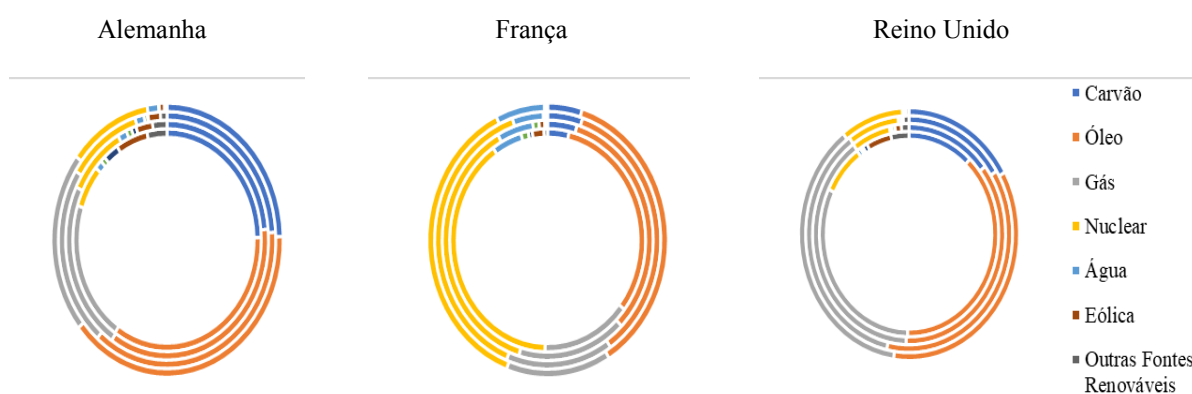
Neste período, o Reino Unido lança em 2003, 2010 e em 2015 Livros Brancos sobre a defesa nacional. Não há significativas mudanças entre eles, apenas atualizações. Em 2015, além de reafirmar as ameaças do terrorismo, do extremismo, de instabilidades regionais, da segurança energética e da mudança climática, foram acrescentadas na lista: o ressurgimento da rivalidade interestatal, o impacto da transformação tecnológica e do ciberespaço e a erosão da ordem internacional baseada no Estado de Direito (UNITED KINGDOM – UK, 2015). Há forte enfoque na busca por modernização militar, sendo alegado que o mundo estava instável e incerto e que passava por mudanças rápidas. Portanto, o maior risco seria o ambiente estratégico mudar mais rapidamente do que o reino fosse capaz de acompanhar com tecnologia e capacidade (MILLS; BROOKE-HOLLAND; WALKER, 2020). Assim, o foco na modernização era essencial para que os britânicos tivessem capacidade de desenvolver simultâneas e múltiplas missões de pequena e média intensidade para operações de manutenção e imposição da paz (UK, 2004; 2010c; 2015).

Constata-se, pois, convergência nas ameaças declaradas dos três países, com ameaças e regiões estratégicas compatíveis. Todos reafirmavam a aliança transatlântica e a necessidade de cooperação europeia no âmbito da defesa. O Reino Unido se posicionava mais engajado na aliança com os Estados Unidos (posição atlantista). A França mais engajada no projeto europeu (posição europeísta) e a Alemanha servia de elo entre as posturas de ambos. Assim, com capacidades semelhantes e ameaças compatíveis, Alemanha, França e Reino Unido se apresentavam como opções viáveis de alinhamento uns para os outros. Esse mesmo estímulo regional para a cooperação em defesa, somente havia ocorrido no período de distensão entre Estados Unidos e União Soviética (1956-1979). Todavia, naquele momento, mesmo com diminuição militar estadunidense na região, a estrutura internacional de forte bipolaridade

²⁶ Do original em inglês: “Together with the other European nuclear power, the United Kingdom, France notes that there is no situation in which the vital interests of one may be threatened without the interests of the other being threatened also.” (FRANCE, 2008, p. 65).

constrangia para que possíveis iniciativas europeias se desenvolvessem sob estrutura da NATO (foi o caso do Eurogrupo). Já nos anos 2000, a estrutura de hegemonia da ordem liberal e a forte reorientação do engajamento militar estadunidense, pressionava pelo aumento da cooperação regional autônoma. Resta verificar se, do ponto de vista da capacidade estatal, os três países apresentavam propensão para tanto e se, o modelo de análise aqui proposto, possui capacidade explicativa para os desenvolvimentos efetivamente ocorridos no período.

Gráfico 32 - Matriz Energética de Alemanha, França e Reino Unido (2001, 2005, 2010, 2015) em Porcentagem do Total de Energia Consumida



Conforme pode ser verificado pelo gráfico 32 (elaborado com base em Ritchie (2022)), neste período o consumo alemão de carvão permaneceu relativamente constante, o de óleo apresentou pequena queda e o de energia nuclear diminuiu quase pela metade. O consumo de gás oscilou, mas no acumulado do período, apresentou queda. O que chama atenção é que o consumo de biocombustíveis aumentou consideravelmente e o de outras fontes renováveis e de energia solar aumentaram aproximadamente 8,5 e 6,5 vezes, respectivamente. As três principais fontes de energia alemã neste período eram o óleo e oscilando na segunda e terceira colocação carvão e gás. No caso francês, o consumo de carvão oscilou, mas no cumulado do período, diminuiu, o de óleo continuou caindo durante todo o período analisado. Já o consumo de gás oscilou e no acumulado do período, permaneceu relativamente constante. O uso francês de energia nuclear durante esse período aumentou, representando junto com ao óleo, as duas principais fontes de energia francesa. Assim como no caso alemão, o consumo de biocombustíveis, de energia solar e de energia eólica aumentaram consideravelmente (RITCHIE, 2022).

Na matriz energética do Reino Unido, o carvão continuou a diminuir a sua porcentagem durante todo o período analisado, bem como a energia nuclear e o gás. Já o óleo

apresentou um pequeno aumento. As duas principais fontes de energia do reino eram gás e óleo. Mas assim como para Alemanha e França, o consumo de energia renovável como energia hidrelétrica, biocombustíveis, solar e eólica aumentaram consideravelmente. Pela análise do gráfico 32, podemos perceber, portanto, que no período analisado, dentre os três países, a Alemanha possuía a matriz energética mais diversificada e a França, a menos (sendo a primeira vez desde o pós-Segunda Guerra Mundial). Mesmo apresentando matriz energética com grande porcentagem de combustíveis fósseis, se viu relativa mudança e busca por uma matriz mais limpa pelos três países.

Durante o período analisado, a Alemanha importava quase a totalidade do gás e do óleo consumido. Em 2001 e em 2005, aproximadamente 44% de todo o gás importado advinha da Rússia e o restante de Noruega e Países Baixos. Em 2009, a porcentagem importada de Rússia diminuiu para 38%, mas em 2016, ela aumentou consideravelmente e passa a representar 85% de todo o gás consumido pelo país (EUROSTAT, 2001-2016ab). A Alemanha se configurava, pois, altamente dependente da Rússia para suprir a sua demanda de gás. Quanto ao óleo, os cinco principais parceiros continuaram os mesmos durante todo o período, com a Rússia ocupando novamente a posição de principal parceira. Chama a atenção que a quantidade de óleo importado da Rússia aumenta no decorrer da década. Os demais parceiros são: Países Baixos, Noruega, Reino Unido e em menor quantidade Líbia, Cazaquistão e demais parceiros (EUROSTAT, 2001-2015ab). Durante todo o período, mais de 64% do consumo de carvão do país advinha de produção interna (EUROSTAT, 2001-2015ab). O restante era importado equilibradamente de vários parceiros, que oscilavam entre as primeiras posições e os principais eram: Polônia, África do Sul, Austrália, República Tcheca, Colômbia e Rússia. Em 2009, Estados Unidos entra na lista das cinco principais origens do carvão consumido pela Alemanha (EUROSTAT, 2001-2009ab). Assim, podemos verificar que a Rússia ocupou posição central como fornecedora de fonte de energia para a Alemanha durante todo o período analisado. Também possuía peso importante o continente europeu e em menor quantidade o Oriente Médio. De modo geral, durante todo o período, a Alemanha era altamente dependente de fontes de energia externa – não à toa que a sua política de defesa elencava a segurança energética como essencial (GERMANY, 2006).

Durante todo o período analisado, a França importava quase 100% do gás consumido. Em 2001, ele advinha de forma distribuída de Noruega, Rússia, Argélia e em menor quantidade de Países Baixos. Em 2005 Países Baixos ultrapassou a Argélia. A Nigéria e o Egito se tornam fornecedores, mesmo que em menor quantidade. Em 2009, a Noruega se torna a principal fornecedora do gás francês, permanecendo assim em 2015. Com menos da

metade da quantidade importada da Noruega, a Argélia passou para a segunda colocação e a Rússia caiu para a quarta, Ainda, Catar e Trinidad e Tobago entraram na lista (EUROSTAT, 2001-2015ab). Durante a década, também quase a totalidade do óleo consumido era importado. Em 2015, ele advinha de forma distribuída de: Arábia Saudita (12,9%), Rússia (11,5%), Cazaquistão (7,7%), Nigéria (6,6%), Argélia (6,2%), Estados Unidos (5,1%), Noruega (4,8%), entre outros. Do pouco carvão que a França consumia, praticamente a sua totalidade era importada de vários parceiros, sendo os principais: Austrália, África do Sul, Estados Unidos (que passou da terceira colocação em 2001 para a primeira em 2009), Colômbia, China, Rússia e em menor quantidade Bélgica, Polônia e demais parceiros (EUROSTAT, 2001-2015ab). Portanto, podemos analisar que assim como a Alemanha, a França era altamente dependente de fonte de energia importada. A Rússia também ocupava posição importante dentre os principais fornecedores. Todavia, a segurança energética francesa perpassava especialmente pela Europa e pelo continente africano.

Na análise acerca da dependência energética britânica, chama atenção o progressivo aumento da dependência de fontes importadas – especialmente no caso do gás. Em 2001, o Reino Unido produzia praticamente 100% do gás que consumia. Os aproximados 2,4% importados advinha da Bélgica e Noruega. Em 2005, a quantidade importada de gás aumentou para 14,5% (a maioria advinda da Noruega, Bélgica e em menor quantidade da Argélia e Trinidad e Tobago). Em 2010, os britânicos já importavam 47% do gás consumido, novamente a maioria da Noruega (quase 50%), depois Catar, Países Baixos e em menor quantidade da Argélia, Trinidad e Tobago, Bélgica, Egito e Austrália. Em 2016, a quantidade importada chegou a 54% (EUROSTAT, 2001-2015ab; UK, 2010-2019). A produção de óleo britânica também cai durante o período analisado e conseqüentemente a importação sobe. Em 2001, o Reino Unido importava 37,5% do óleo consumido. Assim como com o gás, quase a totalidade importada advinha da Noruega e em menor quantidade da Rússia, Arábia Saudita, Países Baixos, Emirados Árabes Unidos, França, Líbia e demais parceiros. Em 2005, a porcentagem de óleo importada aumenta para 49% do total consumido (com os três primeiros parceiros constantes, mas as demais posições ocupadas por Estônia, França e Venezuela). Em 2010, o reino passou a importar 55% do óleo consumido, majoritariamente da Noruega e em menor quantidade da Rússia, Líbia, Países Baixos, Venezuela, Bélgica, Nigéria e demais parceiros. Em 2016, o reino já importava, dos mesmos parceiros, 64% do óleo consumido (EUROSTAT, 2001-2015ab; UK, 2010-2019).

Quanto ao carvão, também há aumento da dependência externa. Em 2001, o Reino Unido importava pouco mais de 50% do seu consumo. Ele advinha de vários parceiros

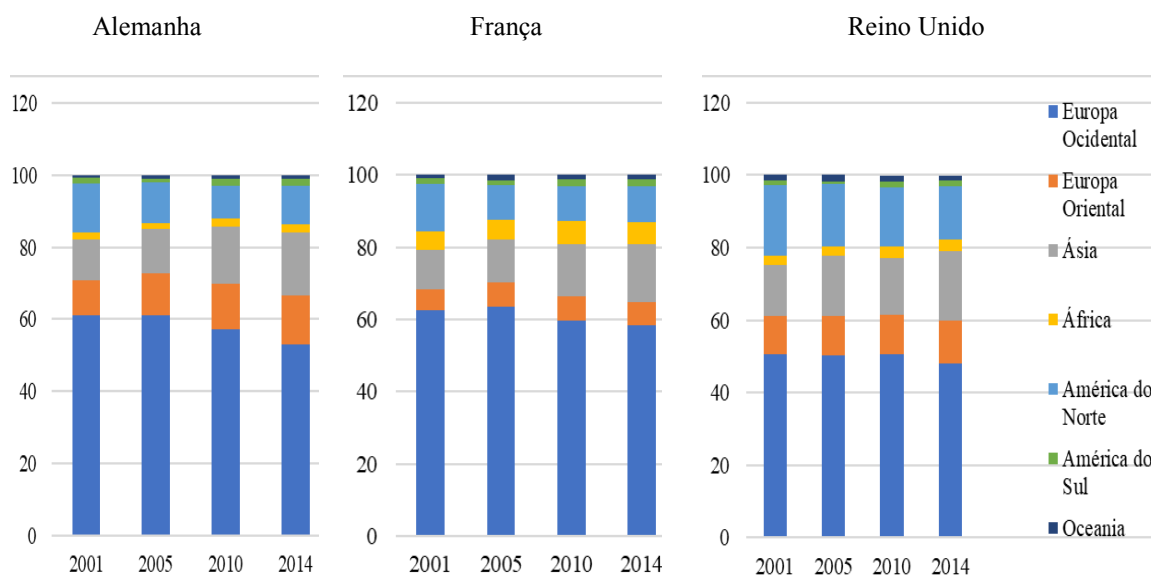
relativamente equilibrados, sendo o principal África do Sul, depois Austrália, Colômbia, Rússia, Estados Unidos e em menor quantidade Polônia, Canadá e demais parceiros. Em 2005, a quantidade de carvão importada já representava aproximadamente 70% da quantidade consumida (com a Rússia saltando para a primeira posição e a Indonésia para a quinta). Em 2010, essa tendência cai para aproximadamente 60%, mas em 2016 novamente chega a 71% de importação do carvão consumido. Chama atenção que, desde 2010, a Rússia se isola na posição de principal parceira na importação de carvão pelo Reino Unido. Na segunda posição, com menos da metade da quantidade importada, se encontra Colômbia, depois Estados Unidos, África do Sul, Austrália e demais parceiros (EUROSTAT, 2001-2015ab; UK, 2010-2019). Portanto, verificamos que, no início da década, Reino Unido possuía relativa autonomia energética - sendo menos vulnerável do que Alemanha e França de oferta externa de energia. Todavia, o reino foi aumentando consideravelmente a sua dependência de energia importada, que provinha majoritariamente do continente europeu (com Rússia ocupando espaço importante, mas com a Noruega sendo seu principal parceiro) e em menor medida de África e Oriente Médio. Dessa forma, pelo modelo de análise aqui proposto e aliado ao contínuo redesenho do engajamento estadunidense da Europa, o Reino Unido deverá ao longo do período, aumentar continuamente a sua propensão para cooperar em defesa regionalmente. Assim, do ponto de vista da energia usada como fonte de recurso estatal, Alemanha, França e Reino Unido encontravam na Europa a principal origem dos seus recursos. Para os três, a Rússia se configurava como importante parceiro energético, bem como também em menor medida o continente africano e o Oriente Médio. Os três países eram vulneráveis às fontes externas de energia, com o Reino Unido aumentando a sua dependência ao longo do período.

Continuando a análise dos indicadores do mecanismo causal da propensão para cooperar regionalmente em defesa, temos a análise das fontes de recursos financeiros dos três países. Conforme verificado pelo gráfico 29, o PIB dos três aumentou ao longo da década (com o PIB alemão permanecendo consideravelmente maior do que o dos demais). Também os seus orçamentos de defesa aumentaram consideravelmente. Este fato, aliado à diminuição dos efetivos militares, demonstrava que parte considerável do orçamento de defesa poderia estar sendo direcionada à modernização militar, como declarado em suas políticas de defesa. Os países emergentes aumentaram a sua importância para os três, aumentando a sua participação como fonte de recursos financeiros. Movimento percebido na análise do destino das exportações de mercadorias de Alemanha, França e Reino Unido. Este aumento nas exportações de bens para a Ásia, África, América do Sul, Oceania e Europa do leste se deu em detrimento das exportações para a América do Norte e para a Europa ocidental. Mesmo assim,

a Europa ocidental permaneceu como o principal destino das exportações de bens dos três países, representando no caso alemão e francês, mais de 50% das exportações e no caso britânico, quase 50% em 2014 (fato que pode ser observado no gráfico 33 elaborado com base em Ortiz-Ospina; Beltekian (2018)).

Chama a atenção que tanto as exportações quanto as importações de bens e serviços dos três países aumentaram consideravelmente durante os anos de 2000 a 2015. O fato mais expressivo é o aumento considerável das exportações de bens da Alemanha para a França (passando de 61,2 milhões de dólares exportados em 2001 para 118,6 milhões de dólares em 2016) (UN, 2001-2016a). Dentre os três países, de modo geral, também a Alemanha é o que apresentou os maiores aumentos nas quantidades de bens e serviços exportados. Percebe-se uma compatibilidade entre os parceiros comerciais dos três países, com os três ocupando a lista de principais destinos das exportações e importações de bens e serviços uns dos outros (UN, 2001-2016a). Conclui-se que Alemanha, França e Reino Unido eram altamente vulneráveis ao comércio com a Europa ocidental.

Gráfico 33 - Porcentagem das Exportações de Bens por Região de Destino 2001-2015



Fonte: Elaborado pela Autora.

Quanto aos parceiros comerciais, em todo o período temos como os cinco principais destinos das exportações de bens da Alemanha: França, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Países Baixos e China. Quanto às importações de bens, vemos a China passando da décima posição em 2001, para a quarta posição em 2005 e para a primeira posição em 2010. Os demais principais parceiros seguem os mesmos das exportações com o Reino Unido saindo da

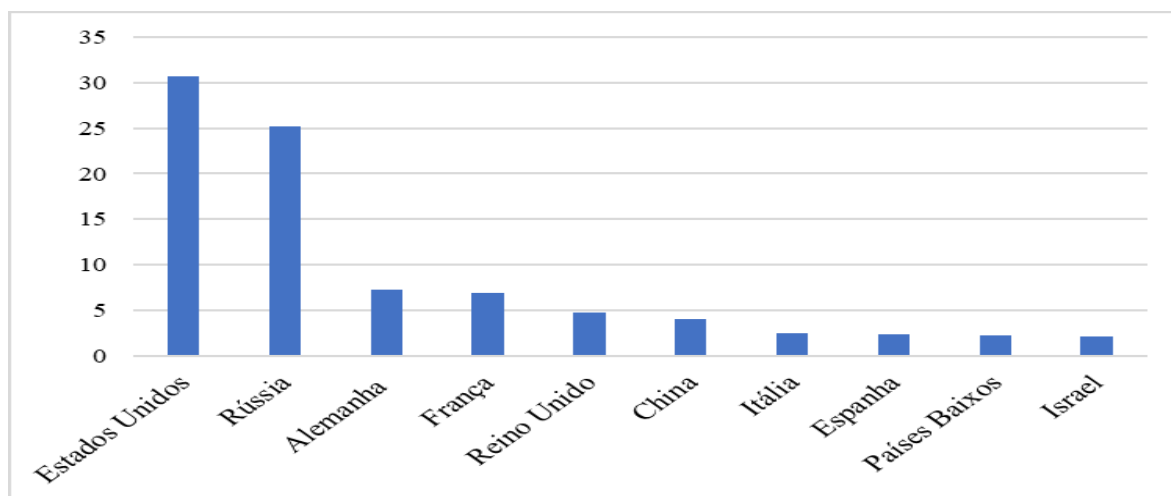
3ª colocação em 2001, para não aparecer entre os 10 principais parceiros alemães, em 2016 (UN, 2001-2016a). Os principais destinos das exportações de serviços da Alemanha durante todo o período permaneceram relativamente constantes, com apenas algumas modificações nas posições dos mesmos parceiros (Estados Unidos, Reino Unido, França, Suíça e Países Baixos). Para as importações de serviços, temos como os principais parceiros da Alemanha em 2001: Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália e Espanha. Em 2005: Estados Unidos, Reino Unido, Áustria, França e Suíça. Em 2009: Estados Unidos, Reino Unido, França, Áustria e Países Baixos. Em 2016: Estados Unidos, Reino Unido, França, Áustria e Países Baixos (UN, 2001-2016a). Portanto, podemos perceber a grande dependência do comércio alemão com a Europa ocidental. De especial atenção é a grande presença de França, Reino Unido e Estados Unidos no quadro de principais parceiros comerciais da Alemanha. Por fim, há notória ascensão chinesa como principal parceira de importações de bens pela Alemanha.

Em 2001, o principal destino das exportações de bens franceses era a Alemanha, o Reino Unido, a Espanha, os Estados Unidos e a Itália. Nos demais períodos temos os mesmos parceiros, mas com Reino Unido e Estados Unidos caindo de posição. O mesmo acontece em relação à importação de bens. Todavia, em 2010, a China já ocupava a posição de segunda principal origem das importações de bens pela França (atrás somente de Alemanha), permanecendo nesta posição em 2016 (UN, 2001-2016a). Os principais destinos das exportações de serviços franceses em 2001 eram: Estados Unidos, Suíça, Japão, Canadá e Rússia. Em 2005, o Japão, o Canadá e a Rússia saem das primeiras colocações e temos: Reino Unido, Estados Unidos, Bélgica, Alemanha e Suíça. Em 2009, seguem os mesmos parceiros na exportação de serviços, apenas os Estados Unidos sobem para a primeira posição e a Alemanha para a terceira. Como principais parceiros nas importações de serviços pela França em 2001 temos: Estados Unidos, Suíça, Canadá, Japão e Marrocos. Em 2005: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha. E em 2009, Espanha e Itália trocam de posição e a Alemanha sobe para a primeira posição (UN, 2001-2009a). Podemos verificar que, assim como ocorre na Alemanha, há dependência francesa do comércio com a Europa ocidental, com forte presença de Alemanha e Reino Unido como principais parceiros comerciais – como também de Estados Unidos. Da mesma forma, há a ascensão da China como uma das principais origens dos bens importados pelo país.

Para o Reino Unido, houve pouca oscilação no ranking dos principais parceiros comerciais no período analisado. Também Alemanha, França e Estados Unidos ocupavam posições importantes, inclusive com Alemanha ocupando posições mais altas do que França. Em 2001, 2005, 2010 e 2016, os principais destinos das exportações de bens do Reino Unido

eram Estados Unidos, Alemanha, França, Países Baixos e Irlanda, oscilando entre as posições. Quanto às importações de bens, nestes mesmos anos, temos em 2001: Estados Unidos, Alemanha, França, Países Baixos e Japão. Em 2005: Alemanha, Estados Unidos, França, China e Países Baixos. Em 2010 e em 2016: Alemanha, China, Estados Unidos, Países Baixos e França (UN, 2001-2016a). Quanto às exportações de serviços, temos em 2001, 2005 e 2016, Estados Unidos e Alemanha na primeira e segunda posição seguidos de França, Países Baixos, Irlanda e Suíça oscilando nas demais posições. No que se refere às importações de serviços, temos como principais parceiros durante todo o período analisado, apenas oscilando nas posições: Estados Unidos, França, Espanha, Alemanha, Países Baixos, Itália e Irlanda. Chama a atenção que assim como para Alemanha e França, também houve para o Reino Unido a ascensão da China no ranking de principais origens das importações de bens - passando da sexta posição em 2001, para a segunda posição em 2016 (UN, 2001-2016a). Também há dependência britânica do comércio com a Europa ocidental.

Gráfico 34 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 2001-2015



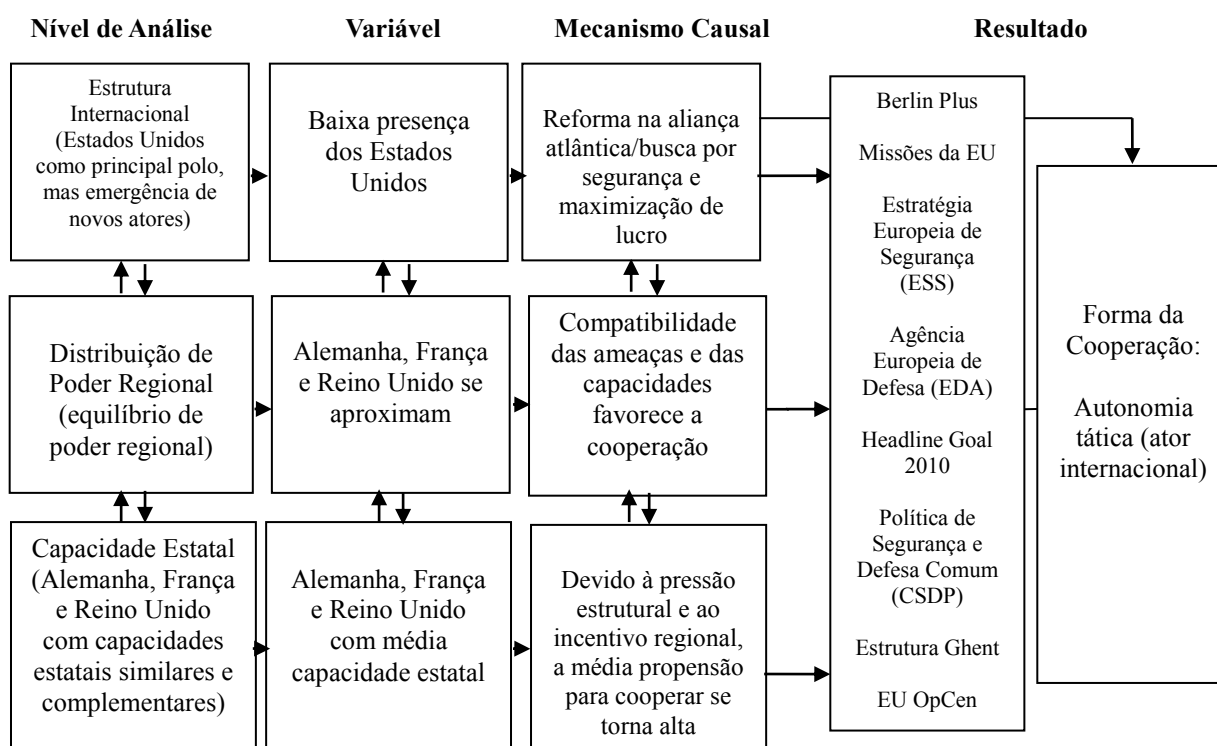
Fonte: Elaborado pela Autora.

Adicionando a análise dos principais parceiros econômicos à da origem das fontes de energia dos três países, podemos perceber que a Europa ocidental continuava a apresentar importante peso como origem dos recursos estatais necessários para responder a eventuais ameaças. Percebe-se, também, o aumento relativo da importância dos atores emergentes (especialmente a China), indicando a tendência do período de maior globalização.

Quanto ao acesso à tecnologia representado pela posição dos três países no mercado mundial de exportação de armamentos, verifica-se pelo gráfico 34 (elaborado com base em SIPRI (2001-2015)) a manutenção da posição dos três países no ranking de principais

exportadores de armamentos do período. Alemanha e França mantêm praticamente constante a sua fatia de mercado. Todavia, mesmo permanecendo na mesma posição, o Reino Unido apresenta uma diminuição de aproximadamente 26% em sua fatia de mercado, se comparado ao período anterior. A China e a Rússia aumentam consideravelmente as suas. Portanto, do ponto de vista da capacidade estatal, verifica-se que há média capacidade estatal para os três países (há melhora na capacidade alemã desde o período anterior devido à melhora na sua capacidade de acessar os recursos financeiros necessários ao país). A média capacidade estatal gera média propensão para cooperar. Todavia, o forte estímulo regional para a cooperação em defesa (devido à forte compatibilidade de ameaças e ao equilíbrio de poder regional) transforma a média propensão para cooperar, em alta.

Figura 6 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 2001-2015



Fonte: Elaborado pela Autora.

Conforme demonstrado, o contexto do início dos anos 2000 traz forte coesão na determinação de ameaças entre os países europeus e deles com os Estados Unidos²⁷. O

²⁷ Mesmo com os desentendimentos quanto à invasão do Iraque em 2003, como representada pela polêmica já citada, do termo 'velha Europa' proferido pelo Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld; há o engajamento de Alemanha e França em outras operações lideradas pelos Estados Unidos (como a operação Enduring Freedom, no Afeganistão), bem como o aprofundamento da cooperação da EU com a NATO e a reintegração da França às estruturas da aliança transatlântica.

ambiente em acelerada transformação tecnológica, com o aprofundamento da digitalização e da globalização e a emergência de novos atores poderosos nas Relações Internacionais, consolidou a abordagem baseada em capacidades (EUROPEAN UNION – EU, 2003). Para tanto, era necessária a aceleração da modernização militar e a construção de capacidade de prontidão e de projeção (KING, 2011). Com o contínuo redirecionamento das capacidades estadunidenses para outras regiões (especialmente Oriente Médio) (IISS, 2009), a Europa ocidental via-se pressionada a agir para garantir as suas capacidades defensivas. Conforme pudemos verificar pela análise dos principais documentos de defesa de Alemanha, França e Reino Unido, este período é marcado pelo forte engajamento militar dos três países em missões classificadas como gerenciamento de crise, manutenção ou imposição da paz e sob mandato das Nações Unidas (UN), da EU, da NATO ou mesmo em coalizões menores.

Isto posto, mesmo com desentendimentos entre Alemanha e França com o Reino Unido quanto ao apoio à invasão estadunidense no Iraque em 2003, este período marca a grande presença conjunta desses países através destas operações especialmente na África e no Oriente Médio, as quais são regiões estratégicas para rotas comerciais e energéticas até o continente europeu (RITCHIE, 2022; ORTIZ-OSPINA; BELTEKIAN, 2018). Assim, ao consolidar como política de ação operações civis e militares no âmbito de sua política externa, a EU coloca em ação a sua condição de ator internacional criada no período anterior. Foram 22 missões civis e militares lançadas no âmbito da Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) entre 2003 e 2015 – algumas continuam ativas até hoje. Elas se deram na África (9), na Ásia/Oriente Médio (7) e na Europa do Leste (6) (EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS, 2021b).

Neste período, a palavra de ordem no planejamento estratégico da NATO era ‘projeção’ (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2002). Em novembro de 2002, na Declaração da Conferência de Praga da NATO, além de ser confirmado o segundo movimento de expansão da aliança para o leste europeu²⁸, os países membros acordaram em criar a Força de Resposta da NATO (sigla em inglês, NRF). Ela reafirmava a modernização militar baseada na construção de forças rápidas e de projeção, com alta interoperabilidade entre capacidades terrestres, marítimas e aéreas (NATO, 2002). Assim, a NATO transformou a sua estrutura de comando em Norfolk (Virgínia, Estados Unidos) para um Comando Aliado de Transformação (da sigla em inglês, ACT) que teria a função de alinhar a transformação das

²⁸ Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia efetivaram entrada em 2004.

estruturas, da doutrina e das capacidades militares dos países membros (KING, 2011, p 57)²⁹. Havia, portanto, contínua pressão por modernização militar, bem como oportunidade de utilização dessas estruturas para emulação das capacidades estadunidenses (DYSON, 2010).

Consolidava-se, pois, o redesenho da aliança transatlântica de engajamento norte-americano com a defesa territorial europeia, para comprometimento europeu com a manutenção da ordem estadunidense em troca da garantia de acesso a recursos militares que os europeus necessitavam (IISS, 2002; HOWORTH, 2005). Ou seja, assim como no período anterior, era necessário aumentar a capacidade europeia e diluição de custos, para que os Estados Unidos mantivessem a parceria estratégica – sem a qual Alemanha, França e Reino Unido se veriam com grandes dificuldades militares, especialmente logísticas (KING, 2011; DYSON, 2010; IISS, 2002).

Ainda, conforme visto pela análise dos indicadores selecionados, tem-se desde o pós-Segunda Guerra Mundial, o primeiro momento em que há pressão da estrutura do Sistema Internacional, aliado a total compatibilidade de ameaças e capacidades estatais similares e complementares entre Alemanha, França e Reino Unido. Ocorre, portanto, ações efetivas na consolidação da EU como um ator no âmbito da defesa a fim de diminuir o espaço entre as capacidades europeias e as demandas do seu ambiente securitário. O choque geoestratégico dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, o qual fez com que houvesse a percepção de que as ameaças pudessem advir de qualquer lugar do mundo, aliado às movimentações para alargamento da EU (que ocorreu em março de 2004) e à necessidade de ocupar maior protagonismo na esfera da segurança internacional, incentivaram o bloco a atualizar tanto a sua política externa em relação aos objetivos e abordagens, quanto em relação às provisões institucionais.

Com a estrutura descentralizada, sendo separada em pilares (com sanções econômicas recaindo sob responsabilidade da Comissão Europeia; produção de política externa sob o Conselho e questões de crime organizado e controle de fronteira sob o sistema judiciário), havia dificuldade de coordenação no campo de operações (FREIRE, 2008). Portanto, com início em 28 de fevereiro de 2002 e término em junho de 2003, ocorre a Convenção sobre o Futuro da Europa. Ela foi composta por representantes dos governos e dos parlamentos dos países membros da EU, do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia (BRUTON, 2004). Esta convenção propôs os fundamentos para um Tratado Constitucional da União Europeia (assinado em 2004). Especificamente na área de política externa, ele criaria uma estrutura que

²⁹ Fonte: Visita ao Quartel General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas, 13 de outubro de 2017.

unificaria as funções da Comissão Europeia, do Conselho Europeu, do Conselho e do Alto Representante da União para Assuntos Externos e Política de Segurança (SG/HR) – retirando, assim, a chamada estrutura de pilares. Para alcançar esse objetivo, previa-se a criação: do cargo de Ministra(o) dos Negócios Estrangeiros Europeu (combinando o cargo de SG/HR e o de Comissária(o) Europeu para Relações Externas); um Serviço Europeu de Ação Externa (sigla em inglês, EEAS); uma Agência Europeia de Defesa (sigla em inglês, EDA) responsável pelo planejamento e desenvolvimento das capacidades militares; uma cláusula de solidariedade mútua e o mecanismo da Cooperação Estruturada Permanente (sigla em inglês, PESCO)³⁰ (HOWORTH, 2007; FREIRE, 2008).

Em 01 de janeiro de 2003 houve o lançamento da primeira missão policial da União Europeia (EU) na Bósnia e Herzegovina, que durou até 11 de dezembro de 2011 (EUPM/BiH) (EEAS, 2021). Também em janeiro de 2003, ocorreram encontros bilaterais entre Alemanha e França versando sobre a cooperação em defesa. Todavia, chama a atenção que, mesmo com posições diferentes entre França e Reino Unido no Conselho de Segurança das Nações Unidas, acerca das possíveis ações militares no Iraque, houve em 4 de fevereiro de 2003, em Le Touquet, um encontro bilateral entre ambos (que se repetiu também em novembro do mesmo ano) sobre a necessidade de fortalecer a cooperação em defesa na EU (FRANCE; UNITED KINGDOM, 2003). Na ‘Declaração para o Fortalecimento da Cooperação Europeia em Segurança e Defesa’, resultante do encontro, ambos os países defenderam as propostas de criação de uma cláusula de solidariedade mútua e da criação de uma agência de aquisição e desenvolvimento de capacidades militares (a qual viria do alargamento da OCCAR) (FRANCE; UNITED KINGDOM, 2003).

Reafirmavam também a necessidade da EU fortalecer as suas capacidades no âmbito do gerenciamento de crises. Por isso, propuseram a criação da primeira força militar exclusivamente europeia para atuação nos Balcãs³¹. Ainda, reafirmavam a necessidade de fortalecer a base industrial europeia através da construção de capacidades conjuntas. Para tanto, demonstravam a intenção de trabalhar no desenvolvimento de porta-aviões conjuntos e

³⁰ Conforme será detalhado no capítulo seguinte, a PESCO não é uma força tática para ser utilizada em combate e sim uma estrutura para os países desenvolverem capacidades militares em grupos. Cada grupo sempre deverá ter um país líder e seguir algumas regras específicas – como por exemplo utilizar a Agência Europeia de Defesa (EDA) para o desenvolvimento das capacidades acordadas. Esta estrutura permite que haja diferentes velocidades na cooperação em defesa, pois permite que os países que assim desejarem, aprofundem a sua cooperação e os que não quiserem, permaneçam onde estão. É um mecanismo especialmente voltado para o desenvolvimento das capacidades dos países menores sob a liderança dos maiores (Fonte: Entrevista com Coronel Holger Koch, Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia. Bruxelas, sede da Representação Permanente, 16 de Outubro de 2017; UE, 2007)

³¹ A substituição da NATO, pela EU nas ações nos Balcãs, fazia sentido no período, devido a necessidade de redirecionamento das forças da NATO para o Afeganistão (RITTIMANN, 2021).

na criação de interoperabilidade entre os já existentes (FRANCE; UNITED KINGDOM, 2003). Concordavam que os Balcãs e a África eram regiões nas quais os interesses dos países europeus convergiam para a construção de estabilidade. Voltaram a reafirmar, assim como em Sant Malo (1998), que os interesses securitários de ambos estavam interligados e que a defesa de um perpassava pela defesa do outro (FRANCE; UNITED KINGDOM, 2003 p. 38). Confirmavam também, o compromisso com a aliança transatlântica e a necessidade de fechar um acordo com a NATO para que a EU pudesse utilizar suas estruturas operacionais (FRANCE; UNITED KINGDOM, 2003, p. 36). Dessa forma, o que se propunha era uma autonomia tática da EU, mas não operacional e nem estratégica.

Dessa forma, mesmo com os desentendimentos entorno das ações militares estadunidenses no Iraque, ocorre em 17 de março de 2003, a consolidação dos arranjos conhecidos como Berlin Plus entre a EU e a NATO. Tais acordos se equivalem aos acordos para a estruturação de uma Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ESDI) de 1996, entre a NATO e a União da Europa Ocidental (WEU). Através deles, a EU teria acesso às capacidades coletivas (majoritariamente estruturas de comando operacional) da NATO para utilização em missões de gerenciamento de crise quando a aliança como um todo não estivesse engajada. Para tanto, posteriormente foi criada uma célula permanente da EU no Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (sigla em inglês, SHAPE) e um time permanente da NATO no Estado-Maior da União Europeia (EUMS) (NATO, 2004; FREIRE, 2008). Portanto, na prática, este era mais um movimento de esvaziamento da WEU e de incorporação de suas funções na União Europeia (EU). A finalização dos arranjos só foi possível depois que o governo turco recebeu garantias de que nem Chipre e nem Malta fariam parte das possíveis operações militares da EU sob a estrutura do Berlin Plus (NATO, 2005). Apenas dias depois da assinatura do acordo, em 31 de março, a EU lança a sua primeira operação militar. A Operação CONCORDIA/FYROM foi mandada para a Macedônia para substituir a missão da NATO no local, e utilizava as estruturas do Berlin Plus (EEAS, 2021b).

Em 29 de abril do mesmo ano - durante as operações no Iraque - Alemanha, França, Bélgica e Luxemburgo (países que discursivamente se opuseram à invasão do Iraque) se reuniram para reafirmar as suas posições de defesa da NATO e para reafirmar projetos que já estavam em discussão na Convenção sobre o Futuro da Europa e que foram defendidos também na conferência de Le Touquet por França e Reino Unido. A mídia da época e parte da bibliografia (HOWORTH, 2007), argumenta que o encontro era visto como excludente e contra a NATO, porque propunham o que chamaram de União Europeia de Segurança e Defesa (sigla em inglês, ESDU). Todavia, a ESDU nada mais era do que a defesa de uma

espécie de ‘coalizão da vontade’ (do inglês, *coalition of willing*) entre Estados dispostos a aprofundarem a cooperação em defesa e que estaria aberta para todos os membros da EU que assim quisessem. Ou seja, era o precedente do modelo da PESCO, trazido posteriormente pelo Tratado Constitucional e criado pelo Tratado de Lisboa, que visava autonomia operacional, mas não alcançaria autonomia estratégica.

Estes países defendiam uma cláusula de assistência mútua frente a riscos de toda natureza; harmonização das políticas de defesa; desenvolvimento das capacidades militares conjuntas; aumento do investimento em equipamento militar; agrupamento de capacidades e sua disponibilidade para participação nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas. O desenvolvimento da ESDU estaria centrado na expansão da brigada franco-alemã (GERMANY *et al.*, 2003; HOWORTH, 2007). Mais um fato que demonstra que a referida iniciativa não estava distante da visão estratégica britânica, era que em 24 de novembro de 2003, França e Reino Unido realizaram novo encontro e reafirmaram a decisão de fortalecer a Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) e de lhe conferir capacidade autônoma de ação, assim como defendido em Le Touquet (MISSIROLI, 2003).

Assim como com Sant Malo e a posterior criação das estruturas da ESDP, as movimentações dos encontros bilaterais e multilaterais fora das instituições formais da União Europeia (EU) (como Le Touquet e o referido encontro entre Alemanha, França, Bélgica e Luxemburgo) resultaram em ações concretas no bloco. Em outubro de 2003, foi lançada a primeira Estratégia Europeia de Segurança (sigla em inglês, ESS). Por ela, ficava clara a determinação de ameaças e as áreas geográficas estratégicas para o bloco, direcionando assim as suas ações de política externa. Nela encontram-se os mesmos fundamentos dos documentos de defesa de Alemanha, França e Reino Unido. O terrorismo, as armas de destruição em massa, os chamados ‘Estados falidos’, a mudança climática e a segurança energética eram tidas como as principais ameaças ao bloco (EU, 2003).

A resposta a estas ameaças seria através da construção de estabilidade e governança nas áreas vizinhas ao continente (Balcãs, Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldávia, Sul do Cáucaso, Sul do Mediterrâneo, África Ocidental e Oriental e Oriente Médio). Isso se daria através de engajamento preventivo que, significava não somente a cooperação e engajamento militar desses países, mas também a construção de estruturas estatais e econômicas aos moldes das democracias ocidentais (EU, 2003). Objetivo para o qual, a EU se configurava como essencial. A ESS também expandiu o escopo das Tarefas de Petersburgo, acrescentando à lista de operações possíveis à EU: operações de desarmamento e suporte a terceiros Estados no combate ao terrorismo e a reforma do setor de segurança (FREIRE, 2008).

A partir de então, a EU desenvolve uma série de operações militares e civis no âmbito das Tarefas de Petersburgo sob a Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) nas regiões consideradas estratégicas pela Estratégia Europeia de Segurança (ESS). Além das operações já em andamento na Bósnia e Herzegovina (EUPM/BiH) e na Macedônia (CONCORDIA/FYROM de 31 de Março de 2003 a 15 dezembro de 2003), há as operações: Operação Militar na República Democrática do Congo (ARTEMIS/DRC de 5 de junho a 1 setembro de 2003); Missão de Polícia da EU na Macedônia (EUPOL PROXIMA de 15 de dezembro de 2003 a dezembro de 2005); Força Militar Europeia na Bósnia e Herzegovina (EUFOR ALTHEA/BiH de 09 de julho de 2004 até os dias atuais); Missão da EU para o Estado de Direito na Geórgia (EUJUST THEMIS de 16 de julho de 2004 até os dias atuais); Missão de Polícia da EU na República Democrática do Congo (EUPOL KINSHASA de abril de 2005 a junho de 2007); Missão da EU para o Estado de Direito no Iraque (EUJUST LEX-Iraq de 01 de julho de 2005 a 31 de dezembro de 2013); Missão da EU para a Reforma no Setor de Segurança na República Democrática do Congo (EUSEC RD CONGO de 2005 a junho de 2015); Missão de Monitoramento na Indonésia juntamente com a ASEAN, Noruega e Suécia (Aceh Monitoring Mission de 15 de setembro de 2005 a 2012); Missão de Assistência Fronteiriça da EU no ponto de passagem Rafah entre Egito e Faixa de Gaza (EUBAM Rafah de 24 de novembro de 2005 até os dias atuais); Equipe de Assessoria Policial da EU na Macedônia (EUPAT de 14 dezembro de 2005 até os dias atuais); Missão de Polícia e para o Estado de Direito no Território Palestino (EUPOL COPPS de 01 de janeiro de 2006 até os dias atuais); Força Militar da EU na República Democrática do Congo (EUFOR RD Congo de 25 de abril de 2006 a 30 de novembro de 2006); Missão de Polícia no Afeganistão (EUPOL Afghanistan de 2007 a 31 de dezembro de 2016); Missão de Polícia na República Democrática do Congo (EUPOL RD CONGO de julho de 2007 a setembro de 2014); Força Militar da EU no Chade e na República Centro Africana (EUFOR Tchad/RCA de 28 de janeiro de 2008 a 2009); Missão da EU para a Reforma no Setor de Segurança em Guiné-Bissau (EU SSR Guinea-Bissau de fevereiro de 2008 a agosto de 2010); Operação Marítima da EU na Somália (Operation ATALANTA de 2008 até os dias atuais); Missão da EU para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX de 2008 até os dias atuais); Missão de Monitoramento na Geórgia (EUMM de 15 de setembro de 2008 até os dias atuais) e Missão de Treinamento Militar na Somália (EUTM Somália de 2010 até os dias atuais) (EEAS, 2021b).

Convém chamar a atenção para o fato de que quando cruzamos as missões militares da EU com as desenvolvidas pela NATO no mesmo período, percebe-se clara compatibilidade e complementariedade. Enquanto a NATO dispndia a maior parte das suas operações no

Oriente Médio e na Ásia, a EU se focava no norte da África e no leste europeu (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2021b; EEAS, 2021b). Mesmo quando havia operações de ambas as instituições no mesmo teatro, elas se complementavam. No Kosovo, a NATO entra com soldados para imposição da paz e a EU, com civis na Missão para o Estado de Direito. Ademais, verifica-se que, como a natureza do engajamento militar nesse período se modificou e houve multiplicação das operações além-teatro, ocorreu também o desenvolvimento de várias operações concorrentes em diferentes frentes de ação. Assim, a EU e a NATO se complementavam nessas ações. Conclui-se que, para a EU, o âmbito civil da sua política de defesa era essencial, abrangendo áreas como diplomacia, desenvolvimento e cooperação econômica, gerenciamento civil de crises e capacidade de resiliência estatal.

As missões da NATO durante a primeira década dos anos 2000 foram: Missão Militar no Kosovo (NATO's Kosovo Force (KFOR) desde junho de 1999 até os dias atuais); Operações na Macedônia (de Agosto de 2001 a Março de 2003); Operações no Mar Mediterrâneo (Operation Active Endeavour de outubro de 2001 a novembro de 2016 e a partir de então até os dias atuais Operation Sea Guardian); Operação antiterrorismo nos Estados Unidos (Operation Eagle de outubro de 2001 a maio de 2002); Operação na Segunda Guerra do Golfo em defesa da Turquia (Operation Display Deterrence de 20 de fevereiro de 2003 a 16 de abril de 2003); Operação no Afeganistão (International Security Assistance Force (ISAF) de agosto de 2003 a dezembro de 2014); Missão de Treinamento no Iraque (NATO Training Mission in Iraq (NTM-I) de 2004 a 2011); Operação de assistência durante os jogos olímpicos e paralímpicos na Grécia (Operation Distinguished Games de 18 de junho a 29 de setembro de 2004); auxílio à Missão da União Africana no Sudão (AMIS) (de junho de 2005 a 31 de dezembro de 2007); assistência aos Estados Unidos durante o Furacão Katrina (de setembro a outubro de 2005); assistência ao Paquistão devido a um terremoto (de 11 de outubro de 2005 a fevereiro de 2006); assistência ao Encontro de Riga na Letônia (novembro de 2006); assistência à Missão da União Africana na Somália (AMISOM) (de junho de 2007 até os dias atuais); Operações anti-pirataria no Golfo de Áden e no Chifre da África (de outubro de 2008 a dezembro de 2016); Operação na Líbia (NATO-led Operation Unified Protector de fevereiro a outubro de 2011) e Missão de Treinamento no Afeganistão (Resolute Support Mission (RSM) desde janeiro de 2015 até os dias atuais) (NATO, 2021b).

Como as capacidades militares e de planejamento da EU ainda não eram condizentes com os seus amplos objetivos declarados na Estratégia Europeia de Segurança (ESS) e não se

havia alcançado os objetivos declarados no Conselho Europeu de Helsínki³² de 1999; em junho de 2004, o Conselho Europeu de Bruxelas adotou um novo Objetivo Principal para o ano de 2010 – o *Headline Goal* 2010. Ele estendia o prazo para que a EU fosse capaz de alcançar os objetivos de Helsínki e estabelecia o desenvolvimento de uma célula civil-militar dentro do Estado-Maior da União Europeia (EUMS) que deveria ser capaz de gerar um centro de operações para planejamento e condução de operações militares (o qual somente foi lançado em 2017 para as operações não executivas). Ademais, previa a criação da Agência Europeia de Defesa (EDA) para avançar na aquisição de capacidades de transporte estratégico (SIMON, 2008).

A questão central do *Headline Goal* 2010 era a criação do mecanismo dos Grupos de Batalha³³. Com eles, a EU visava construir capacidade de reação rápida, pois objetivava que os batalhões estivessem prontos para desenvolver operações no amplo espectro da guerra em menos de dez dias e sustentá-las por 30 dias (ao serem reabastecidos teriam capacidade de ação por 120 dias) (FREIRE, 2008). Todavia, até o momento, nenhum Grupo de Batalha foi utilizado. Conforme verificado em pesquisa de campo no Comitê Militar da União Europeia (EUMC), isso se deve pois, na prática, os Grupos de Batalha são instrumentos dos países (especialmente os menores) para captação de recursos da União e de seus governos para investimento no setor de defesa. Muitos não possuem capacidade de ação efetiva, fazendo, portanto, com que a EU escolha outras opções táticas de ação³⁴.

Em julho de 2004, é criada a Agência Europeia de Armamento (EDA) que teria como seu presidente o Secretário Geral/ Alto Representante da EU para Assuntos Externos (SG/HR) e no seu quadro-executivo, as(os) Ministras(os) de Defesa dos países membros da União Europeia (EU) (JONES, 2007). A EDA visava servir como elemento de fomento à cooperação em defesa ao auxiliar com quadro técnico na definição dos requerimentos de defesa e na coordenação das ações de aquisição entre os países membros. Serviria também, para consolidar a base militar tecnológica e industrial da União (FREIRE, 2008). Ou seja, os países

³² A saber: capacidade de recrutar, no prazo de 60 dias, e manter durante pelo menos um ano, forças militares de até 50.000-60.000 combatentes, capazes de desenvolver as Tarefas de Petersburgo (EU, 1999b).

³³ Conforme será explicado no capítulo quatro, os Grupos de Batalha são formações multinacionais ou nacionais a nível de batalhão, compostos por aproximadamente 1.500 soldados, capazes de realizarem operações autônomas ou como fase inicial de operações maiores. Eles podem receber auxílio complementar de países não membros da EU. Os Grupos de Batalha ficam em prontidão por seis meses ou múltiplos disso. Os grupos que são formados por mais de um país podem escolher ter uma nação líder. Dessa forma, ela fica responsável pelo comando operacional do Grupo (EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS, 2013).

³⁴ Fonte: Entrevista com Coronel Holger Koch, Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia. Bruxelas, sede da Representação Permanente, 16 de outubro de 2017 e Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de outubro de 2017.

da Europa ocidental criaram uma forma de otimizar os seus recursos nacionais de defesa através da modernização conjunta de suas forças militares, visto que a modernização individual seria mais difícil e custosa de ser alcançada.

Com a efetiva utilização das instituições da Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) criadas no período anterior e com o aumento da disposição em utilizar as operações civis e militares como instrumento da política externa do bloco (EU, 2003), via-se a contínua necessidade de que houvesse maior coordenação e organização das diversas estruturas de política externa da EU. Assim, no verão de 2004 é assinado o Tratado Constitucional, que teve seu processo de ratificação cancelado devido à rejeição francesa e holandesa em referendo em maio e junho de 2005, respectivamente. Chama a atenção que o Tratado Constitucional além de prever as iniciativas no âmbito da política externa e de defesa citadas anteriormente³⁵, previa mudanças em outras esferas, como por exemplo o papel do Parlamento Europeu e da Corte de Justiça Europeia. Era em torno das provisões que não as de defesa, que o tratado gerava os maiores debates (FREIRE, 2008). Devido à manutenção da natureza intergovernamental das decisões em segurança e defesa e do alto consenso acerca dos objetivos de defesa, foi nesta esfera que foram alcançados os maiores consensos. Exemplo disto é que algumas das provisões do Tratado (como a criação da Agência Europeia de Defesa - EDA) ocorreram antes mesmo da conclusão do processo de ratificação. Ademais, em 2007, no Tratado de Lisboa, houve a incorporação das provisões do Tratado Constitucional no âmbito da defesa. Portanto, os referendos negativos na França e Países Baixos não impactaram na efetivação das iniciativas propostas pelo tratado neste âmbito (FREIRE, 2008).

Após um período de recesso em relação aos debates em torno do Tratado Constitucional, a Alemanha em sua presidência no Conselho reativa as negociações. Assim, no Conselho Europeu de junho de 2007 é alcançado um acordo para substituição do Tratado Constitucional pelo Tratado Reformador (conhecido como o Tratado de Lisboa) (FREIRE, 2008). São propostas reformulações, em sua maioria na terminologia das propostas em vez de alterações profundas de formato. O Tratado de Lisboa é assinado em dezembro de 2007, e a sua principal ação foi reestruturar as funções das instituições europeias de modo que a estrutura de pilarização fosse dissolvida. Em junho de 2008, os irlandeses rejeitaram o Tratado. Todavia, ocorre novo referendo e o Tratado foi ratificado no país em outubro de 2009. Assim, em dezembro de 2009, o Tratado de Lisboa entra efetivamente em vigor para

³⁵ Quais sejam: a criação do cargo de Ministra(o) dos Negócios Estrangeiros Europeu, a criação de um Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS); uma Agência Europeia de Defesa (EDA), uma cláusula de solidariedade mútua e o mecanismo da Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) (FREIRE, 2008).

todos os Estados membros da EU (EUROPEAN PARLIAMENT - EP, 2021b).

Como consequência, o Tratado de Lisboa deu status legal à EU, que passou a ser um ator de direito e a poder participar em organizações multilaterais como as Nações Unidas (UN) e assinar convenções como a Convenção Europeia de Direitos Humanos. As funções que antes eram separadas em três pilares (quais sejam, Comissão Europeia; Conselho e Justiça e Assuntos Internos) e com o Parlamento Europeu atuando somente com poder consultivo, agora passa a ser uma estrutura institucional mais interligada, com as funções sendo diluídas entre os antigos três pilares e o Parlamento Europeu adquirindo poderes para também propor iniciativas (mecanismo de codecisão, em vez de somente procedimento de consulta) (EP, 2021b). Pelo tratado, introduzia-se uma estrutura de supranacionalidade seletiva na União, conferindo a ela poder de legislação também em assuntos sociais como: esporte, turismo, proteção civil e outros como: cooperação administrativa, direitos de propriedade intelectual, ciberespaço, espaço, política ambiental, política energética. Também se introduziu o conceito de ‘cidadão europeu’ em vez de ‘povo dos Estados’ (UE, 2007).

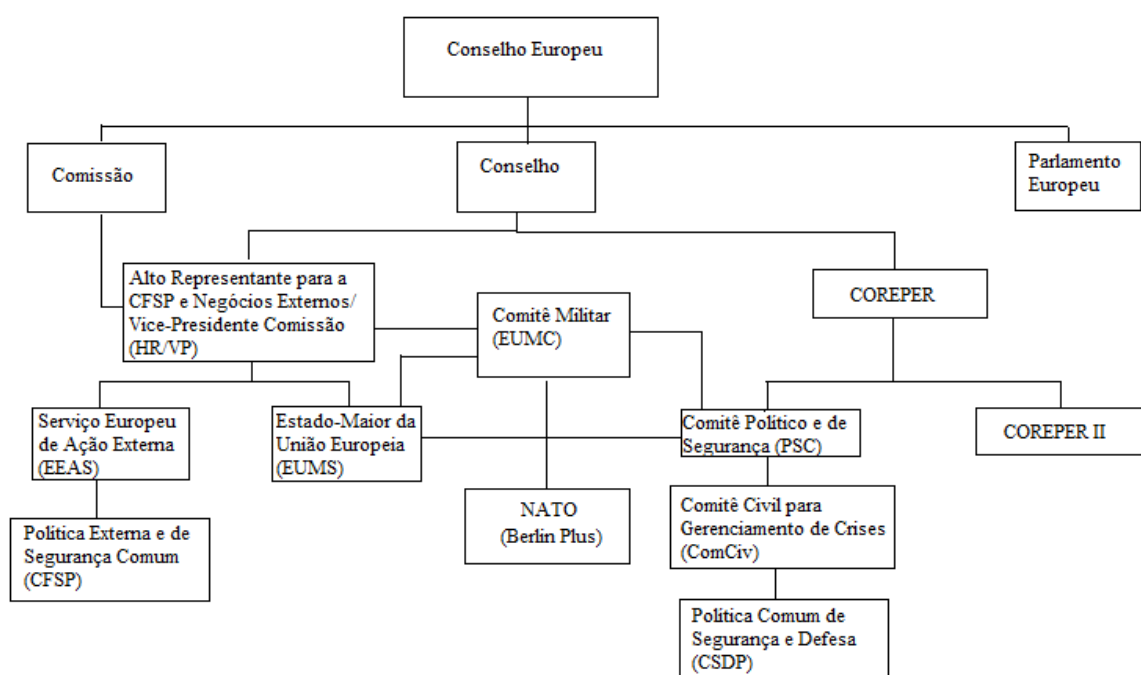
Portanto, o Tratado de Lisboa é tido como um tratado cidadão, pois dá mais autonomia ao Parlamento Europeu, e se preocupa com questões sociais. Mesmo que haja maior supranacionalidade em diversos assuntos da EU, todo o controle e a aprovação final de suas políticas se dá através de controle intergovernamental pelo Conselho Europeu ou através de encontros preparatórios intergovernamentais. O tratado conferiu a possibilidade de maioria qualificada para várias decisões da EU – exceto as relacionadas com política externa, de segurança e defesa. A jurisdição da Corte Europeia foi estendida para todas as funções da União, exceto também para as relacionadas com política externa, de segurança e defesa (EP, 2021b). As seguintes áreas mantiveram também, o seu mecanismo de votação por unanimidade: política tributária, política social, climática e energética. Pela primeira vez, o Tratado prevê um procedimento formal para a saída de um Estado membro da União (UE, 2007; EP, 2021b).

Dessa forma, no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (CFSP) e da Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP), o Tratado de Lisboa manteve quase que inalterada as proposições do Tratado Constitucional. Apenas o cargo de Ministra(o) das Relações Exteriores da EU foi renomeado para Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Assim, o cargo de Alto Representante da EU para a Política Externa e de Segurança passa a ser também o de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros, além de passar a ocupar o cargo de Vice-Presidente da Comissão Europeia (sigla em inglês, HR/VP) – anteriormente a(o) Alto Representante ocupava o cargo de Secretário

Geral do Conselho (UE, 2007).

O Tratado de Lisboa previa também, a criação do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) que foi efetivamente institucionalizado em 2010. O EEAS conforme previsto pelo Tratado Constitucional, seria composto por representantes dos Estados membros, do Conselho e por toda a representação diplomática que a Comissão Europeia possuía. A partir de então, a EU - e não mais somente a Comissão Europeia - passou a ter representação diplomática no exterior (UE, 2007; JONES, 2007; HOWORTH, 2007). A(o) HR/VP ficaria responsável pela direção do EEAS. Na prática, visava-se conferir maior supranacionalidade e agilidade para as ações de Política Externa do bloco (especialmente as econômicas). Todavia, convém chamar atenção que o HR/VP e o EEAS não ficariam responsáveis pelo desenvolvimento e aplicação da Política de Defesa do bloco (UE, 2007). A estrutura de defesa da União Europeia pós-Tratado de Lisboa pode ser verificada no organograma 5, elaborado com base em EP (2021b); EU (2007); Entrevista com Coronel Holger Koch, Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia. Bruxelas, sede da Representação Permanente, 16 de outubro de 2017; Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de outubro de 2017; Visita ao Quartel General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas, 13 de outubro de 2017 e Visita ao Estado-Maior da União Europeia (EUMS). Bruxelas, Quartel-General do EUMS, 12 de outubro de 2017.

Organograma 4 – Estrutura de Defesa da União Europeia após Tratado de Lisboa 2009



Fonte: Elaborado pela Autora.

Pelo Tratado de Lisboa, a Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) passa a se chamar Política Comum de Segurança e Defesa (sigla em inglês, CSDP). As decisões relativas à CSDP continuariam a ser tomadas pelo Conselho por unanimidade e sua aplicação continuava se dando de forma voluntária pelos países membros, com a possibilidade de utilização da estrutura da NATO (Berlin Plus) ou estruturas ad hoc da União. Portanto, na prática, o Tratado de Lisboa não modificou a característica intergovernamental e de engajamento seletivo que a cooperação em defesa na EU possuía, mantendo-a como uma espécie de pilar separado das demais estruturas da EU. O Tratado incorporou também, a função da Agência Europeia de Defesa (EDA) no processo de desenvolvimento militar europeu e as novas Tarefas de Petersburgo declaradas na Estratégia Europeia de Segurança (ESS)³⁶ (desarmamento conjunto, conselho militar, assistência operacional e estabilização pós-conflitos) (UE, 2007).

Uma significativa ação do Tratado foi a efetiva incorporação da cláusula de defesa mútua defendida por Alemanha, França e Reino Unido nos encontros informais durante o período analisado (UE, 2007). Assim, no âmbito da CSDP, o Tratado de Lisboa representa a consolidação de todas as iniciativas que vinham sendo feitas ao longo da década, principalmente por Alemanha, França e Reino Unido. Por fim, com a institucionalização da cláusula de defesa mútua, finalizava-se, como previsto no Conselho Europeu de Nice em 2000, a total absorção das funções da União da Europa Ocidental (WEU) pela União Europeia (EU) e conferia-se oficialmente status de ator internacional à EU no âmbito da defesa. Tal processo encontra-se descrito no quadro 8, elaborado com base em EU (1997); EU (1999b); EU (2000); Bailes; Messervy-Whiting, (2011).

Quadro 8 - Processo de Incorporação da União da Europa Ocidental (WEU) na União Europeia (EU)

(continua)

O papel do Conselho da WEU, do seu Comitê Militar e da sua Célula de Planejamento foi sendo incorporado respectivamente, pelo Comitê Político e de Segurança (PSC) criado pelo Tratado de Amsterdã em 1997; pelo Comitê Militar da União Europeia (EUMC) e pela célula de planejamento do Estado-Maior da União Europeia (EUMS), criados pelo Conselho Europeu de Colônia em 1999. Também conforme visto, o Instituto para Estudos de Segurança e o Centro de Satélite foram incorporados pelo Tratado de Nice, em 2000. Gradativamente, os funcionários civis da WEU foram sendo incorporados em planos de pensão e o Conselho Ministerial da WEU teve sua última reunião em novembro de 2000. Com a criação da Agência Europeia de Defesa (EDA) em 2004, os ministros do Grupo de Armamentos da Europa Ocidental (sigla em inglês, WEAG) acordaram em finalizar ela em junho de 2005. O Conselho Permanente da WEU continuou a existir, mas os países eram representados por diplomatas em nível abaixo de embaixadores. Em 2006, somente um residual do Secretariado e a Assembleia da WEU foram mantidas. A Assembleia continuava o seu trabalho, comentando sobre assuntos da Política de Segurança e Defesa Europeia (ESDP) e da NATO e convidando oficiais da EU para desenvolver falas nos plenários. Todavia, ela foi perdendo a racionalidade de ser e quando a cláusula de

³⁶ Chama atenção que o Tratado não faz menção à União da Europa Ocidental (WEU) e nem ao termo ‘Tarefas de Petersburgo’ que denotava as tarefas pelas quais a EU poderia acionar a WEU. O Tratado retira esta terminologia e lista as mesmas tarefas como sendo as que a própria EU poderia lançar (UE, 2007).

defesa mútua foi aprovada pelo Tratado de Lisboa, o elemento último que mantinha a WEU ativa foi retirado. Então, em março de 2010, houve o anúncio oficial da denúncia do Tratado de Bruxelas Modificado e em 30 de junho de 2011, houve o fechamento de todos os órgãos da WEU.

A progressiva incorporação da União da Europa Ocidental (WEU) pela União Europeia (EU) ao longo dos anos 1990 e sua finalização nos anos 2000, condiz com o modelo de busca por autonomia que a cooperação em defesa europeia estava desenvolvendo. Quanto mais capacidade de ação autônoma da NATO os europeus buscavam, mais perto das demais instituições europeias a cooperação em defesa ia sendo colocada. Isso demonstrava a busca por diferenciação da agência exercida pela EU no sistema internacional, da exercida pela NATO. Isso porque, a incorporação da cooperação em defesa para dentro da estrutura da EU fortalecia a ideia da abordagem ‘compreensiva’ para o gerenciamento de crises internacionais e a ideia do uso do aparato militar como complemento da capacidade de construção de estabilidade estatal e de coerção econômica da EU, e não como uma aliança militar focada em operações executivas de alta intensidade, como a NATO. Se a WEU, que era uma estrutura unicamente focada nos assuntos de defesa fortalecesse as suas capacidades combativas e estruturasse cadeias de comando e controle de forma independente da EU e da NATO, ela iria competir diretamente com as funções da aliança transatlântica. Por isso, argumenta-se que especialmente para países com tendência atlantista como o Reino Unido, era necessário a absorção da WEU pela EU. Ademais, os arranjos Berlin Plus possibilitavam à NATO o mesmo controle estratégico sob a EU que detinham sob a WEU através da Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ESDI), nos anos 1990.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Demonstrando o contínuo redirecionamento do engajamento estadunidense desde o fim da Guerra Fria, Washington e Moscou assinam em 8 de abril de 2010, novo tratado para redução de armas nucleares conhecido como New START (do inglês, *Strategic Arms Reduction Treaty*). O tratado não limitava o número de ogivas inativas, mas sim o número de lançadores de mísseis nucleares estratégicos e estabelecia um novo regime de inspeção entre ambos os países (IISS, 2011).

A crise financeira iniciada nos Estados Unidos e com impacto na Europa especialmente a partir de 2008, afeta de forma mais intensa estes países do que os países classificados como emergentes. Assim, o poder relativo dos primeiros frente aos segundos é diminuído. Tem-se a emergência das chamadas relações sul-sul, nas quais há fortalecimento das relações entre os países emergentes. Neste sentido, especialmente no continente africano, França e Reino Unido perdem proeminência, frente a novos atores como Brasil, China e Índia (VISENTINI, 2013). Conseqüentemente, verifica-se a consolidação das intenções declaradas por ambos os países, nas conferências de Saint Malo e Le Touquet, de desenvolverem capacidade de projeção conjunta através da construção conjunta de um porta-aviões e através da interoperabilidade de suas forças. Assim, em novembro de 2010, ocorrem os Acordos de Lancaster, também conhecidos como Entente Frugale (GOMIS, 2011).

A Entente Frugale é composta por dois tratados fundadores e uma declaração conjunta (os Acordos de Lancaster 2010 e a Declaração de Cooperação em Defesa e Segurança), posteriormente intensificada por outra declaração e três acordos (Encontro de RAF Brize Norton, Acordos em Farnborough Air Show 2014 e acordo para construção de mísseis e drones 2016) (UNITED KINGDOM - UK, 2014ab; 2016). Os Acordos de Lancaster

determinaram o desenvolvimento conjunto de capacidades nucleares e de projeção (portaviões), sistemas de comando, controle, comunicações, vigilância e reconhecimento (UNITED KINGDOM - UK, 2010b). Eram nestas áreas que os europeus mais dependiam de auxílio estadunidense.

Um mês após os Acordos de Lancaster, em dezembro de 2010, a União Europeia (EU) acorda na criação da Estrutura Ghent (uma iniciativa para coordenar os cortes nos orçamentos de defesa, desenvolver e compartilhar capacidades conjuntamente) (BISCOP, COELMONT, 2011). Vê-se, assim, novamente, a absorção das iniciativas bi ou minilaterais para dentro das instituições da União. Mesmo que a Estrutura Ghent não tenha gerado a efetividade esperada (pois era direcionada por orçamento em vez de focada em uma análise estratégica acerca das capacidades que a Europa deveria desenvolver³⁷), ela foi mais um elemento catalisador no sentido de otimizar e fomentar projetos conjuntos em defesa – movimento iniciado com a criação da Organização para Cooperação Conjunta em Matéria de Defesa (OCCAR) em 1998 e da Agência Europeia de Defesa (EDA) em 2004, que culminou em 2017, com a criação do Fundo Europeu de Defesa (sigla em inglês, EDF).

Na Guerra da Líbia em 2011, sob a estratégia de utilização de forças de resposta rápida, França e Reino Unido desenvolvem pela primeira vez, a Força Expedicionária Combinada Conjunta (sigla em inglês, CJEF) criada pelos acordos de Lancaster. Ela utilizou unidades nacionais já existentes e, segundo os países, permitiu identificar os desafios para alcançar a interoperabilidade entre ambos (UNITED KINGDOM - UK, 2012). Todavia, durante as operações, França e Reino Unido utilizaram capacidades estadunidenses de armas de precisão, reconhecimento, inteligência, vigilância e logística (IISS, 2013, p. 12-14). Assim, as operações na Líbia, demonstraram que os países europeus ainda apresentavam limitações quanto às tecnologias centrais para a modernização militar baseada em capacidades.

Com o aprofundamento da Primavera Árabe e o aumento da instabilidade no continente africano, a União Europeia (EU) desenvolve em 2011, o Quadro Estratégico para o Chifre da África. Através dele, a União determinava a criação de um Representante Especial Europeu para o Chifre Africano e deixava claro a sua visão estratégica para a região, declarando que ela era importante rota marítima de comunicação para o continente europeu (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION - CoE, 2011). Por isso, defendiam a chamada ‘abordagem integrada’ e a ‘abordagem compreensiva’³⁸. Isto é, consolidavam os discursos

³⁷ Para verificar mais sobre esse assunto, ver Biscop; Coelmont (2011).

³⁸ Conforme fica claro e estruturado pela Estratégia Europeia de 2016, a ‘abordagem integrada’ (do inglês Integrated Approach) para as crises é composta pela ‘abordagem compreensiva’. Conforme demonstrado

presentes nos documentos de defesa de Alemanha, França e Reino Unido, de que a estabilização das áreas estratégicas para a Europa, no pós-Guerra Fria, perpassava por fortalecer as suas capacidades estatais através do desenvolvimento do modelo ocidental de democracia, direitos humanos e Estado de Direito com engajamento dos atores regionais e internacionais envolvidos na crise. No caso africano, isso se daria através de engajamento regional com a União Africana (CoE, 2011, p. 1-2).

Neste sentido, em março de 2012, ocorre pela primeira vez a ativação pela União Europeia (EU) do Centro Operacional da EU (sigla em inglês, EU OpCen). Ele iria coordenar as três missões em andamento da EU no chifre africano (EEAS, 2015)³⁹. Em outubro do mesmo ano, ocorre um exercício marítimo entre França e Reino Unido no Mar Mediterrâneo visando fortalecer a interoperabilidade da Força Expedicionária Combinada Conjunta (CJEF). Ou seja, verifica-se que havia forte coesão europeia para ações conjuntas nas regiões declaradas como estratégicas.

Como tentativa de resposta frente à perda relativa de poder no Sistema Internacional, aliado à dependência das capacidades estadunidenses e ao redirecionamento do engajamento do país, ocorre em 2012, a tentativa de fusão das duas maiores empresas europeias de armamentos: a empresa inglesa BAE Systems e a franco-germânica-hispânica EADS. A iniciativa foi liderada pela BAE Systems após redução na aquisição de carros de combate pelos Estados Unidos, resultando em redução de receita (IISS, 2013, p. 39). Buscava-se, portanto, otimizar recursos e manter competitividade. A fusão não foi concluída, todavia demonstra a posição dual do Reino Unido: se aproximando da Europa quando os Estados Unidos se afasta. Ou seja, utilizando a cooperação em defesa europeia como resposta à mudança na interação internacional.

Sob este contexto, em dezembro de 2013 (10 anos após a estruturação da primeira

anteriormente, a ‘abordagem compreensiva’ utiliza todas as esferas estatais para construir resiliência estatal. Isto é, utiliza-se o aparato militar como complemento e meio para que as demais esferas estatais possam atuar (como por exemplo, treinamento policial, planejamento econômico, construção de instituições jurídicas, entre outras). Assim, para que esta ‘abordagem compreensiva’ seja efetiva na região em que ela atua, a EU entende que deve ser utilizado não somente atores nacionais, mas também todos os atores envolvidos em todos os níveis da crise (nacional, regional e internacional). Portanto, a ‘abordagem compreensiva’ é somente uma das partes do projeto da ‘abordagem integrada’ (Fonte: Entrevista com Coronel Holger Koch, Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia. Bruxelas, sede da Representação Permanente, 16 de outubro de 2017). Dessa forma, por esta visão, a EU desenvolve uma resposta de longo prazo para as suas ameaças, demonstrando a intenção de utilizar o componente militar como auxílio aos demais. Abordagem que se diferencia, portanto, da NATO.

³⁹ Desde janeiro de 2007, o EU OpCen estava pronto para ativação, mas não havia sido utilizado. Ele é um órgão ad hoc da EU, composto por quatro oficiais permanentes com a missão de organizar a ativação do staff quando necessário. Assim que ativado, ele contaria com pessoal advindo dos países membros e com funcionários do Comitê Militar da União Europeia (EUMC) e do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) (incluindo o Diretório de Gestão de Crise e Planejamento (CMPD), a Capacidade de Planejamento e Conduta Civil (CPCC) e os escritórios regionais) (EEAS, 2014).

estratégia de segurança europeia), a EU inicia esforços para monitorar as mudanças no ambiente internacional a fim de servir de instrumento para o desenvolvimento de uma nova estratégia europeia. A partir de 2014, com o fortalecimento do Estado Islâmico (especialmente no Iraque, Síria e Líbano), aliado à contínua guerra civil na Síria e às demais instabilidades no Oriente Médio advindas dos efeitos da Primavera Árabe, há o aumento dos fluxos migratórios a partir dessa região. Com a intensificação das ações militares europeias sob coalizão liderada pelos Estados Unidos contra o Estado Islâmico, há também o aumento de ações terroristas no continente europeu. Esta conjuntura fortalece o discurso europeu em prol de uma postura intervencionista antiterror, baseada na capacidade de projeção e sob ‘abordagem compreensiva’ (DURKALEC *et al.*, 2017)⁴⁰.

Mesmo que a Europa não tenha retirado de suas visões estratégicas as ameaças convencionais (especialmente advindas da Rússia), elas haviam sido sobrepujadas pelas ameaças híbridas no pós-Guerra Fria. Entretanto, com a crise na Ucrânia iniciada em 2014 e a posterior anexação da Crimeia pela Rússia, há renovada percepção acerca das ameaças convencionais. Dessa forma, a partir de 2014 verifica-se a complexificação da realidade securitária europeia, com início da modificação de interação internacional, com retóricas mais belicosas entre Estados Unidos e União Europeia (EU) de um lado e Rússia de outro⁴¹.

Assim como desenvolvido com o Reino Unido através dos diversos encontros e declarações bilaterais⁴², a França declara, em fevereiro de 2014, um plano para fortalecer a relação franco-alemã em segurança e defesa. O presidente francês François Hollande reforçava que os dois países deveriam fazer mais do que apenas uma brigada conjunta. Assim, no Conselho Franco-Alemão de Ministros, em março de 2015, foi previsto o desenvolvimento de uma nova geração de satélite de observação (GERMANY, 2015). Vale destacar que na Entente Frugale está previsto o desenvolvimento de satélites de comunicação. Verifica-se, portanto, o papel de liderança francesa na construção das capacidades europeias, bem como novamente o seu papel de triangulação entre as iniciativas com Alemanha e Reino Unido.

Em 2015 após uma série de atentados terroristas no continente europeu, especialmente na Alemanha, França, Reino Unido e na Bélgica (sede das instituições europeias) (KERN,

⁴⁰ Fontes: Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de outubro de 2017 e Visita ao Quartel General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas, 13 de outubro de 2017.

⁴¹ Fonte: Visita ao Quartel General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas, 13 de outubro de 2017

⁴² Especialmente em janeiro e junho de 2014 quando aprofunda a cooperação iniciada em 2010 pelos Acordos de Lancaster através do acordo para construir capacidade conjunta de sistemas de combate aéreo, armamentos anti-superfície, treinamento conjunto de pilotos e engenheiros, submarinos neutralizadores de minas, investimento conjunto em armamentos atômicos e veículo de combate aéreo não tripulado (UK, 2014ab)

2016), França invoca pela primeira vez em novembro – após novo ataque terrorista no país - a cláusula de assistência mútua da EU. Por este ato, a França solicitava auxílio para cumprir as suas obrigações em assuntos de política externa a âmbito militar. O país solicitava auxílio para realizar: as suas operações de manutenção da paz sob égide das Nações Unidas no continente africano, as suas operações sob estrutura da Política de Segurança e Defesa Comum (CSDP) e suas operações no Oriente Médio (especialmente no Iraque/Síria e no Sahel africano). Alemanha e Reino Unido prontamente se dispuseram a auxiliar (EP, 2015). Portanto, segundo documento do Parlamento Europeu, a escolha francesa pela ativação da cláusula de assistência mútua da EU e não da NATO, representava uma escolha política em prol de busca por maior engajamento dos demais países em suas ações naquelas regiões, bem como a escolha por estruturas intergovernamentais de negociação (as negociações a âmbito europeu se davam majoritariamente de forma bilateral) e não supranacionais como a NATO (EUROPEAN PARLIAMENT – EP, 2015). Ou seja, a França visualizou oportunidade de aprofundar a cooperação em defesa europeia sob a sua liderança.

Quadro 9 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 2001-2015

(continua)

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
22 Missões civis e militares da EU	2003 - 2015	Engajamento seletivo dos países membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	África (9), na Ásia/Oriente Médio (7) e na Europa do Leste (6)
Arranjos Berlin Plus	Mar 2003	EU e NATO	EU teria acesso às capacidades coletivas (majoritariamente estruturas de comando operacional) da NATO para utilização em missões de gerenciamento de crises quando a aliança como um todo não estivesse engajada
Estratégia Europeia de Segurança	Out 2003	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	Determinação das ameaças e áreas estratégicas para atuação pela EU.
Headline Goal 2010	Jun 2004	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suécia	Prevvia a criação da Agência Europeia de Defesa, dos Grupos de Batalha e de uma célula civil-militar de planejamento operacional dentro do EUMS.
Agência Europeia de Defesa (EDA)	Jul 2004	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suécia	Auxílio com quadro técnico na definição dos requerimentos de defesa e na coordenação das ações de aquisição entre os países membros. Visava consolidar base militar tecnológica e industrial na EU.

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Tratado de Lisboa	Dez 2007	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia	Fim da estrutura de pilares da EU. Criação do EEAS, modificação do cargo de Alto Representante, criação da cláusula de defesa mútua e incorporação da EDA. Consolidação do papel de ator internacional da EU
Acordos de Lancaster (Entente Frugale)	Nov 2010	França e Reino Unido	Desenvolvimento conjunto de capacidades nucleares, de projeção (porta-aviões), sistemas de comando, controle, comunicações, vigilância e reconhecimento. Criação da Força Expedicionária Combinada Conjunta (CJEF)
Estrutura Ghent	Dez 2010	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia	Iniciativa para coordenar os cortes nos orçamentos de defesa, desenvolver e compartilhar capacidades conjuntamente
Ativação do EU OPCEN	Mar 2012	Países membros das Operações	Ativação pela primeira vez do Centro de Operações da EU para o planejamento operacional das missões da União no Chifre Africano.
Ativação pela primeira e única vez da cláusula de assistência mútua da EU	Nov 2015	França	Solicitou auxílio dos países membros da EU para cumprir as suas obrigações nas missões militares no Oriente Médio, África e Leste Europeu.

Fonte: Dados da Pesquisa.

No período de 2001 a 2015 há a consolidação e o aprofundamento do papel da Europa ocidental na nova ordem surgida com o fim da Guerra Fria e o contínuo redirecionamento do engajamento militar estadunidense. A contínua pressão por maior divisão de custos na aliança transatlântica e a consolidação da modernização militar baseada na preempção e projeção, aliada à perda relativa de poder frente a outros atores internacionais, pressionava os europeus a utilizarem a NATO para otimização de lucro. Isso se dava através da emulação parcial das capacidades estadunidenses para alcançar autonomia tática para ação quando os Estados Unidos não se engajassem.

Esse constrangimento estrutural encontrava equilíbrio de poder regional e ameaças compatíveis entre Alemanha, França e Reino Unido, tornando-os opções viáveis de alinhamento uns para os outros e exercendo forte estímulo para a cooperação regional em defesa. Isto transformava a média propensão para cooperar, advinda da média capacidade estatal dos três países, em alta propensão. Ademais, este é o primeiro momento desde o pós-Segunda Guerra Mundial em que há capacidades estatais semelhantes entre os três, com dependência considerável de fontes de energia externa e de recursos financeiros advindos especialmente do continente europeu. Verifica-se que novamente iniciativas bi ou minilaterais

precediam tomadas de decisão a âmbito da União, demonstrando alinhamento estratégico entre os países e agindo como complemento ao movimento de cooperação nas instituições formais da EU. Assim, a necessidade de ação coletiva era um ponto de coesão entre os europeus, que viam no fortalecimento da EU, uma forma de se manterem influentes no Sistema Internacional.

Convém ressaltar que as relações entre as iniciativas de cooperação em defesa autônomas europeias e a NATO continuavam a não ser lineares. Os debates sobre possível duplicação de capacidades e/ou dissociação eram uma constante. Isso pode ser especialmente verificado através dos desentendimentos entre Alemanha e França, de um lado, e Estados Unidos e Reino Unido, de outro, acerca das operações militares no Iraque em 2003. Também pode ser verificado, através do debate entorno de uma nova *versus* velha Europa. Dessa forma, as capacidades da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) se configuravam também como um instrumento de barganha a longo prazo com os Estados Unidos acerca da posição europeia dentro da NATO. Mesmo que os europeus necessitassem do engajamento estadunidense com a defesa europeia para emulação parcial de suas capacidades militares, o fortalecimento de capacidade de ação autônoma tática também era necessária para mantê-los com capacidade de influência política. Pois, a forma como os Estados Unidos lidava com a ameaça do terrorismo afetava diretamente a Europa.

Conforme demonstrado pela análise das missões da EU e da NATO, há complementariedade entre elas, indicando não uma competição e sim uma divisão de funções. Há, pois, a consolidação da cooperação em defesa na EU como uma força de gerenciamento de crise, amparada no conceito da ‘abordagem compreensiva’. Isso é, como um instrumento de utilização dos meios militares como vetor e complemento dos demais instrumentos civis da União. Essa intenção era fortalecida com a incorporação das funções da União da Europa Ocidental (WEU) pela estrutura da EU e a sua posterior dissolução. Portanto, a EU se focava em operações de baixa e média intensidade. Ademais, com os Arranjos Berlin Plus e a criação de células de inteligência de NATO e EU, dentro da estrutura uma da outra, garantia-se a subordinação estratégica das iniciativas europeias à aliança atlântica.

5 COOPERAÇÃO EM DEFESA NA EUROPA PÓS BREXIT

Se no período anterior a Europa necessitou se adequar à uma realidade internacional em que o seu território não se configurava mais como principal teatro de confronto entre polos de poder, pressionando para que o continente desenvolvesse capacidade de autonomia, a partir da crise no sistema multilateral, da consolidação de novos polos de poder (Rússia e China) e da ocorrência do Brexit, há nova necessidade de readequação. A solidificação da mudança de polaridade para uma configuração multipolar baseada em interações de rivalidade e incerteza coloca a Europa novamente como território estratégico de confronto entre polos de poder. Portanto, neste período, as instituições de defesa europeias têm de se voltar para dentro, para encontrar novo denominador comum entre os países e continuar garantindo de forma coletiva, o fortalecimento das capacidades estatais individuais. Se as instituições de defesa europeias irão buscar autonomia estratégica, operacional ou tática, ou se elas aprofundarão somente as iniciativas de alinhamento entre seus membros, depende da resposta estadunidense para esta nova realidade securitária. A tendência, no entanto, é de fortalecimento da aliança transatlântica, produzindo um ambiente internacional desfavorável para a autonomia estratégica europeia, mas que pressiona pela consolidação da autonomia tática.

5.1 2016-2022: ALINHAMENTO OU AUTONOMIA EUROPEIA?

Como declara a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e a União Europeia (EU), na última década a realidade internacional se tornou mais complexa e imprevisível (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2021a; EUROPEAN UNION - EU, 2019). Com a consolidação de novos polos de poder (Rússia e China), há a volta da rivalidade interestatal no planejamento de defesa dos países ocidentais e a sua coexistência com ameaças não convencionais - terrorismo, crescente uso do ciberespaço para fins securitários, mudança climática, pandemia e emergência de novas tecnologias. As instabilidades no arco Turquia-Síria-Líbia e na Europa do Leste (recentemente na Guerra na Ucrânia e anteriormente instabilidade na Bielorrússia) continuam gerando pressão migratória na EU. Assim, a crise da ordem liberal, que vinha ocorrendo no Sistema Internacional e era percebida pela perda de poder relativo de Estados Unidos e EU, pelo aumento de zonas contestadas, pela saída do Reino Unido da EU (Brexit) e pela postura de unilateralismo do governo de Donald Trump (2017-2021) nos Estados Unidos, é intensificada pela atual Guerra na Ucrânia. Ela tensiona diretamente o funcionamento das instituições multilaterais

ocidentais¹ e pressiona por um novo equilíbrio de poder no Sistema Internacional.

Dessa forma, a realidade securitária internacional atual coloca a Europa novamente com grande importância geopolítica, pressionando os países europeus a reajustarem os seus planejamentos de defesa, a fim de incluírem como prioridade a capacidade de defesa territorial (NATO, 2020b; 2022b). As ameaças são, portanto, complexas (com a intersecção de ameaças convencionais e não convencionais) e transnacionais em impacto. Requerem, pois, cada vez mais respostas transnacionais com renovado foco em capacidade de combate convencional e dissuasão, constringendo (juntamente com os impactos da crise de saúde pública do Covid-19) os orçamentos de defesa dos países europeus. Conforme argumenta a NATO e o atual caso ucraniano nos demonstra, o século XXI não será apenas sobre operações de manutenção e imposição da paz ou de gerenciamento de crise (*peace-building, peace-enforcement e crisis-management*), mas também de operações convencionais (NATO, 2020b). A União Europeia (EU) não poderá continuar sendo somente uma Força para a Paz². Ela tenderá a ser pressionada a consolidar a sua autonomia tática. Conforme afirma a EU:

A característica que define a maior complexidade internacional é a mudança em curso de uma estrutura unipolar para uma distribuição mais fragmentada do poder. Até agora, isto não levou a mais cooperação, mas sim a crescente incerteza e rivalidade. Também vimos como a conectividade, ao mesmo tempo em que traz grandes oportunidades de comunicação e intercâmbio, está sendo usada para explorar vulnerabilidades e minar nossos sistemas democráticos com um uso crescente de ciberataques e campanhas de desinformação (EU, 2019, p. 8, tradução nossa)³.

Nesta conjuntura, há renovação e reafirmação da função central da NATO: defesa coletiva (NATO, 2021a). Conforme pode ser visualizado pelo gráfico 35 (elaborado com base em IISS (2016-2022)), este fato pode ser verificado pela tendência de novo aumento da presença militar estadunidense em território europeu (apesar de retórica do governo de

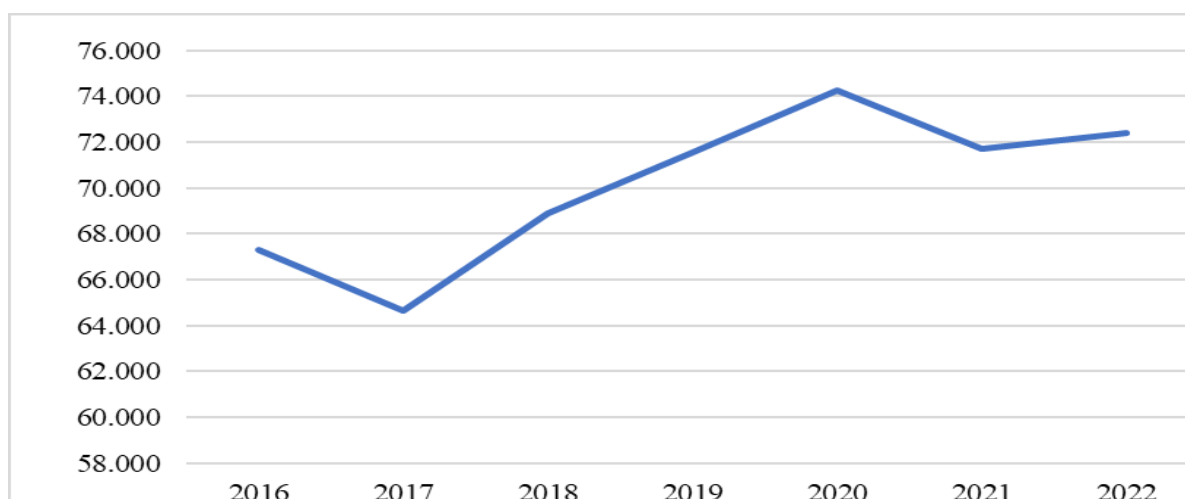
¹ Há uma tensão sob a globalização e especialmente sob o sistema financeiro liberal, pois padrões de interação baseados na rivalidade pressionam para a polarização do sistema. Especificamente, ações como o banimento da Rússia - um grande ator econômico internacional - do sistema interbancário internacional (SWIFT), a longo prazo, pode fazer com que este instrumento seja esvaziado e outro alternativo construído conjuntamente com a China. Ademais, o congelamento das reservas internacionais russas, pode levar países como a China a buscarem alternativas ao padrão dólar. Por exemplo, através do uso de criptomoedas. Assim, o funcionamento das instituições liberais e do sistema econômico ocidental encontra-se sob pressão.

² Termo original em alemão 'Friedensmacht'. Ele foi utilizado pelo então ministro alemão das Relações Exteriores em discurso ao Parlamento Europeu em 1999. Joschka Fischer se referia ao papel da EU no Sistema Internacional, tendo em vista as suas ações de manutenção da paz e gerenciamento de crise (MÜLLER-BRANDECK-BOCQUET; RÜGER, 2015, p. 245)

³ Do original em inglês: The defining feature of greater international complexity is the ongoing shift from a unipolar structure to a more fragmented distribution of power. So far this has not led to more cooperation, but rather to growing uncertainty and rivalry. We have also seen how connectivity, while bringing about great opportunities for communication and exchanges, is being used to exploit vulnerabilities and undermine our democratic systems with a growing use of cyberattacks and disinformation campaigns (EU, 2019, p. 8).

Donald Trump de questionamento da NATO), pela revogação do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Médio (INF) (em agosto de 2019) e do Tratado Open Skies (em novembro de 2020) entre Estados Unidos e Rússia (IISS, 2016-2021; DALL'AGNOL; CEPIK, 2021). A revogação destes tratados demonstra que a estabilidade estratégica do Sistema Internacional, alcançada nos períodos anteriores, é quebrada. Mesmo que isto represente novo período de instabilidade, com interações baseadas na rivalidade e competição sistêmica, também pode indicar novo comprometimento estadunidense com a dissuasão nuclear de Alemanha, França e Reino Unido. Isso porque, o tratado INF versava sobre a limitação dos mísseis balísticos, mísseis cruzadores e lançadores de mísseis de curto e médio alcance baseados em terra (HEISBOURG, 2015). Sem estas limitações, uma escalada destes armamentos em território europeu é possível.

Gráfico 35 - Militares Estadunidenses na Europa 2016-2022



Fonte: Elaborado pela Autora.

Pela análise do gráfico 35, pode se verificar que a realidade se tornou mais complexa e volátil, pois a tendência de diminuição do número de militares estadunidenses na Europa que vinha ocorrendo desde os anos 1990 se deu até 2017, quando então é revertida para uma tendência de aumento. Entretanto, em 2021 há a volta ao patamar de 2019, podendo ser um efeito temporário da crise do Covid-19 ou uma nova tendência de diminuição. Assim, resta monitorar este indicador para verificar se há a consolidação de novo engajamento militar estadunidense com a defesa de seus interesses na Europa ou se houve apenas um aumento temporário sob a administração Trump. Pelo desenrolar da conjuntura atual, a tendência é de consolidação do aumento frente ao fortalecimento da capacidade russa no Ártico, a sua investida militar na Ucrânia e às instabilidades na Bielorrússia. A isso, acrescenta-se que além

das 8.500 tropas colocadas em prontidão pelos Estados Unidos para envio para a Ucrânia sob a estrutura da Força de Resposta da NATO (do inglês, *NATO Response Force*), o país iniciou também, em fevereiro de 2022, o envio de 3000 soldados para a Europa (1000 na Romênia e os demais na Alemanha e Polônia). Visa-se fortalecer o flanco leste da NATO frente ao fortalecimento russo nessa região (UNITED STATES - US, 2022; US ARMY, 2022).

Tendo em vista esta tendência e analisando a distribuição das tropas estadunidenses entre os países europeus, percebe-se que o aumento da presença militar estadunidense se deu majoritariamente nos países do Leste e do norte. Assim, além da grande presença dos Estados Unidos na Europa ocidental, há a partir de 2017 considerável presença também no Ártico e no leste europeu (IISS, 2015-2021). Em 2017 a Romênia aparece pela primeira vez na análise de bases militares estadunidenses, com concomitante diminuição da presença militar estadunidense na Alemanha, Portugal, Bélgica, Reino Unido e Kosovo (IISS, 2010-2021). Ou seja, verifica-se o fortalecimento do perímetro de defesa da NATO próximo à Rússia. Em 2018 Polônia, Bulgária, Hungria, Letônia e Lituânia apresentam pela primeira vez presença de soldados estadunidenses. A Polônia já contava com um número considerável (2950 militares) – ocupando a posição de 5º maior contingente estadunidense na Europa (atrás de Alemanha, Itália, Reino Unido e Espanha). Atualmente, o país vem ganhando cada vez mais proeminência na arquitetura de segurança e defesa europeia, tendo em vista a sua absorção de refugiados ucranianos e de tropas dos países aliados.

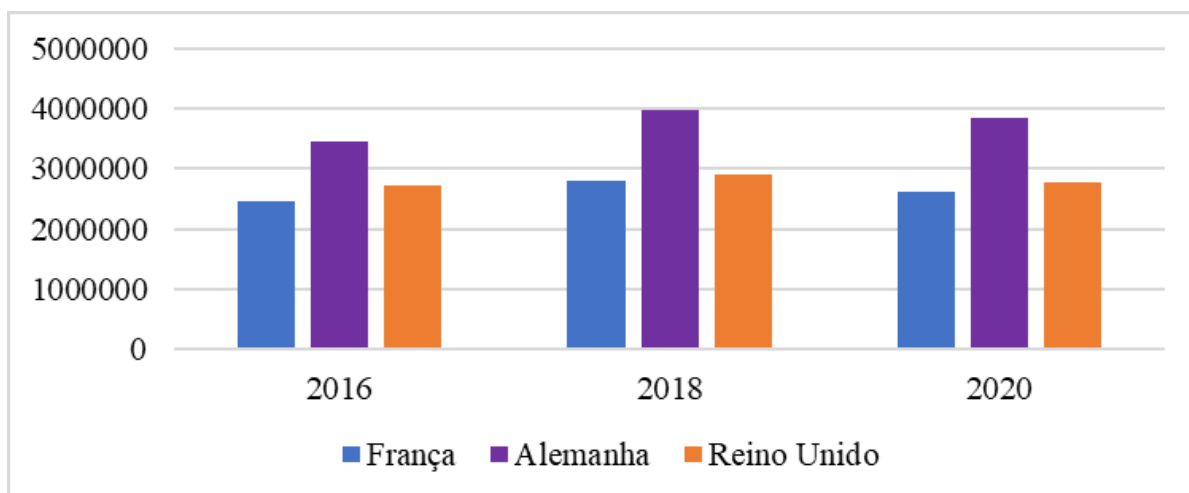
Chama a atenção que desde 2019 há aumento considerável de militares dos Estados Unidos na Noruega (de 330 para 1000) e ocorre aumento também no Reino Unido. Em 2020 não há mais presença de tropas estadunidenses na Moldávia, na Bósnia e Herzegovina, na Letônia e nem na Lituânia. Todavia, continua havendo aumento considerável na Noruega (para 1400 militares). Em 2021, houve diminuição na Alemanha, na Grécia, na Itália, na Noruega, na Ucrânia, no Reino Unido e diminuição de 90% na Romênia, mas quase dobrou na Polônia (IISS, 2010-2021). Em 2022, conforme citado, essa tendência é revertida e há novo aumento na Alemanha, Polônia e Romênia (US ARMY, 2022). Assim, a renovada importância estratégica do Leste e do norte europeu frente à proximidade geográfica com a Rússia demonstra que não são mais somente os três grandes da Europa (Alemanha, França e Reino Unido) que determinam o futuro da aliança transatlântica, mas também os países dessa região (GALLO, 2021).

Convém ressaltar que o maior engajamento da NATO com o Leste e norte europeu não significa desengajamento com a parte ocidental do continente, pois a aliança continua com forte presença militar nesta região. Ademais ela acordou em 2017 na criação de dois novos

comandos – expandindo, pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, a sua estrutura de comando (JOSWIAK, 2017b). Tendo se tornado operacional em 2020, o Comando de Força Conjunta Nortfolk (do inglês, JFC) (chamado extraoficialmente de Comando do Atlântico) é o primeiro dedicado ao Atlântico desde 2003 e tem a função de assegurar que as linhas marítimas de comunicação entre a América do Norte e a Europa permaneçam livres. O outro comando, que está totalmente operacional desde 2021, o Comando Conjunto de Apoio e Habilitação (do inglês, JSEC) é responsável por garantir e melhorar o movimento das forças pelo continente europeu através da melhoria das funções logísticas da aliança. Ou seja, há enfoque na movimentação de forças pelo Atlântico e pela Europa. O primeiro comando se localiza no Reino Unido e o segundo na Alemanha (NATO, 2020b; NATO, 2022a). Portanto, este movimento condiz com o aumento de tropas estadunidenses na Europa e com a transformação de suas funções através da estruturação de grupos de batalha em rotação nos Estados Bálticos e na Polônia.

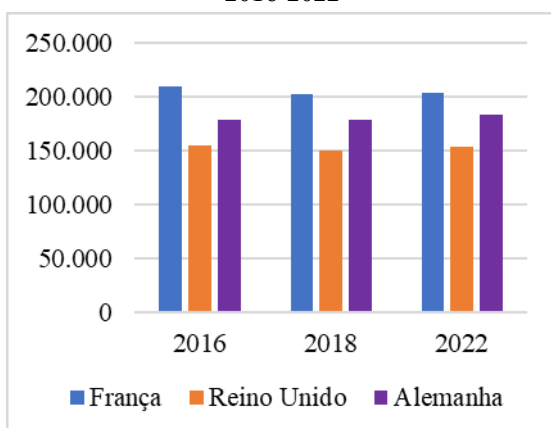
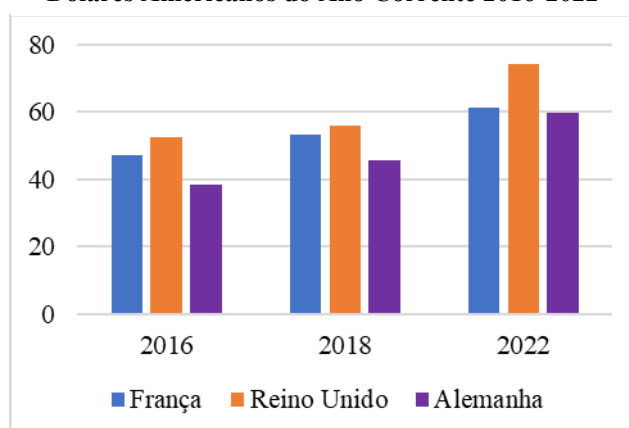
Do ponto de vista da estrutura do Sistema Internacional verifica-se, portanto, a partir dos anos 2010, a complexificação da realidade securitária mundial com ameaças estatais e não estatais coexistindo em um ambiente volátil de transformação climática, energética, tecnológica e demográfica. É sob essa realidade volátil e de crise da ordem liberal que a Europa adquire nova importância geopolítica, voltando a ser teatro de operações essencial. Assim, pode-se verificar novo ímpeto pela NATO e aumento do engajamento militar estadunidense com o continente. Como esse reengajamento se deu voltado para o leste e para o norte, isso pode levar à pressão por maior divisão de custos com a Europa ocidental, pressionando para o fortalecimento do pilar europeu na NATO ou para a consolidação da autonomia táctica buscada pela EU desde os anos 1990. Convém destacar que esse movimento não necessariamente significaria fortalecimento da autonomia estratégica europeia, uma vez que a EU passa por um momento de reformulação interna após o Brexit e que a polarização do Sistema Internacional pressiona por alinhamento com um dos polos de poder.

No nível regional verificamos novamente equilíbrio de poder entre Alemanha, França e Reino Unido, colocando do ponto de vista das capacidades, os três como opções de alinhamento uns para os outros. Conforme verificado pelo gráfico 36 (elaborado com base em Worldbank (2021)), o Produto Interno Bruto (PIB) dos três países apresentou aumento de 2016 para 2018 e um declínio de 2018 para 2020. Este declínio tende a permanecer devido aos impactos econômicos da crise da Covid-19 e das recentes sanções contra a Rússia. Assim como no período anterior, a Alemanha possui o maior PIB, com o Reino Unido ocupando a segunda colocação.

Gráfico 36 - Produto Interno Bruto (PIB) em Milhões de Dólares Correntes (2010) 2016-2020

Fonte: Elaborado pela Autora.

Pelo gráfico 38 (que juntamente com o gráfico 37 foi elaborado com base em IISS (2016-2022)) verifica-se que o orçamento de defesa dos três países aumenta consideravelmente em 2022, mesmo com os efeitos econômicos da crise da Covid-19⁴. Assim como no período anterior, Reino Unido possui o maior orçamento de defesa entre os três e a Alemanha o menor. Percebe-se, pois, um novo ímpeto dos três países com o setor da defesa. Já no que tange aos efetivos militares, a França apresenta o maior efetivo e Reino Unido o menor. Novamente, Reino Unido com maior orçamento de defesa e menor efetivo militar, pode estar investindo mais em tecnologia do que os demais países.

Gráfico 38 - Efetivos Militares em Milhares 2016-2022**Gráfico 37 - Orçamento de Defesa em Bilhões de Dólares Americanos do Ano Corrente 2016-2022**

Fonte: Elaborado pela Autora.

⁴ Chama atenção o progressivo aumento do engajamento militar alemão ao longo do século XXI. Em 2022 após a investida militar russa na Ucrânia, o país afirmou que irá destinar mais de 2% do PIB para defesa, praticamente dobrando o seu orçamento para este setor (NICOCÉLI, 2022).

No que tange às ameaças declaradas, há compatibilidade entre os três países. Os três elencam as mudanças tecnológicas (ênfase nas esferas de poder cibernético e espacial), o terrorismo, a volta da competição interestatal e especialmente a erosão da ordem liberal como ameaças. As ameaças para os três países se tornam complexas, pois fundem aquelas não convencionais (como terrorismo, ataques cibernéticos, guerra de informação...) com convencionais. Os três declaram que são parceiros estratégicos uns dos outros. Especificamente a Alemanha reafirma o seu comprometimento com as instituições liberais. A França reafirma a sua postura de busca por autonomia e o Reino Unido pós-Brexit se coloca buscando uma postura global (GERMANY, 2016; FRANCE, 2021b; UNITED KINGDOM - UK, 2021). Tendo em vista que a palavra central nos documentos de defesa de França e Reino Unido é ‘competição’ e nos de Alemanha é ‘resiliência’, há compatibilidade entre as abordagens dos três, utilizando o conceito da ‘abordagem compreensiva’ (do inglês *comprehensive approach*) como elemento guia de seus planejamentos em defesa (GERMANY, 2016; FRANCE, 2021b; UK, 2021).

No seu Livro Branco sobre segurança e defesa nacional de 2016, a Alemanha reafirma o seu engajamento com a ordem liberal multilateral e fortalece a sua postura de que as suas ações militares internacionais se darão sob a estrutura das Nações Unidas (UN), da NATO, da EU e sob configurações ad hoc (GERMANY, 2016). Ao reafirmar a ‘abordagem compreensiva’ para a defesa, declara que a influência do país no Sistema Internacional não se dá pelo uso ou ameaça de uso da força e sim pelos seus mecanismos de construção de resiliência. Por isso, ele se coloca como defensor da ordem liberal devido ao seu peso político e econômico. A Alemanha argumenta que a sua segurança nacional depende de uma “forte e determinada NATO”, interligada com uma “unida e resiliente EU” (GERMANY, 2016, p. 6, tradução nossa)⁵. O país reafirma o discurso intervencionista presente desde os anos 1990 de que seria função da *Bundeswehr* (exército alemão) auxiliar a construir estabilidade em outras regiões, a fim de prevenir crises e conflitos e ao mesmo tempo ter capacidade para agir rápido na resolução de conflitos violentos. Para tanto, afirma que o país está pronto para liderar ações das alianças e parcerias das quais faz parte. É desenvolvido, então, o conceito de ‘liderança pelo centro’ (do inglês *leadership from the centre*)⁶ como uma forma de a Alemanha se projetar com mais poder em um mundo cada vez mais baseado em redes (VON DER

⁵ Do original em inglês: “strong and resolute North Atlantic Alliance” e “united and resilient European Union” (GERMANY, 2016, p. 6).

⁶ Segundo a então ministra da defesa alemã Ursula von der Leyen: “liderando pelo centro significa contribuir com os melhores recursos e capacidades para alianças e parcerias” (tradução nossa). Do original em inglês: “Leading from the centre means to contribute one’s best resources and capabilities to alliances and partnerships” (VON DER LEYERN, 2015, p. 3).

LEYERN, 2015). Todavia, sem violar os compromissos e a posição que o país adotou desde o pós-Segunda Guerra Mundial de que o seu rearmamento se daria sob o controle das instituições supranacionais.

A Alemanha alega que para garantir a sua resiliência estatal e a estabilidade nas regiões vizinhas é necessário garantir acesso livre a rotas de informação, comunicação, suprimento, transporte e comércio frente à crescente multipolaridade e a mudanças na geopolítica do poder (GERMANY, 2016, p. 30). O país se engaja na busca por diluição de custos na NATO, mas argumenta que há necessidade de haver contrapartida através de maior presença europeia nas tomadas de decisão da aliança (*burdensharing versus shared decision-making*). Chama a atenção que mesmo investindo em novas tecnologias (como capacidade hipersônica e armamento a laser), há notícias constantes acerca da defasagem das capacidades militares alemãs e da incapacidade de o país alcançar as metas de modernização (JUST..., 2018). Isso demonstra que a Alemanha tem dificuldade de agir sozinha no âmbito da defesa.

O Livro Branco de segurança e defesa nacional mais recente da França foi o lançado em 2013. Ele contém as bases da atual política de defesa nacional e foi atualizado em 2017 com a Revisão da Estratégia de Defesa e Segurança Nacional e com a Atualização Estratégica de 2021. Esses dois últimos documentos não modificam a estratégia francesa, apenas se focam na operacionalização da política de defesa pelas Forças Armadas (modernização, aquisição...). Ao afirmar que os interesses vitais do país possuem uma dimensão europeia e que os riscos atuais requerem soluções coordenadas, a França confirma o seu comprometimento com a ordem liberal através da reafirmação do seu engajamento com a NATO, com a EU e com a sua parceria de defesa aprofundada com o Reino Unido instituída com os Acordos de Lancaster em 2010 (Entente Frugale) (FRANCE, 2013; FRANCE, 2021b). Assim como a Alemanha, o país reconhece que o ambiente internacional se configura como uma nova disputa interestatal, com modificações nas relações de poder mundial. Uma série de eventos disruptivos (como a competição entre as Grandes Potências e a pandemia da Covid-19) estaria intensificando e criando tensões sob o uso dos recursos, aumentando a expansão de ameaças híbridas e de efeitos de novas tecnologias (especialmente no ciberespaço e no espaço sideral) (FRANCE, 2021b). Portanto, a França reafirma a ‘abordagem compreensiva’ e defende que forças convencionais e nucleares devem servir de suporte umas às outras (FRANCE, 2021b).

Assim como a Alemanha, o país também defende que a maior divisão de custos na NATO deveria vir aliada a maior divisão na tomada de decisão. A França declara a necessidade de fortalecer a autonomia estratégica da EU sob a sua liderança, a fim de

construir um pilar de segurança e defesa europeu forte e consistente com os desenvolvimentos da NATO. Para tanto, os europeus teriam que fortalecer a sua independência tecnológica e industrial (FRANCE, 2021b). Se a Alemanha articula a sua postura intervencionista através do conceito de ‘liderança pelo centro’, a França o faz através do conceito de ‘potência estabilizadora’ (do inglês, *stabilising power*). O país alega que ocupa este papel especialmente na África e Oriente Médio – regiões que declara serem estratégicas para a segurança dos cidadãos franceses em casa e no exterior – através do desenvolvimento das capacidades militares dos países dessas regiões (FRANCE, 2021b). Assim, a estratégia de defesa francesa estaria estruturada em: proteção, dissuasão e intervenção. Por fim, o país elenca Alemanha e Reino Unido como seus parceiros estratégicos e defende a reforma do Conselho de Segurança da UN com a entrada da Alemanha como membro-permanente (FRANCE, 2013, p. 20-21).

Este é, entre os períodos analisados, um dos que o Reino Unido mais lançou atualizações de seus documentos de defesa. Foi lançada a Estratégia de Segurança e Defesa em 2015. Em 2018 houve o lançamento do Programa Modernizando a Defesa, um documento curto que revisava os desenvolvimentos na área da defesa e acessava as ameaças e as áreas necessárias de priorização: mobilização, modernização e transformação. Todavia, é somente em 2021 que, segundo o reino, houve a sua maior revisão da política externa, de defesa, securitária e de desenvolvimento desde o fim da Guerra Fria. Pois, sob o slogan de uma Grã-Bretanha global, há o desenvolvimento de uma abordagem que integra todas essas esferas como projeto de Estado. A resiliência é vista como instrumento para garantir a defesa nacional em uma realidade securitária complexa, volátil e com o retorno da rivalidade interestatal aliada ao aprofundamento das ameaças híbridas (especialmente a utilização do ciberespaço) (UK, 2021). Assim, os britânicos encerram 30 anos de desarmamento gradual e se focam fortemente na busca por evolução tecnológica, a fim de sustentar uma vantagem estratégica. Alegam, portanto, que pretendem começar a modernização militar com equipamentos que abranjam a área cibernética e espacial e expandir para 2,2% do PIB o investimento em defesa (UK, 2021). Ademais, o Reino Unido declara que visa elevar o seu estoque de ogivas nucleares em mais de 40% (YOUTH, 2021).

Neste sentido, assim como o título da estratégia de 2021⁷ demonstra, verifica-se forte discurso visando colocar o Reino Unido com uma postura ainda mais global do que em seus documentos anteriores. Percebe-se, então, que o reino adota uma postura intervencionista

⁷ A saber: “Global Britain in a competitive age: the Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy” (em português, tradução nossa: Grã-Bretanha global em uma era competitiva: a Revisão Integrada da Segurança, Defesa, Desenvolvimento e Política Externa) (UK, 2021).

(reafirmando a posição de lidar com o risco na fonte), com reafirmação da intenção de projetar força globalmente. Ao mesmo tempo, ele se coloca como defensor e líder da ordem liberal, reafirmando a necessidade de atuar com países parceiros ao redor do mundo. Alega que junto com seus aliados visa modelar a ordem internacional do futuro baseada na liberdade, na democracia, no livre mercado e na cooperação internacional (UK, 2021, p. 14). Reafirma a postura desde o documento de 2015 de maior assertividade na área da defesa, com maior presença militar mundial (UK, 2021). Como o então secretário de defesa Gavin Williamson declarou: “E como o novo Grande Jogo Global será jogado em um ambiente de jogo global, devemos estar preparados para competir por nossos interesses e nossos valores longe, longe de casa” (UK, 2019, tradução nossa)⁸. Portanto, o reino declara que o seu objetivo é estar bem-posicionado para retirar vantagens dos mercados emergentes, das mudanças na economia, na ciência e tecnologia globais e dividir os custos em providenciar estabilidade e segurança no nível global e na zona euro-atlântica (UK, 2021, p. 60).

Ademais, os britânicos argumentam que irão utilizar os investimentos em defesa como alavanca para criar empregos e oportunidades de negócio para se reconstruírem pós-pandemia. Em 2020, anunciaram também, a criação de uma nova agência focada em inteligência artificial, a criação da Força Nacional Cibernética e um novo Comando Espacial que iria controlar o lançamento previsto para 2022 do primeiro satélite britânico lançado de um foguete também britânico (UK, 2020b). Percebe-se, portanto, que o documento de 2021 e a postura britânica desde o Brexit apresentam forte retórica no nível político, levantando grandes dúvidas quanto a efetivação de todas as iniciativas almejadas, tendo em vista a análise de suas capacidades materiais e de acontecimentos ocorridos com a efetivação do Brexit (como por exemplo, a crise de abastecimento de combustíveis em 2021). Para tanto, assim que os dados estiverem disponíveis e consolidados, deve-se verificar os seus indicadores econômicos para o ano de 2021, quando então se completou um ano de Brexit efetivo.

Conforme verificado, há compatibilidade das ameaças declaradas de Alemanha, França e Reino Unido, com todos reafirmando a necessidade de construir resiliência interna e nos países estratégicos a eles. Todos reconhecem a volta da rivalidade interestatal, juntamente com o contínuo desenvolvimento tecnológico e novas esferas de uso de poder (como o ciberespaço) como desafios a sua segurança nacional. Mesmo se colocando com retórica global, o Reino Unido reafirma a necessidade de cooperar para conseguir se inserir na nova realidade geopolítica. Assim, de suas políticas de defesa declaradas, verifica-se que os três

⁸ Do original em inglês: “And since the new Global Great Game will be played on a global playing field, we must be prepared to compete for our interests and our values far, far from home” (UK, 2019).

países reconhecem a dificuldade de agirem sozinhos no Sistema Internacional. Do ponto de vista do nível de análise regional, os três - por apresentarem capacidades e ameaças declaradas compatíveis - se apresentam como opções de alinhamento uns para os outros.

Os indicadores a nível estatal nos auxiliam a verificar a propensão de Alemanha, França e Reino Unido a buscarem a cooperação em defesa como resposta ao estímulo regional e à pressão da estrutura internacional pela busca de segurança e/ou lucro. Isso se deve pois, eles nos informam a capacidade dos países em acessar de forma autônoma os recursos necessários para responderem a eventuais ameaças.

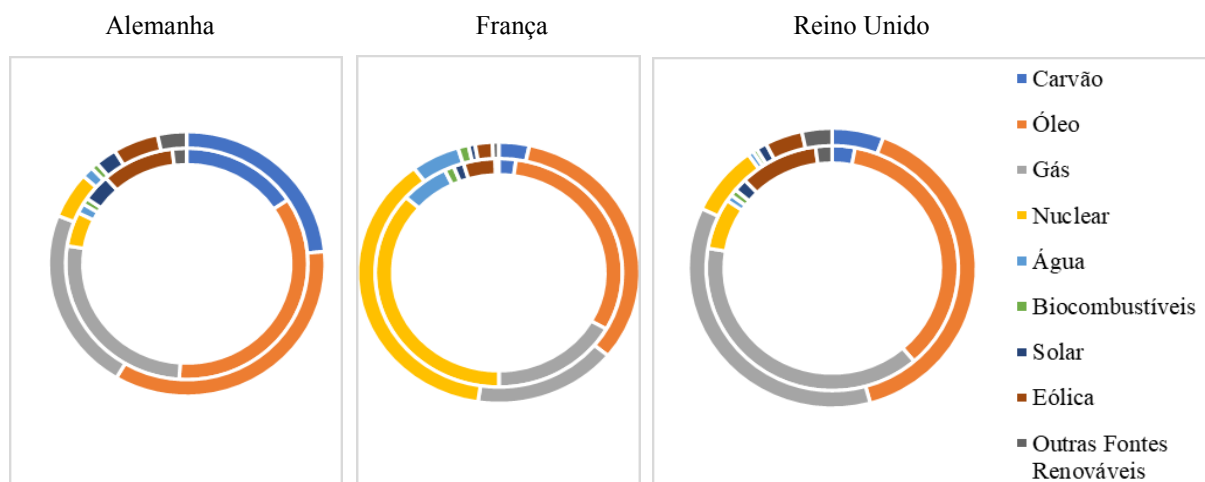
Conforme verificado pelo gráfico 39 (elaborado com base em Ritchie (2022)), mesmo que as fontes de energia fósseis ainda sejam majoritárias na matriz energética dos três países, observa-se contínua busca por uma matriz mais limpa. Isso se deve, pois, o consumo de energia solar, eólica e de outras fontes renováveis aumentou consideravelmente⁹. Chama atenção o aumento expressivo na utilização de energia solar pelos três – mesmo representando uma fração muito pequena da energia consumida. Na Alemanha o seu uso quadruplicou (de 0,8% em 2010 para 3,84% em 2020). Na França aumentou mais que 26 vezes (de 0,05% em 2010 para 1,36 em 2020) e no Reino Unido houve aumento de mais de 171 vezes (de menos de 0,01% consumido em 2010 para 1,72 em 2019). O mesmo se aplica à energia eólica e à classificação de ‘outras fontes renováveis’. Na energia eólica, Alemanha e França mais do que triplicaram o seu uso e o Reino Unido aumentou aproximadamente 10 vezes - representando em 2020, a sua terceira principal fonte de energia (10,14% da energia consumida).

O consumo de carvão diminuiu para os três países (no caso do Reino Unido, essa queda representou cerca de 77% de 2010 para 2020). Todavia, o consumo de óleo e gás permaneceu quase constante. É somente na Alemanha que o consumo de gás aumentou em aproximadamente 5% de 2016 para 2020 (com a Rússia permanecendo como a sua principal fornecedora) (EUROSTAT, 2010-2019ab). Para Alemanha e Reino Unido, o consumo de energia nuclear diminuiu (na Alemanha houve diminuição de mais de 50% de 2010 para 2020). Para a França, ele permaneceu constante como a principal fonte de energia do país, seguida do óleo. Para Alemanha, o óleo, o gás e o carvão representam as principais fontes de energia. Para o Reino Unido elas são o óleo e o gás. Os três países possuem matrizes

⁹ A atual crise na Ucrânia e a dificuldade dos países europeus de imporem sanções à importação de óleo e gás russo, devido a sua grande dependência desta fonte energética, atua como mais um catalisador para que os europeus busquem energias alternativas e independentes. Ademais, este fator serve também de catalisador para a subordinação estratégica de Alemanha, França e Reino Unido aos Estados Unidos. Pois, o país declarou que irá suprir parte da demanda europeia de gás, visando substituir a oferta russa. A EU anunciou também, a construção de um reservatório de gás transnacional, a fim de diminuir a sua vulnerabilidade frente a Rússia (RENSHAW; CHESTNEY, 2022).

energéticas diversificadas, mas a Alemanha se destaca entre os três (RITCHIE, 2022).

Gráfico 39 - Matriz Energética de Alemanha, França e Reino Unido (2016, 2020) em Porcentagem do Total de Energia Consumida



Fonte: Elaborado pela Autora.

Durante toda a década de 2010 quase a totalidade do gás consumido pela Alemanha advinha de importação e majoritariamente da Rússia (EUROSTAT, 2010-2019ab). Em 2016 essa porcentagem representava 85% de todo o gás importado pelo país. Mesmo tendo diminuído consideravelmente para 51,2% em 2019¹⁰, a Alemanha permanece altamente dependente da Rússia para suprir a sua demanda de gás. Soma-se a isso, a conclusão em setembro de 2021 da construção do gasoduto Nord Stream 2¹¹ que se encontra embargado devido às sanções a Rússia, mas que prevê aumento do fornecimento de gás russo para o país. O segundo parceiro alemão no setor de gás é a Noruega (EUROSTAT, 2010-2019ab). Quanto ao óleo, também praticamente 100% é importado. Dentre os quais, o principal parceiro também é a Rússia, com grande diferença para os demais. Em 2016 a Rússia representava quase 40% de toda a importação alemã de óleo, tendo caído para 26,4% em 2019. Em 2019 os demais parceiros eram Países Baixos (14,9%), Reino Unido, Noruega, Cazaquistão, Líbia e Bélgica. Quanto ao consumo de carvão, em 2010 a maior parte era produzida internamente, mas ao longo da década essa proporção diminuiu e aproximadamente 50% passou a ser importado. Mesmo que a porcentagem importada de carvão seja menor do que das demais

¹⁰ Os dados completos de consumo e de origem das fontes de energia dos três países só estão disponíveis até o ano de 2019 (EUROSTAT, 2010-2019ab).

¹¹ A construção do gasoduto Nord Stream 2 levanta debates e reúne o centro da discussão geopolítica na Europa, pois prevê dobrar o envio de gás natural russo para a Alemanha. Sua construção foi finalizada mesmo após sanções dos Estados Unidos (IN DEFIANCE..., 2020). Sua efetiva utilização ainda depende de entraves técnicos e burocráticos alemães, que estão sujeitos às pressões geopolíticas.

fontes, há também dependência das importações da Rússia (que durante toda a década de 2010 representou mais de 40% de toda a quantidade importada). Os demais parceiros são: Polônia, Colômbia, Estados Unidos, Austrália e África do Sul (EUROSTAT, 2010-2019ab).

Durante toda a década de 2010 praticamente 100% do consumo de óleo, gás e carvão da França era importado. Em 2019 a importação de óleo advinha de forma equilibrada principalmente de Arábia Saudita, Rússia, Argélia, Estados Unidos, Cazaquistão e Nigéria (EUROSTAT, 2010-2019ab). Durante toda a década, a Noruega foi a principal origem do gás consumido pela França, com relativa diferença para as demais origens. Em 2016 as demais origens eram: Países Baixos, Argélia, Bélgica, entre outros. Em 2019 as principais origens do gás consumido pelo país eram: Noruega, Rússia, Nigéria, Países Baixos, Argélia e Catar. O carvão advinha em 2016 majoritariamente de Austrália, com grande diferença para os demais: Rússia, África do Sul, Colômbia, Estados Unidos e demais países. Em 2019 a sua importação se tornou mais equilibrada, advindo principalmente de: Austrália, Rússia, Estados Unidos e África do Sul. Portanto, a França é altamente dependente de importação de energia externa, se tornando vulnerável às dinâmicas internacionais. O país depende altamente das fontes energéticas advindas da Europa ocidental, Rússia, fontes africanas e em menor medida também do Oriente Médio (EUROSTAT, 2010-2019ab).

Ao longo da década de 2010 o Reino Unido seguiu com a tendência anterior de aumento da sua dependência externa de energia. Em 2010, 47% do seu gás consumido era importado. Em 2016 e 2019 esse número passou para 54%. Em 2010, o reino importava aproximadamente 55% do óleo e 60% do carvão consumido. Em 2019 esses valores passaram respectivamente para 62% e 76%. Durante o período analisado, a principal origem do óleo e do gás importado pelo Reino Unido era a Noruega (com significativa diferença para os demais parceiros). Em 2016 as principais origens do gás importado pelo reino depois de Noruega eram: Catar, Países Baixos, Bélgica e Argélia. Para o óleo eram: Rússia, Países Baixos e Estados Unidos. O carvão advinha principalmente de: Colômbia, Rússia, Estados Unidos e Austrália. Em 2019, assim como para Alemanha e França, a Rússia aparece entre os seus principais parceiros de gás natural (EUROSTAT, 2010-2019ab). Como principais parceiros no comércio de óleo em 2019 temos: Noruega, Estados Unidos, Rússia, Países Baixos e Argélia. Para o carvão no mesmo período temos: Rússia, Estados Unidos, Colômbia e Austrália. Portanto, ao longo da década, o Reino Unido aumentou a sua dependência de fontes de energia externa, se tornando menos autônomo. Ele encontrava na Noruega a sua principal fonte de energia. Todavia, chama atenção também a presença russa como um de seus principais provedores. O Oriente Médio era igualmente importante região parceira

(EUROSTAT, 2010-2019ab). Mesmo apresentando menor porcentagem de fontes de energia importada se comparado a Alemanha e França, Reino Unido também se configura como dependente de fontes externas.

Pode-se verificar que a segurança energética dos três países era compatível, dependendo diretamente da Europa ocidental, da Rússia (tendo aumentado a sua participação na matriz energética dos três países ao longo da década de 2010 mesmo com os conflitos na Ucrânia e as sanções econômicas impostas ao país), da África e do Oriente Médio. Devido ao aumento da instabilidade mundial e das interações internacionais baseadas na rivalidade, a habilidade de Alemanha, França e Reino Unido de acessarem os recursos energéticos necessários para construir capacidade de resposta frente a ameaças torna os três países vulneráveis às dinâmicas regionais e às ações russas. Dessa forma, os torna também menos autônomos na geração de resposta. Assim, este indicador influencia os países a se aproximarem no âmbito da defesa.

Conforme verificado pelo gráfico 36, o Produto Interno Bruto (PIB) dos três países diminuiu de 2018 para 2020. Todavia, o orçamento de defesa aumentou (WORLDBANK, 2021; IISS, 2016-2022). Se o número de combatentes permaneceu relativamente constante (com pequena tendência de aumento na Alemanha e diminuição na França e Reino Unido), pode-se interpretar que esse aumento no orçamento de defesa possa estar sendo direcionado à modernização ou reestruturação militar, assim como declarado em suas políticas de defesa. Para completar a análise de suas capacidades de acessarem recursos financeiros, é verificado os seus principais parceiros econômicos. Como nos períodos anteriores, a Europa ocidental se configura como principal mercado de importação e exportação de bens para Alemanha, França e Reino Unido. A China e os Estados Unidos também se configuram como importantes parceiros (UNITED NATIONS - UN, 2010; 2016; 2019).

A principal região de destino das exportações alemãs durante o período analisado foi a Europa ocidental. Ela também foi a principal origem das importações do país. Em seguida, se encontra América do Norte e Ásia (UN, 2010; 2016; 2019). Os principais países de destino das exportações alemãs em 2016 foram: Estados Unidos, França, Reino Unido, China, Países Baixos, Itália, Áustria, Polônia, Suíça e Bélgica. Em 2020 a China ocupou a posição de segundo principal destino das exportações alemãs, somente atrás de Estados Unidos. Os demais destinos são França, Países Baixos, Reino Unido, Polônia, Itália, Áustria, Suíça e Bélgica (UN, 2010-2020a). Durante toda a década de 2010 a China ocupa a posição de principal origem das importações de bens pelos alemães. Os Países Baixos vêm em segundo lugar e França e Estados Unidos oscilam na terceira e quarta posição. Se em 2010 o Reino

Unido era a sexta origem dos bens importados pela Alemanha, em 2016 ele já não aparece entre os 10 principais parceiros. Essa tendência continua em 2020. Já a Polônia, que não estava no ranking dos 10 principais parceiros em 2010, aparece em 2016 já na sexta posição e em 2020, na quarta. Portanto, o ranking de principais parceiros de importação da Alemanha em 2020 foi: China, Países Baixos, Estados Unidos, Polônia, França, Itália, Suíça, República Tcheca, Áustria e Bélgica (UN, 2010-2020a).

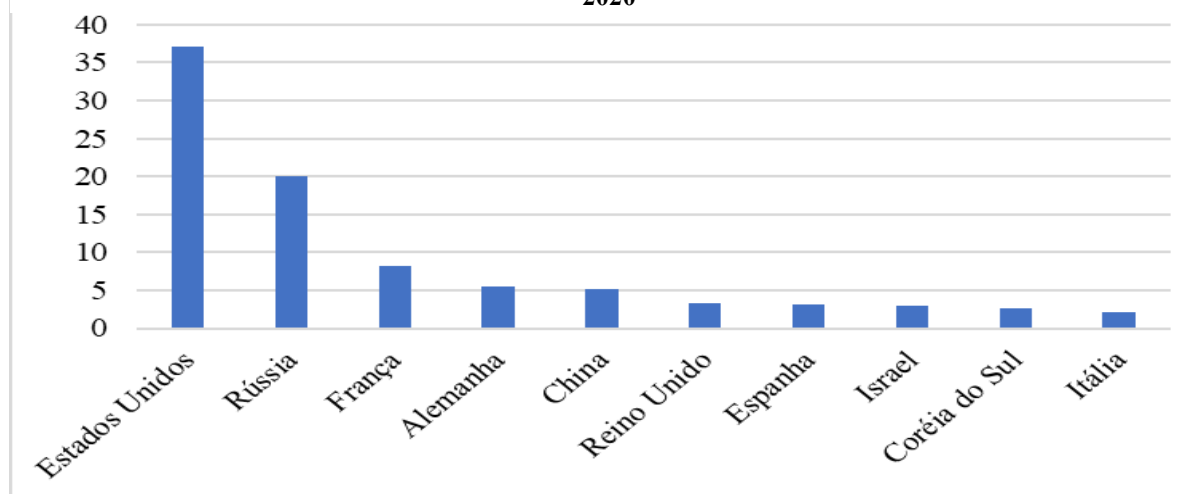
Assim como para Alemanha, durante o período analisado, a principal região de destino das exportações e importações francesas era o continente europeu, seguido de América do Norte e Ásia. O principal destino das exportações francesas é a Alemanha (com grande diferença para os demais parceiros). Em 2016 a China aparece na sétima posição. Tem-se em 2016: Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Itália, Reino Unido, Bélgica, China, Países Baixos, Suíça e Polônia. Em 2020 os seus principais parceiros eram: Alemanha, Itália, Estados Unidos, Bélgica, Espanha, Reino Unido, China, Países Baixos, Suíça e Polônia (UN, 2010-2020a). Também nas importações, a Alemanha se configura como principal parceira francesa (novamente com grande diferença para os demais). A China aparece em 2016 como segunda origem das importações de bens pelos franceses, mas em 2020 cai para a sexta posição. Em 2016 temos: Alemanha, China, Itália, Estados Unidos, Bélgica, Espanha, Países Baixos, Reino Unido e Suíça. Em 2020 temos: Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Itália, Espanha, China, Estados Unidos, Reino Unido, Suíça e Polônia (UN, 2010-2020a).

Também para o Reino Unido a Europa ocidental é a principal região para o comércio de bens, seguido de Ásia e América do Norte. O principal destino das exportações de bens britânicos era os Estados Unidos, seguido de Alemanha. Em 2016 a China ocupa a 7ª posição e temos: Estados Unidos, Alemanha, França, Países Baixos, Irlanda, Suíça, China, Bélgica, Itália e Espanha. Em 2020 como principal destino das exportações britânicas temos: Estados Unidos, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, França, Suíça, China, Bélgica, Espanha e Itália. Quanto às importações de bens, destaca-se o fato de que, já em 2010, a China ocupava a segunda colocação de origem dos bens importados pelo Reino Unido e em 2020 o país pulou para a primeira colocação. Ademais, chama atenção que a Rússia que não aparecia neste ranking, em 2020 aparece na sétima colocação. Em 2016 temos: Alemanha, China, Estados Unidos, Países Baixos, França, Bélgica, Suíça, Itália, Espanha e Irlanda. E em 2020 temos: China, Alemanha, Estados Unidos, Países Baixos, França, Bélgica, Rússia, Itália, Espanha e Irlanda (UN, 2010-2020a). A partir da efetivação do Brexit em 2020, mesmo tendo realizado acordos comerciais com a EU, tende-se a verificar progressivo aumento da dificuldade de o Reino Unido acessar os mercados europeus. Há, pois, mudança na forma de acesso do reino

aos recursos e estruturas externas, das quais ele é dependente. Tende-se a diminuir a sua capacidade de acessar estes recursos financeiros, gerando maior vulnerabilidade externa.

Portanto, podemos verificar que os três países dependem das relações comerciais com a Europa, bem como há grande presença da China e de Estados Unidos como uma das principais parcerias econômicas – estruturando a tendência do período anterior de consolidação de novos polos de poder mundiais. Ademais, os três países aparecem como principais parceiros econômicos uns dos outros, demonstrando complementariedade. Assim, somando a análise das fontes de energia a das fontes financeiras, percebe-se dependência destes países principalmente da Europa ocidental, mas também dos grandes polos de poder: Estados Unidos e China economicamente e Rússia energeticamente. Dessa forma, com o aumento da interação internacional baseada na rivalidade, tende-se a verificar aumento da vulnerabilidade, pressionando a capacidade destes países de acessarem de forma autônoma os recursos necessários à sua defesa e estimulando, assim, a cooperação regional.

Gráfico 40 - Principais Exportadores de Armamentos em Porcentagem do Total de Exportação 2016-2020



Fonte: Elaborado pela Autora.

Quanto ao acesso à tecnologia, representado pela posição dos três países no mercado mundial de exportação de armamentos, vemos pelo gráfico 40 (elaborado com base em SIPRI (2016-2020)) que neste período, em comparação com o período anterior, a França aumenta a sua fatia de mercado em aproximadamente 19% e Alemanha e Reino Unido diminuem a sua fatia de mercado em 24% e 30%, respectivamente. Ademais, a Rússia também diminui a sua fatia de mercado, enquanto Estados Unidos e China aumentam. Mesmo continuando a fazer parte do ranking dos principais exportadores de armamentos do mundo, Alemanha e Reino

Unido apresentam menos capacidade tecnológica.

Da análise dos indicadores da capacidade estatal de Alemanha, França e Reino Unido, conclui-se que todos encontram-se vulneráveis às dinâmicas entre as Grandes Potências. Seja econômica e militarmente dos Estados Unidos, economicamente da China ou energeticamente da Rússia. Portanto, a complementariedade do acesso aos mercados econômicos e energéticos na Europa, torna-se cada vez mais, um elemento importante para a propensão destes países em cooperar regionalmente em defesa como forma de lidarem com as suas ameaças.

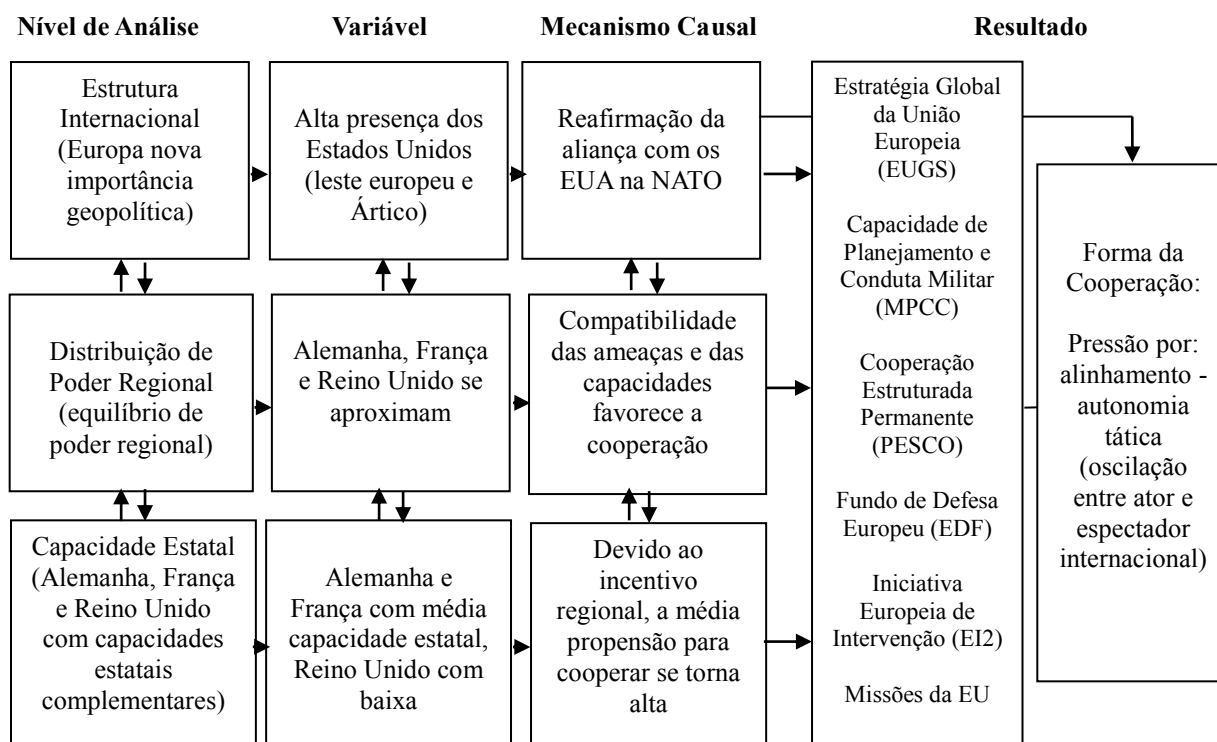
Com alta dependência energética externa, menos capacidade tecnológica e tendência de diminuição na capacidade de acessar recursos financeiros devido ao Brexit, o Reino Unido apresenta baixa capacidade estatal. Isto o pressiona a continuar buscando, na Europa, alternativa para os seus desafios securitários – mesmo que fora das instituições formais da EU (o que já ocorreu durante os anos 1960, em que ele não participava da Comunidade Econômica Europeia – EEC, mas, sim, da União da Europa Ocidental – WEU). Desta forma, as instituições fora da estrutura formal de defesa da EU atuam como instituições acomodativas¹². Portanto, verifica-se tendência de manutenção da presença britânica nas iniciativas de cooperação em defesa europeias. Além disso, o equilíbrio de poder entre Alemanha, França e Reino Unido e as ameaças compatíveis atuam como estímulos para que a propensão em cooperar aumente. Entretanto, diferentemente do período de 1992-2015 em que juntamente com o estímulo regional e a propensão nacional para cooperar havia baixa presença militar estadunidense na Europa e o continente não se configurava como um dos principais teatros geopolíticos, a partir de 2016 esta realidade se altera.

Pela primeira vez desde o pós-Segunda Guerra Mundial, juntamente com o incentivo regional e a propensão nacional para a cooperação regional em defesa, temos o retorno da Europa como um dos principais teatros geopolíticos e a tendência de aumento do engajamento militar estadunidense no continente. Isso, aliado ao redesenho da NATO expandindo o seu perímetro de ação para o leste e para o norte europeu e juntamente com a pressão alemã e francesa para aumento da participação europeia na tomada de decisão na aliança, pressiona para que o estímulo para a cooperação regional seja traduzido no fortalecimento da busca por autonomia tática da EU. Mesmo que seus discursos almejem a autonomia estratégica e operacional, elas dificilmente serão efetivadas. Isso porque, se as interações na nova realidade internacional multipolar se consolidarem através do aumento da rivalidade interestatal, o

¹² Novamente utilizando a tipologia de Helmke e Levitsky (2006, p. 14), as instituições informais acomodativas teriam o papel de combinar instituições formais e resultados divergentes. Isto é, criariam incentivos para que os atores se comportem de forma a alterar os efeitos das regras formais, mas sem violá-las diretamente.

aumento da presença militar estadunidense na Europa subordinará a visão estratégica da EU à da NATO. A isto, soma-se a necessidade da EU de se reestruturar e alcançar novo mínimo denominador comum após o Brexit. Portanto, os avanços na área da defesa na EU - enquanto permanecer este cenário - tendem a levar no máximo à autonomia tática.

Figura 7 - Aplicação do Modelo de Análise da Cooperação em Defesa Europeia 2016-



Fonte: Elaborado pela Autora.

Mesmo com os rumores acerca do plebiscito para a saída do Reino Unido da União Europeia (EU), França e Reino Unido aprofundam em março de 2016 a cooperação iniciada com a Entente Frugale, através do acordo de investir conjuntamente 1,5 bilhões de libras na construção de uma nova geração de sistema de combate aéreo e suporte mensal do reino para as tropas francesas na África (UNITED KINGDOM - UK, 2016). Ademais, o encontro marcou também a reafirmação feita através da criação da Estrutura Ghent em 2010, de desenvolver uma abordagem conjunta de portfólio, fortalecimento dos links industriais e requerimentos operacionais. Isso ocorreu através da demonstração da intenção francesa de armar o seu helicóptero de combate Tiger da Airbus (consórcio alemão- francês) com o míssil guiado conjunto da empresa MBDA (consórcio francês, alemão e italiano). O Reino Unido também anunciou a aquisição de um míssil da empresa MBDA (TRAN, 2016).

Em maio de 2016 os países do leste europeu, especialmente Polônia, Hungria e países

bálticos, pressionaram os Estados Unidos e a NATO a se engajarem mais na região, tendo em vista as contínuas instabilidades na Ucrânia. Os Estados Unidos anunciam, então, a construção de nova etapa do escudo antimíssil na Romênia. Há também o comprometimento da NATO de que três brigadas de combate ficariam em rotação na Europa do leste de forma regular (ECKEL, 2016). Em 23 de junho de 2016 ocorre o plebiscito no Reino Unido que decide pela sua saída da EU, gerando uma série de incertezas quanto ao futuro do bloco e à política interna britânica¹³. Como resposta a essa conjuntura de questionamento do projeto europeu, três dias após o plebiscito no Reino Unido, Alemanha e França declaram a intenção de buscar uma reforma da União, visando proporcionar diferentes velocidades de integração. Pois, a crise do bloco só seria eficientemente resolvida se fossem desenvolvidas ações em nível supranacional juntamente com ações no nível nacional ou regional. No documento “Uma Europa Forte em um Mundo de Incertezas”, ambos os países tratam de todas as áreas da EU: de segurança e defesa, a economia e direito (GERMANY; FRANCE, 2016).

Pelo documento, os dois países argumentam que a segurança dos europeus está interligada e, por isso, reafirmam a importância de fortalecer a autonomia operacional europeia através da criação de estruturas permanentes de comando civis-militares na EU e do mecanismo de Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), como um mecanismo flexível que possibilita várias velocidades de desenvolvimento militar conjunto (GERMANY, FRANCE, 2016, p. 3,4). Ambos reafirmam a postura intervencionista baseada no conceito da ‘abordagem abrangente’, alegando que o papel da União com os seus vizinhos e zonas de importância estratégica seria intervir, ajudando a reconstruí-las. Tal postura é reafirmada pela Estratégia Global da União Europeia (do inglês, EUGS) lançada em julho de 2016. Ambos os países defendem que o Conselho Europeu deveria se reunir uma vez ao ano na configuração de Conselho Europeu de Segurança. Este encontro deveria ser preparado pelos ministros das relações exteriores, da defesa e do interior dos países membros, com suporte do Centro de Inteligência e Situação da EU, juntamente com expertise de instituições de fora da EU

¹³ Somente 70% dos eleitores britânicos votaram no plebiscito. O resultado foi estreito, com apenas 4% de margem para a decisão de sair da EU. Houve disparidades nos resultados por região, com Londres e Escócia tendo votado majoritariamente para permanecer na EU e o interior da Inglaterra para sair. Essa conjuntura fez emergir questões sensíveis da política interna britânica, como os movimentos de independência na Escócia. Conforme verificado ao longo da campanha em torno do plebiscito, as maiores motivações para a saída da União eram o sentimento contra a imigração, a favor da soberania na economia e nas políticas de segurança transfronteiriça (BERNSTEIN; FATZICK, 2016). Conforme verificado em pesquisa de campo, todo o processo de organização da consulta pública se desenvolveu como algo inesperado e sem debates estruturados sobre os possíveis cenários após a efetivação da saída (Fonte: CARVALHO, Vinicius Mariano de. BREXIT e consequências para o Brasil. Apresentação para a comitiva do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em visita ao Brazil Institute da universidade Kings College. Londres, 10 out. 2017). Isso pode ser percebido também nas inúmeras rodadas de negociação do reino com a EU e com a troca do cargo de Primeira-Ministra neste processo.

(abrindo espaço para intervenção da NATO). Declaram que por possuírem destino e valores comuns, ambos iriam se dedicar a aprofundar a união política na Europa e que a EU deveria possuir capacidade de forças rápidas de alta prontidão e prover financiamento conjunto para as suas operações (GERMANY, FRANCE, 2016, p. 5).

Conforme será demonstrado, ao longo desse período, uma série dessas ações foram colocadas em prática, como: o lançamento da PESCO, o Fundo de Defesa Europeu (EDF), o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, a criação da Capacidade de Planejamento e Conduta Militar (MPCC) e a Iniciativa Europeia de Intervenção (EI2) – todos detalhados ao longo desta seção. Isto demonstra a centralidade e a liderança de ambos os países nas iniciativas regionais em defesa¹⁴ e a característica da cooperação europeia neste momento de buscar novo alinhamento entre seus membros, ao mesmo tempo em que há pressão estrutural e estímulo regional e nacional para aprofundamento da cooperação em defesa.

Em julho de 2016 a EU lança a sua nova estratégia, a Estratégia Global da EU (EUGS). Por ela, a União coloca a defesa como uma de suas prioridades. Em tom assertivo, afirma que poderia fazer uso do poder duro tanto quanto do poder brando, pois a realidade internacional estaria mais interconectada, complexa e contestada, com ameaças estatais e híbridas. Portanto, há a reafirmação da ‘abordagem compreensiva’, da ‘abordagem integrativa’ e do Norte da África, do Oriente Médio, da Europa do Leste e da Turquia como regiões estratégicas para o bloco (EUROPEAN UNION - EU, 2016). Reforçava-se a necessidade de cooperação para fazer frente a possíveis ameaças à União, trazendo uma estratégia com viés intervencionista e declarando que os cidadãos europeus e seus aliados demandam que a Europa tome o seu lugar no mundo como um provedor de segurança. Alegam que sozinhos os países europeus não têm força e nem recursos para enfrentar as dificuldades e aproveitar as oportunidades atuais. Por isso, defendem a necessidade da cooperação (EU, 2016). Ou seja, através da EUGS, há a reafirmação do engajamento dos países com o projeto europeu.

"Global" não se destina apenas no sentido geográfico: refere-se também à ampla gama de políticas e instrumentos que a Estratégia promove. Ela se foca tanto nas capacidades militares e antiterrorismo quanto nas oportunidades de emprego, sociedades inclusivas e direitos humanos. Ela trata da construção da paz e da resiliência dos Estados e sociedades, dentro e ao redor da Europa. A União Europeia sempre se orgulhou de seu poder brando - e continuará fazendo isso, porque somos os melhores neste campo. Entretanto, a ideia de que a Europa é exclusivamente um

¹⁴ Em entrevista durante o ano de 2017, o Coronel Holger Koch, então Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da República Federal da Alemanha junto à União Europeia, argumentava que os esforços de Alemanha e França após o Brexit seriam para desenvolver – nas suas palavras - uma “União de Defesa Europeia”.

"poder civil" não faz justiça a uma realidade em evolução. Para a Europa, poder brando e poder duro andam de mãos dadas (EU, 2016, p. 4, tradução nossa)¹⁵.

Sem desenvolver o que entende por autonomia estratégica, o documento declara a busca por ela, com as Nações Unidas (UN) como o seu centro. Nesse sentido, a EU afirma que continuará a estreitar a parceria com a NATO, mas que buscará outras com países centrais, médios e organismos regionais através de uma governança global reformada, baseada no princípio da 'abordagem integrada' (EU, 2016, p. 4, 8). Visando buscar resiliência na sua vizinhança do Leste até a Ásia Central e no sul até a África Central, a União reforça o comprometimento com o seu processo de alargamento (através de memorandos de entendimento e acordos iniciais) para os Balcãs e para a Turquia (EU, 2016).

O documento afirma que a EU pretende aumentar os seus esforços no ciberespaço, contraterrorismo, no setor de energia e nas comunicações estratégicas. Todavia, alegam que para tanto, seria necessário utilizar a cooperação em defesa como norma, pois sozinhas as capacidades estatais seriam insuficientes para superar as deficiências nacionais. A Agência Europeia de Defesa (EDA) deveria ser utilizada para isso, em completa coerência com o processo de planejamento da NATO (EU, 2016). Portanto, as cinco áreas de prioridade da Estratégia Global da EU (EUGS) são:

- a) a segurança da União;
- b) resiliência estatal e social no leste e no sul;
- c) abordagem integrativa para os conflitos e crises;
- d) ordens regionais cooperativas e
- e) governança global no século XXI (RETTTER *et al.*, 2021, p. 19).

Dessa forma, a EUGS estabelece que as funções da União seriam as operações de gerenciamento de crise e de construção de capacidade e não as de defesa territorial, pois a EU seria uma estrutura de governança e não uma aliança militar. Conclui-se, pois, que como o próprio título do documento demonstra: "Visão compartilhada, ação comum: uma Europa mais forte" (EU, 2016, tradução nossa)¹⁶, a EUGS não é a construção conjunta de uma estratégia e sim a construção de ações a partir de uma visão comum prévia.

Complementando a política de defesa declarada da EU, houve o lançamento em

¹⁵Do original em inglês: "Global" is not just intended in a geographical sense: it also refers to the wide array of policies and instruments the Strategy promotes. It focuses on military capabilities and anti-terrorism as much as on job opportunities, inclusive societies and human rights. It deals with peace-building and the resilience of States and societies, in and around Europe. The European Union has always prided itself on its soft power – and it will keep doing so, because we are the best in this field. However, the idea that Europe is an exclusively "civilian power" does not do justice to an evolving reality. For Europe, soft and hard power go hand in hand (EU, 2016, p. 4).

¹⁶ Do original em inglês: "Shared Vision, Common Action: a Stronger Europe" (EU, 2016).

dezembro do mesmo ano do Pacote de Segurança e Defesa. Ele é composto por três pilares complementares:

- a) Plano de Implementação em Segurança e Defesa (do inglês, *Implementation Plan on Security and Defence*);
- b) Plano de Ação Europeu em Defesa (do inglês, *European Defence Action Plan*);
- c) Declaração Conjunta EU-NATO de junho de 2016 (do inglês, *EU-NATO Joint Declaration*).

O Plano de Implementação em Segurança e Defesa é um documento desenvolvido pela então Alta Representante da EU (HR/VP), Federica Mogherini, para o Conselho Europeu, visando acelerar o processo de construção de capacidade de resposta de crise da EU. O Plano de Ação Europeu em Defesa visou trazer novas ferramentas de financiamento na área de defesa. Criou, portanto, o Fundo de Defesa Europeu (do inglês, EDF).

Com a criação do EDF, pela primeira vez é previsto parte do orçamento plurianual da EU para a defesa. Todavia, o Fundo é destinado a fomentar o desenvolvimento tecnológico conjunto e a base industrial de defesa europeia através do incentivo para todas as etapas do ciclo industrial. Ele não se destina ao custeio das instituições de defesa da EU e nem às suas operações militares (que continuam sendo majoritariamente financiadas de forma voluntária pelos países parte) (EEAS, 2021a). O EDF é composto por duas janelas complementares: a de pesquisa e a de capacidades. A janela de pesquisa é totalmente financiada pelo Fundo e visa financiar a pesquisa conjunta entre empresas dos países membros em produtos e tecnologias de defesa. Os programas em que o Fundo prestará auxílio deverão ser abertos à participação de todos os Estados membros. A janela de capacidades tem como foco o desenvolvimento dos ativos militares desenvolvidos pela janela de pesquisa e é financiada em conjunto com os Estados membros. Por fim, a aquisição desses ativos criados e desenvolvidos através do fomento do Fundo de Defesa Europeu (EDF), depende dos países membros da EU (EUROPEAN COMMISSION – EC, 2017).

Havia a previsão de que o EDF investisse 2,5 bilhões de euros por ano após 2020, gerando um efeito multiplicador de 5 bilhões de euros por ano em projetos conjuntos. Todavia, houve uma diminuição de quase 47% desses recursos no Quadro Financeiro 2021-2027 (EC, 2017, p. 4-5; IISS, 2021; EUROPEAN COMMISSION – EC, 2022). O primeiro edital para as 23 chamadas para desenvolvimento de tecnologia militar com financiamento do EDF foi lançado em junho de 2021 e começará a ser implementado no final de 2022¹⁷ (EC,

¹⁷ Entidades de países que não são membros da EU podem participar e receber financiamento do Fundo de Defesa Europeu (EDF), desde que respeitem as condições acordadas visando assegurar os interesses de

2022). Ou seja, mesmo que o Fundo tenha representado um passo importante na busca por modernização militar dos países europeus, a decisão de efetivação das iniciativas criadas por ele e de manutenção do EDF é uma decisão política e permanece nas mãos dos Estados. Dessa forma, as decisões da base industrial de defesa europeia permanecem majoritariamente nacionais e vulneráveis às dinâmicas políticas, dificultando, assim, a busca por autonomia estratégica e operacional como declarada pela Estratégia Global da União Europeia (EUGS).

Por fim, a Declaração Conjunta EU-NATO reafirma o comprometimento de ambas as instituições com os arranjos Berlin Plus e com a complementariedade entre ambas, que deve respeitar o processo decisório de cada uma. Afirmam que, em um ambiente no qual a aliança transatlântica vem sofrendo ameaças do Sul e do Leste, há demanda da sua população para que ela utilize todos os meios disponíveis para se proteger. Neste sentido, declararam que “uma NATO mais forte e uma EU mais forte se reforçam mutuamente” (NATO-EU, 2016, p. 1, tradução nossa)¹⁸. A declaração reforça a postura intervencionista, alegando que devem levar estabilidade para os seus vizinhos e parceiros. Declaram, pois, que ambas as instituições deveriam aumentar a cooperação em sete áreas: a) ameaças híbridas: aumentar a capacidade de contê-las através do aumento da resiliência de suas sociedades, trabalhando na prevenção, detecção antecipada e no aumento da troca de informações; b) cooperação operacional: aumentar o escopo da cooperação para incluir o mar e a imigração, especialmente no Mediterrâneo, c) Ciber Segurança: expandir a cooperação na educação, exercício, treinamento e nas missões militares, d) Capacidades Militares: aumentar a interoperabilidade, a complementariedade e os projetos conjuntos entre os dois blocos, e) Indústria de Defesa: fomentar a cooperação na pesquisa e desenvolvimento, f) Exercícios Militares: desenvolver exercícios paralelos e coordenados, g) Resiliência dos Parceiros do Leste e do Sul: desenvolver a capacidade de defesa e de segurança destes parceiros de forma complementar às da NATO (NATO-EU, 2016).

Em fevereiro de 2017 houve nova reafirmação da Entente Frugale (Acordos de Lancaster) entre França e Reino Unido. Ambos acordaram na renovação conjunta de mísseis *Storm Shadow* (UNITED KINGDOM – UK, 2017). Em 06 de março do mesmo ano foi acordada, pelo Conselho reunido na forma de Conselho das Relações Exteriores, a criação da

segurança e defesa dos países da EU, bem como garantam a liberdade de ação dos países membros da União no que tange ao uso e à exportação dos produtos desenvolvidos. De modo geral, somente projetos com no mínimo três entidades elegíveis de ao menos três Estados Membros ou países associados são elegíveis para receberem os recursos do fundo. Essa regra apresenta exceção para projetos de tecnologias disruptivas (EC, 2022).

¹⁸ Do original em inglês: “A stronger NATO and a stronger EU are mutually reinforcing” (NATO-EU, 2016, p. 1).

Capacidade de Planejamento e Conduta Militar (do inglês, MPCC). Nessa tomada de decisão, o Reino Unido estava representado pelo então secretário de Estado para os assuntos externos e a *Commonwealth* britânica, Bóris Johson (atual primeiro-ministro britânico) (EUROPEAN UNION – EU, 2017). A MPCC fica responsável pelo planejamento operacional e a condução das missões militares não executivas¹⁹ da EU. Dessa forma, ela fica também sob o controle político do Comitê Político e de Segurança (PSC). A MPCC trabalha de forma coordenada com a Capacidade de Planejamento e Conduta Civil (do inglês, CPCC). O diretor geral do Estado-Maior da EU (EUMS) é o diretor da MPCC e assume, portanto, o comando das missões militares não-executivas da EU (EU, 2017, p.1). Ou seja, houve a efetivação da intenção de Alemanha e França de criar uma estrutura militar de comando operacional dentro da EU, tornando a União não dependente da ação voluntária dos países nessa esfera. Todavia, ela sendo destinada somente a missões não-executivas indica, novamente, a dificuldade política em estruturar um comando operacional executivo dentro da EU (e, por isso, diretamente interligado ao nível estratégico), tendo em vista as pressões da NATO e dos Estados Unidos para não duplicação de capacidade.

Também em março de 2017, França e Reino Unido continuam aprofundando a cooperação bilateral com acordo conjunto para a construção de um novo sistema de armas de longo alcance para a Marinha e a Força Aérea dos dois países. Percebe-se, então, contínuo engajamento de ambos em capacidade de projeção conjunta. Concomitantemente, França continua aprofundando a sua aproximação com Alemanha nessa esfera, tendo acordado na construção da Aliança para o Sahel – uma plataforma para otimizar as ações dos países nesta região africana (EU, 2017).

No contínuo movimento de introspecção para alcançar novo denominador comum entre os seus países membros, a EU lança, em junho de 2017, o Documento de Reflexão sobre o Futuro da Defesa (do inglês, *Reflection Paper on the Future of Defense*). Ele visou promover o debate sobre o futuro do bloco em todos os níveis da cooperação regional (parlamentos nacionais, autoridades e sociedade civil). Isso ocorreu juntamente com o lançamento do: Documento de Reflexão sobre a Dimensão Social da Europa; Documento de Reflexão sobre o Aproveitamento da Globalização; Documento de Reflexão sobre o Aprofundamento da União Econômica e Monetária e Documento de Reflexão sobre o Futuro das Finanças da União Europeia, visou (CE, 2017). Esses documentos foram resultado do

¹⁹ As missões militares não executivas são aquelas em que a EU atua auxiliando, na forma de conselhos, o Estado anfitrião. Por outro lado, as missões militares executivas são aquelas em que a EU substitui o Estado anfitrião e conduz efetivamente as operações no terreno (EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS, 2014, p.10).

Livro Branco sobre o Futuro da Europa e o Rumor a Seguir²⁰ produzido pela Comissão Europeia em março de 2017.

Visando debater acerca do futuro da defesa europeia, o Documento de Reflexão sobre o Futuro da Defesa desenvolve três cenários possíveis (não excludentes) para a Política de Segurança e Defesa Comum (CSDP) da EU: a) Cooperação em Segurança e Defesa: manutenção da cooperação em base voluntária e *ad hoc* e desenvolvimento de missões civis e militares de média intensidade (as de alta intensidade continuariam dependendo de países centrais ou delegadas à estrutura da NATO). A indústria de defesa permaneceria fragmentada e duplicada. b) Segurança e Defesa Compartilhada: convergência de cultura estratégica e de percepção de ameaças e maior cooperação financeira, operacional e em infraestrutura crítica no setor cibernético e espacial. Isso aumentaria a capacidade da União de projetar poder e haveria maior cooperação com a NATO em conflitos de alta intensidade. c) Segurança e Defesa Comum: ação conjunta em defesa seria a norma e não através de ações *ad hoc*. Haveria forte cooperação com a NATO nos conflitos de alta intensidade. Haveria também maior cooperação entre as esferas nacionais e supranacionais, especialmente no setor de inteligência, produzindo uma política de defesa genuinamente europeia (COMISSÃO EUROPEIA - CE, 2017).

Assim, a Estratégia Global da EU (EUGS), o Pacote de Defesa e o Documento de Reflexão sobre o Futuro da Defesa são caminhos para repensar e, se necessário, reformar a União. Portanto, ao mesmo tempo em que se verificava uma EU buscando se aprofundar em iniciativas de defesa frente a um ambiente geopolítico incerto, via-se também um movimento de reflexão sobre as suas instituições e o seu modelo de cooperação. Reconhecia-se a possibilidade de existir variadas velocidades de cooperação, mas, especialmente, verificava-se o reconhecimento da necessidade de manter o Estado como ator central nesse processo. Isso indica que as iniciativas de cooperação, naquele momento de crise interna na EU, se desenvolviam no sentido de lembrar a importância da cooperação europeia tanto para a estabilidade do continente, quanto para a projeção desses países no Sistema Internacional.

Em 11 de dezembro de 2017 foi lançada oficialmente pelo Conselho, reunido no formato de Conselho de Ministros das Relações Exteriores, a Cooperação Estruturada

²⁰ O Livro Branco elenca oito desafios centrais para serem levados em conta para o futuro da União: ascensão do populismo e retórica nacionalista; crise econômica; envelhecimento da população; mudança da posição da Europa no Sistema Internacional; ameaças de agressão externa e terrorismo nas fronteiras; migração; mudanças climáticas e desenvolvimento tecnológico. Para tanto, desenvolve cinco cenários possíveis para a União: regresso ao mercado único; continuidade do modelo de integração atual; velocidades diferentes de integração para os países que assim desejarem; concentração em certos domínios para obter resultados mais rápidos; aumento da integração conjunta em todos os domínios (CE, 2017).

Permanente (do inglês, PESCO). Apesar de ter sido institucionalizada no Tratado de Lisboa em 2007 (ratificado em 2009), a PESCO não havia sido colocada em prática até essa data. Ela não é uma formação de combate, mas sim uma iniciativa que prevê o desenvolvimento conjunto de capacidades militares de forma a otimizar os orçamentos destinados a defesa. O seu objetivo declarado é desenvolver capacidades militares no amplo espectro da guerra, auxiliando a alcançar a almejada autonomia estratégica da EU. Ela funciona através da criação e desenvolvimento de projetos pelos países que participam de forma voluntária. Cada projeto sempre terá um país líder e permanece aberto aos demais membros da EU, bem como a terceiros países (PESCO, 2022). Os Estados que desejam fazer parte da PESCO comunicam o Conselho Europeu e a Alta Representante e em um prazo de três meses o Conselho decide, por maioria qualificada, acerca da criação da estrutura e quais países farão parte. Os países que desejam aderir-lhe posteriormente, devem cumprir as exigências e comunicar o Conselho²¹. Essa decisão também é tomada por maioria qualificada. Todavia, somente os Estados já membros da estrutura votam. Se algum país deixar de cumprir as exigências da estrutura, o Conselho Europeu através de votação por maioria qualificada entre os membros da estrutura (menos o Estado em questão), votam pela sua retirada. Se um Estado quiser abandonar a PESCO, basta que ele comunique ao Conselho Europeu (EEAS, 2021b). Cabe mencionar que os ativos militares advindos da cooperação estruturada ficam disponíveis para os países participantes do projeto específico e cabe somente a eles decidirem pela sua utilização.

A Agência Europeia de Defesa (EDA) compõe o secretariado da PESCO, juntamente com o Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) (através do Estado Maior da EU (EUMS)). É através do secretariado que os países membros da PESCO identificam as áreas em que é necessário e possível desenvolver projetos. A EDA presta suporte para a implementação dos projetos e desenvolve a sua controladoria, verificando se não há duplicação de capacidades entre os diversos projetos e deles com a NATO. Nessa estrutura, os projetos podem ser financiados pelos Estados parte e/ou receberem parte de seus financiamentos da EU através do Fundo de Defesa Europeu (EDF) (EUROPEAN DEFENSE AGENCY – EDA, 2021). Para participarem do mecanismo, os países têm de cumprir uma série de exigências referentes à

²¹ São os Estados membros de determinado projeto que decidem sobre a participação de terceiros Estados. O Estado líder do projeto deve submeter uma solicitação ao Conselho, que toma a sua decisão por unanimidade. Em maio de 2021 Estados Unidos, Canadá e Noruega se juntaram ao projeto de Mobilidade Militar (EEAS, 2021b). Percebe-se, assim, novamente a presença estadunidense na esfera em que a EU mais depende de suas capacidades. Isso indica que os Estados Unidos estão mais dentro do que fora das iniciativas europeias que buscam construção de capacidades. Estas iniciativas se configuram, portanto, na busca por autonomia tática, mas não operacional e nem estratégica. Ademais, a possibilidade de participação de terceiros Estados abre espaço para futura participação britânica nos projetos da PESCO.

prontidão, investimento mínimo em defesa e capacidade logística²². Conforme artigo 1º do Protocolo relativo à Cooperação Estruturada Permanente, os Estados que participarem da PESCO devem se comprometer a investir no desenvolvimento da capacidade de fornecerem unidades de combate em nível tático (com os respectivos elementos de apoio – transporte e logística), em um prazo de 5 a 30 dias, para as missões da EU. Essas forças devem estar operacionais em um período de no mínimo 30 dias, prorrogável até 120 dias (UE, 2007).

Portanto, tanto o Fundo de Defesa Europeu (EDF), quanto a PESCO são destinados ao fomento à indústria de defesa. A diferença é que a PESCO apresenta contrapartidas políticas, requerendo um maior engajamento dos países na EU. Ademais, o EDF pode ser utilizado pelos países na PESCO ou apresentar os seus próprios projetos de pesquisa e desenvolvimento. Desde o seu lançamento em 2017, a PESCO já desenvolveu projetos em todos os domínios da guerra²³. Eles são para desenvolvimento de ciclos de vida dos armamentos, mas com objetivos de longo prazo (PERMANENT STRUCTURED COOPERATION – PESCO, 2022). Convém ressaltar que a PESCO é uma iniciativa para construir capacidades conjuntas, mas não um comprometimento de utilizá-las de forma conjunta. A sua utilização depende da vontade política dos países, tornando-se altamente vulnerável aos acontecimentos geopolíticos. Se configura, pois, juntamente com os Grupos de Batalha, uma forma de alcançar alinhamento entre os seus participantes.

Interligado ao processo de acessar, verificar e controlar os investimentos em defesa e as necessidades e oportunidades de investimento conjunto, foi criado pela EU em 2018 o Plano de Desenvolvimento de Capacidades (do inglês, CDP). Visando auxiliar na tomada de decisão em defesa, o Comitê Militar da EU (EUMC), o Estado-Maior da EU (EUMS) e a Agência de Defesa Europeia (EDA) também em consulta com a NATO, provêm análises sobre as deficiências e oportunidades nessa área (RETTNER *et al.*, 2021). Também foi desenvolvida a Análise Anual Coordenada em Matéria de Defesa (do inglês, CARD). Aliado com o CDP, o CARD visa alcançar um padrão para fortalecer a cooperação entre os Estados membros. Ele também fica sob liderança da EDA e serve para manter a supervisão sob o orçamento de defesa, a pesquisa e os investimentos entre os países participantes, garantindo a

²² Fonte: Entrevista com Coronel Holger Koch, Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia. Bruxelas, sede da Representação Permanente, 16 de outubro de 2017.

²³ Convém apontar que o total de 47 projetos da PESCO até o momento ficaram significativamente aquém das expectativas da estratégia global adotada pela EU em 2016. Os projetos têm sido vistos como focados em capacidades de baixa intensidade, aumentando as capacidades que os Estados já possuem, em vez de preencher lacunas militares críticas (RETTNER *et al.*, 2021). A partir de 2019 foi decidido que novos projetos serão lançados de dois em dois anos. Assim, ocorreu o lançamento de um projeto em 2018, um em 2019, um em 2021 e nova chamada será feita em julho de 2022 para lançamento em maio de 2023 (EEAS, 2021a).

continuidade entre as prioridades encontradas pelo CDP. O CARD é conduzido de forma voluntária e visa garantir a coerência e a coordenação entre os países participantes (RETTTER *et al.*, 2021, p. 13). Verifica-se, portanto, mais um mecanismo utilizado pela EU para alcançar alinhamento entre seus membros e demonstra o desenvolvimento da cooperação em defesa em várias velocidades. Pode-se, pois, argumentar que o CDP e o CARD estão no nível político e a PESCO (de forma voluntária) coloca em ação possíveis oportunidades verificadas por aqueles dois processos de análise.

Em janeiro de 2018 acontece novo aprofundamento dos Acordos de Lancaster (Entente Frugale) entre França e Reino Unido, reafirmando o alinhamento entre eles. Ambos acordaram que haveria suporte francês ao grupo de batalha da NATO liderado pelo Reino Unido na Estônia, que o Reino Unido iria prover auxílio logístico para a França em sua missão de contraterrorismo no Mali e que haveria a criação de um Conselho Ministerial de Defesa Reino Unido-França, a fim de criar um fórum permanente entre ambos. Por fim, foi produzido um comunicado sobre a importância da possibilidade de que a indústria de defesa britânica continue engajada nos programas europeus de pesquisa e de desenvolvimento de capacidades militares. Houve também a confirmação de que o Reino Unido iria dar suporte à França no seu projeto de criação da Iniciativa Europeia de Intervenção (do inglês, EI2), visando melhorar o planejamento operacional conjunto. Por fim, determinaram que a Força Combinada Expedicionária Conjunta (CJEF) iria estar completamente operacional em 2020 (UNITED KINGDOM – UK, 2018).

Neste sentido, a carta de intenção para a criação da Iniciativa Europeia de Intervenção (EI2) foi assinada em julho de 2018. Todavia, o tratado para a sua criação somente foi assinado em 19 de setembro de 2019. Liderada pela França, a iniciativa visava lançar, por um pequeno número de Estados membros, uma força de intervenção europeia para lidar especialmente com as crises na África. A EI2 iria ser desenvolvida fora da estrutura da EU, pois visava incluir também o Reino Unido. Primeiramente, a Alemanha se colocou crítica à proposta, pois temia que a iniciativa canibalizasse o processo de desenvolvimento da PESCO. Mas, posteriormente, também aderiu à proposta, pois a França afirmava que a Iniciativa não seria um projeto para desenvolver armamentos conjuntos e sim compartilhar uma cultura estratégica, visando melhorar a capacidade dos países de cooperarem conjuntamente nas missões da NATO, EU, UN ou em coalizões ad hoc utilizando as capacidades militares já existentes (MERKEL..., 2018).

A EI2 é uma iniciativa de cooperação operacional²⁴ pois, visa fortalecer o compartilhamento de dados de inteligência, planejamento de cenário, interação de doutrinas e operações de suporte através de conversas estratégicas militares bianuais, encontro anual entre os diretores políticos de defesa e evento ministerial anual. Os países participantes são: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia (FRANCE, 2021a; IRISH; SHALAL, 2018). Ela representa uma possível solução para os impasses na consolidação de um pilar europeu dentro da NATO devido aos desentendimentos entre Turquia e Grécia (ponto desenvolvido na seção seguinte). Na prática, a EI2 é mais do que uma aproximação operacional, é também uma reafirmação do comprometimento político entre os países membros, garantindo o alinhamento entre eles em um cenário pós Brexit. Ou seja, através da interligação dos diferentes centros de planejamento e de operações militares dos países membros, a EI2 se configura como mais uma opção de velocidade de cooperação na Europa, pois retira de dentro da estrutura da EU o movimento de desenvolvimento de capacidade operacional, mantendo o Reino Unido engajado. Isso é, a Europa ocidental encontrou uma alternativa, mesmo com o Brexit e por isso fora da EU, de desenvolver uma estrutura que busca autonomia operacional frente a um ambiente internacional instável. Convém ressaltar que, assim como nos anos 1960 com a União da Europa Ocidental (WEU) e com a Comunidade Econômica Europeia (EEC), desenvolver a cooperação em defesa em uma estrutura separada das iniciativas de cooperação nas outras esferas não significa desagregação e sim pode demonstrar apenas uma acomodação e uma variação na forma de cooperação em defesa.

Ainda em julho de 2018 NATO e EU reafirmam a sua parceria, declarando que os esforços da EU em segurança e defesa são complementares à NATO e que fortalecem a aliança ao dividir os custos de sua manutenção. Pela Declaração Conjunta EU-NATO, ambas as organizações acordaram em iniciativas para aprofundar a resiliência dos seus países membros frente a ciberataques e riscos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares. Portanto, reafirmaram a necessidade de trocar dados de inteligência e avisos em tempo real sobre possíveis ameaças, demonstrando, assim, o seu alinhamento estratégico. Também acordaram em agir conjuntamente para gerir a crise de refugiados e imigrantes no Mar Mediterrâneo. Por fim, alegaram que as capacidades desenvolvidas por ambas as instituições, devem ser coerentes, complementares e interoperáveis, permanecendo disponíveis para ambas

²⁴ O seu desenvolvimento fora das instituições europeias e com a presença britânica demonstra mais uma vez a dificuldade de alcançar uma autonomia estratégica e operacional dentro da EU, subordinando estas iniciativas à visão estratégica e operacional da NATO.

as instituições (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2018).

Como resposta ao Brexit, em agosto de 2018 a então primeira-ministra do Reino Unido Theresa May, determinou o desenvolvimento de um novo sistema de satélites de navegação que iria substituir o europeu Galileo. O Reino Unido pós Brexit teria possibilidade de continuar utilizando o sinal aberto do satélite, todavia, os seus militares poderiam ser impedidos de utilizar a futura versão criptografada. Portanto, os britânicos anunciaram que esperariam trabalhar com os seus parceiros de inteligência *Five-Eyes* (Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia) para o desenvolvimento de um novo sistema (BREXIT..., 2020). Ou seja, esse movimento demonstra a aproximação britânica com os Estados Unidos quando se afasta da EU.

Em setembro de 2018 o Parlamento Europeu, exercendo o seu papel de propor políticas públicas, convidou o Conselho a investigar a possibilidade de criação de uma força permanente multinacional (chamada de *Spearhead Europe Force*) com alta prontidão e com quartel em Estrasburgo, Szczecin e Münster. Também submeteu uma proposta para que a EU quadruplicasse as suas forças de 18 Grupos de Batalha, para 18 brigadas (EUROPEAN..., 2018). Isto demonstra a coesão entre as instituições da EU, bem como a pressão por aprofundamento da cooperação em defesa no bloco como resposta ao ambiente securitário internacional. Todavia, a estruturação de uma força permanente torna-se improvável na atual conjuntura, uma vez que para tanto, é necessário primeiramente a estruturação de um quartel operacional e tático permanente. Esse movimento não ocorreu até o momento, mesmo com a estruturação dos Grupos de Batalha desde 2007 – que também ainda não foram ativados em nenhuma ação militar.

Em 22 de janeiro de 2019 foi assinado entre Alemanha e França o Tratado de Aachen, substituindo o Tratado de Eliseu de 1963 (FRANCE, 2022). Ele entrou em vigor um ano depois, em 22 de janeiro de 2020. O tratado fortalece o compromisso de ambos com a reaproximação política do pós-Segunda Guerra Mundial, fortalecendo a cooperação em seis áreas: Relações Europeias; Paz, Segurança e Desenvolvimento; Cultura, Educação, Pesquisa e Mobilidade; Cooperação Regional e Transnacional; Desenvolvimento Sustentável, Clima e Meio Ambiente e Relações Econômicas e Organização (GERMANY; FRANCE, 2019). Portanto, ele reforçou o forte comprometimento político de ambos os países com o projeto de cooperação europeia. Esse movimento, aliado com as demais iniciativas francesas de cooperação com o Reino Unido e de criação da Iniciativa de Intervenção Europeia (EI2), demonstra o papel central francês de fomento à cooperação regional na forma intergovernamental e sob a sua liderança – assim como declarado em sua política de defesa

nacional. A França utiliza, portanto, a EU como um instrumento para busca de autonomia nacional em defesa.

Especificamente sobre defesa, o Tratado apenas faz menção a essa área, reafirmando o comprometimento de ambos os países com a busca por autonomia europeia, com a intenção de fortalecer a base industrial de defesa europeia e com a criação de um Conselho Franco-Germânico de Segurança e Defesa (um Conselho bilateral nos mesmos moldes havia sido criado por França e Reino Unido). Propõem também a criação de tal conselho na forma trilateral com o Reino Unido. Ademais, reafirmam a intenção de disponibilizar qualquer recurso (incluindo ajuda militar) em um evento de ataque militar nos seus respectivos territórios (GERMANY; FRANCE, 2019, *Chapter 2*). Em fevereiro de 2019 ambos os países deram um passo a diante nesta propensão para cooperar, declarando a intenção de desenvolver um novo sistema aéreo de combate, incluindo um caça e seus armamentos associados, que iria substituir o caça francês Rafale e o alemão Eurofighter. Ele estava previsto para se tornar operacional em 2040, com os primeiros voos de demonstração em 2025 (GERMANY..., 2019). Todavia, como todos os esforços que envolvem a área da defesa e a autonomia estatal, este projeto se desenvolve cercado de desconfiança e visões diferentes entre Berlim e Paris, bem como de lutas internas entre as empresas envolvidas²⁵.

Em dezembro de 2019 como resposta ao ambiente internacional instável, que pressiona a ordem liberal (especialmente através das tensões com a Rússia e China, da mudança climática e posteriormente da pandemia global da Covid-19), os países membros da NATO decidiram iniciar um processo de atualização do seu Conceito Estratégico 2010. A chamada Agenda NATO 2030, configura-se como a estruturação de visões comuns para a atualização do contrato político da aliança e a busca de coesão. Após o desenvolvimento em 2020 pelo Secretário Geral de uma agenda para esta revisão, os países membros aprovaram-na em junho de 2021. Conforme será demonstrado, a EU também iniciou em 2020 um processo de revisão estratégica (a Bússola Estratégica). Assim, grande parte dos países são membros das duas organizações e participam dos dois processos concomitantes (RETTNER *et al.*, 2021).

Com a NATO 2030, visa-se adaptar a aliança em torno dos seguintes pontos: fortalecer as capacidades militares dos aliados para a dissuasão e defesa coletiva; fortalecer as consultas transatlânticas e a dimensão política da aliança; ampliar a agenda da NATO, visando enfrentar as ameaças existentes, mas também incluir as novas (Rússia e China, mudança climática,

²⁵ A França, representada pela Dassault, é sensível quanto ao acesso à sua cadeia de abastecimento nuclear. A Alemanha, cujos interesses são representados no projeto pela Airbus, quer uma participação industrial equitativa (SIEBOLD; SALAÜN, 2021).

resiliência, inovação tecnológica, proteção da ordem internacional baseada no direito e um imprevisível e competitivo Sistema Internacional); preservar a sua tecnologia de ponta; garantir a ordem internacional baseada no direito; fortalecer a capacidade de construção e treinamento militar; combater e se adaptar às mudanças climáticas; iniciar o desenvolvimento de um novo conceito estratégico e investir na NATO. É reafirmado durante o processo que a NATO seria além de uma aliança militar também uma comunidade de valores, comprometida com três funções centrais: defesa coletiva, gerenciamento de crise e segurança cooperativa (NATO, 2021a). O processo da construção da Agenda NATO 2030 demonstra, portanto, novo comprometimento dos países com a aliança e a necessidade de alcançar novo denominador comum entre seus membros.

Desde sua fundação em 1949, a flexibilidade da aliança transatlântica, incorporada em seu Tratado original, tem permitido que ela se adapte às diferentes exigências de diferentes épocas. Nos anos 50, a Aliança era uma organização puramente defensiva. Na década de 1960, a NATO tornou-se um instrumento político para a distensão. Nos anos 90, a aliança foi uma ferramenta para a estabilização da Europa do Leste e da Ásia Central através da incorporação de novos parceiros e aliados. Na primeira metade do século XXI, a NATO enfrenta um número sempre crescente de novas ameaças. Como a base da paz e da liberdade transatlântica, a NATO deve estar pronta para enfrentar este desafio (NATO, 2020a, tradução nossa)²⁶.

Em 31 de janeiro de 2020 ocorre a efetivação do Brexit, mas com um período de transição até 31 de dezembro do mesmo ano. Durante esse período, o Reino Unido continuou a aplicar as regras da EU, mas não possuía poder na tomada de decisão conjunta. Neste tempo, Londres e Bruxelas firmaram o Acordo de Retirada e o Acordo de Comércio e Cooperação EU-Reino Unido. Por opção britânica, a esfera da segurança e defesa permaneceu de fora dos acordos²⁷. O reino indicou sua preferência por uma abordagem flexível e *ad hoc* nesta área, se aproximando de forma bilateral com Alemanha, França e Itália - com os quais assinou entendimentos. Todavia, deixou claro a sua propensão de continuar comprometido com a segurança europeia (UK..., 2021).

²⁶ Do original em inglês: “Since its founding in 1949, the transatlantic Alliance’s flexibility, embedded in its original Treaty, has allowed it to suit the different requirements of different times. In the 1950s, the Alliance was a purely defensive organisation. In the 1960s, NATO became a political instrument for détente. In the 1990s, the Alliance was a tool for the stabilisation of Eastern Europe and Central Asia through the incorporation of new Partners and Allies. In the first half of the 21st century, NATO faces an ever-growing number of new threats. As the foundation stone of transatlantic peace and freedom, NATO must be ready to meet this challenge” (NATO, 2020a).

²⁷ A implicação imediata de não desenvolver um acordo coletivo nesta área foi que os militares britânicos que participavam das missões e das instituições da EU, passaram a não possuir mais base legal para a sua participação, tendo que retornar para o reino. Ademais, o Reino Unido passou a não financiar mais as iniciativas da EU em defesa (UK..., 2021). Também na NATO, a Operação Althea na Bósnia-Herzegovina que estava em andamento sob a estrutura do Berlin Plus, teve de repassar o comando da operação para o Vice-Comandante do Estado-Maior da NATO (VCOS), que era um nacional francês (RITTIMANN, 2021).

Especificamente com a Alemanha, houve a reafirmação do alinhamento estratégico entre ambos, acordando no desenvolvimento de uma estrutura de diálogo entre os ministros das relações exteriores e os diretores políticos dos dois países. Ambos declararam o seu comprometimento com a NATO e com uma contribuição europeia mais forte para a aliança. Declararam o comprometimento de conduzir diálogos construtivos com a Rússia (posição condizente com a dependência de ambos das fontes de energia russas) – uma posição rejeitada pela EU. Em relação a China, a declaração reconhece a sua crescente influência e declara a intenção de pressionar para que o país assuma as suas responsabilidades internacionais (como o respeito aos Direitos Humanos). De especial atenção é a afirmação do Reino Unido de que oferece suporte aos esforços alemães de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UN). Há também o comprometimento de trabalho conjunto e de cooperação conjunta em aquisição militar entre as Forças Armadas de ambos os países (UK..., 2021). Portanto, o entendimento demonstra o comprometimento político e a reafirmação do alinhamento britânico com as iniciativas de cooperação na Europa ocidental.

Mesmo que fosse considerado que o Reino Unido disponibilizava 20% do catálogo de força da EU (incluindo capacidades estratégicas aéreas, logísticas, de inteligência e de reconhecimento), estas capacidades ficavam condicionadas à vontade política do reino. Historicamente ele proveu somente 2,3% do total de contribuições com pessoal. Ademais, durante o período de transição, os britânicos contribuíram com apenas 7 das 16 operações militares da EU. A sua contribuição principal se dava no nível de comando estratégico (SMITH; MILLS, 2021). Com o Brexit, o reino poderá continuar participando das operações e iniciativas da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP), todavia terá de se adequar a um acordo de terceira-parte. Portanto, na prática, não se prevê fortes impactos do Brexit na área da defesa na EU. Durante o período de transição, o Reino Unido defendia um acordo inédito, que incluísse acesso a documentos de planejamento operacional (o que iria além dos parâmetros dos atuais acordos da EU com terceiros países). Entretanto, a EU se opôs, argumentando que o reino não poderia ter os mesmos benefícios que um Estado membro e que as trocas de informações seriam proporcionais ao seu nível de contribuição. Convém ressaltar que, independentemente de qualquer auxílio britânico, o Reino Unido não terá direitos na tomada de decisão acerca das operações militares da EU, o que torna improvável a sua participação militar através das estruturas internas da EU (SMITH; MILLS, 2021).

Se em dezembro de 2019 a NATO inicia a sua revisão estratégica frente a um Sistema Internacional em mudança, em junho de 2020 - em meio à pressão por ações coordenadas de enfrentamento à crise de saúde pública da Covid-19 - a EU, por meio do Conselho, inicia

também o mesmo processo. O processo chamado de Bússola Estratégica (do inglês, *Strategic Compass*) é um movimento de reafirmação e de desenvolvimento de orientações políticas e metas para conferir maior efetividade à Estratégia Global (EUGS) de 2016. Ou seja, inicia-se um novo movimento de alinhamento interno no bloco. Visava-se trabalhar com foco em quatro áreas:

- a) gestão de crises,
- b) resiliência,
- c) desenvolvimento de capacidades e
- d) parcerias.

Segundo Joseph Borrell, Alto Representante da EU (HR/VP), visa-se evitar o risco de contração estratégica. Ou seja, a tendência de apresentar inúmeros princípios conjuntos, mas pouca ação efetiva. A EU visaria sair de um ‘Ecossistema de Defesa’ (*defence eco-system*) para chegar a uma verdadeira ‘União Europeia de Defesa’ (*European Defence Union*) (BORRELL, 2020). Por esse processo, foi desenvolvida, em novembro de 2020, uma análise de riscos pelo Conselho, definindo - segundo discurso oficial - pela primeira vez ameaças claras entre os países membros (EEAS, 2021b). Todavia, esse documento é classificado.

Após esta etapa, o Alto Representante da EU (HR/VP) apresentou uma primeira minuta da Bússola Estratégica em novembro de 2021 para os Estados-Membros. Ela foi adotada pelo Conselho Europeu no final de março de 2022 e prevê - novamente como foi previsto em 2010 pelo *Headline Goal*, mas não efetivado – a prontidão de forças de até 5000 militares para utilização pela EU (EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE – EEAS, 2022). A Bússola Estratégica visa responder às seguintes perguntas: “agir como exatamente? Para enfrentar quais ameaças e desafios? Com que meios? E com que implicações para a UE?” (BORRELL, 2020, tradução nossa)²⁸. Por este processo de alinhamento estratégico, a EU reafirma que deve ‘aprender a linguagem do poder’, utilizando ‘poder duro’ para subsidiar negociações diplomáticas (BORRELL, 2020; ZEISS, 2020). Ou seja, assim como nos anos 1990, o poder militar da EU seria visto como um elemento de coerção para que o bloco possa colocar em prática, nas regiões estratégicas, o seu modelo liberal de política. Todavia, até o momento, esse processo se configura apenas como mais um dos inúmeros movimentos ao longo da história da EU, que buscam alinhamento entre estratégias já previamente comuns em um ambiente internacional volátil e incerto. Esta constante duplicação de iniciativas parece demonstrar descentralização e dificuldade de efetivação.

²⁸ Do original em inglês: “act how exactly? To face which threats and challenges? With which means? And with which implications for the EU?” (BORRELL, 2020).

Em novembro de 2020 com a comemoração de 10 anos dos Acordos de Lancaster (Entente Frugale), França e Reino Unido declararam que alcançaram a capacidade de lançar a sua Força Expedicionária Conjunta (CJTF). Ademais, visando alcançar o objetivo de lançar um grupo de porta-aviões em conjunto, declararam que navios e pessoal de ambas as marinhas disponibilizaram suporte regular uma à outra ao longo destes 10 anos. Ademais, reafirmaram o comprometimento conjunto em capacidade nuclear, tendo desenvolvido uma planta nuclear conjunta em Valduc, França, a fim de fomentar o desempenho das ogivas e materiais nucleares dos dois países. Ambos reafirmaram também a intenção de continuar e aprofundar a parceria conjunta (UNITED KINGDOM – UK, 2020b).

Em março de 2021, foi estabelecido o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (do inglês, *The European Peace Facility*) para reformar o sistema de financiamento da EU para as suas missões militares. Ele é um mecanismo que vai substituir o mecanismo Athena²⁹ e o Mecanismo de Apoio à Paz em África (do inglês, *African Peace Facility*). Ou seja, o novo mecanismo não representa uma grande mudança no financiamento de missões militares executivas da EU, pois continuará sendo um pequeno orçamento paralelo ao da União. Todavia, agora ele pode ser direcionado para ajuda a países externos que não somente africanos. Ele poderá ser utilizado pela EU para dar suporte aos seus parceiros em um nível global – seja bilateralmente, seja através de organizações internacionais. Esse suporte pode se dar através de treinamento militar, equipamentos e infraestrutura. Outros tipos de apoio no âmbito de segurança civil, encontram-se estruturados sob as instituições civis da Política de Segurança e Defesa Comum (CSDP) e por isso recebem financiamento do orçamento plurianual da EU (EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE – EEAS, 2021a). O mecanismo foi colocado em prática pela primeira vez na atual crise ucraniana, para a qual a EU acordou em enviar 500 milhões de euros em armas e equipamentos (DE LA BAUME; BARIGAZZI, 2022).

Assim como o Mecanismo Athena, o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz se configura como um orçamento separado da EU (*off-budget instrument*) e a contribuição dos Estados continua sendo baseada em seus respectivos Produtos Interno Bruto (PIB). Um comitê composto por representantes de todos os Estados membros gerencia o mecanismo (EEAS,

²⁹ Conforme será demonstrado na próxima seção, o Mecanismo Athena era um fundo destinado às missões militares da EU. Ele visava auxiliar na fase preparatória e nos gastos com os quartéis operacionais e táticos, transporte das forças, entre outros (GRAVI; KEOHANE, 2009, p. 76). Os seus recursos advinham anualmente da contribuição dos Estados membros (menos a Dinamarca que optou por ficar de fora das missões militares da EU) com base no respectivo Produto Interno Bruto (SAILER, 2017, p. 202). Todavia, a estimativa é que o mecanismo cubra somente 10% dos custos totais de uma operação, com o restante sendo suprido pela contribuição voluntária dos países (GRAVI; KEOHANE, 2009, p. 76).

2021a). Mesmo não representando o aumento do orçamento destinado às operações militares, ou a estruturação de um sistema de financiamento interno da EU à área militar, a reforma da estrutura de financiamento de operações militares se deu no sentido de permitir maior capacidade de projeção para o bloco e maior flexibilidade na sua utilização.

Em setembro de 2021, ocorre a reafirmação do engajamento estadunidense com a região do Indo-Pacífico. Através da assinatura do pacto que ficou conhecido como AUKUS, com Austrália e Reino Unido, os Estados Unidos compartilham pela primeira vez em 50 anos (o que só havia feito com os britânicos) a sua tecnologia de submarino com propulsão nuclear. Isso permitirá que a Austrália construa submarinos com esta tecnologia. O acordo também envolve o compartilhamento de capacidades cibernéticas, inteligência artificial, tecnologia quântica e outras tecnologias submarinas. O acordo foi negociado em segredo e levou, na prática, ao abandono por parte dos australianos, de um acordo de quase R\$ 190 bilhões assinado com a França em 2016 para a construção de 12 submarinos não nucleares (AUKUS..., 2021). Tal fato, levou a desentendimentos diplomáticos entre os estadunidenses e britânicos, de um lado, e franceses de outro. A França ordenou a volta de seu embaixador nos Estados Unidos e prontamente o presidente Emmanuel Macron declarou que o movimento foi uma ‘punhalada nas costas’, reafirmando a necessidade de que a EU desenvolva a sua própria capacidade militar estratégica (AUKUS..., 2021). Todavia, após conversas entre o presidente francês e o estadunidense, Paris anunciou o retorno de seu embaixador aos Estados Unidos e acordaram em nova rodada de conversas (MACRON..., 2021).

O incidente diplomático entre Paris, Washington e Londres envolvendo a AUKUS, não representa um ponto de inflexão na aliança entre os países e sim somente mais um dos inúmeros e constantes desentendimentos entre os atores, que levam a França, desde os anos 1950, a adotar postura de busca por autonomia militar (seja através do desenvolvimento de seu programa nuclear sob a liderança do então presidente General Charles De Gaulle, seja através das instituições europeias). Ou seja, a AUKUS representou mais um ponto de debate entre atlantistas e europeístas. Mas, assim como nos períodos anteriores, esta postura nacional francesa é constrangida pelos acontecimentos da estrutura do Sistema Internacional que pressionam o país a continuar utilizando a aliança com os Estados Unidos como ferramenta para a sua segurança. Esse constrangimento atualmente se dá pela rápida escalada nas interações de rivalidade entre os países da NATO e a Rússia através da questão ucraniana.

Portanto, tendo em vista a nova investida estadunidense na Europa através de aumento de seus militares no continente e de reafirmação do seu comprometimento com a NATO, a AUKUS não representa a substituição da aliança transatlântica ou seu enfraquecimento. Ela

apenas complementa a posição estadunidense no mundo, visando produzir balanceamento frente ao poderio chinês. Assim, o que a AUKUS de fato pode demonstrar é a necessidade europeia de desenvolvimento de capacidade tática autônoma, visando dividir o trabalho e diluir os custos com a NATO na manutenção da ordem liberal.

Analisando as missões militares desenvolvidas pela NATO e pela EU nesse período, percebe-se diminuição delas em comparação ao período anterior (com a maioria tendo iniciado anteriormente e se prolongado até os dias atuais). O foco da NATO se encontra na construção de resiliência no Oriente Médio e no leste europeu. Já a EU desenvolve majoritariamente as suas missões militares no continente africano. Se acrescentarmos as missões civis da EU, percebe-se forte presença europeia também no Oriente Médio e leste europeu – desenvolvendo complementariedade com a presença militar da NATO nessas regiões. Portanto, verifica-se que a presença militar europeia se desenvolve somente nos espaços deixados pela aliança transatlântica.

Neste sentido, a NATO declara que o sucesso de uma operação de manutenção da paz está ligado diretamente à capacidade de reconstrução pós-conflito. Essa função estaria aquém das funções da aliança. Por isso, seria importante que ela fizesse parte de uma resposta internacional coerente para uma segurança cooperativa. Pois, as instabilidades geopolíticas exigiriam soluções complexas que combinem poder militar, diplomacia e estabilização pós-conflito. Essa é a ideia central da ‘abordagem compreensiva’ (NATO, 2020a). Compatível, portanto, com a abordagem adotada pela EU. Dessa forma, a NATO declara que “a aliança não está apenas desenvolvendo parcerias securitárias com países no Mediterrâneo, região do Golfo e área da Pacífico, mas também alcançando outras organizações internacionais e organizações não governamentais que possuem mandatos em áreas como: desenvolvimento institucional, governança, desenvolvimento e reforma do judiciário” (NATO, 2020a, tradução nossa)³⁰. Portanto, as operações militares da NATO eram: desde junho de 2007 até os dias atuais, missão de assistência à União Africana na Somália (AMISOM); de outubro de 2008 a dezembro de 2016, Operação antipirataria no Golfo de Áden e no Chifre da África; desde julho de 2018, Missão Não-Executiva de Treinamento no Iraque (NATO Mission Iraq) e desde 2014, missões de policiamento aéreo na região dos Balcãs, Albânia, Montenegro e Eslovênia (NATO, 2021b).

As missões militares da EU que estavam ativas nesse período são: desde julho de 2004

³⁰ Do original em inglês: the Alliance is not only developing security partnerships with countries across the Mediterranean, the Gulf region, and even the Pacific area, but it is also reaching out to other fellow international organisations and non-governmental organisations that have mandates in such areas as institution-building, governance, development, and judiciary reform (NATO, 2020a).

até os dias atuais, Força Militar Europeia na Bósnia e Herzegovina (EUFOR ALTHEA/BiH); desde 2008 até os dias atuais, Operação Marítima da EU na Somália (Operation ATALANTA); desde 10 de abril de 2010 até os dias atuais, Missão de Treinamento Militar na Somália (EUTM Somália); desde 2013, Missão de Treinamento Militar no Mali (EUTM Mali); desde 2016, Missão de Treinamento Militar na República Centro Africana (EUTM RCA) e desde 2021, Missão de Treinamento Militar em Moçambique (EUTM Mozambique) (EEAS, 2021). Já as missões civis da EU neste período são (todas tendo iniciado no período anterior e se prolongado até os dias atuais): desde julho de 2004, Missão da EU para o Estado de Direito na Geórgia (EUJUST THEMIS); desde 2005, Missão de Assistência Fronteiriça na Moldávia e Ucrânia (EUBAM); desde novembro de 2005, Missão de Assistência Fronteiriça da EU no ponto de passagem Rafah entre Egito e Faixa de Gaza (EUBAM Rafah); desde dezembro de 2005, Equipe de Assessoria Policial da EU na Macedônia (EUPAT); desde janeiro de 2006, Missão de Polícia e para o Estado de Direito nos Território Palestino (EUPOL COPPS); de 2007 a dezembro de 2016, Missão de Polícia no Afeganistão (EUPOL Afeganistão); desde 2008, Missão da EU para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX); desde setembro de 2008, Missão de Monitoramento na Geórgia (EUMM); desde 2012, EUCAP Sahel Niger; desde 2012, Missão marítima Civil na Somália (EUCAP Somália); desde 2013, Missão de Assistência Fronteiriça na Líbia (EUBAM Líbia); desde 2013, EUCAP Sahel Mali; desde 2014, Missão de Assistência da EU na Ucrânia (EUAM Ucrânia); desde 2017, Missão de Assistência da EU no Iraque (EUAM Iraque); desde 2020, Força Naval da EU no Mediterrâneo (EUNAVFOR MED IRINI) e desde 2020, Missão de Assistência da EU na República Centro Africana (EUAM RCA) (EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS, 2021b).

Quadro 10 - Cooperação em Defesa na Europa Ocidental 2016-

(continua)

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Estratégia Global da EU (EUGS)	Jul 2016	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia	Coloca a defesa como uma das prioridades principais da União e em tom assertivo afirma que poderia fazer uso do poder duro tanto quanto do poder brando. No âmbito do discurso, representa a reafirmação do engajamento dos países com o projeto europeu. Declara a busca por autonomia estratégica.
Fundo de Defesa Europeu (EDF)	Dez 2016	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia,	Pela primeira vez é previsto parte do orçamento plurianual da EU para a defesa. O Fundo é destinado a fomentar o desenvolvimento tecnológico conjunto e a base industrial de defesa europeia através do incentivo para todas as etapas do ciclo industrial. Ele não se destina para o

(conclusão)

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
		Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia	custeio das instituições de defesa da EU e nem para as suas operações militares. O primeiro edital para financiamento do EDF, foi lançado em junho de 2021 e começará a ser implementado no final de 2022.
Capacidade de Planejamento e Conduta Militar (MPCC)	Mar 2017	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia	O MPCC é uma estrutura de comando operacional permanente das missões militares não executivas da EU. É comandado pelo diretor geral do Estado-Maior da EU (EUMS) e se subordina ao controle político do Comitê Político e de Segurança (PSC).
Ativação da PESCO	Dez 2017	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Irlanda, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia	Prevê o desenvolvimento conjunto de capacidades militares. Ela funciona através da criação e desenvolvimento de projetos pelos países que participam de forma voluntária.
Iniciativa Europeia de Intervenção (EI2)	Set 2019	Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia.	Iniciativa de cooperação operacional que visa fortalecer o compartilhamento de dados de inteligência, planejamento de cenário, interação de doutrinas e operações de suporte.
Bússola Estratégica (Strategic Compass)	Jun 2020	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.	Definição de ameaças comuns e alinhamento estratégico para desenvolvimento de orientações políticas e metas para conferir efetividade à Estratégia Global da EU.
Mecanismo Europeu de Apoio à Paz	Mar 2021	Países Membros da EU: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.	Reforma do sistema de financiamento das missões militares da EU. Visa substituir o mecanismo Athena e o Mecanismo de Apoio à Paz em África. Possibilita maior capacidade de projeção militar para a EU.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Portanto, verifica-se nesse período uma realidade internacional complexa, com mudança de polaridade, baseada em interações mais belicosas e no adensamento de alianças. A rivalidade interestatal coexiste com ameaças híbridas e com a utilização de novas tecnologias, como o ciberespaço. Nesse ambiente, mesmo com aumento da presença estadunidense na região Indo-Pacífico, a Europa adquire nova importância geopolítica. Há, então, tendência de aumento da presença militar dos Estados Unidos no continente e aumento do engajamento europeu em defesa. Mesmo que haja expansão da NATO para o leste e norte europeu, há, pela primeira vez, junto com este movimento, o aumento de militares

estadunidenses na região, nova garantia nuclear estadunidense com Alemanha, França e Reino Unido e movimento em busca de reformulação da estrutura de comando da aliança, visando facilitar a logística de transporte militar entre os dois lados do Atlântico.

Nesse ambiente, Alemanha, França e Reino Unido continuam não apresentando capacidade para agirem sozinhos frente às suas ameaças – sofrendo, portanto, forte pressão da estrutura internacional. Ademais, a crise da ordem liberal e das instituições multilaterais exerceu pressão na EU através do Brexit, da crise migratória e da crise de saúde pública da Covid-19. Dessa forma, a EU tem de se voltar para dentro para alcançar novo denominador comum entre seus membros. Então, ao mesmo tempo em que há busca por aumento da cooperação em defesa, visando responder ao novo ambiente geopolítico mais belicoso, há também um movimento de inflexão para revisar a sua forma de cooperação e permitir diferentes velocidades para ela. É por isso que as retóricas em torno da busca por autonomia estratégica no campo da defesa se configuram como esforços políticos para garantir um mínimo de alinhamento entre seus membros, mas dificilmente serão efetivadas.

Assim sendo, as iniciativas da EU sob um ambiente de renovado engajamento estadunidense com a defesa europeia e de crise do sistema liberal, dependem fortemente da vontade política dos países membros e são mantidas como aproximações táticas de estratégias previamente comuns, mas não são a construção de uma estratégia conjunta. Essa característica fica clara nas constantes iniciativas europeias visando alcançar alinhamento interno (como o processo recente da Bússola Estratégica). Dessa forma, por apresentar possibilidade de diferentes velocidades para a cooperação e devido ao Brexit, há o fortalecimento de iniciativas bi e minilaterais convivendo com as iniciativas a âmbito da EU. Há, então, oscilação no papel de ator da EU neste período: quando as ameaças não estatais ocupam maior protagonismo na agenda dos Estados, a EU encontra maior espaço de ação. Quando há fortalecimento de ameaças estatais, esse espaço é diminuído pelo protagonismo da NATO.

5.2 AS CAPACIDADES MILITARES NA EU E A RELAÇÃO COM A NATO

Para que se possa entender o que significaria autonomia militar tática ou operacional para um bloco como a União Europeia (EU), que interliga esferas supranacionais e intergovernamentais, e como elas se relacionariam com um alinhamento estratégico com a NATO, é necessário entender quais são as capacidades militares da EU, a sua estrutura de comando e controle e seu processo de tomada de decisão em defesa. Aliado a isso, necessita-se também verificar a mesma estrutura na NATO e o que se configura como o ‘pilar europeu’

na aliança. Ficará claro, portanto, a subordinação estratégica da EU à NATO e que as duas organizações não são rivais. Mas sim, complementares.

O artigo 42 n°1 do Tratado da EU em sua versão consolidada declara que a Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) garante à EU os meios operacionais e táticos (civis e militares) para serem aplicados no exterior a fim de assegurar a paz e na prevenção de conflitos. Essas capacidades não são permanentes e sim fornecidas pelos Estados membros de forma voluntária e *ad hoc* e podem ser utilizadas para as já citadas Missões de Petersburgo: ações conjuntas em matéria de desarmamento; missões humanitárias e de evacuação; missões de aconselhamento e assistência militar; missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz e missões para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização. A EU declara que todas essas missões podem contribuir para a luta contra o terrorismo, inclusive mediante apoio prestado a terceiros países (UNIÃO EUROPEIA – UE, 2016).

Assim, mesmo com foco em operações de baixa e média intensidade, verifica-se que a EU possui margem legal para atuar de forma intervencionista. O n°7 do Artigo 42 do Tratado da EU institui a cláusula de auxílio mútuo, afirmando que, se um Estado membro do bloco for vítima de agressão armada em seu território, todos os demais têm a obrigação de prestar assistência com todos os meios que tiverem em seu poder. Todavia, essa cláusula não pode prejudicar as especificidades das políticas de defesa dos países, especialmente dos que fazem parte da NATO (isso na prática, dá espaço para fuga de sua jurisdição, mantendo o controle de forma nacional) (UE, 2016).

A estrutura institucional de defesa europeia³¹ está constituída de forma que os Estados possuam controle sob suas ações, seja através do controle direto ou através da necessidade de autorização de ação pelo Conselho Europeu. Convém destacar que a estrutura da CSDP é complexa, com inúmeras instituições desenvolvendo relações em rede, bem como de forma hierárquica (EUROPEAN UNION - EU, 2014)³². Isso nos leva a concluir que ela é uma estrutura de governança que visa promover e facilitar a concretização dos interesses comuns de seus membros.

³¹ Será dado enfoque para as instituições que atuam na formulação, condução e controle da CSDP na esfera da defesa e não na de segurança de uma maneira geral. Pois, no âmbito da segurança a lógica de funcionamento e controle das instituições apresenta maiores elementos de supranacionalidade, enquanto no da defesa, são majoritariamente intergovernamentais.

³² Fontes: Entrevista com Coronel Holger Koch, Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia. Bruxelas, sede da Representação Permanente, 16 de outubro de 2017; Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de outubro de 2017 e Visita ao Estado-Maior da União Europeia (EUMS). Bruxelas, Quartel-General do EUMS, 12 de outubro de 2017.

O órgão máximo da EU é o Conselho Europeu. Ele é composto pela sua presidência, pelas(os) chefes de Estado e de governo de todos os países membros, pela(o) Presidente da Comissão Europeia e pela(o) Alta(o) Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (HR/VP). Ele é o órgão responsável por determinar toda a agenda política da EU (todavia, não aprova leis). Ele dá a palavra final sobre as diretrizes da Política Externa e de Segurança Comum (CFSP) e da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) de acordo com os interesses estratégicos dos países membros. Isto é, ele representa a esfera máxima do pensamento estratégico do bloco europeu. Nesse quesito, as decisões são feitas com os grupos de trabalho do Conselho da EU e através de unanimidade (EU, 2014, p. 17). O Conselho Europeu se reúne trimestralmente. A(o) presidente do Conselho Europeu é eleita(o) pelo próprio órgão para um mandato de dois anos e meio renovável (EU, 2014). O mecanismo de tomada de decisão por maioria qualificada pode ser aplicável para a sua eleição e para, juntamente com o Parlamento Europeu, apontar os integrantes da Comissão Europeia, eleger a(o) Alta(o) Representante da União (HR/VP) e indicar o Chefe do Comitê Militar do bloco (EUMC) (EU, 2014, p. 12). Quando se trata destes casos, somente as(os) chefes de Estado tem prerrogativa para votar. Cabe ressaltar que o Conselho Europeu pode solicitar que a Comissão Europeia desenvolva propostas temáticas, bem como passar essas propostas para o Conselho da União Europeia resolvê-las (EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS, 2016).

Abaixo do Conselho Europeu há três instituições. As duas primeiras supranacionais e a outra intergovernamental: o Parlamento Europeu (responsável pela legislação europeia), a Comissão Europeia (órgão executivo que propõe leis, gere e controla o dia a dia da União) e O Conselho. O Conselho é composto por ministros dos países membros. Ele se reúne uma vez por mês e pode ter várias configurações dependendo do tema tratado: O Conselho dos Negócios Exteriores (composto pelas(os) ministras(os) das Relações Exteriores dos países membros); O Conselho de Defesa (composto pelas(os) ministras(os) da defesa) e assim por diante. O Conselho tem a função de alcançar consenso sobre as políticas e decisões dos países membros antes de levar ao Conselho Europeu alguma proposta (UNIÃO EUROPEIA - UE, 2017). Qualquer configuração do Conselho pode decidir sobre questões de defesa, inclusive sobre lançar ou não uma missão militar. Isso demonstra que todo debate e alinhamento político é feito nas demais esferas intergovernamentais da CSDP até chegar ao consenso, passando pelo Conselho como legitimação e controle (UE, 2017)³³.

³³ Fonte: Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de outubro de 2017.

Logo abaixo encontra-se o Comitê de Representação Permanente (COREPER). Nele, encontram-se as representações diplomáticas permanentes dos países membros da EU. Isso é, as(os) embaixadoras(es) de mais alto nível (sênior). Dentro do COREPER há as configurações temáticas, compostas pelas(os) embaixadoras(es) júnior. Para a defesa, temos o Comitê Político e de Segurança (PSC) e o COREPER II³⁴. O PSC se encontra duas a três vezes por semana em Bruxelas e é responsável pela parte externa da CSDP e da CFSP, enquanto o COREPER II se volta para as questões internas como a implementação e a adequação no âmbito nacional das políticas acordadas na EU. O Comitê Político e de Segurança (PSC) auxilia o Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) a monitorar a situação internacional, apresentando políticas de ação e opções estratégicas. Isso é, enquanto o EEAS é composto por funcionários da União Europeia (EU), o Comitê Político e de Segurança (PSC) é composto por funcionários nacionais, representando os interesses dos países membros. O PSC conta com o auxílio de três órgãos: o Comitê Militar da União Europeia (EUMC), o Grupo Político-Militar (MPG) e o Comitê Civil da União Europeia (COMCIV) (EEAS, 2016). Na prática, o PSC lida majoritariamente com questões como o planejamento, preparação e controle das operações civis e militares. Nesse processo, o MPG se foca nos aspectos políticos (como os conceitos e as capacidades). Assim, ele facilita a troca de informações entre a CSDP, terceiros países e demais parceiros como a NATO e a UN. O MPG é presidido por um(a) representante da(o) Alta(o) Representante da EU (EEAS, 2016).

Em paralelo ao Comitê Militar da União Europeia (EUMC) que presta conselhos militares ao Comitê Político e de Segurança (PSC), o COMCIV desenvolve recomendações sobre os aspectos civis do gerenciamento e prevenção de crise (EEAS, 2016). O COMCIV é composto por representantes nacionais e oficiais da Comissão Europeia e do Secretariado do Conselho. Por isso, tem a função também de promover a coordenação entre as instituições intergovernamentais da União e as supranacionais. O COMCIV desenvolve princípios guias também para os Estados não membros da EU que participam dessas operações (HOWORTH, 2007, p. 126). Portanto, verifica-se que o COREPER visa coordenar os interesses dos Estados a fim de alcançar consenso e direcionar, através do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS), acordos pré-determinados para as reuniões do Conselho (UE, 2017).

O EEAS é uma espécie de Ministério das Relações Exteriores e da Defesa, pois é responsável por colocar em prática e promover a âmbito externo, as políticas e interesses da

³⁴ Entrevista com Coronel Holger Koch, Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia. Bruxelas, sede da Representação Permanente, 16 de outubro de 2017.

EU. O EEAS é composto por três estruturas: Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) e Resposta de Crises; Relações Políticas; Questões Econômicas e Globais. Para tanto, o EEAS conta com dois órgãos executivos: o serviço diplomático (que é responsável por executar externamente os interesses econômicos e políticos do bloco) e o Estado-Maior da União Europeia (EUMS) (que tem a função de executar externamente os interesses militares da EU) (EEAS, 2017)³⁵. Todavia, o EUMS diferentemente do serviço diplomático, não possui pessoal permanente. Isto mantém a execução militar de forma intergovernamental. A hierarquia interna do EEAS é composta por:

- a) a(o) Alta(o) Representante da União para os Negócios Externos e Política Externa e de Segurança (HR/VP). Ela(e) é escolhida(o) pelo Conselho Europeu e exerce o papel de organizador(a) do EEAS a âmbito interno e externo, já que acumula cinco funções. Além de ser a(o) Alta(o) Representante da União para os Negócios Externos e Política Externa e de Segurança, ela também é a(o) vice-presidente do Conselho Europeu, vice-presidente da Comissão Europeia, presidente do Conselho em sua configuração de ministros das Relações Exteriores e da Defesa e presidente do Conselho da Agência Europeia de Defesa³⁶.
- b) a(o) Secretária(o) Geral e as suas secretarias com as(os) respectivas(os) vice-secretárias(os) cuidando de cada pasta:
- c) secretaria geral para questões econômicas e globais,
- d) secretaria geral para as relações políticas e diretoria política (que recebe assessoria do PSC) e
- e) secretaria para CSDP e resposta de crise, que possui quatro órgãos (Política de Segurança (SEC/POL); Centro Europeu de Inteligência e Situação (INTCEN); Diretório de Planejamento e Gerenciamento de Crise (CMPD) e Capacidade Civil de Planejamento e Conduta (CCPC)).

Separado dessa hierarquia interna do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS), pois está ligado diretamente à(ao) Alta(o) Representante da EU (HR/VP) e tem autonomia de ação, está o Estado-Maior da União Europeia (EUMS). Ele realiza alerta, avaliação e planejamento operacional das missões militares da União, desenvolvimento de conceitos de treinamento e educação (EU, 2014, p. 18). Seu Diretor Geral é um general três estrelas e é indicado pela(o)

³⁵ Fontes: Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de outubro de 2017 e Visita ao Estado-Maior da União Europeia (EUMS). Bruxelas, Quartel-General do EUMS, 12 de outubro de 2017.

³⁶ Esse acúmulo de funções é resultado das reformas trazidas pelo Tratado de Lisboa (2009), com a tentativa de retirar a estrutura de pilarização da União Europeia (EU) e interligar as demais esferas da cooperação com a da Política Externa (UE, 2007).

HR/VP. O EUMS é responsável também por fornecer o pessoal necessário para o Centro Operacional Europeu (OpCen) quando ele é ativado (EEAS, 2016). As secretarias da EEAS e o EUMS se interligam e trocam informações, todavia não possuem relação de hierarquia entre eles. Convém destacar que a(o) HR/VP tem autonomia para alocar o orçamento destinado ao EEAS, exceto no que concerne ao EUMS. Para esse órgão, ela(ele) deve ter autorização do Conselho Europeu³⁷.

Também ligado diretamente à(ao) HR/VP e com a função de prestar assessoria militar (e não de executar como o EUMS) está o Comitê Militar da União Europeia (EUMC) (EUMC, 2017). Ele é o órgão militar máximo da EU, pois é composto pelos Ministros da Defesa dos Estados membros (que se encontram no mínimo uma vez a cada dois anos) e são representados por oficiais militares - podendo ser os mesmos representantes dos países na NATO (HOWORTH, 2007, p.74; NATO, 2017). A função do EUMC é dar conselhos militares ao Comitê Político e de Segurança (PSC) e à(ao) Alta(o) Representante da EU (HR/VP). Suas decisões são feitas por consenso. Ele é presidido por um oficial general quatro estrelas, durante um mandato de três anos, escolhido pelas(os) Ministras(os) da Defesa e nomeado pelo Conselho Europeu (EEAS, 2014, p.10). O EUMC trabalha também para estruturar a relação militar da EU com terceiros Estados, com a NATO e para adequar as ações militares com a estimativa financeira da EU para operações e exercícios militares (HOWORTH, 2007, p.74).

Ainda dentro da estrutura do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) - dentro da sua secretaria de CSDP e resposta de crise - o Diretório de Gerenciamento de Crises e Planejamento (CMPD) tem o objetivo de auxiliar na integração do planejamento civil-militar das missões da EU, através da integração do processo de tomada de decisão de ambas as esferas. Seu objetivo é desenvolver opções de ação que são colocadas em discussão através da construção do Conceito de Gerenciamento de Crise, juntamente com os demais órgãos da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) (EEAS, 2017). Já a Capacidade Civil de Planejamento e Conduta (CCPC), dentro da mesma secretaria, é o órgão responsável pela condução operacional das missões civis da EU, bem como pela correta implementação de todas as tarefas relacionadas à missão, a fim de que as operações civis e militares sejam desenvolvidas sob a mesma estratégia (EEAS, 2016).

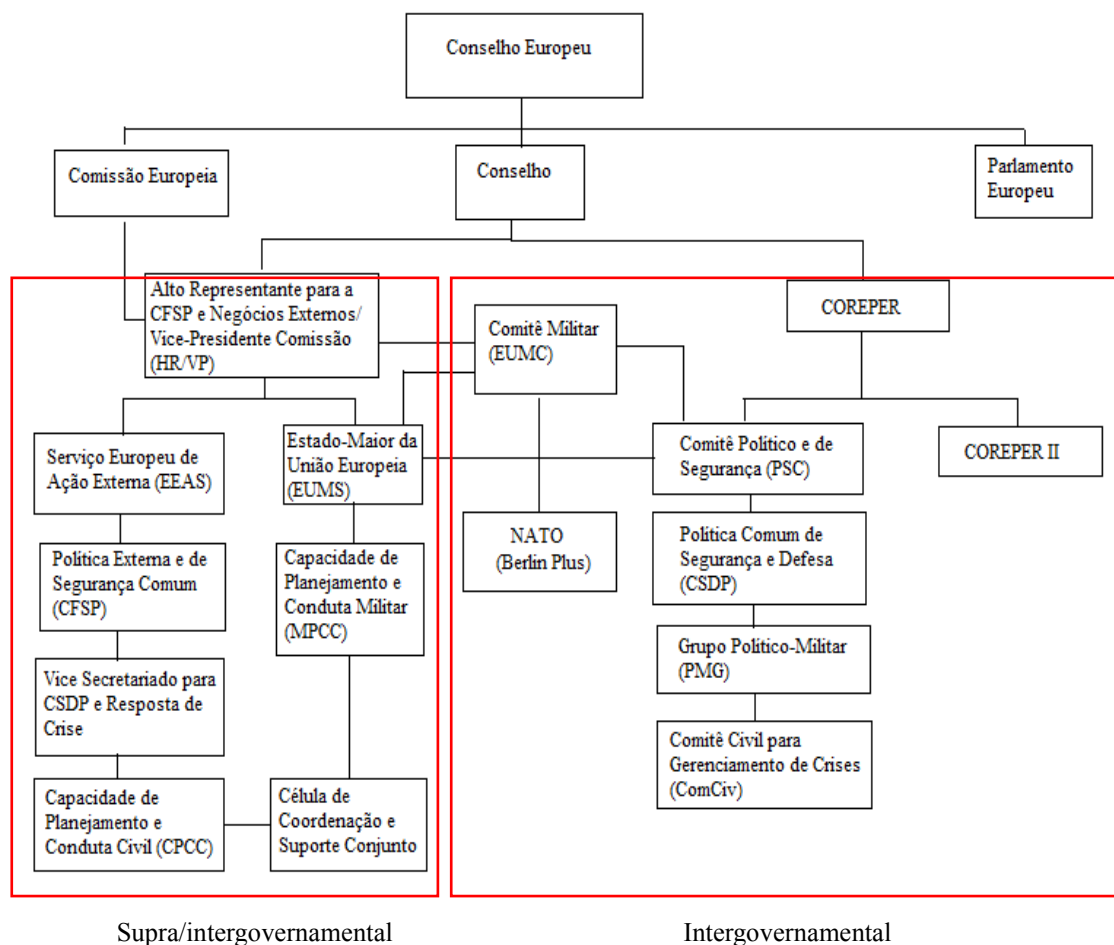
Conforme demonstrado, em 06 de março de 2017, o Conselho Europeu aprovou a criação da Capacidade Militar de Planejamento e Conduta (MPCC), órgão militar análogo ao CCPC, mas voltado para as operações militares não executivas. Pela primeira vez a EU passa

³⁷ Fonte: Visita ao Estado-Maior da União Europeia (EUMS). Bruxelas, Quartel-General do EUMS, 12 de outubro de 2017.

a ter uma instância permanente de planejamento operacional para essas missões. Até aquela data, os quartéis operacionais para planejamento de todas as operações militares eram estruturados de forma *ad hoc* e utilizavam as instalações dos Estados membros ou da NATO (GENERAL SECRETARIAT OF THE COUNCIL - GSC, 2017). A ênfase do órgão é desenvolver as missões militares não executivas de forma mais rápida, eficiente e interligada com as operações civis. O MPCC é composto por funcionários dos Estados membros, do Estado-Maior da EU (EUMS) e dirigido pelo diretor geral do EUMS (GSC, 2017, p. 8). Isto demonstra que mesmo que exista este espaço de planejamento operacional na EU, ele ainda continua sendo controlado de forma intergovernamental. Não se configura, pois, em autonomia operacional da EU. Juntamente com o MPCC foi determinada a criação da Célula de Coordenação e Suporte Conjunto. Ela atende aos objetivos de dar mais efetividade à cooperação entre o braço civil e militar da CSDP, fortalecendo a ‘abordagem compreensiva’. Ela é composta por representantes do CPCC e do MPCC, que continuam sob a estrutura de comando e de financiamento de seu respectivo órgão. A célula se destina a coordenar os esforços quando há mandato dos dois componentes na mesma área (GSC, 2017, p. 11). A estrutura atual da União Europeia pode ser visualizada pelo organograma 6 elaborado com base em EEAS (2014); Entrevista com Coronel Holger Koch, Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia. Bruxelas, sede da Representação Permanente, 16 de out. de 2017; Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de out. de 2017; Visita ao Quartel General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas, 13 de out. de 2017; Visita ao Estado-Maior da União Europeia (EUMS). Bruxelas, Quartel-General do EUMS, 12 de out. de 2017 e Visita ao Parlamento Europeu. Bruxelas, 13 de out. 2017.

Por fim, na estrutura institucional de cooperação em defesa na EU, há uma série de agências independentes – todavia, sob diretriz geral do Conselho Europeu - que atuam fomentando a cooperação em defesa através do desenvolvimento conjunto de estudos estratégicos ou armamentos. São elas: Agência Europeia de Defesa (EDA), Instituto Europeu de Estudos Securitários (EUISS), Centro de Satélites da União Europeia, Agência Espacial Europeia e Colégio Europeu de Segurança e Defesa (EU, 2014, p. 38). Portanto, da análise da estrutura institucional da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) da EU, verifica-se que, para a esfera de defesa, ela é estruturada de forma que os Estados membros tenham a decisão final e o controle estratégico sob suas decisões. Isto é, ela é intergovernamental.

Organograma 5 - Estrutura Institucional da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) da União Europeia



Supra/intergovernamental

Intergovernamental

Fonte: Elaborado pela Autora.

Da estrutura institucional da CSDP, detecta-se o seu processo de planejamento militar e de comando e controle e se verifica novamente a centralidade do Estado e o desenho de suas instituições visando complementar e fortalecer a capacidade de ação dos países. O seu funcionamento se encontra, portanto, totalmente impactado pelas decisões políticas a nível nacional. Por isso, ele é flexível, visando se adaptar às diferentes missões da EU, uma vez que o bloco não possui uma doutrina militar pré-determinada. De forma geral, os processos de planejamento e execução das missões militares da EU são desenvolvidos em cinco fases:

- monitoramento e alerta antecipado;
- planejamento estratégico;
- planejamento operacional;
- implementação tática;
- revisão estratégica (XAVIER; REHRL, 2017).

O monitoramento e alerta antecipado se inicia todo início de presidência no Conselho Europeu, através de estudos desenvolvidos pelo Comitê Político e de Segurança (PSC) e pelo Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS)³⁸. A Comissão Europeia também pode participar fornecendo informações através dos seus departamentos específicos (GSC, 2017).

Tomada a decisão pelo Conselho Europeu de desenvolver uma missão militar, o Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) e o Comitê Político e de Segurança (PSC) através de seus órgãos, são responsáveis por desenvolver o planejamento estratégico e o operacional. O planejamento estratégico estrutura as diretrizes para o planejamento operacional, definindo os objetivos políticos que a missão visa alcançar e os meios civis e militares necessários para tanto (GRAVI; KEOHANE, 2009, p. 54). Por sua vez, o planejamento operacional lida especificamente com a questão da implementação desses objetivos (desde a sua organização até provimento logístico, comunicação e sistemas de informação) (GRAVI; KEOHANE, 2009, p. 54). Por fim, a implementação tática coloca em prática, no teatro de operações, esses planejamentos (KING, 2011).

Portanto, quando uma crise que estava sendo monitorada necessita de resposta, o Conselho Europeu solicita à(o) Alta(o) Representante da EU (HR/VP) que elabore o Quadro Político para Abordagem Compreensiva. A(o) HR/VP aciona os seus secretariados específicos dentro do EEAS, incluindo o Estado-Maior da EU (EUMS), o SEC/POL e o CMPD, para que elaborem um esboço. Após esse processo, a(o) HR/VP encaminha este documento para o Comitê Político e de Segurança (PSC), que solicita conselhos aos seus órgãos (ao Grupo Político Militar (PMG) e ao Comitê Militar da EU (EUMC)). A seguir, o esboço volta para o Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) e o documento final é encaminhado pela(o) HR/VP para O Conselho. Durante esse processo, os países e organizações envolvidas (NATO, UN...) são consultadas (XAVIER; REHRL, 2017).

A seguir, tem início o planejamento estratégico militar, cujo principal órgão responsável é o Comitê Político e de Segurança (PSC), pois, ele é o órgão que representa diretamente, através de seus embaixadores, os interesses dos países membros. Nessa fase, o PSC monitora a situação internacional e desenvolve recomendações militares estratégicas para o Conselho Europeu e para a(o) Alta(o) Representante da EU (HR/VP), a fim de que possam aprovar os objetivos e o mandato da missão, apontar o comandante operacional, designar o quartel operacional (no caso das missões militares executivas. As não executivas contam com a Capacidade de Planejamento e Conduta Militar (MPCC)) e os quartéis táticos

³⁸ As capacidades de inteligência da EU, o INTCEN e EUMSINT (centro de inteligência do EEAS e do EUMS, respectivamente) auxiliam neste processo (GSC, 2017). Ambos recebem dados processados da NATO.

(GSC, 2017). Nessa fase, o PSC pode requerer que o Conselho Europeu e a Comissão Europeia desenvolvam missões de descoberta no terreno para coletar informações. Cria-se, então, o Time de Coordenação de Resposta de Crise (TCRC). Ele é um corpo *ad hoc* que desenvolve um Conceito de Gerenciamento de Crise (CGC) para aquela missão. O CGC é um quadro de referência conceitual e determina os interesses políticos, as opções estratégicas, a função de cada ator no terreno, o objetivo final e as etapas necessárias para alcançá-lo³⁹.

O processo de troca de informações no TCRC para a criação do CGC, bem como a sua estrutura, são flexíveis e ambos podem ocorrer informalmente. Após a sua criação, o Conceito de Gerenciamento de Crise (CGC) é encaminhado para o Conselho Europeu decidir pela sua aceitação ou não (GRAVI; KEOHANE, 2009). Ocorrendo a aprovação por unanimidade, tem início o processo de detecção de força. Por ele, os Estados membros se voluntariam para a disponibilização de força. Nesse momento, terceiros países são aceitos ou convidados a participar. Se a missão militar for executiva, é nesse momento que o quartel operacional, o tático e os seus comandantes são identificados (XAVIER; REHRL, 2017). O Conselho Europeu seleciona então, o quartel operacional e tático e o processo de multinacionalização é iniciado sob o gerenciamento do Estado-Maior da EU (EUMS) (GSC, 2017). A seleção dos quartéis operacionais e táticos é feita baseada em decisões de caso a caso, mas as regras gerais são: aplicação dos conceitos e procedimentos da EU e contínua comunicação entre o quartel selecionado e a União (GSC, 2017).

As opções de detecção de força operacional e tática para as missões militares executivas da EU não são permanentes e, sim, *ad hoc*. No nível operacional, a EU possui a opção de ativação de um quartel operacional *ad hoc* (o EU OpCen)⁴⁰, a utilização de um quartel operacional disponibilizado por algum Estado membro⁴¹ ou a utilização da estrutura da NATO (formalizada pelos Acordos Berlin Plus - demonstrados a seguir). No nível tático, todos os suprimentos e estruturas necessárias são disponibilizadas de forma voluntária pelos Estados membros. Em sendo disponibilizado pelos Estados, a EU tem acesso a uma espécie de “catálogo *a la carte*” para escolher quais forças irá utilizar no terreno. Elas são variadas,

³⁹ Fonte: Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de out. de 2017.

⁴⁰ Desde janeiro de 2007 a União possui um centro de operações pronto para ser ativado pelo Conselho Europeu para desenvolver operações autônomas. Quando isso ocorrer, o EUMS deve estar pronto para planejar as operações em até cinco dias após a decisão. A força de trabalho é composta por funcionários civis e militares do EUMS, do EEAS e por reforços dos Estados membros. Atualmente há um EU OpCen ativo para coordenação das missões da CSDP no chifre africano (Fontes: Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de outubro de 2017; GSC, 2017).

⁴¹ Há quatro opções oferecidas pelos Estados membros: a) quartel alemão em Potsdam, b) quartel francês em Mt Valérien, c) quartel italiano em Roma e d) quartel grego em Lárisa.

sob diversas autoridades e muitas se sobrepõem. Há a opção de forças somente de uma nacionalidade, corpos multinacionais permanentes, corpos multinacionais não permanentes ou iniciativas bilaterais. A maioria dos ativos militares colocados à disposição da EU, também são disponibilizados para a NATO. São eles: os Grupos de Batalha⁴², o Eurocorps⁴³, Grupo de Combate do Triângulo de Weimar⁴⁴, a Força Expedicionária Combinada Conjunta (CJEF) de França e Reino Unido e capacidades táticas da NATO. Quando desenvolvidas no teatro de operação, as operações militares da EU recebem o nome de EUFOR (sigla em inglês para Força da União Europeia) (EEAS, 2016).

Finalizada a fase de planejamento estratégico, tem início a de planejamento operacional. Primeiramente, há o desenvolvimento da Opção Militar Estratégica (OME). O Estado-Maior da EU (EUMS) verifica as opções militares. Essas são direcionadas para o Comitê Militar da EU (EUMC), que analisa e direciona via Comitê Político e de Segurança (PSC) para o Conselho Europeu, o parecer unânime dos representantes militares de todos os Estados membros. Após a análise pelo PSC e pelo Conselho Europeu, o EUMC autoriza uma Diretiva Militar Inicial (DMI) para o Comandante da Operação (EEAS, 2015a). Convém destacar que os termos de referência para esses desenvolvimentos vêm essencialmente do Comitê Militar da NATO (MC) – demonstrando mais uma vez a subordinação estratégica da EU. Após o desenvolvimento e aprovação da Diretiva Militar Inicial (DMI), o comandante da operação desenvolve o Conceito de Operações (CONOPS), o Plano Operacional (OPLAN) e o Requerimento de Força (SOR), que é novamente levado ao Conselho Europeu para aprovação. Após esse ciclo de recomendações e consultas, o Conselho Europeu aprova as diretivas e estruturas para aquela missão específica e lança oficialmente a missão militar (GRAVI; KEOHANE, 2009).

⁴² Conforme já demonstrado, um Grupo de Batalha é o efetivo militar mínimo crível, um pacote de força de implementação rápida, capaz de realizar operações autônomas ou como fase inicial de operações maiores. Ele é baseado em uma combinação de armas e força a nível de batalhão, reforçada com elementos de apoio ao combate e apoio ao serviço de combate. Em sua composição, mas dependendo da missão, os Grupos de Batalha contam com uma força de cerca de 1500 homens. Eles se baseiam no princípio da multinacionalidade e podem ser formados por uma nação-central ou por uma coalizão multinacional dos Estados-Membros da EU (EEAS, 2013). Até o momento, nenhum Grupo de Batalha foi colocado em prática. Segundo o Coronel Koch, então Chefe Adjunto da Seção de Política Militar da Representação Permanente da Alemanha junto à União Europeia em entrevista em 2017, isso se deve porque os Grupos de Batalha são um instrumento dos países, especialmente dos menores, para captar recursos de seus governos e da EU. Por isso, muitos não possuem capacidade de executar as missões da CSDP.

⁴³ Ele é uma força expedicionária permanente que pode ser utilizado pela EU ou NATO, caso seus países membros acordem de forma unânime. O Eurocorps é composto por seis países líderes (França, Alemanha, Espanha, Bélgica, Luxemburgo e Polônia) e cinco países associados (Áustria, Grécia, Itália, Romênia e Turquia) (EUROCORPS, 2022).

⁴⁴ Ele é composto por Alemanha (que disponibiliza suporte logístico), França (que disponibiliza suporte médico e a sede do comando) e Polônia (que provê a maioria da tropa combatente e um batalhão mecanizado) (GERMANY..., 2011).

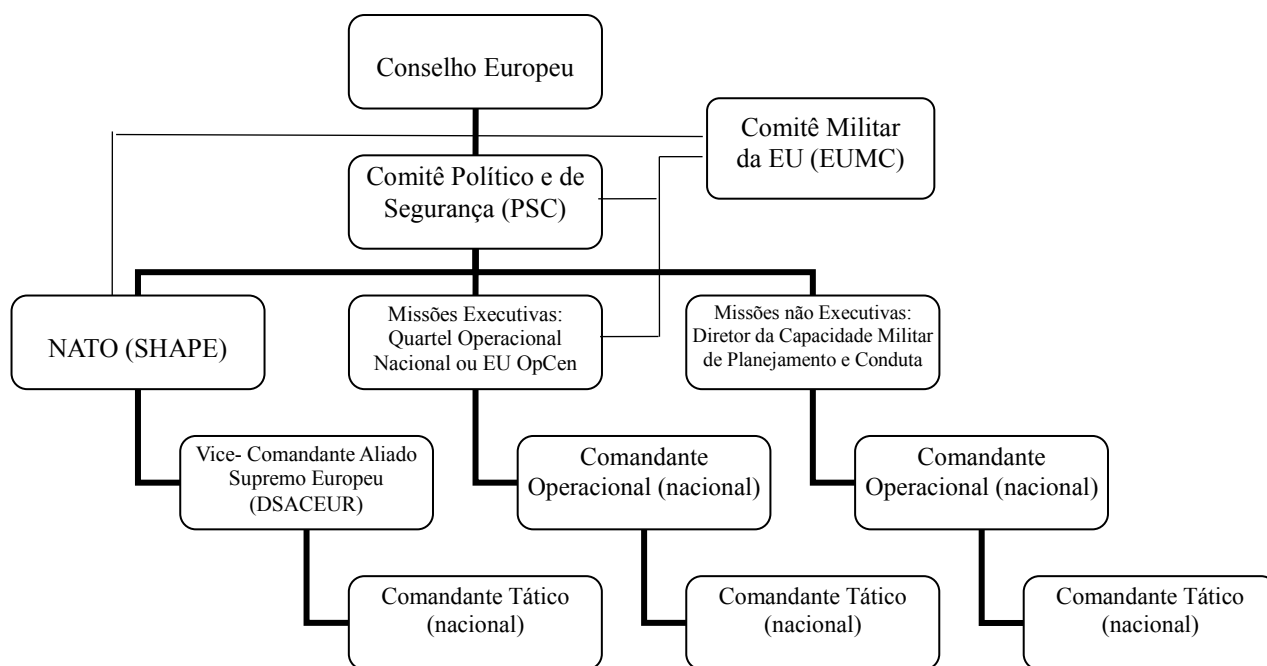
Durante o desenvolvimento da missão, há constante controle por parte do Comitê Político e de Segurança (PSC) que tem a prerrogativa de solicitar ao Conselho a revisão do Conceito de Gerenciamento de Crise (CGC) ou até mesmo o seu fim (XAVIER; REHRL, 2017). Convém ressaltar que, na prática, o processo de planejamento exposto pode adotar fluxos diferentes, devido à necessidade de resposta rápida às crises ou lacunas na coordenação entre os órgãos. Portanto, as esferas de planejamento estratégico podem acabar contribuindo para a coordenação operacional das missões, visto a necessidade de flexibilização para resposta rápida (GRAVI; KEOHANE, 2009). Assim, esse processo, aliado ao fato de que o próprio Conselho Europeu pode solicitar também o fim de uma missão militar, é mais um indicador do controle nacional sob as ações da EU em defesa.

Desta estrutura institucional e de planejamento, pode-se verificar a cadeia de comando das missões militares da EU - que variam dependendo das opções operacionais e táticas escolhidas. Se o Conselho Europeu optar por desenvolver missões militares com recursos operacionais dos Estados membros ou através da ativação de um Centro Operacional Europeu (EU OpCen), para ambos os casos, o Conselho Europeu decide o comandante operacional e os comandantes táticos entre as opções disponibilizadas pelos países membros. Se a opção for pelo desenvolvimento de uma missão militar sob estrutura do Berlin Plus (com utilização dos recursos operacionais da NATO), conforme será melhor detalhado ao longo desta seção, a estrutura de comando recai sob o Vice-Comandante Supremo Aliado na Europa (do inglês, DSACEUR). Esse posto é sempre ocupado por um militar britânico. Todavia, após a efetivação do Brexit, não há acordos sobre como se dará a cadeia de comando se for ativada a estrutura do Berlin Plus. Atualmente, a única missão da EU sob esta estrutura é a Operação Althea na Bósnia Herzegovina e o comando foi repassado de forma interina para o Vice-Chefe do Estado Maior da NATO (VCOS), um militar francês (RITTIMANN, 2021).

O papel do comandante operacional pela estrutura do Berlin Plus é definido em uma análise de caso a caso, levando em consideração avaliações do Comitê Militar da EU (EUMC) e do Comitê Militar da NATO (MC). Há, inclusive, a possibilidade de desenvolver uma estrutura de comando conjunta entre a CSDP e a NATO (EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS, 2015). Qualquer que seja a escolha pelo comando operacional das missões militares da EU, ele estará sob autoridade do Comitê Político e de Segurança (PSC) da EU (DYSON, 2010). Cabe destacar que, mesmo que o Presidente do EUMC não faça parte diretamente da cadeia de comando de uma missão executiva, ele sempre será o primeiro ponto

de contato dos comandantes operacionais⁴⁵. Por fim, no caso das operações militares não executivas, o diretor da Capacidade Militar de Planejamento e Condução (MPCC) comanda todas as missões. Abaixo dele, está o comandante tático, que é um militar nacional escolhido pelo Conselho Europeu (GSC, 2017).

Organograma 6 – Estrutura de Comando da União Europeia (EU)



Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim, da análise das instituições de defesa da UE e do seu respectivo processo de planejamento e execução de missões militares, podemos concluir que a Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP) não possui uma diretriz geral supranacional a ser seguida ou uma doutrina militar única. Suas ações são desenvolvidas em uma análise de caso a caso, com algumas estruturas *ad hoc* e outras permanentes (mas ainda assim, intergovernamentais e controladas pelo PSC e o Conselho Europeu). As missões dependem do apoio dos países membros para ocorrerem. Por isso, verifica-se que não há uma cultura estratégica ou o desenvolvimento de uma estratégia conjunta e sim que as missões militares da UE só são desenvolvidas se há uma visão estratégica comum anterior a sua efetivação. Portanto, o seu objetivo é fortalecer os países que delas participam - caso contrário, nenhuma missão seria desenvolvida. Ademais, verifica-se que há variados instrumentos de contato com a NATO, demonstrando forte interligação estratégica de ambas as instituições.

⁴⁵ Fonte: Entrevista com Coronel Peter Kallert, Coordenador Executivo (EXCO) do Gabinete do Presidente do Comitê Militar da União Europeia (EUMC). Bruxelas, 16 de outubro de 2017.

A análise do orçamento da CSDP é outro elemento que demonstra o grande peso político do nível nacional nas decisões em defesa. Pois, como a União não possui sua própria estrutura supranacional de combate, ela também não tem o seu próprio orçamento supranacional de defesa (GREVI; KEOHANE, 2009). No que tange às suas instituições e funcionários permanentes (isto é, a sua estrutura supranacional), há financiamento direto da EU através do Quadro Financeiro Plurianual. Todavia, os representantes enviados pelos países, os quartéis operacionais e as capacidades táticas disponíveis para utilização pelo bloco são mantidos em prontidão pelos governos nacionais. Portanto, a estrutura de financiamento das instituições intergovernamentais e das operações militares é flexível e feita majoritariamente de forma voluntária e *ad hoc*, com cada Estado membro escolhendo o quanto quer contribuir para cada operação militar. Cada instituição subsidiária da CSDP, como a Agência Europeia de Defesa ou a Agência Espacial Europeia, tem a sua própria estrutura de financiamento (GRAVI; KEOHANE, 2009). Conforme demonstrado na seção anterior, há o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Ele é um fundo que visa auxiliar na fase preparatória e nos gastos das missões com os quartéis operacionais e táticos, transporte das forças, entre outros e pode ser utilizado também para prestar auxílio militar a terceiros países. Os seus recursos advêm anualmente da contribuição dos Estados membros (menos a Dinamarca) com base no respectivo Produto Interno Bruto (PIB). Todavia, a estimativa é que esses recursos cubram somente pequena parte dos custos militares de uma operação, ficando o restante dependente da decisão política dos Estados (SAILER, 2017; EEAS, 2021b).

Verificada a estrutura de defesa da EU e identificado que ela se subordina à vontade política dos Estados membros e que está estrategicamente interligada com a NATO, resta verificar como estes mesmos Estados estão inseridos na estrutura da aliança transatlântica e como pela ótica da NATO, ela se interliga com a EU. Ficará claro, então, o que se entende por pilar europeu na aliança atlântica.

O órgão máximo da NATO é o Conselho do Atlântico Norte (sigla em inglês, NAC). Ele é composto por representantes civis permanentes dos países membros, é responsável pela tomada de decisão política da aliança e supervisiona todos os seus processos políticos e militares. O Grupo de Planejamento Nuclear (sigla em inglês, NPG) tem a mesma autoridade que o NAC. Todavia, é focado em política, planejamento e procedimentos de consulta na área nuclear. O(a) Secretário(a)-Geral da NATO preside o Conselho do Atlântico Norte (NAC) e todas as decisões do órgão são feitas por unanimidade. O NAC se reúne pelo menos uma vez por semana na configuração de representantes permanentes, duas vezes por ano a nível de Ministras(os) dos Negócios Estrangeiros, três vezes por ano a nível de Ministras(os) da

Defesa e ocasionalmente com a participação de Chefes de Estado e de Governo (NATO, 2022). Abaixo do Conselho do Atlântico Norte (NAC) encontra-se duas estruturas, uma civil e outra militar. A estrutura civil lida com os mais diversos assuntos relacionados à segurança dos seus Estados membros (há desde as divisões de diplomacia pública e de investimento, até a Representação Especial da Mulher, Paz e Segurança)⁴⁶.

A estrutura militar é composta por dois comandos estratégicos: o Comando Aliado de Operações (sigla em inglês, ACO) e o Comando Aliado de Transformação (sigla em inglês, ACT). O ACO é responsável pelo comando e execução de todas as operações em andamento da NATO. Já o ACT é responsável pelo planejamento estratégico, pelo monitoramento internacional e pelas operações da aliança. O primeiro comando é responsável pelo desenvolvimento da doutrina da aliança, enquanto o segundo pelas ferramentas militares necessárias para efetivar esta doutrina. Visando manter a coesão transatlântica, o Comando Aliado de Operações (ACO) fica localizado na Europa (Bélgica), enquanto o Comando Aliado de Transformação (ACT) se localiza na América do Norte (Estados Unidos) (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2022d). A sede do ACO fica no Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (sigla em inglês, SHAPE) e é comandado pelo Comandante Supremo Aliado na Europa (sigla em inglês, SACEUR). Este posto é sempre ocupado por um general quatro estrelas estadunidense que também ocupa o cargo de comandante do Comando Europeu dos Estados Unidos (sigla em inglês, US EUCOM) (com sede em Stuttgart, Alemanha). Ele é auxiliado pelo Vice-Comandante Supremo Aliado na Europa (sigla em inglês, DSACEUR), que sempre é um general quatro estrelas britânico e, pelo Chefe de Estado-Maior (do inglês, COS), que sempre é um general quatro estrelas alemão. A NATO, através do SHAPE, produz doutrinas militares que são repassadas para os seus países membros. Garante-se, assim, o alinhamento estratégico de todos eles. O Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (SHAPE) é responsável, portanto, por desenvolver os planos militares da aliança, para que eles sejam aplicados no teatro de operações (NATO, 2022d). As forças disponíveis para as operações da aliança são militares mantidos em prontidão pelos países membros.

O Comando Aliado de Operações (ACO) é um comando de três níveis, com sede e elementos de apoio no nível estratégico, operacional e tático. Ele exerce comando e controle de quartéis-generais estáticos e destacáveis, bem como forças conjuntas e combinadas em toda a gama das missões militares da NATO. No nível estratégico, há o já mencionado

⁴⁶ Para verificar a estrutura civil da NATO, acesse: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/structure.htm>.

SHAPE, responsável por preparar, planejar, conduzir e executar operações militares, a fim de alcançar os objetivos estratégicos da aliança. No nível operacional, há três Comandos de Força Conjunta permanentes (sigla em inglês, JFCs). Um em Brunssum (Países Baixos), um em Naples (Itália) e um em Norfolk (Virginia). Todos são preparados para planejar, conduzir e sustentar operações de diferentes tamanhos e objetivos. Devem estar preparados também, para gerir uma grande operação conjunta (isto é, entre diferentes departamentos militares) de um quartel estático ou diretamente em um teatro de operação. Quando isto ocorre, o Quartel Operacional é chamado de Quartel da Força Conjunta (do inglês, *Joint Task Force HQ* ou *JTFHQ*) e deve ser capaz de operar por um período de um ano. Os comandos nesse nível também são responsáveis pelo engajamento com parceiros-chave e organizações regionais, apoiando os países parceiros que participam das operações da NATO e ajudando a preparar os que solicitam adesão à aliança (NATO, 2022d).

Ao lado dos Comandos de Força Conjunta (JFC's), há, no nível operacional, o novo Comando Conjunto de Apoio e Habilitação (sigla em inglês, JSEC). Ele é responsável por garantir e melhorar o movimento das forças pelo continente europeu através da melhoria das funções logísticas da aliança. Ele é composto por pessoal multinacional e se encontra diretamente subordinado ao Comandante Aliado Supremo na Europa (SACEUR). No nível tático, o ACO é composto por três Comandos de Serviço Único (sigla em inglês, SSC): terrestre (Comando Aliado Terrestre - sigla em inglês HQ LANDCOM, localizado na Turquia), marítimo (Comando Aliado Marítimo - sigla em inglês HQ MARCOM, localizado no Reino Unido) e aéreo (Comando Aéreo Aliado - sigla em inglês HQ AIRCOM, localizado na Alemanha). Os SSCs fornecem experiência e apoio aos Comandos de Força Conjunta (JFC) no nível operacional e estão sob o comando do SACEUR (NATO, 2022d).

Paralelo ao Comando Aliado de Operações (ACO), há o Comando Aliado de Transformação (ACT). Ele visa liderar o desenvolvimento de estruturas militares, forças, capacidades e doutrinas, a fim de que a NATO atinja seu nível de ambição e suas missões centrais. Ele é composto por um Grupo de Comando que inclui o Comandante Supremo Aliado (atualmente um general francês), o Vice Comandante Supremo Aliado (atualmente um italiano), o Chefe do Estado-Maior (atualmente um britânico), o Vice-Chefe do Estado-Maior (atualmente um estadunidense), Vice-Chefe de Pessoal Adjunto, Planos Estratégicos e Política (atualmente também um estadunidense), Vice-Chefe de Desenvolvimento da Força Conjunta (atualmente um espanhol), Vice-Chefe de Recursos Humanos e Administração (atualmente um polonês), Assessor Político e Comandante Líder Sênior Alistado (atualmente um estadunidense) e por fim, o representante do ACT na Europa (atualmente um espanhol)

(NATO, 2022d).

Além do Grupo de Comando, o Comando Aliado de Transformação (ACT) é composto pelos seus escritórios. Eles são ocupados por líderes militares, especialistas, assistentes e assessores. O ACT está organizado ao redor de quatro funções principais: pensamento estratégico; desenvolvimento de capacidades; educação, treinamento e exercícios; cooperação e engajamento. Estas são as funções de cinco diretorias: Capacidade de Desenvolvimento; Planos e Políticas Estratégicas; Recursos e Gerenciamento; Desenvolvimento de Forças Conjuntas e Diretoria de Comando Militar de Parcerias Bi-Estratégicas. Abaixo das diretorias, há três entidades subordinadas responsáveis por executar treinamentos e desenvolvimento de capacidades conjuntas: o Centro Conjunto de Guerra (do inglês, *Joint Warfare Centre*) na Noruega, o Centro de Treinamento de Forças Conjuntas (do inglês, *Joint Force Training Centre*) na Polônia e o Centro Conjunto de Análise e Lições Aprendidas (do inglês, *Joint Analysis & Lessons Learned Centre*) em Portugal (NATO, 2022d). Ou seja, verifica-se que esta estrutura de comando é responsável por desenvolver o alinhamento estratégico entre os países. Isso proporciona espaço para emulação das capacidades militares estadunidenses, mas também para a sua subordinação à visão estratégica estadunidense, uma vez que são os Estados Unidos que fornecem a maior parte do orçamento, das capacidades e ocupa os maiores postos de comando da aliança. Ademais, ter mais comandantes europeus no Comando Aliado de Transformação (ACT), mas não no Comando Aliado de Operações (ACO) (responsável pela parte executiva da estratégia da aliança), é mais um indicador de que a EU se subordina estrategicamente à NATO.

Paralelo aos dois comandos estratégicos, há o Comitê Militar (sigla em inglês, MC). Ele é o órgão de autoridade militar sênior na aliança e é responsável por dar conselhos militares tanto para o Comando Aliado de Operações (ACO), quanto para o Comando Aliado de Transformação (ATC). Ele fica sob a autoridade política do Conselho do Atlântico Norte (NAC) e do Grupo de Planejamento Nuclear (NPG). Ele se configura, pois, como um elo essencial entre o processo de tomada de decisão política e a estrutura militar da aliança. O Comitê Militar (MC) é formado por oficiais militares superiores (geralmente generais de três estrelas ou almirantes) dos países membros, servindo como Representantes Militares Permanentes de seu país na NATO. O MC desenvolve políticas e conceitos estratégicos, prepara uma avaliação anual de longo prazo acerca da força e das capacidades dos países e acerca das áreas que representam um risco para os interesses da aliança. Ele se reúne frequentemente a nível de Representantes Militares Permanentes e três vezes por ano a nível de Chefes de Defesa. Em tempos de crise, tensão, guerra ou nas operações militares da

aliança, o Comitê Militar (MC) aconselha o Conselho do Atlântico Norte (NAC), fazendo recomendações sobre o uso da força militar, a implementação de planos de contingência e o desenvolvimento de regras apropriadas de engajamento.

O MC é presidido por um oficial militar sênior e emite diretrizes e orientações tanto para o Diretor Geral do Estado-Maior Militar Internacional (sigla em inglês, IMS), quanto para os Comandantes Estratégicos da NATO (NATO, 2022d). Portanto, o Comitê Militar (MC) é apoiado pelo Estado-Maior Militar Internacional (IMS), que atua como seu órgão executivo. O IMS é responsável pela preparação de avaliações, estudos e outros documentos sobre assuntos militares da NATO e assegura que os órgãos militares apropriados da aliança implementem as decisões e políticas militares. O IMS apoia o MC com cerca de 500 funcionários militares e civis que trabalham em capacidade internacional. Isso é, não representam o seu país de origem (NATO, 2022d). Ou seja, esse é um órgão supranacional.

Da apresentação da estrutura institucional militar da NATO (organograma 8 elaborado com base em NATO (2022d) e Visita ao Quartel General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas, 13 de outubro de 2017), pode-se detectar também o seu processo de tomada de decisão militar. O Conselho do Atlântico Norte (NAC) aciona o Comitê Militar (MC) para produzir conselhos militares para serem aprovados pelos 29 chefes de defesa dos países membros. Em seguida, o MC ativa o Estado-Maior Militar Internacional (IMS) para transformar esses conselhos militares em direcionamento e ações militares para os dois Comandos Estratégicos da aliança (ACO e ACT). Algumas considerações e demandas dos Comandos Estratégicos (ACO e ACT) voltam para o Comitê Militar (MC), que os reconsidera e avalia através do IMS. Nesse momento, o Estado-Maior Militar Internacional (IMS) trabalha em conjunto com os Grupos de Trabalho compostos pelos representantes militares dos países membros. Esses países devem convergir em um consenso. Após alcançado um consenso, um documento conceitual ou uma proposta política é encaminhada para o Conselho do Atlântico Norte (NAC) para servir de embasamento para a sua tomada de decisão política. Todo esse processo pode recomeçar ou continuar em um fluxo constante⁴⁷.

Identificada a estrutura institucional militar da EU e da NATO, pode-se verificar de forma mais detalhada, o que se entende por ‘pilar europeu’ na aliança. De forma geral, ele é a estrutura de comando operacional disponibilizada pela NATO para que a EU execute as suas missões militares. Isto é feito através dos acordos Berlin Plus, que pressupõem que haja uma estrutura de comando operacional europeia dentro da Aliança. Esses acordos garantem o

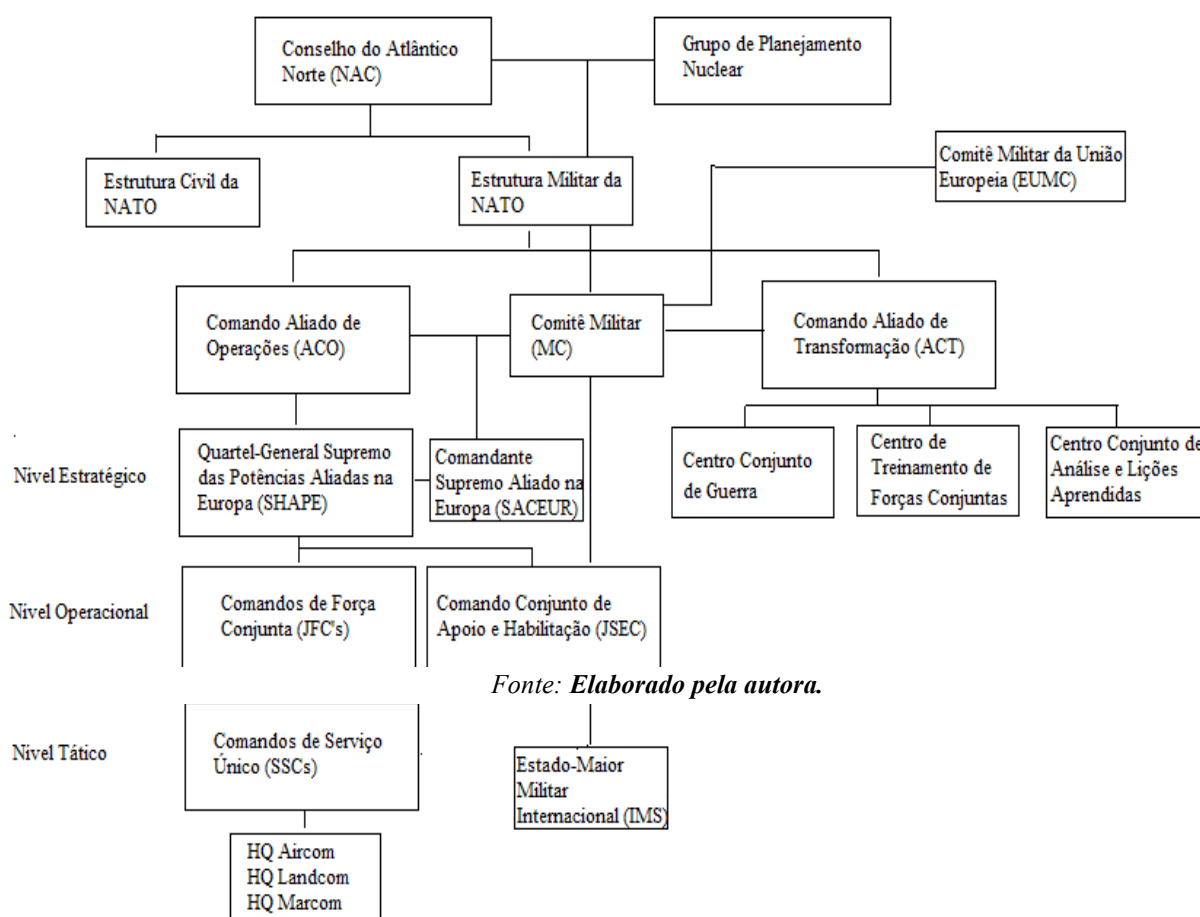
⁴⁷ Fonte: Visita ao Quartel General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas, 13 de outubro de 2017.

acesso da UE às capacidades de planejamento da NATO, contribuindo para as operações militares lideradas pela UE através da identificação de opções de comando, de procedimentos para liberação e retirada de ativos e do intercâmbio de informações - classificadas sob regras recíprocas de proteção de segurança (RITTIMANN, 2021). A capacidade de planejamento é exercida pela Sede Suprema das Potências Aliadas na Europa (SHAPE), que opera como um quartel operacional (OHQ). De lá retira-se o comandante operacional da operação, que até o Brexit era o militar britânico que ocupava o cargo de Vice-Comandante Supremo Aliado na Europa (DSACEUR)⁴⁸. A coordenação com a EU é conduzida por duas células: o Grupo de Pessoal da EU (EUSG), localizada no SHAPE e que faz a ligação entre ele e a EU e o

Elemento de Comando da EU (EUCE), uma célula localizada em Nápoles dentro do Comando das Forças Conjuntas Aliadas (JFC Naples), cujo objetivo específico é coordenar as forças de reserva da NATO-EU e fornecer informações ao comandante tático da operação (RITTIMANN, 2021).

Em 2004, as circunstâncias eram propícias a tal acordo, porque era necessário estabelecer uma missão que assumiria o lugar da Missão da NATO na Bósnia-Herzegovina; uma vez que, a aliança estava redirecionando suas forças expedicionárias para o Afeganistão. Todavia, desde a adesão de Chipre e Malta à EU em 2004, a Turquia⁴⁹ tem sido contra a troca de informações classificadas com os dois países, dificultando o funcionamento da estrutura do

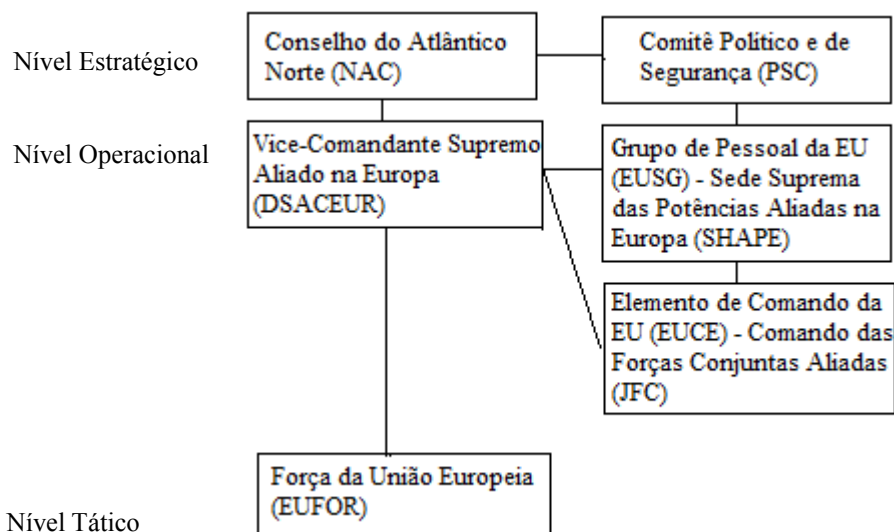
Organograma 7 - Estrutura Institucional Militar da Aliança do Atlântico Norte (NATO)



Berlin Plus (RITTIMANN, 2021). Nesse sentido, o Elemento de Comando da EU (EUCE) dentro da JFC Naples é particularmente difícil de ser efetivado, pois é incapaz de acessar a inteligência necessária. Na prática, na Operação Althea, a troca de informações acaba excluindo o EUCE das atualizações semanais, privando-o de qualquer notícia que possa ter um impacto sobre a operação no terreno. Portanto, impasses no nível político se traduzem em disfunções no nível operacional. O único compartilhamento de informações que é tolerado é com o Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) em Bruxelas (RITTIMANN, 2021).

Em termos concretos, isso significa que o JFC Nápoles pode enviar atualizações para Bruxelas, mas não para o Elemento de Comando da EU (EUCE) (nível operacional) ou para a Força da União Europeia (EUFOR) (nível tático). Portanto, em caso de emergência, há grandes chances de que, no momento em que as informações saírem do EEAS, passem pelo Comitê Militar da EU (EUMC) e cheguem até a EUFOR no teatro de operações, a situação já tenha escalado. Assim, o que acontece na prática é que o comandante operacional europeu da missão na NATO (até o Brexit, o DSACEUR) tem acesso a todas as informações vindas de Nápoles, mas está impedido de compartilhá-las com o comandante tático no terreno. Portanto, as tensões entre a Turquia e a EU, as divergências internas dentro da Europa e o Brexit impedem qualquer consenso entre as duas organizações acerca do funcionamento do pilar de europeu na NATO (RITTIMANN, 2021). Dessa forma, argumenta-se que com essa constante dificuldade de disponibilizar acesso à EU dos dados de inteligência operacionais não processados e com o Brexit (pressionando para que a aliança reforme a estrutura de comando para o Berlin Plus), torna-se mais fácil alcançar uma autonomia operacional e tática para os europeus fora da NATO, do que fortalecer o pilar europeu dentro da aliança. Isso pode ter servido também como um impulso para a criação da Iniciativa de Intervenção Europeia (EI2). Visto que há alinhamento estratégico entre a EU e a NATO e que há mecanismos de contato constante entre ambas⁵⁰, esse movimento de busca por autonomia não iria de encontro com a NATO e, sim, otimizaria a relação entre os dois blocos. A cadeia de comando Berlin Plus pode ser visualizada pelo organograma 9 elaborado com base em NATO (2022d); Rittimann (2021) e Visita ao Quartel General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas, 13 de out de 2017.

⁵⁰ Em 2005 foi criada uma ligação permanente entre os dois blocos, com a presença permanente de um oficial da NATO no Estado Maior da União Europeia (EUMS) e uma célula de planejamento europeia na aliança. Ocorrem também, encontros mensais formais e informais entre os militares do Comitê Militar das duas instituições (DYSON, 2010).

Organograma 8 - Cadeia de Comando Berlin Plus/ Pilar Europeu NATO

Fonte: Elaborado pela Autora.

Dessa forma, da análise dos indicadores selecionados no nível internacional, regional e nacional para o período pós-Brexit e da análise das instituições de defesa da EU e das instituições militares da NATO, verifica-se que esse é o primeiro momento (dentro os períodos analisados), em que há estímulo regional e propensão nacional para a cooperação em defesa com parceiros europeus (ou seja, forte coerção para aumento da cooperação regional em defesa), coexistindo com forte pressão estrutural para utilização da aliança com os Estados Unidos como mecanismo de defesa. Por isso, há pouco espaço e estímulo político para a concretização da autonomia estratégica almejada pela EU. Todavia, há pressão para a concretização de autonomia tática, conferindo ao bloco europeu também uma ‘linguagem do poder’. Portanto, é o monitoramento do indicador ‘engajamento dos Estados Unidos na Europa’ que indicará se as iniciativas da EU em defesa caminham para a efetivação da almejada autonomia estratégica ou se elas se consolidarão como autonomia tática. De fato, a EU parece estar se ajustando ao papel de ator apenas nos espaços deixados pela NATO, ou seja, na gestão de crises e não na dinâmica da rivalidade interestatal das Grandes Potências.

Nesse sentido, percebe-se também que os indicadores selecionados no âmbito da defesa não explicam o Brexit. Esse movimento não impõe grandes impactos nessa área, pois o Reino Unido continua buscando iniciativas de cooperação em defesa com a Europa ocidental (como, por exemplo, a Força de Intervenção Europeia – EIJ), bem como o reino não era vital nas missões militares da EU - que acontecem de forma voluntária. Ainda, uma estrutura de cooperação em defesa (com a presença britânica) separada, mas compatível com as demais

instituições europeias, não é antagonista à estratégia britânica, à EU ou à NATO. Isso já ocorreu nos anos 1970, com a União da Europa Ocidental (WEU) e com a Comunidade Econômica Europeia (EEC). Dessa forma, verifica-se que, mais do que querer, o Reino Unido necessita da cooperação em defesa na região. Todavia, ele não quer sofrer o constrangimento das instituições multilaterais.

Verifica-se, também, que assim como em todos os demais períodos analisados, a relação EU-NATO não é coesa. Houve constante incerteza quanto ao engajamento estadunidense com a aliança (especialmente com os desentendimentos quanto à manutenção do acordo nuclear com o Irã), pressionando por maior divisão de custos com os europeus, mas temendo uma duplicação de capacidades. Já por parte dos europeus, há busca por maior divisão de responsabilidades na NATO e de construção de autonomia europeia, mas temendo desengajamento estadunidense. Verifica-se, pois, também neste período, a constante tensão entre atlantistas e europeístas.

6 CONCLUSÃO

Da análise das diferentes formas da cooperação em defesa na Europa ocidental desde o pós-Segunda Guerra Mundial, verifica-se o forte constrangimento da estrutura internacional no seu desenvolvimento, na sua forma e nas suas funções ao longo do tempo. Todavia, somente a estrutura internacional não explica a temporalidade e a escolha por responder a essas pressões estruturais através da cooperação em defesa. Portanto, conforme argumentado, os indicadores a nível regional e nacional complementam a análise, disponibilizando explicações para a temporalidade da cooperação em defesa europeia. Dessa forma, não há como separar a análise das instituições de defesa na Europa ocidental da presença estadunidense na região. Verificou-se que, quando os Estados Unidos se aproximaram, as ameaças foram parcialmente compatíveis entre Alemanha, França e Reino Unido e o reino se afastou da região. Quando os estado-unidenses se afastaram, as ameaças foram totalmente compatíveis entre os três países e o Reino Unido se aproximou da região, gerando espaço e estímulo para a busca por autonomia tática europeia. Portanto, a tese defendida de que a estrutura constrange, a região estimula e o Estado demonstra a propensão para cooperar em defesa na Europa ocidental foi corroborada

Assim, na Europa ocidental, a cooperação em defesa se construiu diretamente ligada a uma aliança, ao modelo estadunidense de agir nas relações internacionais e a um padrão histórico de interação no continente. Portanto, a cooperação em defesa, assim como o Estado-Nação europeu, desenvolveu-se diretamente ligado ao conflito (seja interno ou externo ao continente). Então, a divergência – tanto quanto a convergência – exerce papel de incentivo para a cooperação regional em defesa. Momentos de maior divergência também foram os que levaram a propostas mais profundas de cooperação, como a proposta da Comunidade de Defesa Europeia (EDC) e a proposta da Comunidade do Carvão e do Aço (ESCS). Foi a divergência que levou França e Alemanha a se aproximarem e a utilizarem as iniciativas de cooperação em defesa como forma de se reaproximarem no período pós-Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, a divergência também é um elemento que compõe o processo de cooperação em defesa, pois ela foi a sua causa inicial. Por isso, não é possível construir um modelo de cooperação na região que desconsidere esse fato. Ou seja, que ultrapasse a estrutura intergovernamental, pois estaria ultrapassando a sua própria razão de ser.

Isso posto, verifica-se em todas as formas e momentos da cooperação em defesa europeia, a predominância de estrutura intergovernamental, auxiliando a alcançar um mínimo denominador comum para a cooperação. Isso porque, em assuntos delicados e que são

monopólio do Estado, como o uso da força, consensos são difíceis de serem alcançados. Por isso, verifica-se também um mecanismo informal (pois, não está previsto formalmente nos tratados europeus) de cooperação em defesa. Ele é composto por encontros bi ou minilaterais fora das instituições formais e serve para complementar as iniciativas formais, bem como para acomodar diferentes visões de seus membros. Chama atenção que os indicadores a nível estatal atuam na temporalidade da cooperação em defesa justamente porque, quando a capacidade estatal se modifica, é modificado também o mínimo denominador comum para alcançar a cooperação. Portanto, as instituições de cooperação em defesa são uma plataforma utilizada pelos Estados-Nação na Europa ocidental para otimizar capital financeiro e fortalecer capital político.

Através do rastreamento de processo, desenvolvido pela análise empírica de documentos, literatura especializada e pesquisa de campo, foi possível reconstruir as etapas da cooperação em defesa europeia. Assim, foi possível detectar padrões de comportamento ao longo do tempo para que fosse factível prospectá-los também para o momento atual. Dessa forma, o modelo de análise proposto alcançou os objetivos pretendidos de explicar por que e como cooperam em defesa os três grandes países europeus: Alemanha, França e Reino Unido. Durante a Guerra Fria, verifica-se que a estrutura do Sistema Internacional pressionava para que a cooperação permanecesse na forma de alinhamento, uma vez que a Europa era principal teatro de operações entre duas potências nucleares, subordinando as iniciativas regionais a essa visão estratégica. No primeiro momento (1945-1955) verifica-se pouco estímulo regional para a cooperação, devido às diferenças nas capacidades estatais e na percepção de ameaças dos três países. O objetivo das instituições de defesa era, pois, de ordem interna europeia: lidar com o rearmamento alemão e a integração do país ao sistema de defesa ocidental.

No segundo momento (1956-1979), com a configuração internacional da distensão entre os polos de poder, houve espaço para a busca por maximização de lucro, barganhando por maior protagonismo na aliança ocidental (através do Eurogrupo). Nesse período, detecta-se também maior estímulo regional e, devido à diminuição da capacidade britânica, sua maior propensão para cooperar. Já no terceiro momento da Guerra Fria, houve volta da interação de rivalidade, conferindo menos espaço para a cooperação em defesa. Ademais, com ameaças parcialmente compatíveis, não havia grandes estímulos para a cooperação, fazendo com que a média capacidade estatal de Alemanha Ocidental, França e Reino Unido se traduzisse em média propensão para cooperar. Portanto, houve pouco desenvolvimento na cooperação em defesa europeia, mantendo somente a busca por alinhamento político. Nesse período, novamente as instituições de defesa necessitaram lidar com a questão alemã: garantir que o

país, após unificado, permanecesse sob o controle das instituições ocidentais.

Dessa forma, convém explicitar a forte interligação da reconstrução do Estado alemão, após a Segunda Guerra Mundial, com as iniciativas de defesa no continente. Durante todo o seu processo de desocupação e reunificação (que durou a totalidade da Guerra Fria), o país precisou lidar com a necessidade de entregar soberania em troca de autonomia. Então, a desocupação, o rearmamento e a reunificação do país estão completamente subordinados e interligados às instituições de cooperação em defesa no continente. A função, a origem e a razão inicial de ser das instituições de defesa propriamente europeias foram de controlar o rearmamento alemão, enquanto a NATO cuidava da defesa do subcontinente frente à ameaça soviética. Assim, desde o seu início, as instituições de defesa tiveram a função de suprir as necessidades europeias frente a um Sistema Internacional com grandes polos de poder (Estados Unidos, União Soviética/Rússia e atualmente China).

Nos anos 1990 verifica-se a estrutura do Sistema Internacional conferindo espaço e pressionando para que a Europa ocidental ocupasse o seu papel na construção da nova ordem internacional baseada na hegemonia do liberalismo. Portanto, percebe-se o movimento de conformação com essa função, fazendo com que a Europa desenvolvesse uma estrutura institucional que otimizasse os recursos nacionais e conferisse capacidade de ação frente a essa realidade internacional. Os europeus ocidentais criam, então, a União Europeia (EU) e aproximam todos os movimentos de cooperação que existiam na região. Nesse momento, com estímulo regional e propensão nacional, a Europa ocidental inicia o seu processo de busca por autonomia táctica. Esse processo de conformação com a nova ordem internacional pós-Guerra Fria se consolida nos anos 2000. É, então, com forte estímulo regional e internacional que a EU busca fortemente a sua autonomia táctica e seu papel de ator também na área da defesa. Isto porque, com o relativo desengajamento estadunidense, as instituições de defesa no subcontinente tinham de se preocupar também com a parte externa de sua defesa.

A mudança recente de polaridade nos anos 2010, com forte questionamento da ordem liberal, pressiona para que os europeus ocidentais continuem desenvolvendo capacidades de ação internacional. Todavia, subordinados estrategicamente à NATO. A média propensão para cooperar de Alemanha e França é transformada em alta devido ao forte estímulo regional e internacional. O Reino Unido com alta propensão para cooperar devido à baixa capacidade estatal, demonstra que o Brexit não é explicado pelos indicadores no âmbito da defesa. O reino tenderá a participar de iniciativas de cooperação em defesa europeias nesta esfera. Nesse sentido, convém explicitar um dos principais achados da pesquisa: a cooperação em defesa na Europa ocidental precede as iniciativas de cooperação nas demais esferas, subordinando-as a

uma visão ampla de defesa. A atual forma da cooperação europeia (a EU) é composta de cooperação em várias esferas que, antes da unificação sob uma estrutura única, eram separadas (Comunidade Econômica Europeia, Euratom, União da Europa Ocidental, Cooperação Política Europeia...).

Assim, verifica-se que a cooperação em defesa pode ser separada e ter lógica, velocidade e formatos diferentes da cooperação nas demais esferas. Dessa forma, o mecanismo do transbordamento ou a constante busca por autonomia estratégica europeia pode ser alcançada nas demais esferas da cooperação, mas não na de defesa. Pois, enquanto a estrutura internacional permanecer com os Estados Unidos como o polo de poder e provedor de defesa europeia, a autonomia estratégica ou operacional nesta área permanecerá vulnerável à interferência do Sistema Internacional. Por isso, configura-se como um processo devagar, vulnerável à vontade política dos Estados e inconcluso.

Portanto, detecta-se que para que a cooperação em defesa europeia alcance autonomia e um papel de ator nas relações internacionais, tem de haver, como condição necessária, uma mudança na estrutura internacional. Todavia, só ela não é condição suficiente para tanto. Tem de existir também estímulo regional e propensão nacional (no mínimo média). Nesse ponto, verifica-se que a cooperação econômica e política impacta indiretamente na cooperação em defesa. Isso porque, foi detectado que, conforme a cooperação econômica se aprofundava, a complementariedade econômica e energética dos três países aumentava (eles passaram a se configurar como principais parceiros econômicos e energéticos uns dos outros). Assim, eles se tornaram vulneráveis às dinâmicas na Europa ocidental. Isso impacta a sua capacidade estatal e, por conseguinte, a sua propensão para cooperar em defesa.

Detectou-se que os três grandes da Europa (Alemanha, França e Reino Unido) cooperam em defesa para se manterem viáveis como Estados-Nação. Isso se deve pois, desde a Segunda Guerra Mundial e os movimentos de descolonização esses países possuem menos controle sob os recursos externos necessários para construir capacidade estatal, não possuindo escala e nem recursos naturais suficientes para se manterem como unidades soberanas. Portanto, o principal mecanismo de cooperação em defesa não é a inércia do transgovernamentalismo ou o transbordamento das instituições supranacionais. Mas, sim, coalizões da vontade (*coalitions of the willing*). Ou seja, engajamento seletivo e voluntário através do conceito da nação líder. Dessa forma, os países podem se engajar nas iniciativas militares, especialmente além-teatro, mas sem receberem o ônus político de tal ação.

Como o desenvolvimento das instituições regionais de defesa europeias estiveram sempre diretamente interligadas à presença estadunidense na região, a relação delas com a

NATO nunca foi linear. Detectou-se constante postura dual dos Estados Unidos entre pressionar para que a Europa assumia mais responsabilidades e divisão de custos, mas temendo duplicação e autonomia estratégica. Do lado europeu, há constante busca por autonomia, mas temendo o abandono estadunidense. Verifica-se que, efetivamente, a cooperação em defesa na Europa ocidental sempre adotou um papel diferente do da NATO. Ela oscila entre ser ator ou espectador no Sistema Internacional, mas com um elemento defensivo interno. Isso é, além de auxiliar a defesa nacional no âmbito externo (assim como a NATO), ela também contribui para a defesa nacional no seu aspecto interno. Ou seja, fortalece os países membros e busca constante alinhamento entre eles. É somente a partir da garantia destes aspectos internos que ela pode se projetar externamente. Ademais, a conformação encontrada entre a atual forma da cooperação em defesa europeia (a EU) e a NATO confere a EU um papel de expansão da ordem liberal através da utilização do componente militar como elemento de uma abordagem ampla de defesa (a qual é composta pelo objetivo de expansão de um modelo econômico e de governança).

Alguns padrões no âmbito nacional foram verificados. A cooperação em defesa na Europa ocidental foi sendo vista pela França de necessária para o rearmamento e controle alemão, para um instrumento de busca por autonomia e fortalecimento nacional. Por isso, a França sempre se posiciona na liderança das iniciativas regionais, a fim de garantir que elas adotem o seu modelo de cooperação e que busquem uma alternativa à liderança estadunidense. O país ocupa, assim, o espaço de elo entre Reino Unido e Alemanha. Dessa forma, sob esta estrutura internacional, nenhum modelo de cooperação em defesa que coloque em risco a autonomia nacional francesa conseguirá se desenvolver. Portanto, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, verifica-se a França utilizando a cooperação em defesa na Europa ocidental como forma de buscar autonomia frente a NATO. Sem sucesso, o país mais do que querer, necessita cooperar com a aliança transatlântica. Já no caso britânico, verifica-se a sua constante dualidade de se aproximar da Europa somente quando os Estados Unidos pressionam para tanto. Então, mais do que querer cooperar na Europa, o Reino Unido necessita. Os alemães, conforme demonstrado, têm as suas ações condicionadas às instituições ocidentais.

Pode-se notar então, que a Alemanha, a França e o Reino Unido são importantes motores da cooperação em defesa. Mesmo que o Reino Unido esteja neste momento fora de toda a estrutura da União Europeia (EU), isso não significa necessariamente que o país esteja fora da cooperação em defesa. Isto porque, ela pode continuar separada e compatível com as demais iniciativas - como nos anos 1960, em que o reino cooperava através da União da

Europa Ocidental (WEU), mas permanecia fora da Comunidade Econômica Europeia (EEC).

Por fim, convém mais uma vez atentar que a contribuição do trabalho para o campo de estudo se dá visando traçar padrões de ação e de desenvolvimento das instituições de defesa europeias ao longo do tempo. Isso se dá pela análise da cooperação em defesa através da estrutura do Sistema Internacional e da sua relação com o nível regional e nacional. Portanto, o trabalho se foca no desenvolvimento de uma análise de longo prazo e focada em padrões recorrentes de ação e não em exceções. Ele se transforma, portanto, em um instrumento útil para entender o passado e prospectar o futuro. A escolha teórica do realismo neoclássico tem essa função. Dessa forma, o trabalho também não objetiva explicar as particularidades das políticas externas dos países selecionados. Isso é, não se desenvolve, por exemplo, explicações sobre o porquê o Reino Unido optou pela escolha de subordinação estratégica com os Estados Unidos, enquanto a França não. Para tanto, abordagens que enfoquem na análise de política externa ou de construção de identidade devem ser utilizadas.

REFERÊNCIAS

- ALBRIGHT, Madeleine K. The right balance will secure NATO's future (1998). *In*: RUTTEN, Maartje (ed.). **From St-Malo to Nice European Defence: core documents**. Paris: Institute for Security Studies of Western European Union, 2001. p. 10-12. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/cp047e.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- ARBEITSGEMEINSCHAFT ENERGIEBILANZEN - AGEB. **Primärenergieverbrauch**. 1998. Disponível em: <https://ag-energiebilanzen.de/12-0-Zeitreihen-bis-1989.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- AUER, Josef. **The changing energy mix in Germany**: the drivers are the Energiewende and international trends. Frankfurt: Deutsche Bank, 2014.
- AUKUS: o que é o pacto militar anunciado por EUA, Reino Unido e Austrália para conter a China. **BBC**, 16 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58582195>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- BACIU, Cornelia-Adriana; DOYLE, John (ed.). **Peace, Security and Defence Cooperation in Post-Brexit Europe: Risks and Opportunities**. Cham: Springer, 2019.
- BAILES, Alyson J.K.; MESSERVY-WHITING, Graham. **Death of an Institution**: The end for Western European Union, a future for European defence? Brussels: Egmont – The Royal Institute for International Relations, 2011. (Egmont Paper, 46).
- BALABKINS, Nicholas. Industrial Disarmament of West Germany in the Perspective of Growth Theory. **II Politico**, Italy, v. 31, n. 2, p. 262–275, 1966. Disponível em: www.jstor.org/stable/43206435. Acesso em: 14 jul. 2020.
- BARBIERI, Katherine; KESHK, Omar M. G. 2016. **Correlates of War Project Trade Data Set**, Version 4.0. 2016. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/data-sets/bilateral-trade>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. Michigan: University of Michigan Press, 2013.
- BEISNER, Robert L. **Dean Acheson: a life in the cold war**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (ed.). **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BERNSTEIN, Jonas; FATZICK, Joshua. Global leaders lament Britain's choice to leave EU. **Voa News**, 2016. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/european-leaders-lament-britains-choice-to-leave-eu-/3390421.html>. Acesso em: 01 abr. 2022.
- BISCOP, Sven; COELMONT, Jo. Pooling and Sharing: From Slow March to Quick March? Egmont: **Royal Institute for International Relations**, Brussels, v. 23, p.1-4, May 2011.
- BISCOP, Sven; NORHEIM-MARTINSEN, Per M. CSDP: The Strategic Perspective. *In*:

KUROWSKA, Xymena; BREUER, Fabian (ed.). **Explaining the EU's Common Security and Defence Policy: Theory in Action**. Oxon: Palgrave Macmillan, 2012. p. 63-85.

BORRELL, Josep. **A Strategic Compass to make Europe a Security Provider**. Brussels: EEAS, 2021. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/default/files/foreword_-_a_strategic_compass_to_make_europe_a_security_provider.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

BÖRZEL, Tanja A. Theorizing Regionalism: Cooperation, Integration, and Governance. In: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (ed.). **Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 41-63

BRADLEY, Dermot. The Bundeswehr and German Reunification, 1955-91. **Irish Studies in International Affairs**, Dublin. v. 3, n. 4, 1992, p. 53-66, 1992 Disponível em: www.jstor.org/stable/30001797. Acesso em: 03 Fev. 2021.

BREUER, Fabian. Sociological Institutionalism, Socialisation and the Brusselisation of CSDP. In: KUROWSKA, Xymena; BREUER, Fabian (ed.). **Explaining the EU's Common Security and Defence Policy: Theory in Action**. Oxon: Palgrave Macmillan, 2012. p. 111-135.

BREXIT: UK starts work on buying own sat-nav system to rival Galileo. **BBC**, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-53192842>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRIL-MASCARENHAS, Tomas *et al.* Process Tracing. Inducción, Deducción e Inferencia Causal. **Revista de Ciência Política**. Brasília, v. 37, n. 3, 2017, p. 659-684.

BRUNNSTORM, David. **EU says it has solved the Kissinger question**. London: Reuters, 2009. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-eu-president-kissinger-idUSTRE5AJ00B20091120>. Acesso em: 21 abr 2021.

BRUTON, John. The Convention on the Future of Europe and its Draft Constitution for Europe. **Irish Studies in International Affairs**. Dublin. v. 15, 2004, p. 57-72. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30002080>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The geostrategic triad: living with China, Europe, and Russia**. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2000.

BUSH, George. **A Europe Whole and Free**. Mainz: U.S Diplomatic Mission to Germany, 1989. Disponível em: <http://usa.usembassy.de/etexts/ga6-890531.htm>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. **Regions and Powers: the Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CEIC Data. **France Crude Oil: imports**. 2019. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/france/crude-oil-imports>. Acesso em: 03 mar. 2021.

COMUNIDADES EUROPEIAS – CE. **Acto Único Europeu assinado em 17 e 28 de fevereiro de 1986**. Luxemburgo, Haia, 1986. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11986U/TXT&from=EN>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COMUNIDADES EUROPEIAS – CE. Bulletin of the European Communities. June 1983, No 6. Luxembourg: Office for official publications of the European Communities. **Solemn Declaration on European Union** (Stuttgart, 19 June 1983), p. 24-29. Disponível em: https://www.cvce.eu/obj/solemn_declaration_on_european_union_stuttgart_19_june_1983-en-a2e74239-a12b-4efc-b4ce-cd3dee9cf71d.html. Acesso em: 09 mar. 2021.

COMUNIDADES EUROPEIAS – CE. Constituição (1992). Tratado da União Europeia, de 07 de fevereiro de 1992. Maastricht. Disponível em: https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf. Acesso em: 06 abr. 2021.

CONFERENCE ON SECURITY AND COOPERATION IN EUROPE - CSCE. Constituição (1975). Ato Final nº 01, de 01 de agosto de 1975. **Conference on Security and Cooperation in Europe Final Act**. Helsinki, Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/5/c/39501.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CONNAISSANCE DES ÉNERGIES. **Importations, exportations, facture énergétique**: la facture énergétique recule de 28 % en 2015, à moins de 40 md.€, bénéficiant de l'effondrement des cours du pétrole. **Panorama Énergies-Climat**, Paris, v. 13, n. 1, p. 1-4, fev. 2016. Disponível em: https://www.connaissancedesenergies.org/sites/default/files/pdf-actualites/importations_energie_france.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION - CoE. **Council conclusions on the Horn of Africa**. Brussels: Press, 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/foraff/126052.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Analysis and Research Team. **Strategic autonomy, Strategic choices**. Brussels: EU, 2021. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/49404/strategic-autonomy-issues-paper-5-february-2021-web.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CRESWELL, Michael; TRACHTENBERG, Marc. France and the German Question, 1945–1955. **Journal of Cold War Studies**, vol. 5, no. 3, 2003, pp. 5–28. Disponível em: www.jstor.org/stable/26925300. Acesso em: 17 dez. 2020.

CVCE. European Navigator. Étienne Deschamps. **France and NATO**. 2016a. Disponível em: http://www.cvce.eu/obj/france_and_nato-en-e472def8-1567-480f-80d0-3b84f5204cf1.html. Acesso em: 01 fev. 2021.

CVCE. European Navigator. Étienne Deschamps. **The Eurocorps**. 2016b. Disponível em: <https://www.cvce.eu/en/education/unit-content/-/unit/02bb76df-d066-4c08-a58a-d4686a3e68ff/1399861c-7b2e-4cff-b508-9a59aae89ba9>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CVCE. European Navigator. Étienne Deschamps. **The European Political Community**. 2016c. Disponível em: https://www.cvce.eu/obj/the_european_political_community-en-

8b63810a-e5bd-4979-9d27-9a21c056fc8d.html. Acesso em: 26 nov. 2020.

CVCE. European Navigator. Étienne Deschamps. **The Luxembourg Compromise (January 1966)**. 2016d. Disponível em:

http://www.cvce.eu/obj/the_luxembourg_compromise_january_1966-en7d950794-4b0d-4e3f-ba86-a3b2dd16fa28.html. Acesso em: 01 fev. 2021.

DALL'AGNOL, Augusto C.; CEPIK, Marco. The demise of the INF Treaty: a path dependence analysis. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2, p. 1-19, 2021.

DE LA BAUME, Maïa; BARIGAZZI, Jacopo. EU agrees to give €500M in arms, aid to Ukrainian military in 'watershed' move. **Politico**, Brussels, 2022. Disponível em:

<https://www.politico.eu/article/eu-ukraine-russia-funding-weapons-budget-military-aid/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

DEUTSCH WELLE – DW. **Germany, France to launch multilateralism alliance**. 2019b. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3G7zF>. Acesso em: 02 fev 2022.

DEUTSCHLAND. Bundeswehr. **Aktuelle Einsätze der Bundeswehr**. 2019a. Disponível em: <https://www.bundeswehr.de/de/einsaetze-bundeswehr#section-5061482>. Acesso em: 28 jul 2021.

DEUTSCHLAND. Bundeswehr. **Eine Auswahl der Abgeschlossenen Einsätze der Bundeswehr**. 2019b. Disponível: <https://www.bundeswehr.de/de/einsaetze-bundeswehr#section-5061482>. Acesso em: 13 maio 2021.

DEUTSCHLAND. deutschland.de. **Serving for Peace**. 2019c. Disponível em: <https://www.deutschland.de/en/un-peace-operations-german-blue-helmet-soldiers>. Acesso em 18 mar 2021.

DEUTSCHLAND. Verteidigungs Ministerium. **Zur Sicherheit der Bundesrepublik Deutschland und zur Lage und Zukunft der Bundeswehr**. Berlin, 1994.

DEUTSCHLAND. Bundesregierung. **Unterzeichnung des 2+4-Vertrags**. 1990. Disponível em: <https://www.bundesregierung.de/breg-de/aktuelles/unterzeichnung-des-2-4-vertrags-432842>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF Jr, Robert L. **Contending Theories of International Relations**. New York: J. B. Lippincott Company, 1971.

DUKE, Simon W. The Competing Logics of EU Security and Defence. **Survival**, London, v. 61, n. 2, p. 123-142, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2019.1589092>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DUKE, Simon. **The Elusive Quest for European Security: from EDC to CFSP**. London: Macmillan, 2000.

DUMOULIN, André. **Le rôle opérationnel et la gestion de crise**. Luxembourg: CVCE, 2016. Disponível em: <https://www.cvce.eu/recherche/unit-content/-/unit/72d9869d-ff72-493e-a0e3-bedb3e671faa/5933b72c-2b8c-4cf9-953b-96babbfe9763>. Acesso em: 21 abr. 2021.

DURKALEC, Jacek *et al.* (ed.). Trends in Force Posture in Europe. **Polish Institute of International Affairs**, Varsóvia, v. 86, n. 1, p.1-13, jun. 2017.

DWORKIN, Anthony; LEONARD, Mark. Can Europe save the World Order? **European Council on Foreign Relations**, Berlin, n. 260, p. 1-37, May, 2018.

DYSON, Tom. **Neoclassical Realism and Defence Reform in Post-Cold War Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

DYSON, Tom; KONSTADINIDES, Theodore. **European Defence Cooperation in EU Law and IR Theory**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

ECKEL, Mike. **U.S. Missile-Defense System In Romania To Go Operational As Russia Fumes**. 2016. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/us-russia-missile-defensesystem-operational/27729013.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

EUROCORPS. **History**. 2022. Disponível em: <https://www.eurocorps.org/about-us/history/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

EUROPEAN COMMISSION – EC. **Livro Branco sobre o futuro da Europa: reflexões e cenários para a ue-27 em 2025**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/sites/betapolitical/files/livro_branco_sobre_o_futuro_da_europa_pt.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

EUROPEAN COMMISSION – EC. **The European Defence Fund (EDF)**. 2022. Disponível em: https://ec.europa.eu/defence-industry-space/eu-defence-industry/european-defence-fund-edf_en. Acesso em: 28 jan. 2022.

EUROPEAN COMMISSION - EC. **Reflection Paper on the Future of European Defence**. Brussels: European Commission, 2017. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/reflection-paper-defence_en_1_0.pdf. Acesso em: 09 jul. 2019.

EUROPEAN DEFENSE AGENCY – EDA. **Permanent Structured Cooperation (PESCO)**. 2021. Disponível em: [https://eda.europa.eu/what-we-do/EU-defence-initiatives/permanent-structured-cooperation-\(PESCO\)](https://eda.europa.eu/what-we-do/EU-defence-initiatives/permanent-structured-cooperation-(PESCO)). Acesso em: 31 jan. 2022.

EUROPEAN DEFENSE COMMUNITY - EDC. Constituição (1952). Tratado nº 01, de 26 de maio de 1952. **European Defense Community Treaty**. Paris, 1952. Disponível em: <https://aei.pitt.edu/5201/1/5201.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS. **EEAS 00990/6/14: European Union Concept for EU-led Military Operations and Missions**. Brussels: Council of The European Union, 2014. Disponível em: <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-17107-2014-INIT/en/pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS. **EEAS 5008/15 CSDP/PSDC 3: EU Concept for Military Command and Control**. Brussels: Council of The European Union, 2015. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5008-2015->

INIT/en/pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS. **EU Battlegroups**. 2013. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/esdp/91624.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE – EEAS. **Questions & Answers: The European Peace Facility**. 2021a. Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/46286/questions-answers-european-peace-facility_en. Acesso em: 29 dez. 2021

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE – EEAS. **Questions and answers: a background for the Strategic Compass**. 2021b. Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/97895/questions-and-answers-background-strategic-compass_en. Acesso em: 29 dez. 2021.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE – EEAS. **Strategic Compass**. 2022. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/default/files/2022-03-21_strategic_compass.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

EUROPEAN PARLIAMENT – EP. Briefing. **The EU's mutual assistance clause: first ever activation of Article 42(7) TEU**. EP. 2015. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/572799/EPRS_BRI\(2015\)57279_9_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/572799/EPRS_BRI(2015)57279_9_EN.pdf). Acesso em: 16. dez. 2021.

EUROPEAN PARLIAMENT – EP. Briefing. **The EU strategic autonomy debate**. Brussels: EP, 2021a. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690532/EPRS_BRI\(2021\)69053_2_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690532/EPRS_BRI(2021)69053_2_EN.pdf). Acesso em: 30 mar. 2022.

EUROPEAN PARLIAMENT - EP. **The Treaty of Lisbon**. Brussels, 2021b. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/5/the-treaty-of-lisbon>. Acesso em: 09 jun. 2021.

EUROPEAN Parliament Seeks to Boost Battle Forces. **Sputnik**, 24 set. 2018. Disponível em: <https://sputniknews.com/20180924/european-parliament-boost-battle-forces-1068285447.html>. Acesso em: 02 fev. 2022.

EUROPEAN UNION. Council of the European Union, 19 December 2005. **The EU and Africa: towards a strategic partnership**. Brussels: European Union, 2005. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/PRES_05_367. Acesso em: 08 jun. 2021.

EUROPEAN UNION – EU. Council of the European Union. **Council conclusions on progress in implementing the EU Global Strategy in the area of Security and Defence**. Brussels, 06 mar. 2017. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/fac/2017/03/06/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

EUROPEAN UNION – EU. Council of the European Union. **European Security Strategy**. Brussels, 2003. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-15895->

2003-INIT/en/pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

EUROPEAN UNION - EU. European Council. **EU Global Strategy**. 2016. Disponível em: <https://europa.eu/globalstrategy/en/global-strategy-foreign-and-security-policy-europeanunion>. Acesso em: 10 out. 2019.

EUROPEAN UNION - EU. European Council Cologne, 3-4 June 1999a. IN: RUTTEN, Maartje (comp.). **From St-Malo to Nice European Defence: core documents**. Paris: Institute for Security Studies of Western European Union, 2001. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/cp047e.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

EUROPEAN UNION – EU. European Council Nice, 7, 8, 9 December 2000. IN: RUTTEN, Maartje (comp.). **From St-Malo to Nice European Defence: core documents**. Paris: Institute for Security Studies of Western European Union, 2001. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/cp047e.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

EUROPEAN UNION - EU. European Council. **Helsinki European Council**. Brussels: European Union, 1999b. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/summits/hel1_en.htm. Acesso em: 09 out. 2019.

EUROPEAN UNION – EU. European Council. **Report on the Implementation of the European Security Strategy: Providing Security in a Changing World**. Brussels: EU, 2008.

EUROPEAN UNION - EU. European Council. **The European Union's Global Strategy: three years on, looking forward**. 2019. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/default/files/eu_global_strategy_2019.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

EUROPEAN UNION - EU. European Council. **The European Union Explained: How the EU works**. 2014. Luxemburg: Publications Office of The European Union. Disponível em: <http://bookshop.europa.eu/en/how-the-european-union-works-pbNA0414810/>. Acesso em: 09 jul 2019.

EUROPEAN UNION - EU. Constituição. Tratado nº 2007/C 306/01, de 17 de dezembro de 2007. **Tratado de Lisboa**: que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia. Bruxelas, 2007. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/treaty/lis/sign>. Acesso em: 09 jun. 2021.

EUROPEAN UNION - EU. Constituição. Tratado nº C 202/15, de 7 de junho de 2016. Tratado da União Europeia: versão consolidada. Bruxelas, 2016. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF. Acesso em: 02 mar. 2022.

EUROPEAN UNION - EU. **Conselho da União Europeia**. 2017. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/council-eu_pt. Acesso em: 09 jul. 2019.

EUROPEAN UNION - EU. **Tratado de Amsterdão, de 01 de outubro de 1997**. Amsterdã, 1997. Disponível em: <https://europa.eu/european->

union/sites/europa.eu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICE – EEAS. **Permanent Structured Cooperation – PESCO**: Deepening Defence Cooperation among EU Member States. 2021a. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/default/files/pesco_factsheet_2021-12.pdf. Acesso em: 31 jan 2022.

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS. **Common Security and Defense Policy**: EU Operations Centre Horn of Africa & Sahel (EU OPCEN). 2015. Disponível em: https://eeas.europa.eu/archives/docs/csdp/structures-instruments-agencies/eu-operations-centre/docs/factsheet_eu_opcen_23_06_2015.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS. **CSDP structure, instruments, and agencies**. 2016. Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/5392/csdp-structure-instruments-and-agencies_en. Acesso em: 09 jul. 2019.

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS. **Military and civilian missions and operations**. 2021b. Disponível em: https://eeas.europa.eu/topics/military-and-civilian-missions-and-operations/430/military-and-civilian-missions-and-operations_en. Acesso em: 09 jun. 2021.

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICE - EEAS. **Organization Chart**. 2019. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2019-01-07_-_eeas_2.0_orgchart.pdf. Acesso em: 09 jul. 2019.

EUROSTAT. **Energy Balance Flow 1992-2019a**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/energy/energy-flow-diagrams>. Acesso em: 12 maio 2021.

EUROSTAT. **Energy Trade 1992-2019b**. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/energy_trade/entrade.html. Acesso em: 12 Mai 2021.

EVERA, Stephen Van. **Guide to Methods for Students of Political Science**. New York: Cornell University Press, 1997.

FARIA, Carlos *et al.* **Política Internacional**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. p. 137-142.

FERGUSON, Niall. **Empire**: How Britain Made the Modern World. London: Allan Lane, 2003.

FERGUSON, Niall. **Empire**: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power. New York: Basic Books, 2004.

FIOTT, Daniel (ed.). **The Common Security and Defence Policy**: national perspectives. Brussels: Egmont, 2015.

FIOTT, Daniel; ZEISS, Marco. **Yearbook of European Security**. Paris: EUISS, 2021.

FISCHER, David Hackett. **Historians' Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought**. New York: Harper Torchbook, 1970.

FRANCE. Ministère de la Défense. **Les forces françaises prépositionnées**. Paris: Ministère de la Défense, 2016.

FRANCE. Ministère de L'Europe et des Affaires Étrangères. **Franco-German Treaty of Aachen**. 2022. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/germany/france-and-germany/franco-german-treaty-of-aachen/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

FRANCE. Ministère des Armées. **European Intervention Initiative**. 2021a. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/english/dgris/international-action/l-ieil-initiative-europeenne-d-intervention>. Acesso em: 04 ago. 2021.

FRANCE. Ministry of Defence. **Strategic Update 2021**. Paris: Ministry of Defence, 2021b.

FRANCE. Ministry of Defence. **The French White Paper on Defence and National Security**. Paris: Documentation Française, 2008. Disponível em: https://koziej.pl/wp-content/uploads/2015/07/France_White_Paper_English2008.pdf. Acesso em: 17 mai. 2021.

FRANCE. Ministry of Defence. **The French White Paper on Defence and National Security**. Paris: Ministry of Defense, 2013.

FRANCE; UNITED KINGDOM. Declaration on Strengthening European Cooperation in Security and Defence. Le Touquet, 2003. IN: MISSIROLI, Antonio (Comp.). **From Copenhagen to Brussels: European Defence: core documents**. 67. ed. Paris: Institute for Security Studies, 2003. (Chaillot Papers).

FRANCE; UNITED KINGDOM. **Tratado nº 132, de 04 de março de 1947**. Treaty of Alliance and Mutual Assistance between the United Kingdom and France. Dunkirk, Disponível em: https://www.cvce.eu/content/publication/1997/10/13/1fb9f4b5-64e2-4337-bc78-db7e1978de09/publishable_en.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

FREIRE, Maria Raquel. The European Security and Defence Policy: History, Structures and Capabilities. In: MERLINGEN, Michael; OSTRAUSKAITE, Rasa (ed.). **European Security and Defence Policy: an implementation perspective**. Oxon: Routledge, 2008, p. 9-24.

G. I. The Evolution of the Cominform 1947-1950. **The World Today**, London, v. 6, n. 5, 1950, p. 213–28. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40392323>. Acesso em: 08 fev 2022.

GALLO, Claudio. **Meet the Elites of Northern Europe, NATO's Hardcore Militant**. 2021. Disponível em: <https://www.strategic-culture.org/news/2021/12/24/meet-elites-of-northern-europe-nato-hardcore-militant/>. Acesso em: 08 fev. 2022.

GENERAL SECRETARIAT OF THE COUNCIL - GSC. **ST 6818/17 CSDP/PSDC 100 CFSP/PESC 198 COPS 73 POLMIL 19 CIVCOM 26 RELEX 191 EUMC 21: Operational Planning and Conduct Capabilities for CSDP Missions and Operations**. Brussels: Council of the European Union, 2017.

GERMAN HISTORICAL INSTITUTE – GHI. **Occupation and the Emergence of Two States, 1945-1961. Revised Plan for Level of Industry in the Anglo-American Zones (August 29, 1947)**. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/pdf/eng/Econ%20WZFR%206%20ENG.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

GERMANY and France announce next-generation fighter jet project. **Deutsch Welle**, 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3Csxs>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MEETING of the Heads of State and Government of Germany, France, Luxembourg and Belgium on European Defence: Brussels, 2003. *In*: MISSIROLI, Antonio (ed.). **From Copenhagen to Brussels: European Defence: core documents**. Paris: Institute for Security Studies, 2003.

GERMANY, France and Poland form EU battlegroup. **EUbusiness**, Brussels, 05 Jul. 2011. Disponível em: <https://www.eubusiness.com/news-eu/military-france.b52>. Acesso em: 01 abr. 2022.

GERMANY. Bundesregierung. **France and Germany stand united**. 2015. Disponível em: <https://www.bundesregierung.de/breg-en/news/france-and-germany-stand-united-473024>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GERMANY. Bundeswehr. **The Bundeswehr on Operations**. 2021. Disponível em: <https://www.bundeswehr.de/en/operations>. Acesso em: 28 jul 2021.

GERMANY. Federal Ministry of Defence. **White Paper 2006: on German Security Policy and the Future of the Bundeswehr**. Berlin: Federal Ministry of Defence, 2006.

GERMANY. Federal Ministry of Defence. **White Paper on German Security Policy and the Future of the Bundeswehr**. Berlin, 2016.

GERMANY; FRANCE. **A strong Europe in a world of uncertainties**. Berlin: Foreign Affairs Ministries, 2016. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/DokumentUE-2.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GERMANY; FRANCE. **Treaty between the Federal Republic of Germany and the French Republic on Franco-German Cooperation and Integration**. 2019. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/19-0232-1900417_en_fin_reinschrift_ws_aa105-og_ck_010219__cle079d7b.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

GINIO, Ruth. **The French Army and its African Soldiers: The Years of Decolonization**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2017.

GLATZ, Rainer L. *et al.* Missions in a Changing World: The Bundeswehr and Its Operations Abroad. **SWP Research Paper**, Berlin, n. 6, p. 1-45, Sept. 2018. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2018RP06_kim_et_al.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

GLOBALSECURITY. **EU Battlegroup**. 2016. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/eu-battlegroups.htm>. Acesso em: 24 ago. 2017.

GOMIS, Benoît. **Franco-British Defence and Security Treaties: Entente While it Lasts?** London: Chatam House, 2011.

GREGORY S.R. **Nuclear Command and Control in NATO**. London: Palgrave Macmillan, 1996.

GREIG, J. Michael; ENTERLINE, Andrew J. **Correlates of War Project National Material Capabilities (NMC)**, Version 5.0. 2017. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities>. Acesso em: 24 jun 2020.

GREVI, Giovanni; KEOHANE, Daniel. ESDP resources. *In*: GREVI, Giovanni; HELLY, Damien; KEOHANE, Daniel. **European Security and Defence Policy: the first 10 years (1999-2009)**. Paris: European Union Institute for Security Studies, 2009. p. 69-114.

GROTE, Inga. Donald Rumsfeld's Old and New Europe and the United States' Strategy to Destabilize the European Union. **Rivista Di Studi Politici Internazionali**, Itália, v. 74, n. 3 (295), 2007, p. 347–356. Disponível em: www.jstor.org/stable/42740613. Acesso em: 19 jun. 2021.

GUZZINI, Stefano (ed.). **The Return of Geopolitics in Europe? Social Mechanisms and Foreign Policy Identity Crises**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HAAS, Ernst B. The Uniting of Europe: political, social and economic forces 1950-1957 (1968). *In*: EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette (ed.). **Debates on European Integration**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 105-116.

HAFFA JÚNIOR, Robert P. The Future of Conventional Deterrence. **Strategic Studies Quarterly**, United States, v.12, n. 4, 2018, p. 94-115.

HANRIEDER, Wolfram F. The Foreign Policies of the Federal Republic of Germany, 1949-1989. **German Studies Review**, United States, v. 12, n. 2, 1989, p. 311–332. Disponível em: www.jstor.org/stable/1430097. Acesso em: 03 Fev. 2021.

HEISBOURG, François. Preserving Post-Cold War Europe. **Survival**, London, v. 57, n. 1, p.3148, jan 2015.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. Introduction. *In*: HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven (ed.). **Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006. p. 01-32.

HELNARSKA, Karolina J. The National Security of France in White Papers on Defense. Continuity or Change? **Polish Political Science**, Poland, v. 62, n. [], p. 268-278, 2013. Disponível em: <https://czasopisma.marszalek.com.pl/images/pliki/ppsy/42/ppsy2013017.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

- HERPICH, Philipp, BRAUERS, Hanna, OEI, Pao-Yu. **An historical case study on previous coal transitions in Germany**. Berlin: IDDR and Climate Strategies, 2018. Disponível em: <https://coaltransitions.files.wordpress.com/2018/07/2018-historical-coal-transitions-in-germany-report2.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.
- HOFFMANN, Stanley. Obsolete or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe (1966). *In*: EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette (ed.). **Debates on European Integration**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 134-159.
- HOFMANN, Stephanie C. CSDP: Approaching Transgovernmentalism? *In*: KUROWSKA, Xymena; BREUER, Fabian (ed.). **Explaining the EU's Common Security and Defence Policy: Theory in Action**. Oxon: Palgrave Macmillan, 2012. p. 41-62.
- HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. **Explaining and Understanding International Relations**. New York: Oxford University Press, 1990.
- HOWORTH, Jolyon. **European Integration and Defence: the ultimate challenge?** Paris: Institute for Security Studies of the Western European Union, 2000.
- HOWORTH, Jolyon. NATO and ESDP: Institutional Complexities and Political Realities, **Politique étrangère**, France, v 74, n 5, 2009, p. 95-106.
- HOWORTH, Jolyon. **Security and Defence Policy in the European Union**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- HOWORTH, Jolyon. The Euro-Atlantic Security Dilemma: France, Britain, and the ESDP, **Journal of Transatlantic Studies**, London, v. 3, n.1, p. 39-54, 2005.
- HOWORTH, Jolyon; KEELER, John (ed.). **Defending Europe: the EU, NATO and the quest for European autonomy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- HOWORTH, Jolyon; MENON, Anand (ed.). **The European Union and National Defence Policy**. London: Routledge, 1997.
- HYDE-PRICE, Adrian. Neorealism: A Structural Approach to CSDP. *In*: KUROWSKA, Xymena; BREUER, Fabian (ed.). **Explaining the EU's Common Security and Defence Policy: Theory in Action**. Oxon: Palgrave Macmillan, 2012. Cap. 2. p. 16-40.
- IN DEFIANCE of U.S. Sanctions, Construction on German Section of Nord Stream 2 to Resume in December. **RFE/RL**, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/in-defiance-of-u-s-sanctions-construction-on-german-section-of-nord-stream-2-to-resume-in-december/30974376.html>. Acesso em: 03 ago 2021.
- IRISH, John; SHALAL, Andrea. France plots new European military crisis force outside EU. **Reuters**, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-france-military-idUSKCN1HB2MJ>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- ISMAY, Lord. **NATO the first five years 1949-1954**. 2001. Disponível em: <https://www.nato.int/archives/1st5years/chapters/4.htm>. Acesso em: 25 nov. 2020.

JACKSON, Patrick Thaddeus. **The Conduct of Inquiry in International Relations: Philosophy of science and its implications for the study of world politics.** Oxon: Routledge, 2011.

JONES, Seth G. **The Rise of European Security Cooperation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JOSWIAK, Rikard. **EU Countries Take Step Toward Deeper Security Cooperation.** United States: RFERL, 2017a. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/eu-pact-security-cooperation-pesco/28851153.html>. Acesso em: 02 ago. 2021.

JOSWIAK, Rikard. **NATO Ministers agree to Upgrade Command Structure amid Tensions with Russia.** United States: RFERL, 2017b. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/nato-defense-ministers-afghanistan-command-structure-stoltenberg/28842517.html>. Acesso em: 18 jan. 2022.

JUST One Third of Germany's New Weapons Hardware Combat Ready – Defense Ministry. **SPUTNIK**, Moscou, 31 out. 2018c. Disponível em: <https://sputniknews.com/20181031/german-army-equipment-not-combat-ready-1069395563.html>. Acesso em: 26 jan. 2022.

KANE, Tim. **Global U.S. Troop Deployment: 1950–2003.** Washington: The Heritage Foundation, 2004. Disponível: <https://www.heritage.org/defense/report/global-us-troop-deployment-1950-2003>. Acesso em: 13 Mai. 2021.

KANET, Roger E. Russia and the European Union: The U.S. Impact on the Relationship. **Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series**, Miami, v. 9, n. 2, p.1-18, jan. 2009.

KEOHANE, Daniel. The Renationalization of European Defense Cooperation. *In*: THRÄNERT, Oliver; ZAPFE, Martin (ed.). **Strategic Trends 2016: Key Developments in Global Affairs.** Zurich: Center for Security Studies, 2016. Cap. 1. p. 9-28.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Transnational Relations and World Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

KEOHANE, Robert. O. **Neorealism and Its Critics.** New York: Columbia University Press, 1986.

KERN, Vera. **Ataques terroristas desde o 11 de Setembro.** Berlin: Deutsch Welle. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ataques-terroristas-desde-o-11-de-setembro/a-19540691>. Acesso em: 01 abr. 2022.

KEUKELEIRE, Stephan; MACNAUGHTAN, Jennifer. **The Foreign Policy of the European Union.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

KING, Anthony. **The Transformation of Europe's Armed Forces: from the Rhine to Afghanistan.** New York: Cambridge University Press, 2011.

KISTERSKY, Leonid. **New Dimensions of the International Security System after the Cold War.** Stanford: Stanford University, 1996. Disponível em:

http://cisac.fsi.stanford.edu/publications/new_dimensions_of_the_international_security_system_after_the_cold_war. Acesso em: 01 jul. 2017.

KOHL, Helmut; MITTERRAND, François. **Letter by the German federal chancellor Helmut Kohl and French president François Mitterrand to the Irish Presidency of the EC**. Greece: Éllopos: 1990. Disponível em: <http://www.ellopos.net/politics/mitterrand-kohl.htm>. Acesso em: 14 set. 2017.

KRAUSS, Ellis S.; MAULL, Hanns, W. Germany, Japan and the Fate of International Order. **Global Politics and Strategy**, United States, v. 61, n. 3, p. 159-178, may, 2020.

KREPINEVICH, Andrew. Cavalry to computer: the pattern of military revolutions. **The National Interest**, Flórida, v. 37, autum 1994.

KUROWSKA, Xymena; BREUER, Fabian (ed.). **Explaining the EU's Common Security and Defence Policy: Theory in Action**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

LAMPE, Markus; WOLF, Nikolaus. Binnenhandel und Außenhandel. IN: RAHLF, Thomas (ed.). **Deutschland in Daten: Zeitreihen zur Historischen Statistik**. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2015. Disponível em: <http://www.bpb.de/shop/buecher/zeitbilder/211002/deutschland-in-daten>. Acesso em: 04 mar. 2021.

LINDLAR, Ludger; HOLTFRERICH, Carl-Ludwig. Geography, Exchange Rates and Trade Structures: Germany's Export Performance since the 1950s. **European Review of Economic History**, Brussels, v. 1, n. 2, 1997, p. 217–246. Disponível em: www.jstor.org/stable/41377809. Acesso em: 15 dez. 2020.

LOVETT, Albert. W. The United States and the Schuman Plan. A Study in French Diplomacy 1950-1952. **The Historical Journal**, Cambridge, v. 39, n. 2, 1996, p. 425–455. Disponível em: www.jstor.org/stable/2640188. Acesso em: 10 dez. 2020.

MACRON tells Europe to ‘stop being naive’ after AUKUS row. **Al Jazeera**, 28 set. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/9/28/macron-tells-europe-to-stop-being-naive-after-aucus-row>. Acesso em: 12 fev 2022.

MADDISON, Angus. **Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2008 AD**. Germany: University of Groeningen, 2008. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MAJOR, Claudia. The French White Paper on Defense and National Security. **CSS Analyses in Security Policy**, Zurich, v.3, n. 46, p.1-3, 2008. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/94900/css_analysen_nr46-1208_e.pdf. Acesso em: 18 mar 2021.

MCGRATH, John J. **Boots on the Ground: troop density in contingency operations**. Kansas: Combat Studies Institute Press, 2006.

MEARSHEIMER, John J. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail: the Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, Harvard, v. 43, n. 4, p.7-50, 2019.

MEARSHEIMER, John J. The False Promise of International Institutions. **International Security**, Harvard, v. 19, n. 3, p. 5-49, 1995. Disponível em: <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

MENON, Anand. Explaining Defence Policy: The Mitterrand Years. **Review of International Studies**, United States, v. 21, n. 3, 1995, p. 279–299. Disponível em: www.jstor.org/stable/20097413. Acesso em 01 mar 2021.

MÉRAND, Frédéric; HOFMANN, Stephanie C; IRONDELLE, Bastien. Transgovernmental Networks in European Security and Defence Policy. Understanding the Role of Bureaucracy in the European Security and Defence Policy, **European Integration online Papers (EIoP)**, Brussels, Special Issue 1, v. 14, 2010. Disponível em: <http://eiop.or.at/eiop/pdf/2010-005.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MERKEL Echoes France's Call for Europe to Create its own Army. **RFE/RL**, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/merkel-echoes-france-macron-call-european-army-angers-trump-nato-mattis-/29599466.html>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MERLINGEN, Michael; OSTRAUSKAITE, Rasa. The Implementation of the ESDP Issues and Tentative Generalizations. In: MERLINGEN, Michael; OSTRAUSKAITE, Rasa (ed.). **European Security and Defence Policy: An implementation perspective**. Oxon: Routledge, 2008, p.189- 205.

MILLS, C; BROOKE-HOLLAND, L; WALKER, N. **A Brief Guide to Previous British Defence Reviews**. London: House of Commons Library, 2020.

MILLS, Claire; SMITH, Ben. End of Brexit transition: implications for defence and foreign policy cooperation, **House of Commons Library**, Briefing Paper, nº 9117, jan 2021. Disponível em: <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-9117/CBP-9117.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MISSIROLI, Antonio (Comp.). **From Copenhagen to Brussels: European Defence: core documents**. 67. ed. Paris: Institute for Security Studies, 2003. (Chaillot Papers).

MOORE, Brenda L. In-Depth Interviewing. In: SOETERS, Joseph; SHIELDS, Patricia M.; RIETJENS, Sebastiaan (ed.). **Routledge handbook of research methods in military studies**. Oxon: Routledge, 2014. Cap. 11. p. 116-128.

MORAVCSIK, Andrew. Preferences and Power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach (1993). In: EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette (ed). **Debates on European Integration**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 264-303.

MÜLLER-BRANDECK-BOCQUET, Gisela; RÜGER, Carolin. **Die Außenpolitik der EU**. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2015.

NATO-EU. **Joint Declaration by the President of the European Council, the President of the European Commission, and the Secretary General of the North Atlantic Treaty**

Organization. 2016. Disponível em:

https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2016_07/20160708_160708-joint-NATO-EU-declaration.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

NICOCELI, Artur. Destinaremos mais de 2% do PIB para defesa, diz Scholz, chanceler da Alemanha. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/destinaremos-mais-de-2-do-pib-para-defesa-diz-scholz-chanceler-da-alemanha/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **1949-1952: Creating a Command Structure for NATO.** [S.I]: NATO, 2022a. Disponível em: <https://shape.nato.int/page14612223>. Acesso em: 18 mar. 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **1979 - The Soviet Union deploys its SS20 missiles and NATO responds.** Brussels: NATO, 2013. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KJSAbCt9YCM>. Acesso em: 11 mar. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **A short history of NATO.** 2020a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_139339.htm. Acesso em: 13 maio 2020.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **Declaration of the Heads of State and Government:** participating in the meeting of the North Atlantic Council. 1994. (The Brussels Summit Declaration). Disponível em: Acesso em: 14 set. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **Joint Declaration on EU-NATO Cooperation by the President of the European Council, the President of the European Commission, and the Secretary General of the North Atlantic Treaty Organization.** 2018. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_156626.htm. Acesso em: 03 fev. 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Joint Support and Enabling Command.** 2022b. Disponível em: [https://jsec.nato.int/#:~:text=The%20Joint%20Support%20and%20Enabling%20Command%20\(JSEC\)%20is%20a%20NATO,SHAPE\)%20in%20Mons%2C%20Belgium..](https://jsec.nato.int/#:~:text=The%20Joint%20Support%20and%20Enabling%20Command%20(JSEC)%20is%20a%20NATO,SHAPE)%20in%20Mons%2C%20Belgium..) Acesso em: 10 mar 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **Ministerial Meeting of The North Atlantic Council: Final Communiqué.** 1996. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/pr/1996/p96-063e.htm>. Acesso em: 12 abr. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **NATO 2030.** 2021a. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2021/6/pdf/2106-factsheet-nato2030-en.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **NATO Allies send more ships, jets to enhance deterrence and defence in eastern Europe.** 2022c. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_191040.htm. Acesso em: 25 jan. 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **NATO as a peacekeeper**. 2003. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/speech/2003/s031215a.htm>. Acesso em: 08 abr. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **NATO Organization**. 2022d. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/structure.htm>. Acesso em: 06 mar. 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **NATO's new Atlantic command declared operational**. 2020b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_178031.htm#:~:text=NATO%27s%20new%20Atlantic%20Command%20was,to%20the%20Atlantic%20since%202003. Acesso em: 10 mar. 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **Operations and Missions: past and present**. 2021b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52060.htm. Acesso em: 19 jun 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **Prague Summit Declaration: issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Prague, Czech Republic**. [S.I]: NATO, 2002.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization**. Lisbon: NATO, 2010. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20120214_strategic-concept-2010-eng.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **The Alliance's New Strategic Concept agreed by the Heads of State and Government participating in the Meeting of the North Atlantic Council**. Rome: NATO, 1991. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **The Alliance's Strategic Concept: Approved by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Washington D.C**. 1999. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_27433.htm. Acesso em: 01 abr 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **The NATO-EU Strategic Partnership**. Brussels: NATO, 2004. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/comm/2004/06-istanbul/press-kit/006.pdf>. Acesso em: 08 jun 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **The North Atlantic Treaty**. 1949. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm. Acesso em: 09 set. 2017.

NORTHEEDGE, Frederick Samuel. British Foreign Policy. *In*: NORTHEEDGE, Frederick Samuel, (ed.). **The Foreign policies of the powers**. New York: Praeger, 1969.

O'ROURKE, Ronald. **Renewed Great Power Competition: Implications for Defense—Issues for Congress**. Washington: Congressional Research Service Report 43838, 2021.

Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/R43838.pdf>. Acesso em: 07 jul 2021.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE – OSCE. **Who we are**. [S.I]: OSCE, 2021. Disponível em: <https://www.osce.org/whatistheosce>. Acesso em: 06 abr. 2021.

ORTIZ-OSPINA, Esteban; BELTEKIAN, Diana. **Trade and Globalization**. United States: Ourworldindata, 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/trade-and-globalization#two-centuries-of-trade-country-by-country>. Acesso em: 26 jan 2021.

PARLY, Florence. **Defence – 2021 strategic renewal/summary – Communiqué issued by Mme Florence Parly, Minister for the Armed Forces (Paris, 22 Jan. 21)**. Paris: France Government, 2021. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/security-disarmament-and-non-proliferation/news/article/defence-2021-strategic-renewal-summary-communique-issued-by-mme-florence-parly>. Acesso em: 13 Jul. 2021.

PATERSON, Thomas G. **American foreign relations: a history**. Belmont: Wadsworth, 2009.

PERCHOC, Philippe. **The Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE)**. Brussels: European Parliamentary Research Service, 2018. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/628219/EPRS_BRI\(2018\)628219_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/628219/EPRS_BRI(2018)628219_EN.pdf). Acesso em: 02 fev. 2021.

PERMANENT STRUCTURED COOPERATION – PESCO. **About**. [S.I]: PESCO, 2022. Disponível em: <https://pesco.europa.eu/about/>. Acesso em: 31 jan 2022.

PICKLES, Dorothy. French Foreign Policy. *In*: NORTHEDGE, Frederick Samuel (ed.). **The Foreign Policies of the Powers**. New York: Praeger, 1969.

PLANÈTE ÉNERGIES. **France's Overall Energy Mix**. [S.I]: Planète Énergies, 2018. Disponível em: <https://www.planete-energies.com/en/medias/close/france-s-overall-energy-mix>. Acesso em: 03 mar. 2021.

PLANÈTE ÉNERGIES. **The History of Energy in France**. [S.I]: Planète Énergies, 2015a. Disponível em: <https://www.planete-energies.com/en/medias/saga-energies/history-energy-france>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PLANÈTE ÉNERGIES. **The History of Energy in Germany**. [S.I]: Planète Énergies, 2015b. Disponível em: <https://www.planete-energies.com/en/medias/saga-energies/history-energy-germany>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugenio. Considerações Técnicas sobre a Política de Defesa do Brasil. Brasília: ABEPRO, [1999]. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999_A0019.PDF. Acesso em: 23 set. 2017.

RENN, Ortwin; MARSHALL, John. P. History of the energy transition in Germany: from the 1950s to 2019. *In*: RENN, Ortwin; ULMER, Frank; DECKERT, Anna (ed.). **The role of public participation in energy transitions**. Cambridge: Academic Press, 2020.

RENSHAW, Jarrett; CHESTNEY, Nina. **U.S., EU strike LNG deal as Europe seeks to cut**

RUSSIAN gas. **Reuters**, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/us-eu-strike-lng-deal-europe-seeks-cut-russian-gas-2022-03-25/>. Acesso em: 26 mar 2022.

RETTTER, Lucia *et al.* **European Strategic Autonomy in Defence**: Transatlantic visions and implications for NATO, US and EU relations. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2021.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e Desce. Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2015.

RHODES, Edward *et al.* **Presence, Prevention, and Persuasion**: a historical analysis of military force and political influence. London: Lexington Books, 2003.

RIBICOFF, Abraham. **Trade Policies in the 1970's**. Washington: Committee in Finance United States Senate, 1971. Disponível em: <https://www.finance.senate.gov/imo/media/doc/Sprt2.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

RITCHIE, Hannah. **Energy**. [S.I]: Ourworldindata, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/energy>. Acesso em: 19 jan. 2022.

RITTIMANN, Olivier. Operation Althea and the virtues of the Berlin Plus Agreement. **NATO Defence College**, Brussels, Policy Brief, n. 2, January 2021. Disponível em: <https://www.ndc.nato.int/news/news.php?icode=1521>. Acesso em: 26 fev. 2022.

ROGERS, James; SIMÓN, Luis. The Status and Location of the Military Installations of the Member States of the European Union and their Potential Role for the European Security and Defence Policy (ESDP): **European Parliament**, Brussels, v. 1, n. 1, p. 1-25, fev. 2009. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/sede300309studype407004/_SEDE300309StudyPE407004_en.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

ROSAMOND, Ben. **Theories of European Integration**. London: Palgrave Mcmillan, 2000.

RÜGER, Carolin. **Kann Josep Borrell Europa die Sprache der Macht lehren?** Eine Bilanz nach 100 Tagen im Amt des Hohen Vertreters für Außen- und Sicherheitspolitik. Würzburg: Würzburg Universität, 2020. Disponível em: <https://maineuropa.de/josep-borrell-federica-mogherini-europa-eu-aussenpolitik-sicherheitspolitik-geopolitik-von-derleyen-macht>. Acesso em: 07 jul. 2021.

RUTTEN, Maartje (comp.). **From St-Malo to Nice European Defence**: core documents. Paris: Institute for Security Studies of Western European Union, 2001. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/cp047e.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RYNNING, Sten. Realism and the Common Security and Defence Policy. **Journal of Common Market Studies**, Oxford, v. 49, n. 1, jan. 2011, p.23-42.

SAILER, Herbert. EU Capability Development. In: REHRL, Jochen (ed.). **Handbook on CSDP: The Common Security and Defence Policy of the European Union**. Brussels: European Security and Defence College, 2017. p. 194-205.

SANDERS, Lewis. Deutsch Welle. **Germany's NATO missions**. [S.I]: DW, 2018. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2ZYfD>. Acesso em: 18 mar 2021.

SAROTTE, Mary Elise. **Not One Inch: America, Russia and the Making of Post-Cold War Stalemate**. New Haven: Yale University Press, 2021.

SCHIMMELFENNIG, Frank. Efficient process tracing: analyzing the causal mechanisms of European integration. In: BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (ed.). **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. Cap. 4. p. 98-125.

SCHMITT, Olivier. The Reluctant Atlanticist: France's security and defence policy in a transatlantic context. **Journal of Strategic Studies**, v. 40, n. 4, p. 463-474, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2016.1220367>. Acesso em: 03 fev. 2021.

SCHWELLER, Randall. New Realist Research on Alliances: Refining Not Refuting Waltz's Balancing Proposition, **The American Political Science Review**, United States, v. 91, n. 4, p. 927-30, 1997.

SCHWELLER, Randall. Unanswered Threats. **International Security**, v. 29, n. 2, p.159-201, mai 2004.

SHEPHERD, Alistair J. K. A Milestone in the History of the EU': Kosovo and the EU's International Role. **International Affairs**, Oxford, v. 85, n 3, p. 513-530, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27695028>. Acesso em: 22 abr 2021.

SIEBOLD, Sabine; SALAÜN, Tangi. **Berlin and Paris in crisis talks to bring fighter jet project back on track**. Reuters, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-germany-france-defence-idUSKBN2AH2I8>. Acesso em: 02 fev 2022.

SIMON, Jeffrey. The ESDP between Washington and Brussels. In: MERLINGEN, Michael; OSTRAUSKAITE, Rasa (ed.). **European Security and Defence Policy: An implementation perspective**. Oxon: Routledge, 2008, p.159- 172.

SMART, Ian. The New Atlantic Charter. **The World Today**, London, v. 29, n. 6, 1973, p. 238-43. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40394705>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SMITH, Ben; MILLS, Claire. End of Brexit transition: implications for defence and foreign policy cooperation. **House of Commons Library**, London, jan 2021, p. 1-6. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9117/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SPUTNIK. **EU Defense Ministers Endorse Creation of Joint Intelligence School**. Moscou: Sputnik, 2018a. Disponível em: <https://sptnkne.ws/GWck>. Acesso em: 03 ago. 2021.

STEINHAUSER, Gabriele; TURNER, Zeke; DALTON, Matthew. **European Union Leaders Meet Without Britain for First Time After Brexit Vote**. United States: Wall Street Journal, 2016. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/european-union-leaders-meet-without-britain-to-reaffirm-union-after-brexit-1467193222>. Acesso em: 30 jul 2021.

STERLING-FOLKER, Jennifer. **Theories of International Cooperation and the Primacy of Anarchy: Explaining U.S. International Policy-Making After Bretton Woods**. New York: State University Of New York Press, 2002.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI. **SIPRI Arms Transfers Database 1950-2020**. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>. Acesso em: 31 Mar. 2022.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI. **SIPRI Military Expenditure Database 2020**. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 25 junho 2020.

SUN, Degan; ZOUBIR, Yahia. Sentry Box in the Backyard: analysis of French military bases in Africa. **Journal of Middle Eastern and Islamic Studies (in Asia)**, v. 5, n. 3, p. 82-104, set. 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/19370679.2011.12023186>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SWIFT, John. **The Palgrave Concise Historical Atlas of The Cold War**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.

TALBOTT, Strobe. America's Stake in a Stronger Europe, London, 07 October 1999. In: RUTTEN, Maartje (ed.). **From St-Malo to Nice European Defence: core documents**. Paris: Institute for Security Studies of Western European Union, 2001. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/cp047e.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

TALIAFERRO, Jeffrey W. State Building for Future Wars: Neoclassical Realism and the Resource-Extractive State. **Security Studies**, United States, v. 15, n. 3, p.464-495, set. 2006.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; SILVA, Antônio Henrique Lucena. Explaining Defense Cooperation with Process-tracing: the Brazilian Proposal for the Creation of UNASUR South American Defense Council. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 60, n. 2, p.1-18, 4 dez. 2017.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance 2002 - 2022: the annual assessment of global military capabilities and defence economics**. London, 2002 - 2022.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital, and European States, A.D. 900–1990**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

TOJE, Asle; KUNZ, Barbara (ed.). **Neoclassical realism in European politics: bringing power back in**. Manchester: Manchester University Press, 2012.

TRAN, Pierre. **France, UK To Invest £1.5 Billion in Combat Drone**. United States: Defense News, 2016. Disponível em: <https://www.defensenews.com/air/2016/03/05/france-uk-to-invest-ps1-5-billion-in-combat-drone/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

UK and Germany sign post-Brexit defence and foreign policy declaration. **The Guardian**,

2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2021/jun/30/uk-and-germany-sign-post-brexit-defence-and-foreign-policy-declaration>. Acesso em: 03 fev. 2022.

UNITED KINGDOM - UK. Department for Business Innovation and Skills (BIS). **UK trade performance**: patterns in UK and global trade growth. London: BIS, 2010a. BIS Economics Paper n° 8. Disponível em:

https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/32114/10-803-uk-trade-performance-growth-patterns.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

UNITED KINGDOM – UK. House of Commons. **The Defence White Paper**. London: House of Commons Library, 2004. Research Paper 04/71.

UNITED KINGDOM – UK. House of Commons. **Defence secures largest investment since the Cold War**. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/defence-secures-largest-investment-since-the-cold-war>. Acesso em: 27 jan. 2022.

UNITED KINGDOM – UK. Department for Business, Energy & Industrial Strategy. **Energy flow chart 2010- 2019**. London: Department for Business, Energy & Industrial Strategy, 2010 - 2019. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/collections/energy-flow-charts>. Acesso em: 02 jul. 2021.

UNITED KINGDOM - UK. Department of Energy & Climate Change. **60th Anniversary**: digest of United Kingdom energy statistics. London, 2009.

UNITED KINGDOM - UK. Department of Energy & Climate Change. **Digest of United Kingdom Energy Statistics 2011**. London: Department of Energy and Climate Change, 2011. Disponível em:

<https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20120403141252/https://www.decc.gov.uk/assets/decc/11/stats/publications/dukes/2312-dukes-2011--full-document-excluding-cover-pages.pdf>. Acesso em: 02 jul 2021.

UNITED KINGDOM – UK. House of Commons. **Director of Overseas Bases**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/permanent-joint-operating-bases-pjobs/fd>. Acesso em: 05 jul 2021.

UNITED KINGDOM – UK. Prime Minister. **Global Britain in a competitive age**: the Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy. London, 2021.

UNITED KINGDOM – UK. Ministry of Defence. **UK and France commit to new defence cooperation**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-and-france-commit-to-new-defence-cooperation>. Acesso em: 02 fev 2022.

UNITED KINGDOM - UK. Ministry of Defence. **UK and France strengthen defence cooperation**. London, 2014a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-and-france-strengthen-defence-co-operation>. Acesso em: 29 jul. 2021.

UNITED KINGDOM – UK. Ministry of Defence. **Director of Overseas Bases**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/permanent-joint-operating-bases-pjobs/fd>. Acesso em: 26 jan. 2021.

UNITED KINGDOM – UK. Ministry of Defence. **MOD signs £146 million contract to upgrade RAF's long-range missile.** 2017. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/mod-signs-146-million-contract-to-upgrade-rafs-long-range-missile>. Acesso em: 02 ago, 2021.

UNITED KINGDOM – UK. Ministry of Defence. **National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015.** London: National Archives, 2015.

UNITED KINGDOM - UK. Prime Minister's Office. **UK and France agree closer defence cooperation.** London: Prime Minister's Office, 2014b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-and-france-agree-closer-defence-co-operation>. Acesso em: 29 jul. 2021.

UNITED KINGDOM - UK. Prime Minister's Office. **UK-France declaration on security and defence.** London: Prime Minister's Office, 2012. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-france-declaration-on-security-and-defence>. Acesso em: 29 jul. 2021.

UNITED KINGDOM - UK. Prime Minister's Office. **UK and France able to deploy a 10,000 strong joint military force in response to shared threats.** Ministry of Defense, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-and-france-able-to-deploy-a-10000-strong-joint-military-force-in-response-to-shared-threats>. Acesso em: 03 ago. 2021.

UNITED KINGDOM - UK. Prime Minister's Office. **UK and France commit to new defence cooperation.** 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-and-france-commit-to-new-defence-cooperation>. Acesso em: 02 ago. 2021.

UNITED KINGDOM. Prime Minister's Office. **UK–France Summit 2010 Declaration on Defence and Security Co-operation.** London: Crown Copyright, 2010b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-france-summit-2010-declaration-on-defence-and-security-co-operation>. Acesso em: 01 abr. 2022.

UNITED KINGDOM - UK. Prime Minister's Office. **UK-France Summit 2016: documents.** 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/uk-france-summit-2016-documents>. Acesso em: 30 jul 2021.

UNITED KINGDOM – UK. Prime Minister's Office. **Gavin Williamson sets out vision for defence in Global Britain.** Ministry of Defense, 2019. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/gavin-williamson-sets-out-vision-for-defence-in-global-britain>. Acesso em: 03 ago. 2021.

UNITED KINGDOM – UK. Ministry of Defence. **Securing Britain in an Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review.** London: Crown Copyright, 2010c.

UNITED KINGDOM; FRANCE. Anglo-French Summit London, 25 November 1999. *In*: RUTTEN, Maartje (ed.). **From St-Malo to Nice European Defence: core documents.** Paris: Institute for Security Studies of Western European Union, 2001. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/cp047e.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNITED KINGDOM; FRANCE. Joint Declaration British-French Summit St-Malo, 3-4 December, 1998. *In*: RUTTEN, Maartje (ed.). **From St-Malo to Nice European Defence: core documents**. Paris: Institute for Security Studies of Western European Union, 2001. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/cp047e.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

UNITED NATIONS - UN. Economic and Social Commity. **International Trade in Goods and Services based on UN Comtrade Data 1995-2021a**. Disponível em: <https://dit-trade-avis.azurewebsites.net/?reporter=826&type=C&year=1995&flow=2>. Acesso em: 12 maio 2021.

UNITED NATIONS - UN. Economic and Social Commity. **International Trade Statistics Yearbook: 2000**. New York, 2001. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb/downloads/2000/VolI2000.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

UNITED NATIONS - UN. Economic and Social Commity. **International Trade Statistics Yearbook: 2005**. New York, 2005. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb/downloads/2005/VolI2005.pdf>. Acesso em: 12 mai 2021.

UNITED NATIONS - UN. Economic and Social Commity. **International Trade Statistics Yearbook: 2009**. New York, 2009. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb/downloads/2009/VolI2009.pdf>. Acesso em: 12 mai 2021.

UNITED NATIONS - UN. Economic and Social Commity. **International Trade Statistics Yearbook: 2010**. New York, 2010. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb/downloads/2010/VolI2010.pdf>. Acesso em: 12 mai 2021.

UNITED NATIONS - UN. Economic and Social Commity. **International Trade Statistics Yearbook: 2016**. UN: New York, 2016. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb/downloads/2016/VolI2016.pdf>. Acesso em: 12 mai 2021.

UNITED NATIONS - UN. Economic and Social Commity. **International Trade Statistics Yearbook: 2019**. New York, 2019. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb/downloads/2019/VolI2019.pdf>. Acesso em: 12 mai 2021.

UNITED NATIONS - UN. Economic and Social Commity. **International Trade Statistics: 1900-1960**. 1962. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/trade/imts/Historical%20data%201900-1960.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

UNITED NATIONS – UN. Economic and Social Commity. **UN Comtrade Analytics 1995-2021b**. 2022. Disponível em: <https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/>. Acesso em: 16 mar 2021.

UNITED NATIONS – UN. Economic and Social Commity. **World Economic Report 1948**. New York: United Nations Publications, 1949.

UNITED STATES – US. Department of Defense. **Austin Places 8,500 Troops on Heightened Readiness to Deploy to Europe**. Chicago: U.S Department of Defense, 2022. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/2908674/austin->

places-8500-troops-on-heightened-readiness-to-deploy-to-europe/. Acesso em: 25 jan. 2022.

UNITED STATES – US. Army. **EUCOM Commander**: US armored brigade's deployment to Poland 'significant'. Chicago: US Army, 2017. Disponível em: https://www.army.mil/article/180629/eucom_commander_us_armored_brigades_deployment_to_poland_significant. Acesso em: 02 ago. 2021.

UNITED STATES - US. Army. **Foreign Relations of the United States, 1952–1954, Western European Security**. Chicago: US Army, 1954. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v05p2/pg_1435. Acesso em: 16 jun. 2020.

UNITED STATES - US. Institute For 21st Century Energy. U.S. Chamber of Commerce. **International Index of Energy Security Risk**: assessing risk in a global energy market. Washington: U.S Chamber Of Commerce, 2015. Disponível em: https://www.globalenergyinstitute.org/sites/default/files/energyrisk_intl_2015.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

UNITED STATES - US. Ministry of Defense. **Memorandum by the Joint Chiefs of Staff to the Secretary of Defense (Forrestal)**. 1948. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v03/d183>. Acesso em: 16 jun. 2020.

UNITED STATES - US. Army. **Russian actions spur EUCOM's shift from engagement to deterrence**. U.S. Army, 2017. Disponível em: https://www.army.mil/article/185211/russian_actions_spur_eucoms_shift_from_engagement_to_deterrence. Acesso em: 18 jan. 2022.

UNITED STATES - US. White House. **Readout of AUKUS Joint Steering Group Meetings**. 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/12/17/readout-of-aukus-joint-steering-group-meetings/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

U.S. seeks 'New Atlantic Charter' to resolve strains with Europe; urges 'principal' role for Japan. **The New York Times**, New York, 24 April, 1973. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1973/04/24/archives/us-seeks-new-atlantic-charter-to-resolve-strains-with-europe-urges.html?smid=url-share>. Acesso em: 15 nov. 2021.

US ARMY. **US to deploy 3,000 troops to Romania, Poland, Germany**. 2022. Disponível em: https://www.army.mil/article/253724/us_to_deploy_3000_troops_to_romania_poland_germany. Acesso em: 08 fev. 2022.

VAÏSSE, Maurice; SEBAG, Clémence. France and NATO: an history. **Politique Étrangère**, n. 5, p. 139-150, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2009-5-page-139.htm?contenu=article>. Acesso em: 02 fev. 2021.

VENESSON, Pascal; WIESNER, Ina. Process Tracing in Case Studies. *In*: SOETERS, Joseph; SHIELDS, Patricia; RIETJENS, Sebastian (ed.). **Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies**. London: Routledge, 2014. p. 90-101.

VIDALENC, Jean. **Le Second Conflit Mondial**: Mai 1939-Mai 1945. Paris: S.E.D.E.S, 1970.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África e as potências emergentes**: nova partilha ou Cooperação Sul-Sul? Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria**: o desafio socialista à ordem americana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

VON DER LEYERN, Ursula. **Speech by the Federal Minister of Defense, Dr. Ursula von der Leyen, on the Occasion of the 51st Munich Security Conference**. Munich: Bundesministerium der Verteidigung, 2015.

WALT, Stephen. **The Origins of Alliances**. London: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth N. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**, Harvard, v. 18, n. 2, p.44-79, 1993.

WALTZ, Kenneth. Realist Thought and Neorealist Theory. **Journal of International Affairs**. v. 44, n. 1, p. 21-37, Spring 1990.

WALTZ, Kenneth. Structural Realism after the Cold War. **International Security**, v. 25, n. 1, p. 5-41, Summer 2000.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEST GERMANY. Ministry of Defence. **The Eurogroup in Nato. Survival**, v. 14, n. 6, p. 291-293, Nov. 1972. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396337208441373?journalCode=tsur20>.

Acesso em: 02 fev. 2021.

WESTAD, Arne O. **The Cold War**: a world history. New York: Basic Books, 2017.

WESTERN EUROPEAN UNION - WEU. Constitution (1954). Treaty nº 1, 23 October 1954. **Modified Brussels Treaty**: Treaty of economic, social and cultural collaboration and collective self-defence signed at Brussels on 17 March 1948, as amended by the 'protocol modifying and completing the Brussels Treaty'. Paris, 1954.

WESTERN EUROPEAN UNION - WEU. **European Security**: a Common Concept of the 27 WEU Countries. Declared at Madrid, 14 November 1995. Disponível em:

<https://www.bits.de/NRANEU/docs/WEU141195.PDF>. Acesso em: 21 abr 2021.

WESTERN EUROPEAN UNION - WEU. **History of WEU**. Disponível em:

<http://www.weu.int/>. Acesso em: 09 set. 2017.

WESTERN EUROPEAN UNION - WEU. **Platform on European Security Interests**.

Signed at Hague, 27 October 1987. Hague, 1987. Disponível em:

https://www.cvce.eu/content/publication/2002/1/29/444f642c-62ed-4fd9-8136-a129d2de3783/publishable_en.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

WESTERN UNION - WU. **Tratado n° 1, de 17 de março de 1948**. Treaty of Economic, Social and Cultural Collaboration and Collective Self-defence: Brussels Treaty. Brussels, Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17072.htm?. Acesso em: 12 maio 2020.

WILKINS, Thomas S. 'Alignment', not 'alliance' – the shifting paradigm of international security cooperation: toward a conceptual taxonomy of alignment. **Review of International Studies**, United States, v. 38, 2012, p 53-76.

WINDSOR, P. West German Foreign Policy. *In*: NORTHEDGE, Frederick. Samuel (ed.). **The Foreign policies of the powers**. New York: Praeger, 1969.

WORLDBANK. **DataBank**: World Development Indicators. 2021. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/1ff4a498/Popular-Indicators#>. Acesso em: 11 Mai, 2021.

XAVIER, Ana Isabel; REHRL, Jochen. How To Launch a CSDP Mission or Operation. *In*: REHRL, Jochen (ed.). **Handbook on CSDP: The Common Security and Defence Policy of the European Union**. Brussels: European Security and Defence College, 2017. p. 78-82.

YOUTH, Sarah. Britain to expand nuclear warhead stockpile by over 40% as global threats rise. Reuters, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-britain-politics-nuclear-weapons-idUSKBN2B81N4>. Acesso em: 27. jan. 2022.

ZEISS, Marco. **Geopolitische Macht Europa?** Die Europäische Union und der neue Großmächte Wettbewerb im Schatten der globalen COVID-19-Pandemie. Würzburg: Würzburg Universität, 2020. Disponível em: <https://maineuropa.de/covid-19-corona-pandemie-europa-eu-geopolitik-geopolitische-kommission-marco-zeiss>. Acesso em: 08 Jul 2021.

ZIEMKE, Earl F. **The U.S. Army in the Occupation of Germany 1944–1946**. Washington, DC: Center of Military History United States Army, 2003.